

Atlas Artístico e Cultural de Portugal

José Soares Neves (coord.)

Sofia Costa Macedo

Jorge Santos

Maria João Lima

O estudo Setor Artístico e Cultural de Portugal foi realizado no âmbito do acordo institucional de parceria entre a Direção-Geral das Artes (DGARTES) e o Iscte-Instituto Universitário de Lisboa, através do Observatório Português das Atividades Culturais (OPAC), no sentido de dar sequência ao determinado na Resolução do Conselho de Ministros n.º 41/2020, de 6 de junho, que aprovou o Programa de Estabilização Económica e Social.

O estudo visa o mapeamento e caracterização dos equipamentos culturais existentes e das entidades artísticas em atividade e pretende analisar os impactos da crise causada pela COVID-19 a curto e a médio prazo, com a produção de indicadores atualizados que permitam suportar a tomada de decisões estratégicas por parte da área governativa da cultura e informar entidades públicas, privadas e os cidadãos.

A Direção-Geral das Artes (DGARTES) é um organismo do Ministério da Cultura da República Portuguesa que tem por missão a coordenação e execução das políticas de apoio às artes em Portugal, com a prioridade de promover e qualificar a criação artística, bem como garantir a universalidade da sua fruição.

O OPAC - Observatório Português das Atividades Culturais é uma estrutura constituída em dezembro de 2018 no Iscte-Instituto Universitário de Lisboa, no quadro do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-Iscte), que é a instituição responsável pelo seu funcionamento e coordenação científica.

Data: Junho de 2024

ISBN: 978-989-8518-06-4

DOI: 10.15847/CIESOPACAtlasArtísticoCulturalPortugal

Como citar: Neves, José Soares (coord.), Sofia Costa Macedo, Jorge Santos e Maria João Lima (2024), Atlas Artístico e Cultural de Portugal, Lisboa, Direção-Geral das Artes.

O presente estudo contou com a colaboração de Joice Alexandre, doutoranda em Sociologia no Iscte.

Edição: Direção-Geral das Artes

Índice de Matérias

INTRODUÇÃO	13
1. MAPEAMENTOS E ATLAS CULTURAIS	17
1.1. A PERSPETIVA TERRITORIAL DA CULTURA EM PORTUGAL	18
a) De âmbito nacional	18
b) De âmbito regional	19
c) De âmbito municipal	19
d) De âmbito setorial	20
2. METODOLOGIA	21
2.1. DOMÍNIOS E PROCEDIMENTOS	21
2.2. MAPEAMENTOS E FONTES PRIMÁRIAS E SECUNDÁRIAS, PÚBLICAS E PRIVADAS	23
2.3. FONTES SECUNDÁRIAS NACIONAIS	26
3. ENQUADRAMENTO	29
3.1. DIVISÃO ADMINISTRATIVA	29
3.2. DENSIDADE POPULACIONAL	29
3.3. TERRITÓRIOS DE BAIXA DENSIDADE	33
3.4. DESPESAS DOS MUNICÍPIOS COM ATIVIDADES CULTURAIS E CRIATIVAS	35
3.5. ENSINO SUPERIOR ARTÍSTICO E CULTURAL	44
4. DOMÍNIOS E SUBDOMÍNIOS CULTURAIS	47
4.1. PATRIMÓNIO CULTURAL	47
a) Património Imóvel	47
b) Sítios arqueológicos visitáveis	54
c) Património Imaterial	56
d) Museus	58
4.2. ARTES VISUAIS	67
4.3. ARTES DO ESPETÁCULO	70
a) Recintos, salas, espetáculos ao vivo e espetadores	70
b) Entidades	87
4.4. CINEMA	95
a) Recintos, salas e espetadores	95
b) Entidades	108
4.5. TAURAMAQUIA	111

5. OS APOIOS FINANCEIROS DO MINISTÉRIO DA CULTURA ÀS ENTIDADES ARTÍSTICAS PROFISSIONAIS INDEPENDENTES	115
5.1. ENTIDADES APOIADAS PELA DGARTES	116
a) Artes Performativas	121
b) Artes Visuais	126
c) Cruzamentos Disciplinares	131
5.2. TERRITÓRIOS DE MENOR DENSIDADE DE ATIVIDADE ARTÍSTICA PROFISSIONAL	132
6. ATIVIDADES ECONÓMICAS NOS SETORES CULTURAL E CRIATIVO	137
6.1. A PERSPETIVA DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELAS EMPRESAS	141
7. REDES CULTURAIS DO MINISTÉRIO DA CULTURA	157
7.1. REDE NACIONAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS	158
7.2. REDE PORTUGUESA DE MUSEUS	167
7.3. REDE PORTUGUESA DE ARQUIVOS	171
7.4. REDE DE TEATROS E CINETEATROS PORTUGUESES	174
7.5. REDE PORTUGUESA DE ARTE CONTEMPORÂNEA	178
7.6. ÍNDICE DE REDES CULTURAIS NACIONAIS DO MINISTÉRIO DA CULTURA	181
8. PROGRAMAS TRANSVERSAIS EM QUE O MINISTÉRIO DA CULTURA INTERVÉM	183
8.1. PROGRAMA REVIVE	184
8.2. PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA	186
9. INSTITUIÇÕES INTERNACIONAIS COM PROGRAMAS CULTURAIS	187
9.1. PATRIMÓNIO MUNDIAL (UNESCO)	188
9.2. ITINERÁRIOS CULTURAIS (CONSELHO DA EUROPA)	189
9.3. MARCA PATRIMÓNIO EUROPEU (COMISSÃO EUROPEIA)	191
9.4. CAPITAL EUROPEIA DA CULTURA (COMISSÃO EUROPEIA)	192
9.5. PRÉMIOS DO PATRIMÓNIO EUROPEU (COMISSÃO EUROPEIA)	193
9.6. PROGRAMA CULTURA (EEA GRANTS)	194
9.7. PROGRAMAS CULTURAIS DE ÂMBITO INTERNACIONAL	197
CONCLUSÕES	199
Legislação	202
Bibliografia	202
Webgrafia	204
Abreviaturas	205

Índice de Mapas

Mapa 1: Limites das NUTS II e III (2013)	30
Mapa 2: Densidade populacional (2021)	32
Mapa 3: Territórios de baixa densidade: base municipal	34
Mapa 4: Despesas totais dos municípios com atividades culturais e criativas (2021)	39
Mapa 5: Despesas <i>per capita</i> dos municípios com atividades culturais e criativas (2021)	40
Mapa 6: Despesas <i>per capita</i> dos municípios com atividades culturais e criativas - património cultural (2021)	41
Mapa 7: Despesas <i>per capita</i> dos municípios com atividades culturais e criativas - artes do espetáculo (2021)	42
Mapa 8: Despesas <i>per capita</i> dos municípios com atividades culturais e criativas - bibliotecas e arquivos (2021)	43
Mapa 9: Estabelecimentos com ensino superior artístico e cultural (2021)	44
Mapa 10: Património imóvel classificado (índice) (2022)	48
Mapa 11: Bens imóveis classificados como Interesse Público (2022)	49
Mapa 12: Bens imóveis classificados como Interesse Municipal (2022)	50
Mapa 13: Bens imóveis classificados como Monumento Nacional (2022)	51
Mapa 14: Monumentos nacionais visitáveis (2021)	52
Mapa 15: Sítios arqueológicos visitáveis (2022)	55
Mapa 16: Património Imaterial (2022)	57
Mapa 17: Museus (índice) (2021)	61
Mapa 18: Museus por 10 mil habitantes (índice) (2021)	62
Mapa 19: Visitantes de museus (índice) (2021)	65
Mapa 20: Visitantes de museus por habitante (índice) (2021)	66
Mapa 21: Galerias de arte ou espaços expositivos sem fins lucrativos (2021)	68
Mapa 22: Galerias de arte ou espaços expositivos com fins lucrativos (índice) (2021)	69
Mapa 23: Recintos de artes do espetáculo licenciados (2022)	72
Mapa 24: Recintos de artes do espetáculo por 10.000 habitantes (índice) (2022)	73
Mapa 25: Recintos de artes do espetáculo com atividade de música (2022)	75
Mapa 26: Recintos de artes do espetáculo com atividade de teatro (2022)	76
Mapa 27: Recintos de artes do espetáculo com atividade de dança (2022)	77
Mapa 28: Recintos de artes do espetáculo com atividade de circo (2022)	78
Mapa 29: Salas de artes do espetáculo (índice) (2022)	79
Mapa 30: Sessões de espetáculos ao vivo (índice) (2021)	82
Mapa 31: Espetadores de espetáculos ao vivo (índice) (2021)	85
Mapa 32: Espetadores de espetáculos ao vivo <i>per capita</i> (índice) (2021)	86
Mapa 33: Entidades com atividades artística e videográfica (índice) (2022)	89
Mapa 34: Entidades com atividade na área da música (2022)	91

Mapa 35: Entidades com atividade na área da dança (2022)	92
Mapa 36: Entidades com atividade na área do teatro (2022)	93
Mapa 37: Entidades com atividade videográfica (2022)	94
Mapa 38: Recintos de cinema (2021)	97
Mapa 39: Recintos de cinema com projeção digital (2021)	98
Mapa 40: Recintos de cinema com projeção em 3D (2021)	99
Mapa 41: Recintos de cinema com projeção IMAX (2021)	100
Mapa 42: Recintos de cinema por 10.000 habitantes (índice) (2021)	101
Mapa 43: Salas de cinema (índice) (2021)	102
Mapa 44: Recintos fixos de espetáculo da natureza artística licenciados para atividade de cinema (2022)	103
Mapa 45: Sessões de cinema (índice) (2021)	104
Mapa 46: Espetadores de cinema (índice) (2021)	105
Mapa 47: Espetadores de cinema <i>per capita</i> (índice) (2021)	106
Mapa 48: Entidades com atividade cinematográfica e audiovisual (2022)	109
Mapa 49: Promotores de espetáculos de natureza artística registados com atividade cinematográfica (2022)	110
Mapa 50: Recintos com atividade de tauromaquia (2022)	112
Mapa 51: Promotores com atividade de tauromaquia (2022)	113
Mapa 52: Entidades apoiadas pela DGARTES (índice) (2022)	118
Mapa 53: Entidades apoiadas por tipo de atividade (2022)	120
Mapa 54: Entidades apoiadas das artes performativas (2022)	121
Mapa 55: Entidades apoiadas da área artística da música (2022)	123
Mapa 56: Entidades apoiadas da área artística do teatro (2022)	124
Mapa 57: Entidades apoiadas da área artística da dança (2022)	125
Mapa 58: Entidades apoiadas das artes visuais (2022)	127
Mapa 59: Entidades apoiadas da área das artes plásticas (2022)	128
Mapa 60: Entidades apoiadas da área da fotografia (2022)	129
Mapa 61: Entidades apoiadas da área da arquitetura (2022)	130
Mapa 62: Entidades apoiadas da área dos cruzamentos disciplinares (2022)	131
Mapa 63: Municípios de menor densidade de atividade artística profissional (2023)	135
Mapa 64: Empresas dos setores cultural e criativo (escalões) (2020)	139
Mapa 65: Atividades das empresas dos setores cultural e criativo (escalão) (2020)	144
Mapa 66: Empresas com atividade de artes do espetáculo (índice) (2020)	145
Mapa 67: Empresas com atividade de apoio às artes do espetáculo (índice) (2020)	146
Mapa 68: Empresas com atividade de criação artística e literária (índice) (2020)	147
Mapa 69: Empresas com atividade de edição de livros (índice) (2020)	148

Mapa 70: Empresas com atividade de comércio a retalho de livros, em estabelecimentos especializados (índice) (2020)	149
Mapa 71: Empresas com atividade de produção de filmes, de vídeos e de programas de televisão (índice) (2020)	150
Mapa 72: Empresas com atividades técnicas de pós-produção para filmes, vídeos e programas de televisão (índice) (2020)	151
Mapa 73: Empresas com atividade de gravação de som e edição de música (índice) (2020)	152
Mapa 74: Empresas com atividade de arquitetura (índice) (2020)	153
Mapa 75: Empresas com atividade de design (índice) (2020)	154
Mapa 76: Empresas com atividade de agência de publicidade (índice) (2020)	155
Mapa 77: Rede Nacional de Bibliotecas Públicas (2022)	159
Mapa 78: Bibliotecas da RNBP centrais e anexas (2021)	160
Mapa 79: Bibliotecas da RNBP (centrais e anexas) por 10.000 habitantes (índice) (2021)	161
Mapa 80: Bibliotecas da RNBP, itinerantes (2021)	162
Mapa 81: RNBP, pontos de serviço externo (2021)	163
Mapa 82: Entradas nas bibliotecas da RNBP (índice) (2021)	165
Mapa 83: Entradas nas bibliotecas da RNBP <i>per capita</i> (índice) (2021)	166
Mapa 84: Rede Portuguesa de Museus (2022)	169
Mapa 85: Rede Portuguesa de Arquivos (2022)	173
Mapa 86: Rede de Teatros e Cineteatros Portugueses (2023)	176
Mapa 87: Equipamentos credenciados na RTCP e recintos de espetáculos licenciados (2022)	177
Mapa 88: Rede Portuguesa de Arte Contemporânea (2023)	180
Mapa 89: Redes Culturais Nacionais do Ministério da Cultura (índice) (2023)	182
Mapa 90: Programa Revive (2022)	185
Mapa 91: Programa de Recuperação e Resiliência (2023)	186
Mapa 92: Património Mundial em Portugal (material e imaterial) (2022)	189
Mapa 93: Itinerários Culturais do Conselho da Europa em Portugal (2022)	190
Mapa 94: Marca do Património Europeu (2022)	192
Mapa 95: Municípios com projetos do Programa Cultura (EEA Grants) (2020-2023)	196
Mapa 96: Programas de âmbito internacional em Portugal (2022)	197
Mapa 97: Programas de âmbito internacional em Portugal (índice) (2022)	198

Índice de gráficos

Gráfico 1: Financiamento público das atividades culturais e criativas pelas câmaras municipais (milhares de euros) (2000-2021)	36
Gráfico 2: Financiamento público das atividades culturais e criativas pelas câmaras municipais na despesa total (%) (2000-2021)	37
Gráfico 3: Financiamento público das atividades culturais e criativas pelas câmaras municipais por domínio (%) (2021)	38
Gráfico 4: Visitantes dos Monumentos Nacionais por ano (n) (2017-2021)	53
Gráfico 5: Museus por tipo (%) (2021)	60
Gráfico 6: Visitantes de museus por ano (%) (2018-2021)	63
Gráfico 7: Recintos de artes do espetáculo segundo setor da entidade exploradora (%) (2022)	71
Gráfico 8: Salas de artes do espetáculo por tipo de sala (%) (2022)	80
Gráfico 9: Sessões de espetáculos ao vivo segundo a região e a modalidade (%) (2021)	81
Gráfico 10: Espetadores de espetáculos ao vivo por ano (n) (2018-2021)	83
Gráfico 11: Espetadores de espetáculos ao vivo segundo a região e a modalidade (%) (2021)	84
Gráfico 12: Entidades segundo a área de atividade artística (%) (2022)	90
Gráfico 13: Salas de cinema segundo o tipo de recinto (%) (2021)	95
Gráfico 14: Recintos de cinema segundo o setor do exibidor (%) (2021)	96
Gráfico 15: Espetadores de cinema por ano (2018-2021)	107
Gráfico 16: Entidades apoiadas pela DGARTES por região, tipo, natureza jurídica e ano de início de atividade (%) (2022)	117
Gráfico 17: Entidades de artes do espetáculo apoiadas pela DGARTES por tipo de atividade, área e relação município-sede e atividade (%) (2022)	119
Gráfico 18: Entidades apoiadas das artes performativas segundo a área artística (%) (2022)	122
Gráfico 19: Entidades apoiadas das artes visuais segundo a área (%) (2022)	126
Gráfico 20: Empresas dos setores cultural e criativo por ano (n) (2017-2021)	137
Gráfico 21: Municípios por escalão de empresas dos setores cultural e criativo (%) (2020)	138
Gráfico 22: Empresas por CAE e por tipo (%) (2020)	140
Gráfico 23: Municípios por escalão de atividades dos setores cultural e criativo (%) (2020)	143
Gráfico 24: Entradas nas bibliotecas da RNBP por ano (2018-2021)	164
Gráfico 25: Evolução do número de museus na RPM (2001-2022)	168
Gráfico 26: Museus RPM por tutela e por tipo (%) (2022)	170
Gráfico 27: Arquivos da RPA por região (%) (2022)	172
Gráfico 28: Recintos da RTCP por região e entidade de gestão (%) (2023)	175
Gráfico 29: Equipamentos da RPAC por região e entidade de gestão (%) (2023)	179

Índice de quadros

Quadro 1: Domínios e subdomínios culturais do AACP	22
Quadro 2: Estudantes e estabelecimentos com ensino superior artístico e cultural por região (número) (2021 e 2022)	45
Quadro 3: Estudantes diplomados no ensino superior artístico e cultural por área de estudo e por região (n) (2021)	46
Quadro 4: Bens classificados por categoria (2022)	47
Quadro 5: Bens classificados por âmbito (2022)	47
Quadro 6: Visitantes nos Monumentos Nacionais (2021)	53
Quadro 7: Bens culturais imateriais (por categoria) (2022)	56
Quadro 8: Museus em atividade, nos cinco critérios e credenciados (n) (2021)	59
Quadro 9: Visitantes de museus por região e por tipo de museu (2021)	64
Quadro 10: Recintos de artes do espetáculo por área de atividade (2022)	74
Quadro 11: Entidades segundo a região, tipo de atividade e número de atividades (%) (2022)	87
Quadro 12: Entidades com atividade cinematográfica e audiovisual segundo o setor, área de atividade e atividade desenvolvida (%) (2022)	108
Quadro 13: Sessões e espetadores de espetáculos de tauromaquia por região (n) (2021)	114
Quadro 14: Dimensões, indicadores e critérios de classificação dos territórios de menor densidade de atividade artística profissional	133
Quadro 15: Distribuição dos territórios de menor densidade de atividade artística profissional por região (NUTS II) (2023)	134
Quadro 16: Municípios de menor densidade de atividade artística profissional por NUTS II e III (2023)	136
Quadro 17: Empresas com atividade nos setores cultural e criativo (n) (2020)	142
Quadro 18: Municípios com biblioteca ou serviço de biblioteca e com biblioteca na RNBP por região (2022)	158
Quadro 19: Categoria de classificação dos imóveis integrados no Revive (2022)	184
Quadro 20: Dimensões culturais da UNESCO em Portugal (2022)	187
Quadro 21: Programa Cultura (2020-2023). Indicadores	195

Índice de figuras

Figura 1: Procedimentos para a obtenção de dados	27
Figura 2: Procedimentos de tratamento de dados	28

Introdução

Os dados sobre equipamentos e atividades culturais e artísticas dos mais diversos domínios que vêm sendo produzidos sobre Portugal sugerem que a área da cultura vem registando uma grande dinâmica nas últimas décadas. Para tal, concorre seguramente a ação dos vários agentes culturais e artísticos, das políticas centrais, regionais e locais, da concretização do objetivo da descentralização, e das procuras, dos públicos, e dos participantes nas atividades organizadas por diversas entidades, públicas e privadas. Mas como evidenciar essa realidade no presente? Como se caracteriza? Quais as dimensões que mais têm contribuído para o seu desenvolvimento? Que fragilidades persistem? Assim, ainda que se confirme um panorama de desenvolvimento, importará seguramente continuar a aposta que vem sendo feita numa perspetiva sustentável e que promova a coesão territorial do ponto de vista das artes e da cultura no seu conjunto, não apenas numa perspetiva setorial, seja ele o património cultural, as artes performativas, as bibliotecas ou outro. Do ponto de vista da distribuição pelo território nacional, quer num sentido (caracterizar a realidade existente) quer noutra (corrigir as fragilidades que persistem), é indispensável a produção de conhecimento atualizado. Deste ponto de vista, a existência de um instrumento que permita uma visão de conjunto e inclua as várias dimensões que integram as artes e a cultura é fundamental.

A perspetiva que está na base da construção do presente Atlas Artístico e Cultural de Portugal (AACP) pode ser definida como a recolha, localização e sistematização de informações relativas à distribuição de bens, serviços e outros recursos num determinado território com vista à sua descrição (Duxbury et al., 2015; Freitas, 2016). O levantamento bibliográfico e documental permitiu verificar que este tipo de instrumento está há muito disponível para apoio às políticas públicas culturais em países como França (Cardona et al., 1998) e Espanha (Castillo et al., 2009). Quanto a Portugal, identificaram-se estudos e contributos vários, com diversos âmbitos territoriais e recortes nos domínios culturais e criativos. Contudo, a conclusão principal é a inexistência de uma cartografia cultural de perspetiva nacional.

O AACP visou assim colmatar esta lacuna através de uma abordagem integrada e multidimensional que permite descrever as dinâmicas culturais no território português, com base na visualização geográfica (Redaelli, 2015). Através da recolha, sistematização e harmonização de dados controlados, produzidos por organismos públicos, numa lógica designada como *top/down* (Freitas, 2016), identificaram-se três componentes fundamentais da oferta cultural (equipamentos, entidades e atividades) num conjunto alargado de domínios resultante do cruzamento dos adotados pelo EUROSTAT (Bina et al., 2012) com as áreas de atuação da tutela da cultura em Portugal. Assim, embora o AACP decorra de uma parceria com a Direção-Geral das Artes (DGARTES), nunca se pretendeu que se esgotasse nos domínios que constituem o perímetro de atribuições daquela direção-geral.

A perspetiva analítica adotada privilegia a representação espacial de modo a permitir conhecer melhor as existências, e as carências, no território, e assim contribuir para uma melhor definição de estratégias e conseqüentes medidas pelas políticas públicas, para o que houve que desenvolver indicadores e índices com esse objetivo.

Do ponto de vista temporal, o AACP corresponde a uma fotografia num determinado período, aqui delimitado pelo arco temporal 2019 a 2022, segundo a disponibilidade das fontes. Trata-se de um período, como é sabido, marcado pela pandemia covid-19,

o que fica evidente em vários indicadores, físicos e financeiros. Assim, procurou-se ilustrar a evolução registada nos últimos anos de modo a melhor enquadrar a realidade atual. Mas o AACP é também um modelo de organização de informação de modo a facilitar a sua atualização, tendo bem presente que a atualização de dados – bem como a possibilidade de incluir novas dimensões de análise - deverá ser regular, de modo a dar conta das dinâmicas e dos desenvolvimentos ocorridos. A metodologia é quantitativa, por norma com base em fontes secundárias, oficiais, e assume um âmbito nacional, com recorte municipal, em que se correlacionam fatores estruturais como os demográficos, os económicos, sociais e históricos, com os recursos culturais e criativos existentes.

Sendo sobejamente conhecidas as tradicionais assimetrias que caracterizam o país (litoral/interior, norte/sul, urbano/rural), a análise da vasta informação mobilizada para a construção do presente atlas sugere que haverá que as relativizar no que respeita aos setores cultural e criativo (Ferrão, 2013), por forma a promover a identificação de novas linhas de intervenção pública que contribuam para a sua correção.

Fazendo uma breve retrospectiva, a dimensão territorial das políticas culturais em Portugal está presente desde a implantação da democracia. As políticas de descentralização com atribuição de funções, e respetivo financiamento, na área da cultura aos municípios com a implantação do poder local democrático em 1976 e a consequente afirmação das políticas culturais locais, permitiu o seu crescimento e desenvolvimento (Neves, 2000), muito para além da concentração em Lisboa e Porto suportada nas dinâmicas urbanas (Silva, 2007), beneficiando de fundos financeiros dos sucessivos programas comunitários de apoio, num processo de correção das assimetrias e défices para que alertava a primeira grande avaliação das políticas culturais realizada em Portugal com incidência no período 1985-1995, uma vez constatado que, apesar da importante ação das autarquias, o país continuava a viver:

em várias velocidades e segundo a lógica da concentração/rarefação da oferta e das infraestruturas. O que implica, necessariamente, um desigual acesso aos produtos e serviços culturais, bem como défices acumulados na construção do processo de democratização cultural (Santos et al., 1998, pp. 348-349).

De facto, as autarquias locais foram chamadas a desempenhar um papel fundamental para essa correção, com articulação entre crescimento e planeamento:

O nível local das políticas culturais públicas tem sido chamado a um crescente protagonismo, desempenhando um papel fundamental na aproximação entre a oferta e a procura culturais, numa perspetiva territorialmente equilibrada e qualificada (Neves, 2010, p. 125).

Trata-se de um período marcado pela “centralidade da câmara municipal na protagonização de políticas culturais locais e, correlativamente, a fraca presença ou total ausência, seja do nível de organização inframunicipal (a freguesia), seja do nível de organização supramunicipal (a associação de municípios ou a área metropolitana)”, sendo que “o planeamento e a cooperação intermunicipais” são ainda alheios ao campo cultural (Silva, 2007, p. 12).

Por sua vez, a ação da administração central, por via de programas em vários domínios culturais no âmbito dos organismos centrais da tutela (ministério, secretaria de Estado) ou desconcentrados (entre 1980 e 2023¹ as direções regionais de cultura) tem sido um poderoso incentivo a este desenvolvimento. Em especial os programas de

–
1
As direções regionais de cultura foram criadas em 1980 (Santos et al., 1998, p. 242). A partir de 1 de janeiro de 2024 passam a estar integradas nas comissões de coordenação e desenvolvimento regional (CCDR, I.P.) na sequência da reforma da administração periférica do Estado (Decreto-Lei n.º 36/2023, de 26 de maio).

equipamentos e serviços em rede (Silva, 2004), numa lógica de parcerias (de adesão voluntária) entre a tutela da cultura e os municípios, por um lado, e mais recentemente com os governos regionais dos Açores e da Madeira, por outro, desempenham uma função muito relevante pelo que significam de infraestruturação para a realização de atividades, com programação ao longo de todo o ano (sem os constrangimentos dos eventos ao ar livre, e sem pôr em causa a existência destes, sejam festas e festivais populares ou eruditos), cumprimento a sua função de mediação entre ofertas e procuras, como instâncias de formação de públicos.

As políticas públicas têm sido chamadas ao desenvolvimento de políticas regionais (regiões plano/NUTS II, e com crescente protagonismo de níveis sub-regionais/ intermunicipais, as CIM), culturais ou com componentes culturais em parte suportadas pelos quadros financeiros, e respetivos ciclos de planeamento, como se pode ver, entre outros, por um estudo sobre a região do Alentejo (Neves, Prista et al., 2022).

Um exemplo de política cultural central que visa dinamizar articulações supramunicipais é a das bibliotecas públicas, através do organismo de tutela do setor (DGLAB), que a partir de 2017 “adotou uma estratégia de incentivo e apoio à criação e formalização de Redes Intermunicipais de Bibliotecas Públicas no seio das Comunidades Intermunicipais (CIM)/Áreas Metropolitanas (AM)”, em detrimento do objetivo inicial focado nas bibliotecas municipais².

O crescimento e dinamização do número de entidades artísticas profissionais, e mesmo informais, em especial no quadro de programas da tutela da cultura de apoio às artes (Neves et al., 2017), do terceiro setor, e também de entidades privadas lucrativas, as empresas dos setores cultural e criativo – e todas contribuindo para o crescimento do emprego e trabalho cultural no País registado nos últimos anos (Neves, Miranda & Lopes, 2021), em parte profissionais independentes (Neves et al., 2021) - são outros tantos fatores que explicam a alteração do panorama artístico e cultural do País, seja quanto a equipamentos, seja quanto a entidades e atividades.

Importa ainda acrescentar outros fatores igualmente positivos. É o caso da criação de itinerários permanentes, em especial os do património imóvel - dando nova expressão às políticas de primeira geração dirigidas para a conservação e valorização deste património, prosseguidas durante décadas por todos os níveis administrativos do Estado, com recursos financeiros consideráveis à escala nacional (Garcia et al., 2014a,; Santos et al., 1998) - e imaterial, no quadro de programas nacionais e regionais, europeus (União Europeia, Conselho da Europa, Acordo do Espaço Económico Europeu) e transnacionais (UNESCO).

Sem esquecer que esta expressão descentralizada das diversas vertentes no plano das ofertas corresponde a expressão de proximidade no plano das populações, das comunidades ou, mais especificamente, das procuras culturais, na perspetiva explicitada constitucionalmente de democratização do acesso à cultura produzida por profissionais, e promovendo também as diversas expressões artísticas amadoras, voluntárias, assim concretizando a orientação igualmente inscrita na Constituição da República Portuguesa, embora implicitamente, de democracia cultural (Neves, 2021; Neves et al., 2023).

Em suma, observado sob o prisma de cada domínio isoladamente (teatro, música, museus, património...) o panorama no país tem-se alterado substancialmente. Contudo, sob esse mesmo prisma, fica-se eventualmente com a sensação de que os avanços são já significativos, mas apesar de tudo talvez apenas setoriais.

—
2
Sobre as RIBP – Redes Intermunicipais de Bibliotecas Públicas consultar o site da DGLAB <http://bibliotecas.dglab.gov.pt/pt/noticias/Paginas/estrategia-redes-intermunicipais-colaboracao.aspx>.

De facto, a ausência de uma perspetiva de conjunto, multidimensional, nacional e não apenas de cada município, impede que se entendam em toda a sua extensão os resultados obtidos pelas políticas postas em prática, tanto os desenvolvimentos e as potencialidades já reveladas como as limitações que ainda persistem e, por acréscimo, a importância de definir novas políticas de base territorial, mais direcionadas para problemas e territórios específicos, de modo a dar continuidade à correção das carências e assimetrias que têm caracterizado o país, e ainda persistem, visando a coesão territorial na perspetiva da área da cultura.

Constatada a inexistência de um instrumento que integre numa perspetiva nacional dimensões fundamentais para as dinâmicas culturais dos territórios, desde logo equipamentos e entidades, mas também as atividades (do lado das ofertas) e as procuras, no conjunto dos domínios culturais, o Estudo Setor Artístico e Cultural em Portugal, decorrente do acordo institucional de parceria estabelecido entre a DGARTES e o Iscte-Instituto Universitário de Lisboa, no quadro do OPAC, previa justamente a construção de um Atlas Artístico e Cultural de Portugal.

Procura-se assim contribuir para o conhecimento da realidade do país de base territorial, municipal, no sentido de identificar e corrigir assimetrias, tem sido produzido noutros âmbitos, como é exemplo o do bem-estar (Mauritti et al, 2022).

Em termos expositivos, o Atlas está organizado do seguinte modo. Primeiramente, faz-se um balanço sobre a perspetiva territorial da cultura em Portugal. A metodologia adotada e o processo de recolha e tratamento dos dados são explicitados de seguida. A informação tratada de acordo com o modelo definido será depois apresentada e comentada por domínios culturais privilegiando a perspetiva territorial nacional, ao nível do município. Uma atenção especial será dedicada aos apoios financeiros às artes, em capítulo específico, que inclui uma perspetiva sobre os territórios de menor densidade de atividade artística profissional com base no índice compósito que os delimita. Avança-se depois para um conjunto vasto de informação que incide nas atividades incluídas no que se vem designando como setores cultural e criativo, ou seja, olha-se para as entidades privadas lucrativas, individuais ou sociedades. As cinco redes culturais nacionais no âmbito da tutela da cultura são objeto do capítulo seguinte, inicialmente na perspetiva da implantação no território de cada uma delas, e a fechar observadas articuladamente.

Os dois capítulos finais dão conta, por um lado, de programas nacionais em que a tutela da cultura é um dos intervenientes, em articulação com organismos de outras áreas governativas, e, por outro, de programas de organismos internacionais com incidência no território nacional, em especial no domínio do património cultural, imóvel e imaterial. No capítulo final sintetizam-se algumas das principais conclusões e recomendações que os trabalhos realizados na elaboração do Atlas sugerem.

A terminar esta introdução, importa deixar os devidos agradecimentos aos organismos do Ministério da Cultura, centrais e desconcentrados, bem como aos dos governos regionais dos Açores e da Madeira, ao INE, aos seus responsáveis e interlocutores indicados para o presente estudo, por nos terem concedido entrevistas que em muito contribuíram para o esclarecimento de dúvidas e para a decisão de inclusão, ou não, de várias fontes identificadas numa fase inicial como potenciais integrantes do AACP e pela disponibilização de dados.

1. Mapeamentos e atlas culturais

Os mapeamentos, atlas, cartas ou cartografias são importantes instrumentos de conhecimento do espaço e dos territórios, de planeamento, de definição de políticas públicas e, em específico, da infraestruturação cultural.

Relativamente a Portugal, têm sido sobejamente referidos os desequilíbrios e assimetrias regionais, as “dicotomias persistentes norte/sul, litoral/interior, urbano/rural” que, por demasiado simplificadoras, “importa questionar” (Ferrão, 2013, p. 245) e que, de resto, não são específicos da área da cultura, nem se devem a “razões exclusivamente relacionadas com as dinâmicas intrínsecas à esfera cultural” (Ferreira, Gomes & Casaleiro, 2011, p. 11). São desequilíbrios que derivam desde logo das assimetrias demográficas, sociais, históricas e económicas (Cardona et al., 1998). É enorme a relevância das políticas públicas (especificamente culturais ou não), nacionais, centrais e locais, e das “políticas” da União Europeia (recomendações e financiamento, descentralização, regionalização). De uma fase de articulação entre as políticas centrais/locais, de descentralização (Silva, 2004) para a fase mais recente de reflexão sobre processos supralocais, de regionalização, intermunicipais, impulsionados por políticas culturais da UE e nacionais, planeamento estratégico e financiamento europeu e nacional.

Vários países criaram este tipo de instrumento no setor da cultura. Citam-se dois exemplos europeus. A França, com uma ancoragem tanto regional iniciada com o programa *Schéma de Services Collectifs* (Datar, 1999, 2000a, 2000b) como nacional (Cardona et al., 1998). Mais recentemente, em 2021, o serviço estatístico do Ministério da Cultura francês (Deps-Doc) disponibilizou, em formato digital *online*, o *Atlas culture des territoires. Comprendre les dynamiques culturelles* (versão Beta), interativo, que se constitui como um recurso de referência de dados públicos da cultura, incluindo a disponibilização de retratos culturais regionais, organizado em quatro dimensões: locais e oferta; despesa pública; políticas públicas; empresas e emprego. Outros exemplos surgem de Espanha, um mais centrado nos equipamentos do Ministério da Cultura (MECD, 1995) outro, mais recente, numa perspetiva mais abrangente (Castillo et al., 2009). Estes são instrumentos com uma perspetiva territorial de apoio às políticas e ao planeamento.

Também na América Latina vários países têm, pelo menos desde 2010, construído cartografias culturais, de que são exemplos o *Atlas de infraestructura y patrimonio cultural de México* (Reyes, Lara & Hernández, 2010), e o projeto *Atlas de Infraestructura y patrimonio cultural de las Américas*, com volumes publicados para a Costa Rica, o Equador e o Peru (Ribot, 2011a, 2011b, 2011c) com o objetivo de contribuir para a inserção da cultura como fator de desenvolvimento económico e social da América Latina e Caribe.

1.1. A perspetiva territorial da cultura em Portugal

Em Portugal, a viragem do milénio marca o crescimento dos contributos para o conhecimento da realidade cultural portuguesa com recurso a cartografias culturais tendo por base o município, utilizadas até então com outros recortes territoriais, mais amplos como por exemplo o distrito (sobre oferta e procuras culturais dos jovens ver Schmidt, 1993) ou a região (NUTS III), este no âmbito das estatísticas oficiais sobre as associações culturais e recreativas (INE, 1998), acompanhado por uma crescente disponibilização de *software* especializado com o recorte administrativo municipal. Crescimento que tem em conta igualmente a diversificação de domínios culturais mapeados e que se acentuaria na década de 2010. Se o objetivo dos estudos é similar, os âmbitos, os domínios culturais e os objetos variam significativamente.

a) De âmbito nacional

No quadro do OAC-Observatório das Atividades Culturais (extinto em 2013) foram vários os estudos publicados que incluíram uma dimensão de mapeamento de diversas dimensões culturais. O exercício mais aprofundado e específico visava o mapeamento do conjunto dos equipamentos culturais, à data de 2011, a partir das fontes administrativas disponíveis nos organismos do MC e no INE (fontes por norma utilizadas) (Neves & Santos, 2012).

Antes deste estudo exploratório, a perspetiva territorial, municipal, está presente em diversos estudos realizados no quadro do OAC. Desde logo o estudo sobre as Despesas dos Municípios com Cultura (Neves, 2000). Outras pesquisas de âmbito nacional integram componentes de base territorial, porém restritos a determinado domínio ou mesmo subdomínio cultural. O dos museus tem sido um dos mais estudados, em diversas dimensões, e com várias bases conceptuais e fontes (administrativas, secundárias e fontes primárias), em particular nas duas edições do *Panorama Museológico*, cujos últimos dados são de 2009 (Neves, Santos & Lima, 2013; Santos et al., 2005), os quais deram continuidade a uma perspetiva de distribuição territorial iniciada no *Inquérito aos Museus em Portugal* (Santos & Neves, 2000).

Fora do quadro do OAC, e a partir de dados disponíveis no INE (NUTS III) para os equipamentos, também referenciado a 2011, foi realizado um exercício de representação (Gabriel, 2016), que inclui também o mapeamento dos eventos culturais na Área Metropolitana de Lisboa com base nas agendas culturais municipais. Do ponto de vista das políticas públicas, Augusto Santos Silva efetuou uma caracterização com mapeamento do conjunto das políticas culturais de infraestruturização do território, em parcerias central/municipal, nos vários domínios,

abrindo os anos de 1980 a 2010, com destaque para os programas de redes culturais (Silva, 2004). Uma outra abordagem de “equipamentos de produção e difusão cultural” inclui mapeamento por município e distrito (continente) de artes do espetáculo e cinema (IGAC), estruturas de criação e produção apoiadas pela DGARTES e montantes atribuídos pela DGARTES (fonte DGARTES) e pelas DRC (fonte DRC) e foi realizada no âmbito do programa de estudos Cultura 2020 (Garcia et al., 2014a; 2014b).

Também o património cultural construído dispõe de um Atlas à escala do país, gerido pela DGPC³, cujo foco está nos imóveis classificados e em vias de classificação. Este Atlas é disponibilizado através de uma plataforma digital *online*. Ainda no domínio do património cultural, também está disponível online um mapeamento dos Sítios Arqueológicos visitáveis, gerido também pela DGPC a partir da base de dados deste organismo (*Endovélico*) em articulação com informação proveniente das direções regionais de cultura e de *websites* de câmaras municipais. Para o arco temporal objeto do Atlas, é disponibilizada informação sobre um conjunto de sítios arqueológicos visitáveis, num total de 209 registos, que foram selecionados pelas suas condições de conservação, importância histórico-cultural e enquadramento paisagístico, privilegiando, para este mapeamento, as condições de acesso, a informação disponível no local e a existência de estruturas de apoio no local.

b) De âmbito regional

Quanto ao âmbito regional, refira-se o estudo realizado pelo CES/UC para a DRC Centro sobre os recintos de espetáculos (Ferreira, Gomes & Casaleiro, 2011). O *Levantamento dos equipamentos culturais da Área Metropolitana do Porto*, um dos mais antigos (Pessoa, Valente & Teixeira, 1999), embora sem recurso a cartografia, deve ser referido, bem como o *Atlas da Área Metropolitana de Lisboa*, que inclui capítulos sobre cultura, lazer e turismo (Henriques, 2003) e sobre património e identidades (Silvano, 2003), para além de um outro mais recente de mapeamento da região de Lisboa e Vale do Tejo, mas restrito aos trabalhadores da cultura (André & Vale, 2012).

c) De âmbito municipal

No âmbito municipal, regista-se o de Loures, centrado no associativismo (Banha, 2001), e a cartografia cultural do município de Cascais que inclui a vertente das ofertas (equipamentos, serviços, agentes culturais coletivos e eventos) e a das procuras (públicas) (Santos, Lima & Neves, 2005) são alguns estudos disponíveis.

Nos vários níveis atrás referidos, com fontes, domínios, dimensões e graus de detalhe diferenciados na informação disponibilizada, são, portanto, diversos os exemplos das abordagens já existentes. Uma pesquisa na *internet* sobre “atlas” e “mapeamento” cultural permite aceder a muitos outros exemplos, com vertentes pesquisáveis, com informação diversa sobre os registos, decorrente de inquéritos por questionário de resposta voluntária, de plataformas colaborativas em que as entidades coletivas e os indivíduos envolvidos são convidados a acrescentar informação, nuns casos através de georreferenciação por coordenadas geográficas e por município. Informação relevante sem dúvida, mas em geral fragmentada, sem possibilidade de uniformização e sem garantias de fiabilidade.

—
3
Em setembro de 2023 foi publicada em Diário da República a criação dos novos organismos que resultam da reorganização da DGPC: Património Cultural, I.P. (Decreto-Lei n.º 78/2023, de 4 de setembro) e Museus e Monumentos de Portugal, E.P.E. (Decreto-Lei n.º 79/2023, de 4 de setembro). Estes organismos entraram em vigor em janeiro de 2024. Contudo, durante a produção do AACP, as fontes consultadas emanaram da DGPC, que é aqui mantida.

d) De âmbito setorial

O património cultural tem conhecido, em Portugal, um conjunto alargado de ensaios de cartografias, incluindo também os já referidos sobre os museus. No caso dos locais históricos e sítios arqueológicos, há uma longa tradição de referenciação no território nacional que remonta à realização de Cartas Arqueológicas, em que se procurava mapear os recursos arqueológicos existentes no território com vista à sua utilização na gestão e ordenamento (Martins, 2011; Silva, 2005). Projetos como o *Atlas SIPA de Património* em que estão publicadas edições referentes a Pelourinhos (2010), Faróis (2011 e 2013) e Bairros IHRU (2011) e Linhas de Torres (2013)⁴, procuram fazer um mapeamento temático e categorizado dos recursos patrimoniais. Mais recentemente, projetos que se inscrevem numa outra filosofia patrimonial têm surgido, como por exemplo o *Hereditas – Atlas da Paisagem Cultural*, promovido a nível local em Guimarães.

Para além do património cultural, outros domínios de atuação dentro do setor cultural têm permitido a construção de cartografias culturais. Um exemplo é o dos arquivos, em específico os “arquivos intermédios da administração central”, promovido pelo Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo e realizado pelo OAC (Santos et al., 2003; Neves, Lima & Santos, 2003). No domínio das artes performativas, e do contributo das associações culturais para o planeamento cultural, há ainda que citar o estudo promovido pela autarquia do Funchal (Esteireiro, 2018). Os festivais são importantes eventos que põem em contacto ofertas e procuras culturais. Portugal conheceu uma evolução muito significativa deste tipo de eventos a partir da segunda metade dos anos 1980, desde logo de música erudita, com o seu crescimento e diversificação (músicas étnicas, jazz e rock), e localização pelo território do continente entre 1985 e 1999 (Martinho & Neves, 1999). Os festivais de música (pop/rock), sua evolução de 1998 para 2008 e seu mapeamento pelo território nacional mereceram também atenção (Guerra, 2016).

Faltar, portanto, um instrumento com uma visão de conjunto, que permita a visão articulada dos vários domínios e dimensões relevantes, numa perspetiva territorial nacional, com dados comparáveis, e com uma perspetiva sincrónica, ou seja, num dado período temporal, por hipótese um dado ano ou pelo menos num arco temporal limitado. E, aspeto essencial, que utilize dados e fontes controlados, válidos e fiáveis e que permita uma atualização regular e a incorporação de novas dimensões de análise.

Deste ponto de vista, não se estranha que as principais referências para o presente estudo de atlas culturais no plano internacional tenham como fontes os organismos oficiais de estatística (nuns casos as tutelas da cultura por delegação, como em França e Espanha (Garcia et al., 2014a) - noutros os institutos nacionais de estatística – como é o caso português) e, ou, organismos da tutela da cultura com atribuições de intervenção (e. g. apoios) e/ou regulação nos vários domínios culturais, legalmente atribuídos. Trata-se então de fontes administrativas⁵, que decorrem do seu aproveitamento para fins estatísticos, com dados controlados e tratados tecnicamente de acordo com métodos e procedimentos formalizados e verificáveis.

—
4
O SIPA (Sistema de Informação para o Património Arquitetónico) é um sistema de informação e documentação sobre património arquitetónico, urbanístico e paisagístico português e de origem ou matriz portuguesas gerido pela DGPC.

—
5
De acordo com a Lei do Sistema Estatístico Nacional (Assembleia da República, Lei n.º 22/2008, de 13 de maio, Art.º 2.º alínea e), dados administrativos são aqueles “recolhidos por entidades do setor público sobre pessoas singulares ou colectivas, incluindo os dados individuais, com base em procedimentos administrativos que têm normalmente um fim primário que não é estatístico”.

2.

Metodologia

Tendo presente os objetivos definidos em articulação com a bibliografia e o levantamento documental e de fontes, e os exemplos de mapeamentos e atlas culturais inventariados, foram identificadas duas possíveis estratégias metodológicas principais: (i) com base em fontes secundárias, nacionais, oficiais (INE), e/ou da tutela da cultura (MC) e (ii) a partir de recolha primária de informação, de inquérito por questionário, junto de entidades públicas (câmaras municipais...) e privadas, não lucrativas (associações...). A opção no Atlas recaiu na primeira, que a seguir se detalha.

2.1. Domínios e procedimentos

O objetivo primeiro do AACP é apoiar o desenho de políticas públicas na área governativa da cultura. A perspetiva territorial é nacional, a unidade mínima é o município – o que significa que toda a informação está estruturada de acordo com esta unidade - e a partir desta, as NUTS II (regiões) e NUTS III (comunidades intermunicipais). Isto do ponto de vista espacial. Na ótica temporal a perspetiva é sincrónica, os dados reportam-se a um dado ano ou, em algumas dimensões, aos dados mais recentes disponíveis nas fontes. A opção quanto aos domínios culturais observados baseia-se na grelha de estatística de 2012 da ESSnet-Culture (*European Statistical System Network on Culture*) que é o referencial na União Europeia (Bina et al., 2012) e que considera 10 domínios e, em alguns, também subdomínios) cruzada com as áreas de intervenção das políticas públicas da cultura (gestão, financiamento, regulação) da tutela da cultura em Portugal (o Ministério da Cultura), conforme se evidencia no quadro 1.

Domínios e subdomínios culturais do AACP

Quadro 1

ESSnet-Culture		AACP
DOMÍNIO	SUBDOMÍNIO	
Património	Museus	Museus
	Sítios históricos	Património cultural
	Sítios arqueológicos	Sítios arqueológicos
	Património intangível	Património imaterial
Arquivos		
Bibliotecas		
Livros e Imprensa		Livros e Imprensa
Artes visuais	Artes plásticas	Artes plásticas
	Fotografia	Fotografia
	Design	Design
Artes performativas	Música	Música
	Dança	Dança
	Teatro	Teatro
	Interdisciplinar	Interdisciplinar
	Outros espetáculos ao vivo	Outros espetáculos ao vivo
Audiovisual & multimédia	Cinema	Cinema
	Rádio	Rádio
	Televisão	Televisão
	Vídeo	Vídeo
	Gravações de som	Gravações de som
	Multimédia	Multimédia
	Jogos vídeo	Jogos vídeo
Arquitetura		Arquitetura
Publicidade		Publicidade
Artesanato		-
-		Tauromaquia

Fonte: OPAC a partir da grelha ESSnet-Culture (Bina et al., 2012, p. 44).

As dimensões analíticas consideradas no AACP incluem tanto as ofertas como as procuras. Na primeira incluem-se equipamentos, entidades, empresas, eventos e itinerários. Na segunda visitantes e espetadores dos domínios do património e das artes do espetáculo.

São ainda consideradas entidades dos setores público e privado não lucrativo (ou terceiro setor) e do setor privado lucrativo (as empresas dos setores cultural e criativo).

Em específico no setor público a proximidade dos objetivos do Atlas com as políticas públicas da cultura determina uma atenção especial aos programas e projetos dele emanados. Mas não se esgota nestes, tal como as políticas para a cultura não se limitam à tutela da cultura. São assim igualmente incluídos programas transversais, em articulação com outros ministérios.

As dimensões observadas decorrem em grande parte de programas, projetos e entidades nacionais. Mas há vários programas de organismos internacionais, que o país integra, com intervenção na área da cultura e com incidência no território de Portugal, contribuindo também para configurar a oferta e a procura culturais. Por isso, uma vez que é possível determinar uma ancoragem territorial municipal, estão também incluídas no AACP programas promovidos por instituições internacionais, designadamente a União Europeia, o Conselho da Europa e a UNESCO, assim como o Acordo do Espaço Económico Europeu.

As diversas dimensões consideradas ganham em ser abordadas tendo em conta o contexto nacional relevante do ponto de vista das artes e da cultura, mas com uma perspetiva mais alargada. Inclui-se, por isso, um conjunto de mapeamentos que visam justamente o enquadramento (sempre tomando como unidade o município) quanto a variáveis sociodemográficas, densidade populacional, baixa densidade (uma classificação que visa a discriminação positiva dos territórios mais desfavorecidos), rendimento *per capita*, e ainda outras dimensões mais próximas das questões culturais, como as despesas dos municípios com atividades culturais e criativas e a existência de instituições de ensino superior com cursos nessas áreas.

2.2. Mapeamentos e fontes primárias e secundárias, públicas e privadas

A construção do atlas cultural pressupõe a existência de registos de âmbito nacional, classificados por um conjunto de campos de informação primária capazes de produzir informação simples de base territorial descritiva das respetivas unidades, e também derivada (explicativa, complexa, de indicadores), organizados em bases de dados mais ou menos complexas consoante os objetivos visados, o nível de análise e de representação geográfica.

As fontes que alimentam as bases de dados (quantitativas, estandardizadas) utilizadas nos vários estudos e países são diversas, mas de um modo geral são secundárias, administrativas, a partir de institutos nacionais de estatística e das tutelas da cultura. Uma vez que a componente de apoio às políticas públicas culturais é um dos principais pressupostos, a opção por uma ou outra (institutos de estatística ou organismos técnicos da tutela da cultura) depende, em boa medida, de qual o responsável pelas estatísticas da área. Em alguns países são os primeiros. Em Portugal, como se sabe, é o INE. Em França e Espanha, pelo contrário, a tutela da cultura é o órgão delegado para esta área (Garcia et al., 2014a). Isso determina grandemente o volume de dados e o nível de trabalho em torno destas fontes e, em particular, a quantidade de estudos e de publicações disponíveis, dado que ao interesse especificamente estatístico se acrescenta o de informar o desenho, acompanhamento e avaliação das políticas públicas.

Podem também ser fontes privadas, mas tal é residual, desde logo porque elas obedecem aos objetivos de lucro inerentes a estas entidades. As exceções correspondem a encomendas das tutelas da cultura em áreas de atividade que os poderes públicos atribuem ou convencionam a entidades privadas, associativas.

O facto de corresponderem a uma lógica setorial, de administração de um serviço em específico, sem uma preocupação comparativa mais geral, significa grandes limitações na sua utilização conjunta.

A superação destas limitações supõe um trabalho continuado de modernização e de harmonização das fontes por parte do INE e das tutelas da cultura, porque são estas instituições que dispõem dos instrumentos legais para impor a recolha de informação e a obrigatoriedade da resposta (o INE) ou a possibilidade efetiva de levar à adoção de procedimentos administrativos estandardizados.

Isto por um lado. Por outro lado, a necessidade de acrescentar variáveis mais específicas tem subjacente a criação e aplicação (não regular) de instrumentos de recolha de informação específicos, de inquérito por questionário. Contudo, como se sabe, o recurso a fontes primárias esbarra frequentemente com a não obrigatoriedade de resposta por parte dos detentores da informação, sejam públicos (tutela da cultura e seus organismos, os municípios) ou privados (proprietários e/ou gestores dos equipamentos). Como a generalidade dos estudos com recurso a essa fonte confirmam, os municípios em particular são por norma fontes difíceis para a obtenção de taxas de cobertura alargadas. Pode dizer-se que é uma fonte tão relevante quanto de difícil obtenção. A exceção são os estudos do INE, à mercê da obrigatoriedade da resposta. Em alguns casos a cobertura dos universos pelos inquéritos é relevante e válida para fins de caracterização dos universos em causa. Os estudos realizados pelo OAC sobre os museus (o extinto projeto BdMuseus, em parceria com a tutela do setor) e do OPAC sobre os Monumentos Nacionais (Neves et al., 2020), bem como o inquérito da DGLAB às bibliotecas da RNBP (ambos em curso e utilizados no Atlas) podem ser referidos como exemplos bem-sucedidos. Mas ainda assim raramente têm o carácter de exaustividade que é uma das características dos estudos do INE.

Em Portugal o INE divulga estatísticas sobre equipamentos cuja responsabilidade primeira é, por norma, dos organismos da tutela da cultura, central ou dos governos regionais. É o caso dos recintos de natureza artística (IGAC), do património classificado (DGPC) e do cinema (ICA). Contudo as responsabilidades e o trabalho realizados não são objeto de uma atividade central, na tutela ou no INE, mas sim dos organismos que tutelam cada setor. E estes podem ter ou não dados sistematizados e/ou publicados. A orientação seguida é administrativa. Nos setores referidos o INE procede a uma análise técnica dos dados que lhes confere maior abrangência. Mas as bases de dados/listagens não estão necessária e imediatamente disponíveis. Pelo contrário, isso acontece nos setores em que a informação provém/permanece nos organismos produtores. É o caso das bibliotecas públicas (DGLAB) e das direções regionais de cultura e, parcialmente, dos museus, entre outras. No setor dos museus, a responsabilidade e a produção das estatísticas nacionais é do INE, depois de durante um período longo ter beneficiado de um protocolo tripartido com o então OAC e a tutela da cultura, por intermédio dos responsáveis pela RPM (Santos & Neves, 2017).

Assim, como fontes principais para o AACP, no que respeita aos equipamentos, temos os organismos da tutela da cultura e o INE. Em alguns domínios é possível

dispor de listagens em acesso aberto. Noutros foi necessário solicitar essa informação.

Nos anos mais recentes temos assistido à proliferação de fontes de diferentes recortes concetuais (setor cultural; setor cultural e criativo), de domínios e subdomínios, âmbitos territoriais, temas (por exemplo redes de museus de arte) e agregados que com a sua divulgação procuram dar-se a conhecer (redes, associações), entidades responsáveis, públicas (DRC, CIM) ou não. No seu conjunto, são relevantes, mas de difícil, e mesmo impossível, harmonização à escala nacional, aquela que aqui se pretende.

No caso do setor público, as DRC ou as CIM disponibilizam informação sobre alguns domínios do setor cultural, nomeadamente as artes do espetáculo com indicação dos equipamentos culturais ou ainda do património cultural (museus, monumentos, património imaterial). Haverá, contudo, que considerar na informação disponibilizada a que tem origem em organismos nacionais como a IGAC, a DGLAB, o ICA, a DGPC ou o INE, e que é recolhida pelas próprias direções regionais ou municípios, para só citar organismos públicos, portanto não recolhida especificamente para o Atlas (fontes secundárias). Esta é uma questão que se coloca de forma geral. No domínio do património cultural, as Cartas Arqueológicas, numa primeira fase, e mais recentemente as Cartas ou Atlas Patrimoniais têm também sido apresentadas pelas câmaras municipais, mapeando os bens culturais existentes nos respetivos territórios, embora sem uma dimensão nacional.

Ou seja, diversas entidades públicas recolhem e, em alguns casos, disponibilizam publicamente informação sobre bens e serviços culturais por si tutelados, ou sobre entidades com que se relacionam no âmbito das suas atribuições e competências, sem que, contudo, a estrutura dessa informação esteja harmonizada e interrelacionada entre fontes do mesmo tipo. Esta questão é particularmente relevante quanto aos organismos públicos, e em especial do Ministério da Cultura e, neste, por exemplo nas direções regionais de cultura (o que levou a que no AACP não tenham sido utilizadas as suas fontes, ao passo que, em dimensões de carácter nacional tenham sido adotadas as nacionais). A constatação dessa limitação não decorre dos trabalhos do Atlas (que apenas a confirmou) nem é recente. Já no início da década de 2000 foi proposta no âmbito do OAC, a criação de um sistema de informação cultural do Ministério (Santos et al, 2002; 2007), proposta que se retomou mais tarde numa perspetiva de ministério (Garcia et al., 2014a) e também do património (Camacho et al., 2021). No mesmo sentido se deu início, ainda nesse âmbito do OAC, ao projeto de uma Carta Cultural que envolveu o conjunto dos organismos do Ministério da Cultura na realização de um diagnóstico e proposta de um modelo de sistema de informação territorial para a criação de uma *Carta Cultural* (Neves & Santos, 2012). A persistência destas propostas mostra que pouco se avançou entretanto. Os procedimentos que foi necessário adotar para a realização deste Atlas servem, aliás, como confirmação disso mesmo.

Refira-se ainda a existência de diversa informação disponibilizada por entidades privadas, como por exemplo a Igreja Católica, que promove o inventário dos seus bens culturais, que, embora tendo uma dimensão nacional (estruturado por arquidioceses), inclui categorias muito latas como por exemplo o património imóvel, mas também o móvel. Outro exemplo é o contributo do Centro de Arqueologia de Almada com uma aplicação cartográfica com todos os sítios arqueológicos visitáveis em Portugal, a partir de um inquérito direto realizado aos vários sítios (Raposo, 2016).

Contudo, é uma informação compreensivelmente pensada para se limitar a responder às necessidades específicas.

Algumas conclusões se impõem então do diagnóstico de fontes existentes e potencialmente relevantes para a construção do Atlas: a informação disponível com uma perspetiva territorial é vasta, mas isso não significa necessariamente que seja imediatamente traduzível em conhecimento do todo nacional.

As potencialidades e problemas referidos a propósito dos equipamentos podem ser replicados para as entidades culturais e artísticas. Neste caso, as fontes principais institucionais, na tutela da cultura, para as respetivas áreas de atuação, serão a DGARTES e o ICA, para além da IGAC. Assim, uma vez que a perspetiva do Atlas é institucional, tal significa:

- Primado da utilização de dados provenientes de fontes com enquadramento legal. Ter em conta os exemplos das redes nacionais das várias áreas (equipamentos credenciados);
- Atenção aos enquadramentos das políticas públicas: Governo/área da cultura; Governos regionais/área da cultura; UNESCO/cultura: União Europeia/cultura;
- Tomar como ponto de partida, e principal orientação geral, a utilização de universos homogêneos, controlados e com informação relevante.

2.3. Fontes secundárias nacionais

As fontes utilizadas no AACP são diversas, com destaque (na verdade quase em exclusivo) para as provenientes, primeiro que tudo, das estatísticas nacionais, oficiais; em segundo lugar dos organismos nacionais do Ministério da Cultura ou dos governos regionais dos Açores e da Madeira (em parte coincidentes com as estatísticas nacionais uma vez que estas foram apropriadas pelo INE, casos do cinema e do património imóvel).

De todo o modo, os dados, ainda que em dimensões consideradas relevantes para integrar o Atlas, e disponíveis, tiveram de ser objeto de um trabalho aturado em várias fases. A figura 1 evidencia os passos seguidos desde o levantamento das fontes e respetivos conteúdos e procedimentos até à (preparação) para a introdução nas respetivas bases de dados. Note-se o último passo (atualização), muito importante uma vez que chama a atenção para a complexidade acrescida decorrente do cruzamento de um conjunto alargado de dimensões com as temporalidades específicas, não coincidentes, em que os dados são produzidos e, portanto, atualizados.

Procedimentos para a obtenção de dados

Figura 1

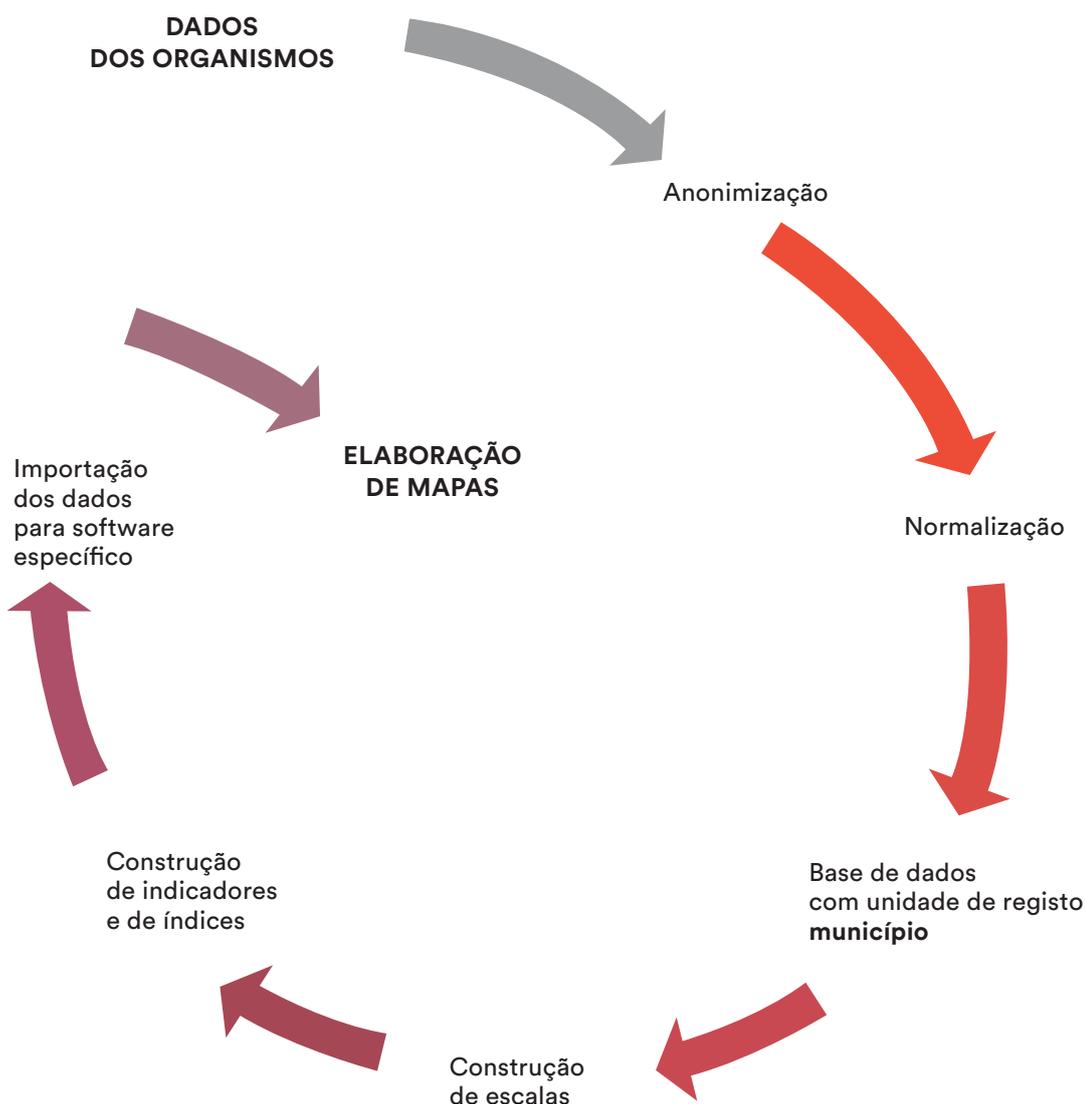


Procedimentos com os dados

Uma vez recebidos os dados, seguiu-se uma nova fase de inserção em bases de dados uniformizadas com a unidade de registo município, e tratamento dos dados (escalas, indicadores e índices) de forma a ser possível a análise e a elaboração dos mapas num software específico (*Datawrapper*), conforme ilustrado na figura 2.

Procedimentos de tratamento de dados

Figura 2



Em síntese, a metodologia adotada é quantitativa, no essencial a partir de fontes secundárias, públicas, do INE e de organismos do Ministério da Cultura com atribuições legais de âmbito nacional. Uma vez selecionados os domínios a incluir no AACP e as dimensões de análise a adotar foram contactadas as fontes potenciais, solicitados e tratados os dados quando considerado adequado. Toda a informação foi assim organizada em bases de dados harmonizadas segundo o modelo municípios/categoria e transposta para a aplicação específica de mapeamento.

3.

Enquadramentos

Antes de passar ao mapeamento por domínios culturais nas suas diversas dimensões, importa fazer uma caracterização do território nacional segundo vários aspetos suscetíveis de contribuir para a sua compreensão e enquadramento. Desde logo um aspeto geral que estrutura a informação apresentada, a divisão administrativa do país. Outros relevantes são a densidade populacional, a classificação dos “territórios de baixa densidade”, as despesas com atividades culturais e criativas pelos municípios, e por fim, o ensino superior artístico e cultural.

3.1. Divisão administrativa

A divisão regional dos 308 municípios do país (278 no Continente, 19 na RAA e 11 na RAM) organiza-se em três níveis de acordo com a NUTS, a nomenclatura de referência que serve de suporte à recolha, organização e divulgação de informação estatística regional a nível europeu. A divisão regional em vigor no período a que se reporta o Atlas (NUTS 2013), foi definida na sequência da aprovação do estatuto das entidades (ou comunidades) intermunicipais de 2013 e começou a ser aplicada pelo Sistema Estatístico Nacional e Europeu a 1 de janeiro de 2015 (INE, 2015). O mapa 1 mostra a divisão do país de acordo com os três níveis.

A NUTS I distingue o território do continente e as regiões autónomas dos Açores (R. A. Açores) e da Madeira (R. A. Madeira). A divisão por NUTS II identifica cinco regiões plano no continente (Norte, Centro, Área Metropolitana de Lisboa, Alentejo e Algarve), para além dos Açores e da Madeira. Finalmente, a NUTS III divide o país em 25 sub-regiões, ou comunidades intermunicipais (CIM), cujo estatuto foi aprovado também em 2013 (Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro). De acordo com este estatuto, as regiões Norte e Centro subdividem-se em oito CIM cada uma, a Região do Alentejo em cinco, sendo que nas restantes quatro, a CIM coincide com a NUTS II (Área Metropolitana de Lisboa, Algarve, R. A. Açores e R. A. Madeira).

Limites das NUTS II e III (2013)

Mapa 1



Fonte: INE, 2015, p. 5.

Nota: embora tenha sido aprovada recentemente pela Comissão Europeia uma nova Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS), níveis II e III (Regulamento Delegado (UE) 2023/674, da Comissão de 26 de dezembro de 2022), no período a que reportam as fontes e os dados do presente Atlas Artístico e Cultural de Portugal a NUTS em vigor corresponde à versão de 2013 (INE, 2015). Sobre a implementação das NUTS 2024 ver CSE (2023).

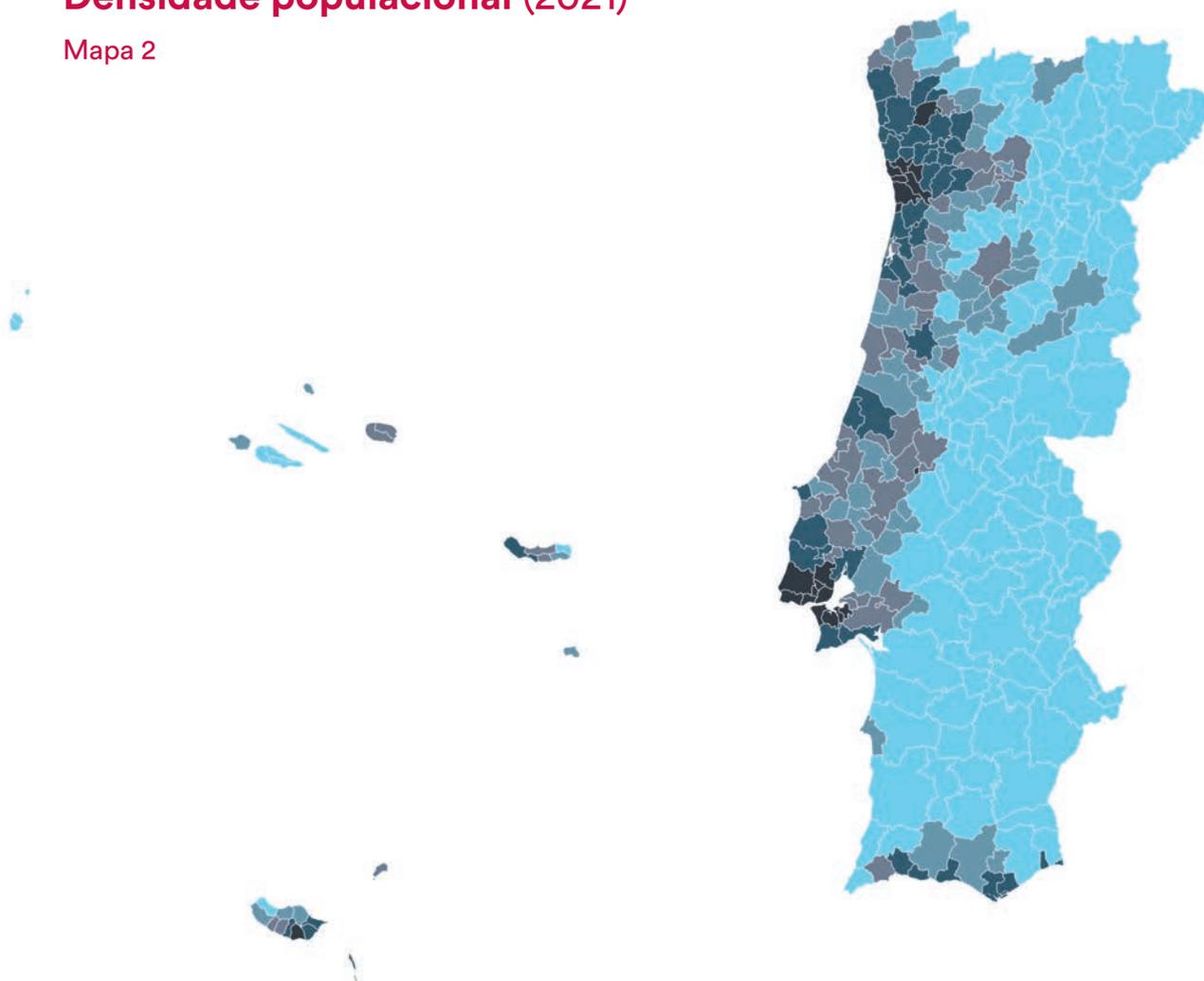
3.2. Densidade populacional

São sobejamente conhecidas as assimetrias regionais que caracterizam em grandes traços o território português, frequentemente designadas por três dicotomias – litoral/interior, norte/sul e urbano/rural – talvez demasiado simplificadoras como vem sendo referido (Ferrão, 2013), e que importa aferir quanto aos domínios culturais.

Do ponto de vista da distribuição populacional, adotando o indicador de densidade populacional (número de habitantes por km²), estas características mantêm-se de acordo com o mais recente Censos de 2021. Em especial, o mapa 2 confirma a forte assimetria que se verifica entre os municípios situados na faixa litoral da Área Metropolitana de Lisboa, da região Centro e da região Norte (e nesta em especial os municípios da Área Metropolitana do Porto), e também de uma parte dos municípios da região do Algarve, mais densamente povoados, e a generalidade dos restantes municípios. Nota-se, ainda assim, o alastramento da mancha correspondente aos municípios de povoamento intermédio para o interior nas regiões Centro, Norte e Algarve. E nos Açores e Madeira verificam-se diferenças significativas em várias ilhas e também entre ilhas. Deste modo, a região do Alentejo é a que regista maior homogeneidade entre os seus municípios, em geral com baixa densidade populacional, com exceção de Sines e Vendas Novas, bem como na maioria dos integrados na Lezíria do Tejo.

Densidade populacional (2021)

Mapa 2



■ Muito alta ■ Alta ■ Média ■ Baixa ■ Muito baixa

Fonte: OPAC a partir de INE, *Recenseamento da população e habitação - Censos 2021* e INE através de Direção-Geral do Território.

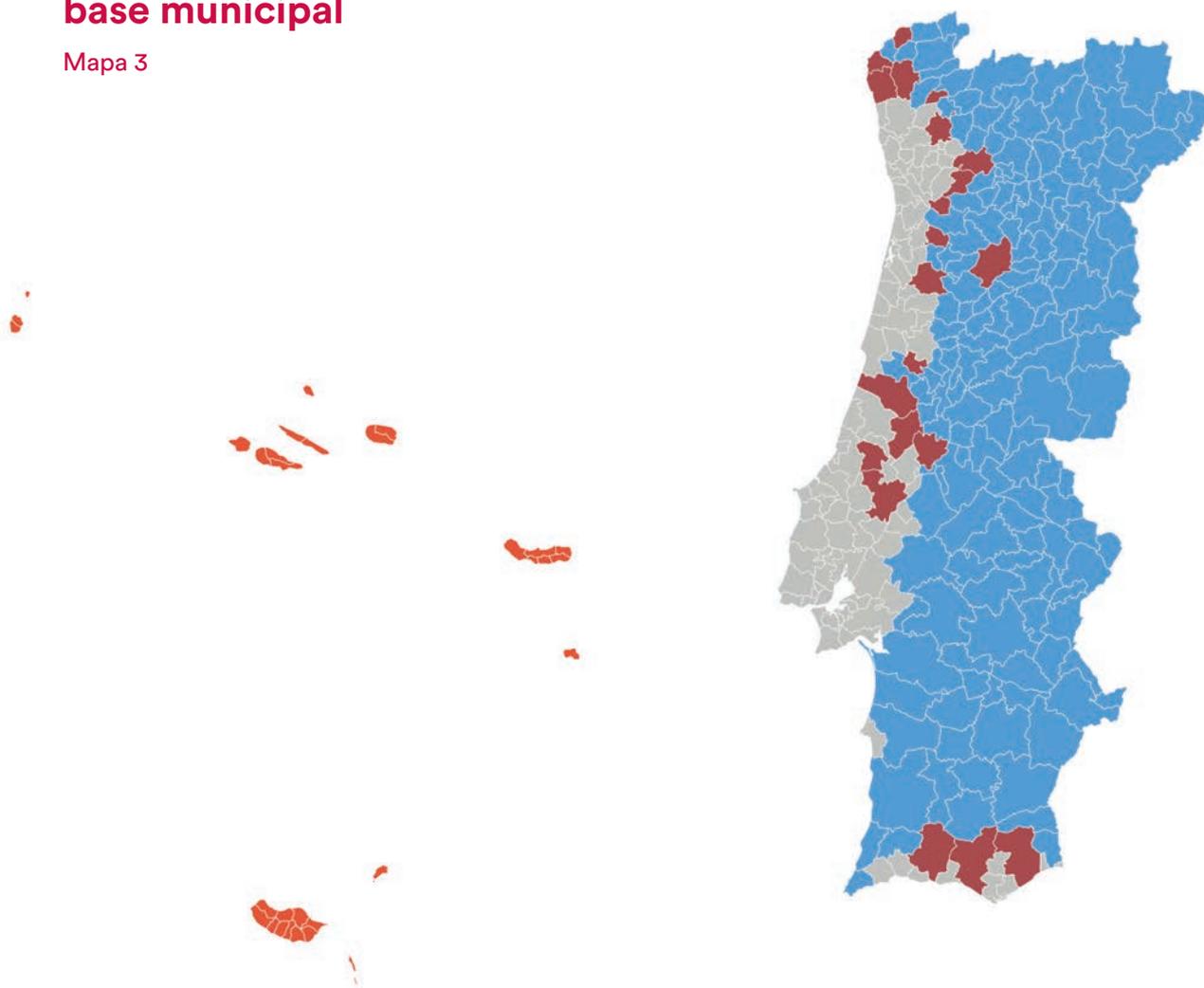
3.3. Territórios de baixa densidade

A Deliberação nº 55/2015, de 1 de julho, da Comissão Interministerial de Coordenação Portugal 2020 (CIC Portugal 2020), relativa à “classificação de territórios de baixa densidade para aplicação de medidas de diferenciação positiva dos territórios” adotou para os 278 municípios do continente uma “abordagem multicritério que considera a densidade populacional, a demografia, o povoamento, as características físicas do território, as características socioeconómicas e as acessibilidades” (p. 1). É um instrumento fundamental nas políticas públicas que visam a coesão territorial, as quais são o terceiro pilar na União Europeia, instituídas no Tratado de Lisboa (2007), com a coesão económica e social.

De acordo com esta perspetiva, foram tipificados como sendo de baixa densidade 165 municípios e 73 freguesias de 21 municípios que não são de baixa densidade. Uma vez que a unidade mínima do AACP é o município, optou-se por considerar um outro tipo, designando aqueles 21 municípios como de *densidade parcialmente baixa*. O mapa 3 mostra a localização dos referidos tipos. Note-se que apenas os 278 municípios do território do continente são abrangidos por esta tipologia. A analogia nas regiões autónomas é a noção de Regiões Ultraperiféricas (RUP), como são consideradas no âmbito da União Europeia.

Territórios de baixa densidade: base municipal

Mapa 3



■ Baixa densidade ■ Parcialmente baixa densidade ■ Região ultraperiférica ■ Não se aplica

Legenda: Baixa densidade a partir da deliberação n.º 55/2015 da CIC Portugal 2020, de 1 de julho. Parcialmente baixa densidade refere-se aos municípios que têm freguesia(s) classificada(s) como baixa densidade (OPAC a partir da deliberação referida).

Fontes: CIC Portugal 2020 (Baixa densidade); União Europeia (Região Ultraperiférica).

3.4. Despesas dos municípios com atividades culturais e criativas

A questão do financiamento da cultura é uma dimensão muito relevante para o desenvolvimento cultural e uma das mais importantes funções das políticas públicas, a par da regulação e da gestão. Interessa aqui o financiamento que se concretiza em cada município. Deste ponto de vista uma informação relevante de enquadramento refere-se aos gastos dos municípios. O financiamento público com incidência no território não se esgota nos gastos deste nível administrativo, mas eles são em todo o caso muito significativos na medida em que são uma concretização das atribuições das autarquias locais nesta matéria.

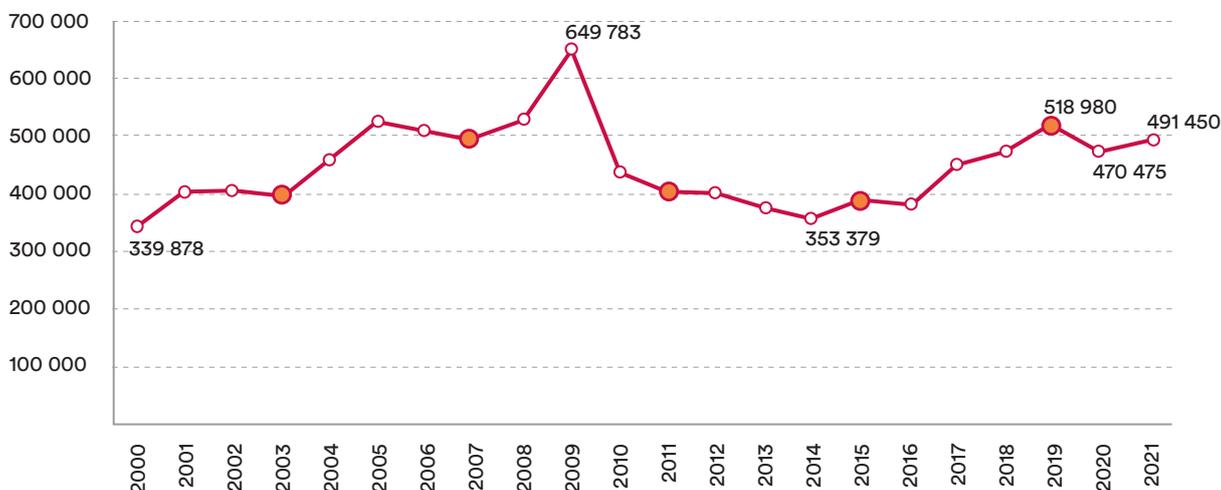
O INE disponibiliza dados sobre estas despesas desde 1986 (Neves, 2000).

A informação aqui utilizada refere-se ao que o INE designa financiamento público das atividades culturais e criativas pelas câmaras municipais na sequência do relatório final sobre estatísticas da cultura na União Europeia (Bina et al., 2012).

A análise da evolução registada desde 2000, com base na compatibilização das séries produzidas pelo INE, evidencia o forte crescimento até 2009 (que aliás vem de muito atrás) seguido de um período de diminuição que coincide com a crise financeira e económica das dívidas soberanas e do período de assistência pela troika em Portugal (2011-2014). Após 2014, verifica-se o retomar da trajetória de crescimento, embora num patamar baixo (gráfico 1).

Financiamento público das atividades culturais e criativas pelas câmaras municipais (milhares de euros) (2000-2021)

Gráfico 1



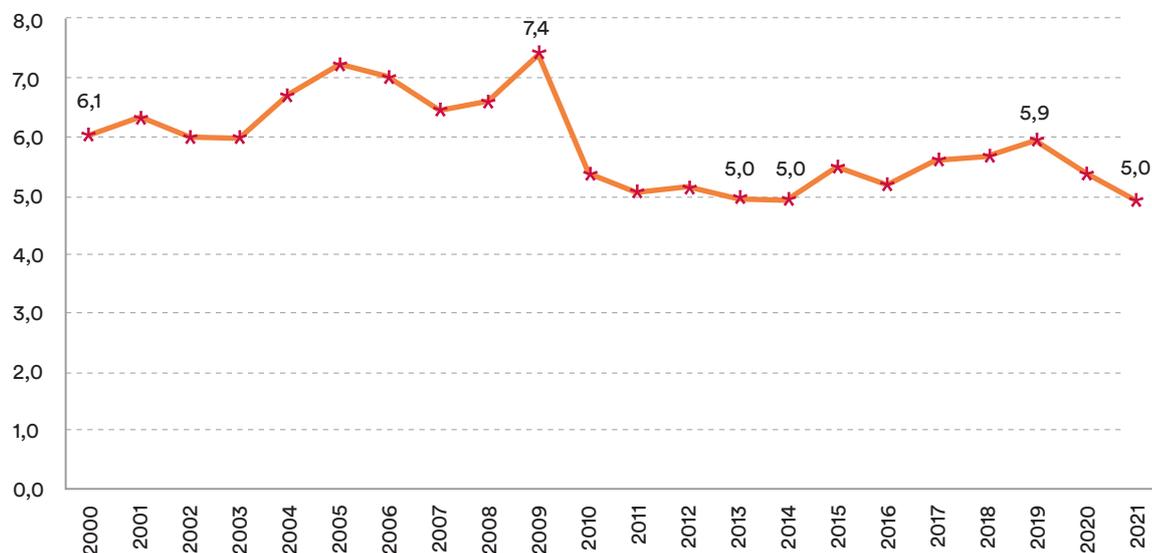
Fonte: OPAC a partir de INE, *Inquérito ao financiamento das atividades culturais, criativas e desportivas pelas câmaras municipais*.

Notas: Exclui despesas com desporto.
Assinalam-se com um círculo a cheio
(●) os anos com eleições para o poder local.

O financiamento das atividades culturais e criativas pelas câmaras municipais tem um peso significativo na despesa total municipal, que varia, no arco temporal que vai de 2000-2021, entre 7,4% em 2009 e 5,0% em 2021 (gráfico 2). Note-se a viragem para um patamar mais baixo a partir de 2009, bem como, mais recentemente, a interrupção de um ciclo de crescimento a partir de 2014 que vai até 2019. O valor de 2021 está ao nível do registado em 2013/2014, e ambos coincidem com períodos de crise, financeira e económica, o primeiro, e pandémica pela covid-19, o segundo.

Financiamento público das atividades culturais e criativas pelas câmaras municipais na despesa total (%) (2000-2021)

Gráfico 2



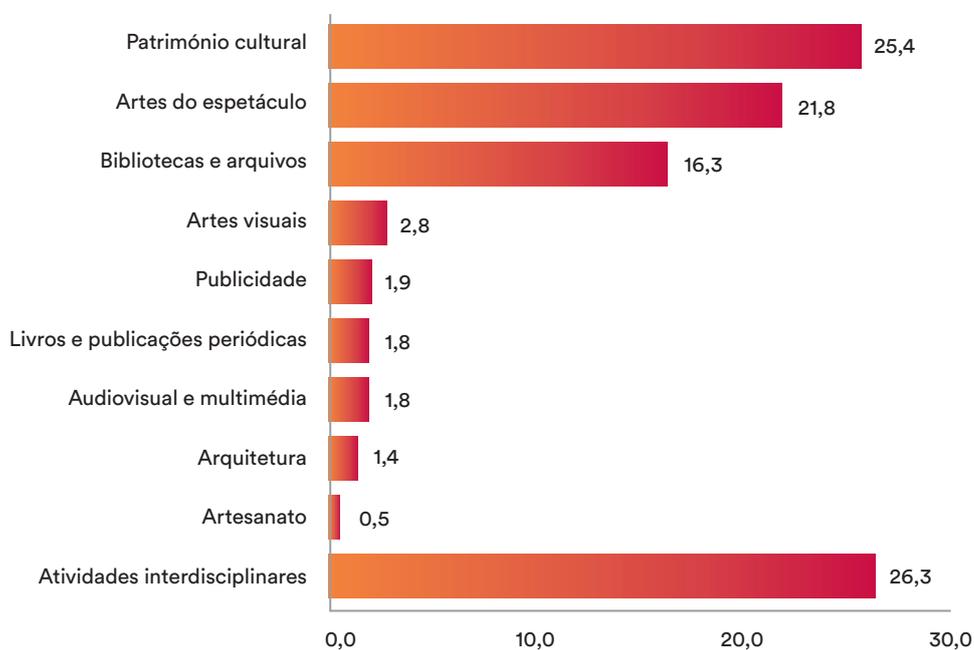
Fonte: OPAC a partir de INE, *Inquérito ao financiamento das atividades culturais, criativas e desportivas pelas câmaras municipais*.

Nota: Exclui despesas com desporto.

O gráfico 3 mostra a distribuição por domínio, no qual se destacam com clareza o património cultural (no qual os museus representam metade da despesa), as artes do espetáculo (as despesas com recintos de espetáculo, incluindo construção e manutenção, significam cerca de um terço) e as bibliotecas e arquivos (bibliotecas têm 75,7%), que constituem as parcelas mais elevadas do financiamento local que, somadas à parcela relativa às atividades interdisciplinares (um pouco mais de um quarto do total, do qual a maior parte dirigida para o apoio a entidades culturais e criativas), significam em conjunto 89,8%.

Financiamento público das atividades culturais e criativas pelas câmaras municipais por domínio (%) (2021)

Gráfico 3



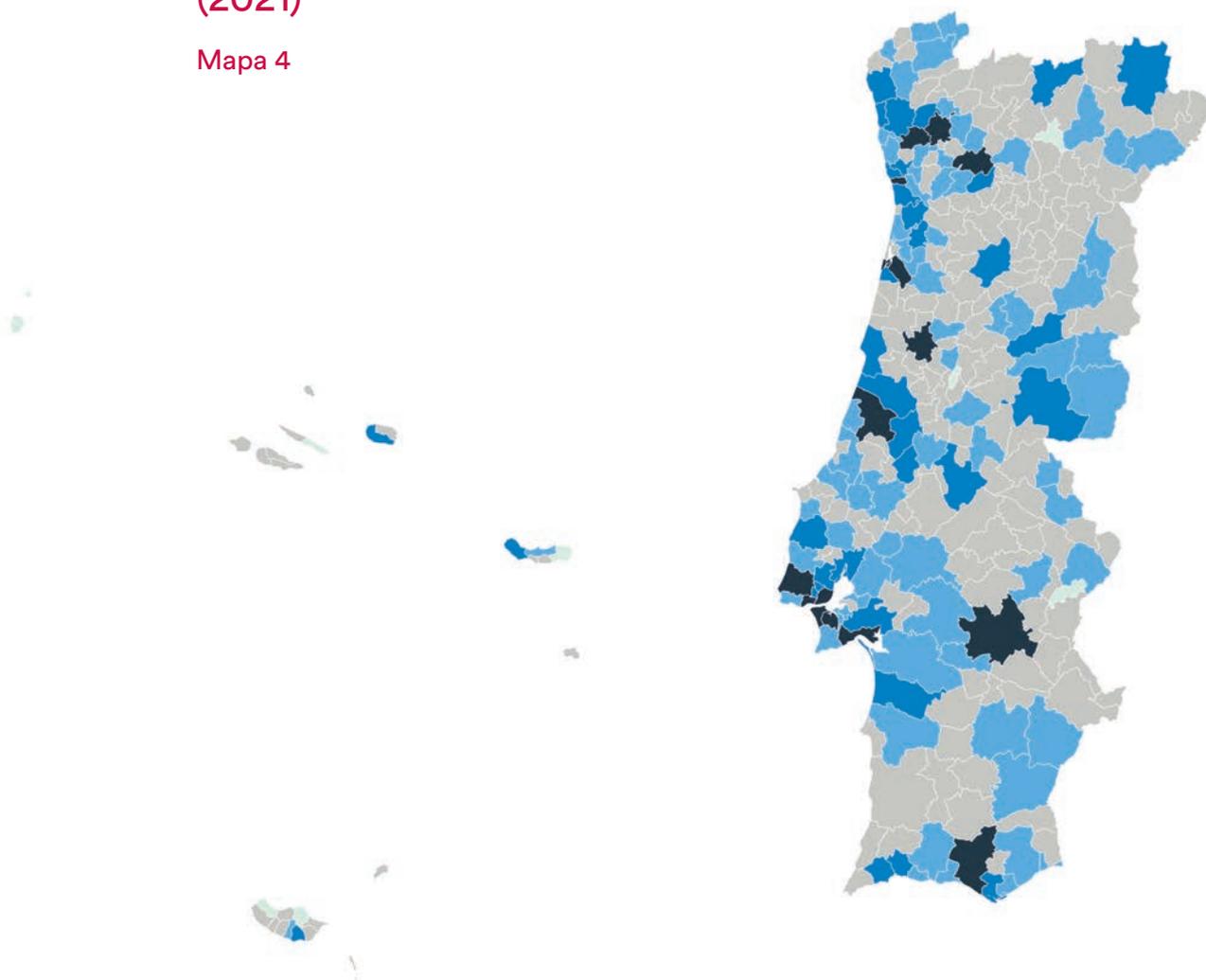
Fonte: OPAC a partir de INE, *Inquérito ao financiamento das atividades culturais, criativas e desportivas pelas câmaras municipais*.
Nota: Não inclui despesas com desporto.

Total = 491,4 milhões de euros.

A perspetiva da despesa total por município mostra uma concentração significativa dos níveis mais elevados em capitais de distrito e municípios envolventes, com maior incidência nos situados no litoral (mapa 4). Os níveis mais baixos, com manchas assinaláveis em todas as regiões, situam-se em especial nas regiões Norte, Alentejo e Centro.

Despesas totais dos municípios com atividades culturais e criativas (2021)

Mapa 4



■ Muito alto ■ Alto ■ Médio ■ Baixo ■ Muito baixo

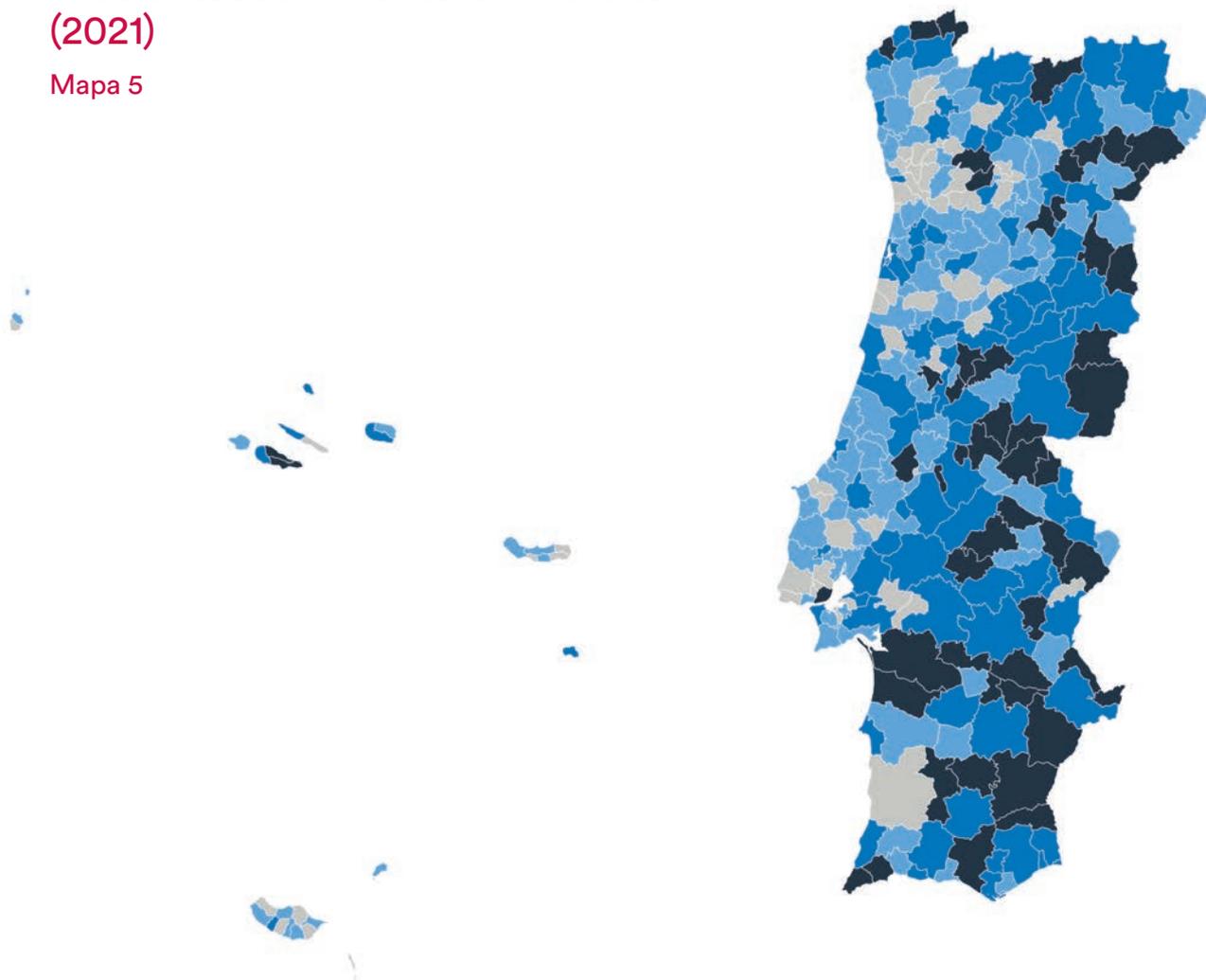
Fonte: OPAC a partir de INE, *Inquérito ao financiamento das atividades culturais, criativas e desportivas pelas câmaras municipais*.

Total = 491,4 milhões de euros.

A abordagem das despesas ponderadas pela população residente (mapa 5) relativiza, contudo, aquela conclusão. Deste ponto de vista parece evidenciar-se algum esforço de procura de correção de assimetrias. De facto, destacam-se com clareza, pelos valores mais elevados, os municípios do continente mais interiores, das cinco regiões, situados próximos da raia, e os municípios alentejanos.

Despesas *per capita* dos municípios com atividades culturais e criativas (2021)

Mapa 5



■ Muito alto ■ Alto ■ Baixo ■ Muito baixo

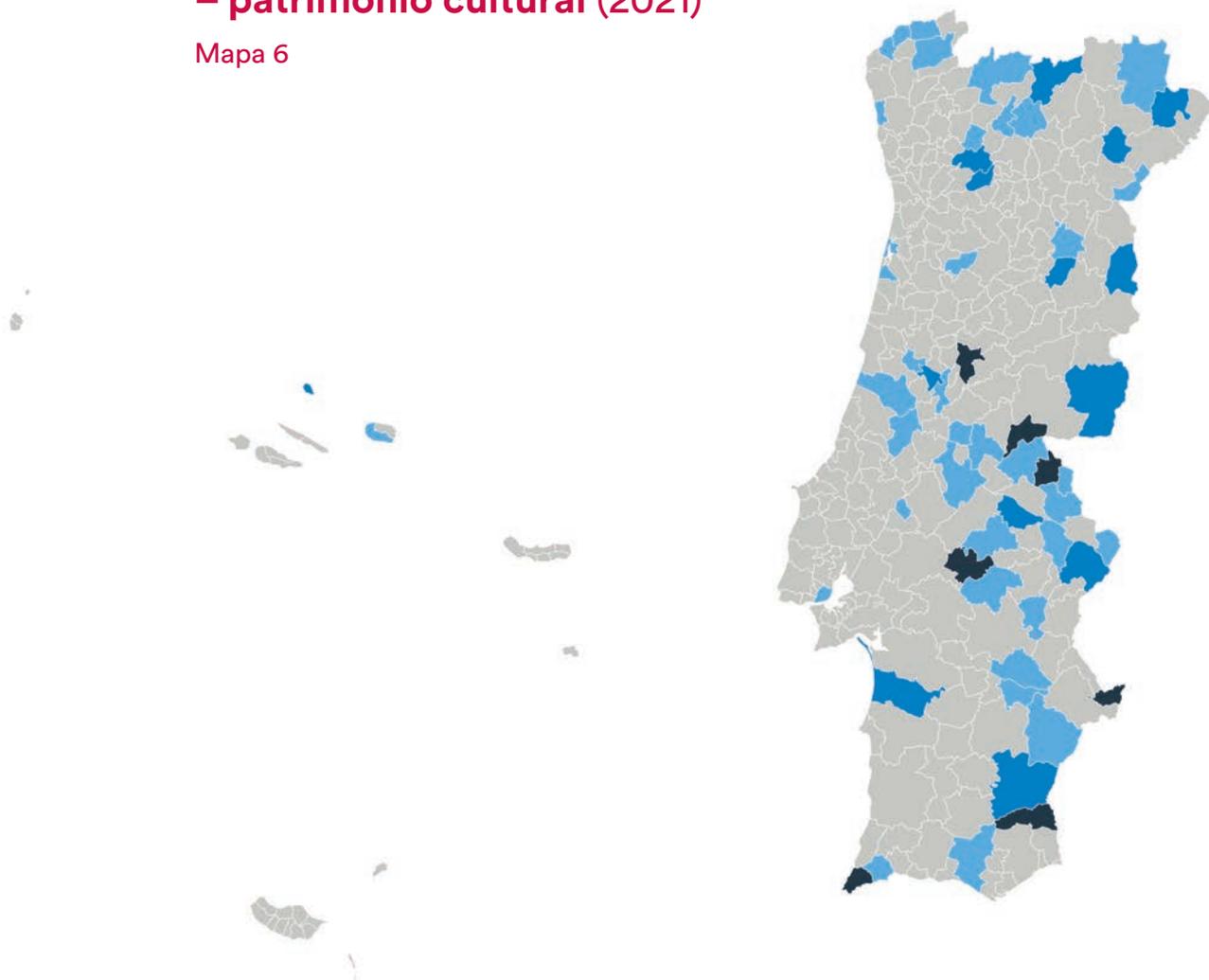
Fonte: OPAC a partir de INE, *Inquérito ao financiamento das atividades culturais, criativas e desportivas pelas câmaras municipais* e INE, *Recenseamento da população e habitação - Censos 2021*.

Total= 491,4 milhões de euros.

Mais especificamente, como se distribuem as despesas *per capita* dos três domínios com valores mais elevados na ótica da administração local, ou seja, o património cultural, as artes do espetáculo e bibliotecas e arquivos? Em qualquer dos domínios (mapas 6, 7 e 8) é visível um reforço do financiamento *per capita* nos municípios do interior e sobretudo mais próximos da fronteira com Espanha. O Alentejo destaca-se igualmente.

Despesas per capita dos municípios com atividades culturais e criativas – património cultural (2021)

Mapa 6



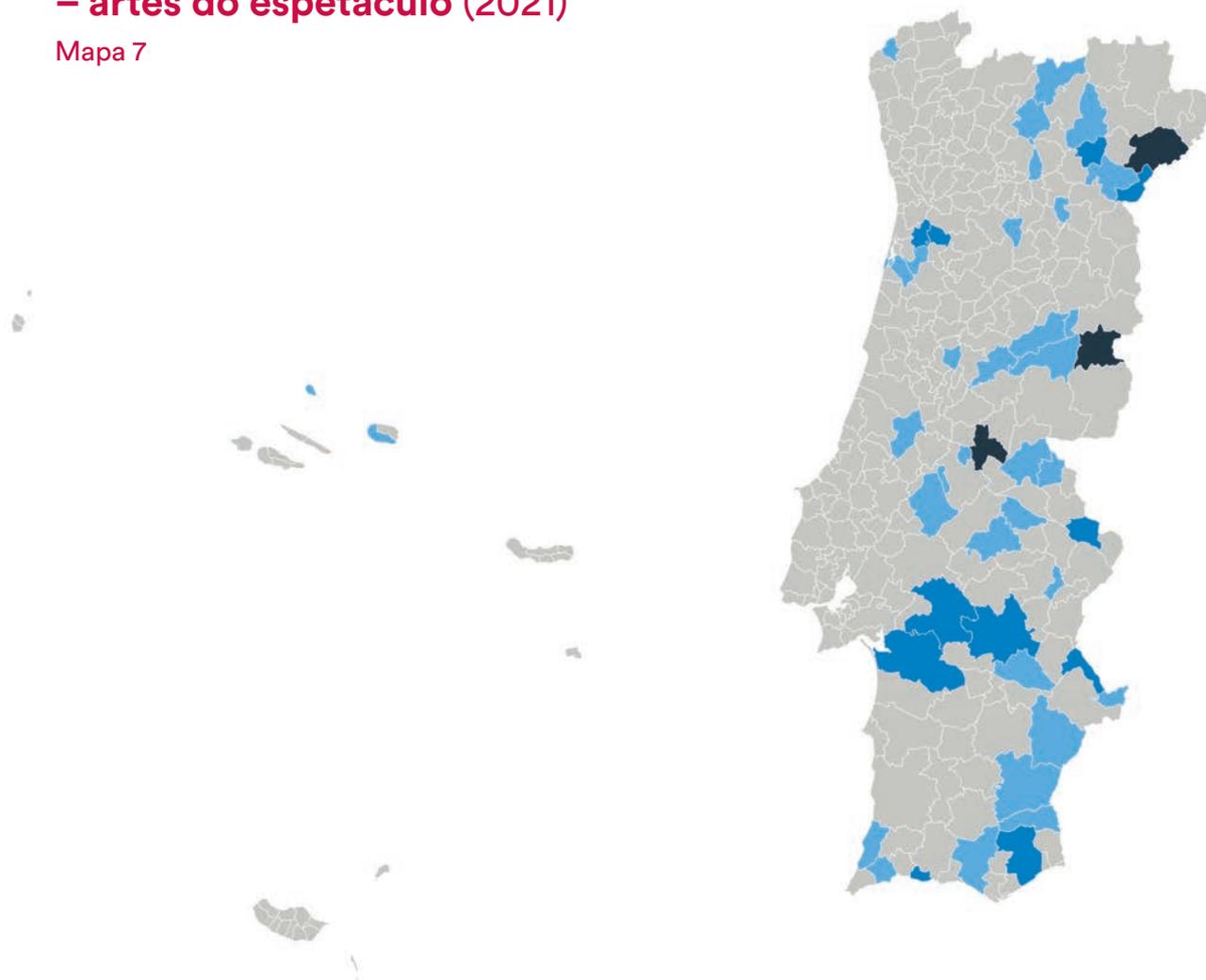
■ Muito alto ■ Alto ■ Baixo ■ Muito baixo

Fonte: OPAC a partir de INE, *Inquérito ao financiamento das atividades culturais, criativas e desportivas pelas câmaras municipais* e INE, *Recenseamento da população e habitação - Censos 2021*.

Total= 124,9 milhões de euros.

Despesas *per capita* dos municípios com atividades culturais e criativas – artes do espetáculo (2021)

Mapa 7



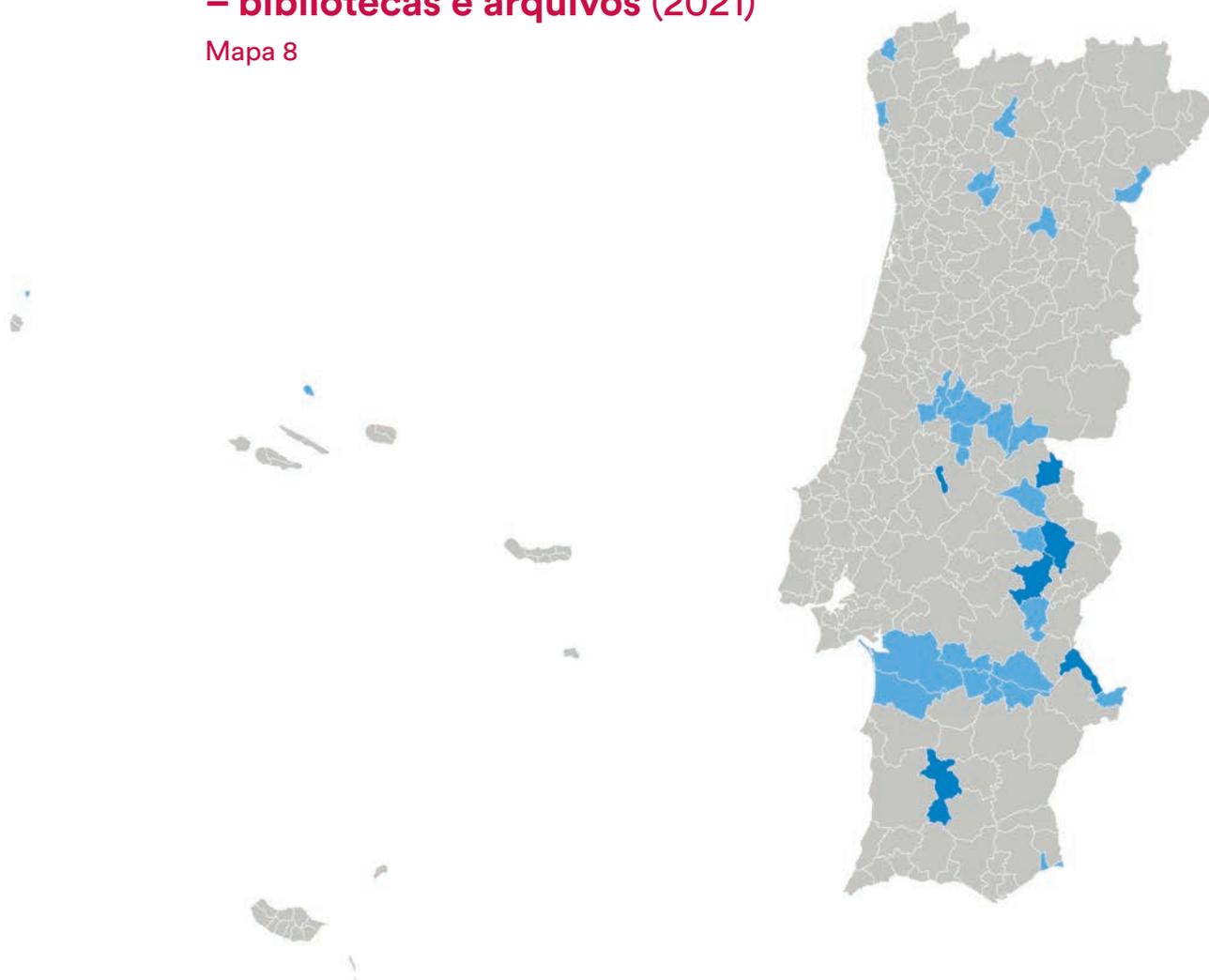
■ Muito alto ■ Alto ■ Baixo ■ Muito baixo

Fonte: OPAC a partir de INE, *Inquérito ao financiamento das atividades culturais, criativas e desportivas pelas câmaras municipais* e INE, *Recenseamento da população e habitação - Censos 2021*.

Total= 107,1 milhões de euros.

Despesas *per capita* dos municípios com atividades culturais e criativas – bibliotecas e arquivos (2021)

Mapa 8



■ Alto ■ Baixo ■ Muito baixo

Fonte: OPAC a partir de INE, *Inquérito ao financiamento das atividades culturais, criativas e desportivas pelas câmaras municipais* e INE, *Recenseamento da população e habitação - Censos 2021*.

Total= 80,0 milhões de euros.

3.5. Ensino superior artístico e cultural

A qualificação escolar, e em especial a de nível superior, reveste-se de importância capital para o desenvolvimento dos territórios, de um modo geral e em concreto nas artes e na cultura. Cursos de especialização nestes domínios fazem parte da oferta formativa universitária ou politécnica em inúmeros cursos de diversas áreas de estudo em estabelecimentos de ensino disseminados pelo território, mais concretamente em 39 municípios de todas as regiões como se pode verificar no mapa 9.

Estabelecimentos com ensino superior artístico e cultural (2021)

Mapa 9



Fonte: DGEEC.

Nota: Ensino artístico e cultural inclui Artes, História e Arqueologia, Informação e Jornalismo e Arquitetura e Urbanismo.

N= 66 estabelecimentos em 39 municípios.

Assim, nesses 39 municípios, no conjunto das 66 universidades e institutos politécnicos, em 2021 diplomaram-se 10.404 estudantes e inscreveram-se no ensino superior artístico e cultural, no ano letivo 2021-2022, 46.894 estudantes nacionais e estrangeiros (quadro 2),

Estudantes e estabelecimentos com ensino superior artístico e cultural por região (n) (2021 e 2022)

Quadro 2

REGIÃO	ESTUDANTES		ESTABELECEMENTOS	
	Diplomados 2021	Inscritos 2021/22	Municípios com estabelecimento/s	Número de estabelecimentos
Norte	3 364	14 630	15	25
Centro	2 473	10 668	11	14
Área Metropolitana de Lisboa	3 931	18 320	5	19
Alentejo	390	1 986	4	4
Algarve	173	951	2	2
Região Autónoma dos Açores	21	125	1	1
Região Autónoma da Madeira	52	214	1	1
Totais	10 404	46 894	39	66

Fonte: DGEEC e INE.

Nota: Ensino artístico e cultural inclui Artes, História e Arqueologia, Informação e Jornalismo e Arquitetura e Urbanismo.

Por região, o número de diplomados no ensino superior artístico e cultural foi maior na AML, seguido da região Norte e depois da região Centro. A R. A. dos Açores é a região com menor número de diplomados no ensino superior e artístico e cultural em 2021 (quadro 3). Em relação às diversas áreas culturais, destacam-se as artes (belas-artes, artes do espetáculo e outras artes), sendo a história e arqueologia as menos representativas. Os diplomados nas artes e cultura em Portugal representam nesse ano 11,4% do total.

Estudantes diplomados no ensino superior artístico e cultural por área de estudo e por região (n) (2021)

Quadro 3

ÁREA DE ESTUDO	NORTE	CENTRO	AML	ALENTEJO	ALGARVE	RAA	RAM	TOTAL
Artes	2 064	1 785	1 888	216	85		50	6 088
Belas-Artes	268	139	303	35	18		12	775
Artes do espetáculo, dos quais:	320	193	396	76				985
Animação cultural	10	6						16
Dança			50					50
Estudos artísticos	3	32	43					78
Música	183	127	208	60				578
Teatro	80	27	90	16				213
Outros	44	1	5					50
Outras artes	1 476	1 453	1 189	105	67		38	4 328
História e arqueologia	209	147	374	75	32	21	2	860
Jornalismo e informação	658	356	856	29	38			1 937
Arquitetura e urbanismo	433	185	813	70	18			1 519

Fonte: DGEEC.

4. Domínios e subdomínios culturais

A apresentação dos mapeamentos por domínios (e subdomínios) culturais inclui – nesta sequência - o património cultural, as artes visuais, as artes performativas, o cinema e a tauromaquia.

4.1. Património Cultural

a) Património Imóvel

Em Portugal, registam-se mais de 4.600 bens culturais imóveis classificados, nos âmbitos nacional, interesse público e municipal, incluindo as categorias específicas de classificação aplicadas apenas nas R. A. dos Açores e da Madeira. A regulamentação da Lei 107/2001, de 8 de setembro, ocorrida em 2009, efetivou as categorias de classificação em monumentos, conjuntos e sítios, sendo a categoria dos monumentos a dominante nos bens classificados (quadro 4) e, em termos de âmbito, predomina o Interesse Público (quadro 5). O número elevado de bens classificados testemunha a longa aplicação no país de medidas de proteção do património, sendo a classificação a mais continuada, ainda que com alterações de categorias, com exceção da categoria de Monumento Nacional existente desde o final do século XIX.

Bens classificados por categoria (2022)

Quadro 4

CATEGORIA DO BEM IMÓVEL CULTURAL	N	%
Monumentos	3 543	76,1
Conjuntos	576	12,4
Sítios	536	11,5
Total	4 655	100,0

Fonte: INE.

Bens classificados por âmbito (2022)

Quadro 5

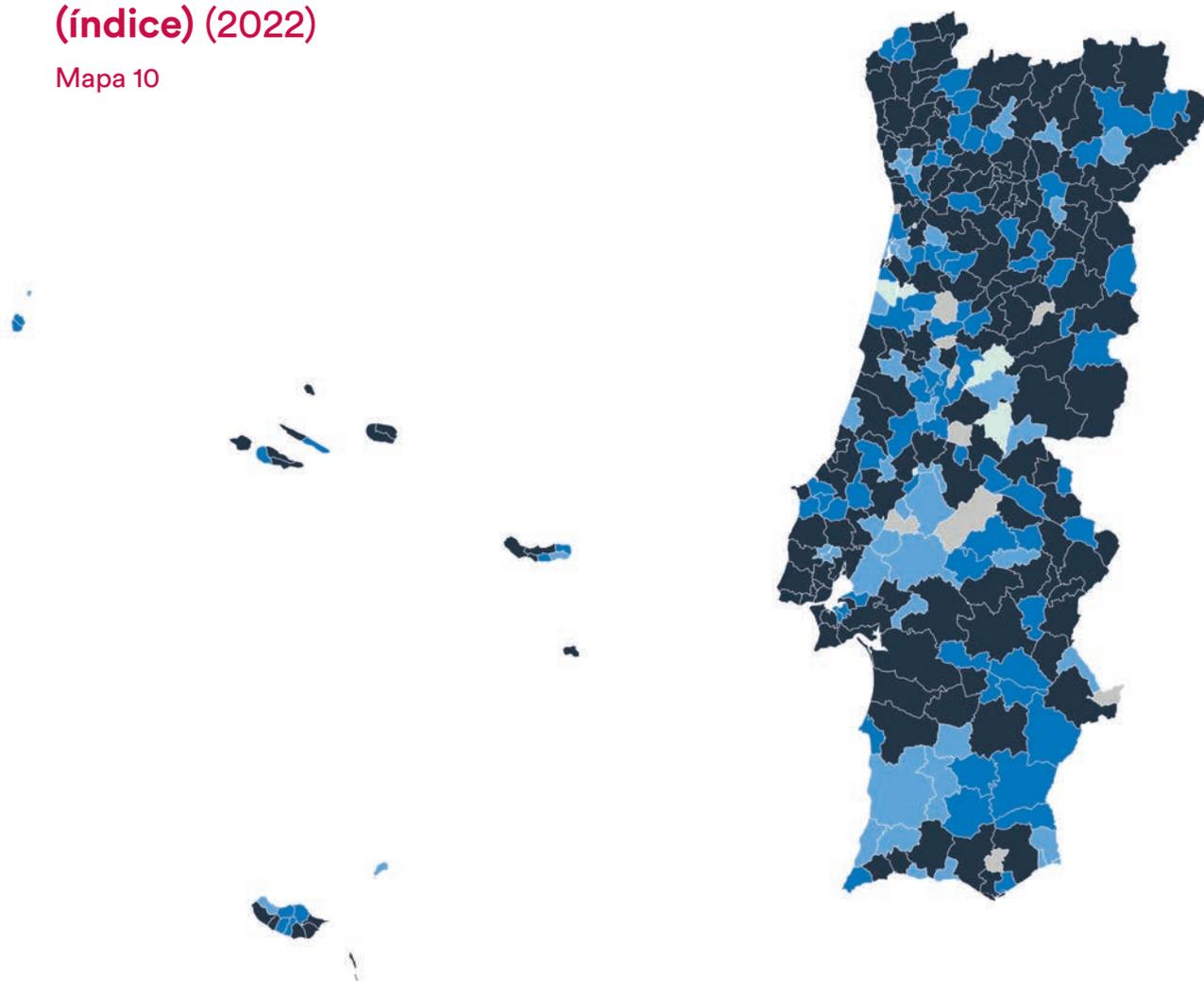
ÂMBITO DE PROTEÇÃO	N	%
Nacional	831	17,9
Interesse Público	2 957	63,5
Interesse Municipal	867	18,6
Total	4 655	100,0

Fonte: INE.

Verifica-se que o património edificado classificado ocorre em todo o território nacional, não se verificando qualquer assimetria territorial na distribuição destes bens. Apenas não existe qualquer bem classificado em cinco municípios, todos localizados na Região Centro (Oliveira do Bairro, Vagos, Pampilhosa da Serra, Proença-a-Nova e Entroncamento). Identifica-se ainda um número muito elevado de municípios que apresentam índices altos ou muito altos de bens classificados, ou seja, muitos municípios com muitos bens classificados (mapa 10), situação que se verifica uniformemente por todo o país.

Património imóvel classificado (índice) (2022)

Mapa 10



■ Muito alto ■ Alto ■ Baixo ■ Muito baixo ■ Sem bens classificados

Legenda: Muito alto (com 10 ou mais); Alto (entre 5 e 9); Baixo (entre 2 e 4); Muito baixo (com 1).

Fonte: INE.

N = 4.655.

Ao analisarmos por categoria de classificação, verifica-se que estes altos índices de bens classificados assentam essencialmente nos bens de interesse público, que ocorrem em todo o território (mapa 11), com especial incidência na região Norte, seguida da região Centro.

Bens imóveis classificados como Interesse Público (2022)

Mapa 11

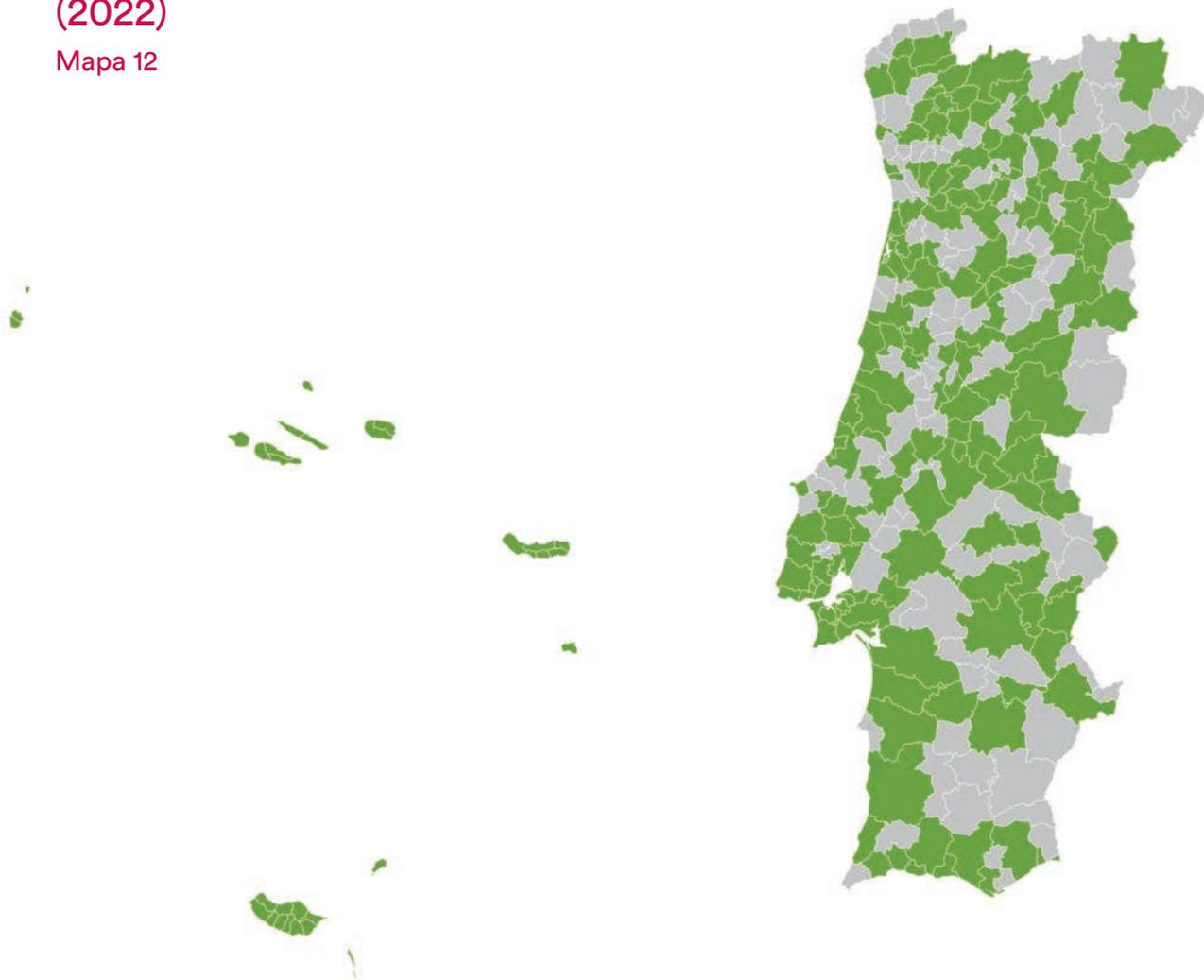


Fonte: INE.
N=295 municípios com 2.957 bens classificados como Interesse Público.

No caso dos bens classificados no âmbito municipal (até à regulamentação da Lei 107/2001, aplicava-se o valor concelhio), recai nas autarquias a iniciativa da sua proposta sendo de referir que nas regiões autónomas, uma vez que dispõem de legislação própria que reforça e valoriza os bens regionais, todos os municípios têm bens classificados de âmbito local (mapa 12).

Bens imóveis classificados como Interesse Municipal (2022)

Mapa 12

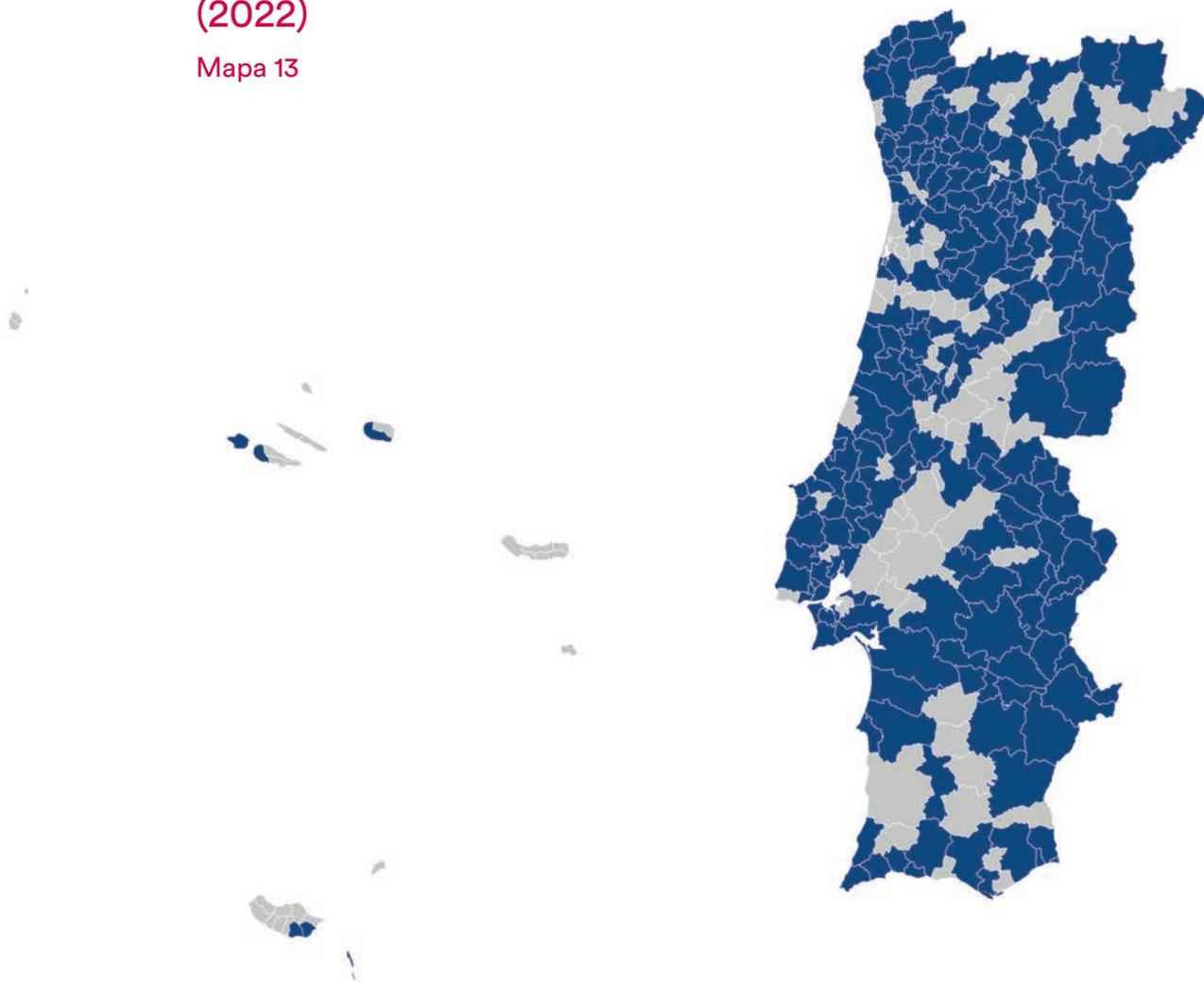


Fonte: INE.
N=188 municípios com 867 bens classificados como Interesse Municipal.

No que concerne os Monumentos Nacionais - MN (incluindo Conjuntos e Sítios de Interesse Nacional, que por via legal passam a adotar essa denominação), destaca-se a continuidade e durabilidade da sua existência (os primeiros MN foram classificados no início do século XX), o seu número tem vindo a manter-se estável, assim como a sua distribuição no território (mapa 13). Esta reflete uma disseminação alargada destes bens, não se verificando grandes discrepâncias entre norte e sul, litoral ou interior. O Algarve é, no território continental, a região que apresenta um menor número de MN. De salientar ainda que os bens culturais imóveis incluídos na lista do património mundial (em Portugal há 16 locais classificados como bens culturais e um como bem natural) integram a lista dos MN.

Bens imóveis classificados como Monumento Nacional (2022)

Mapa 13



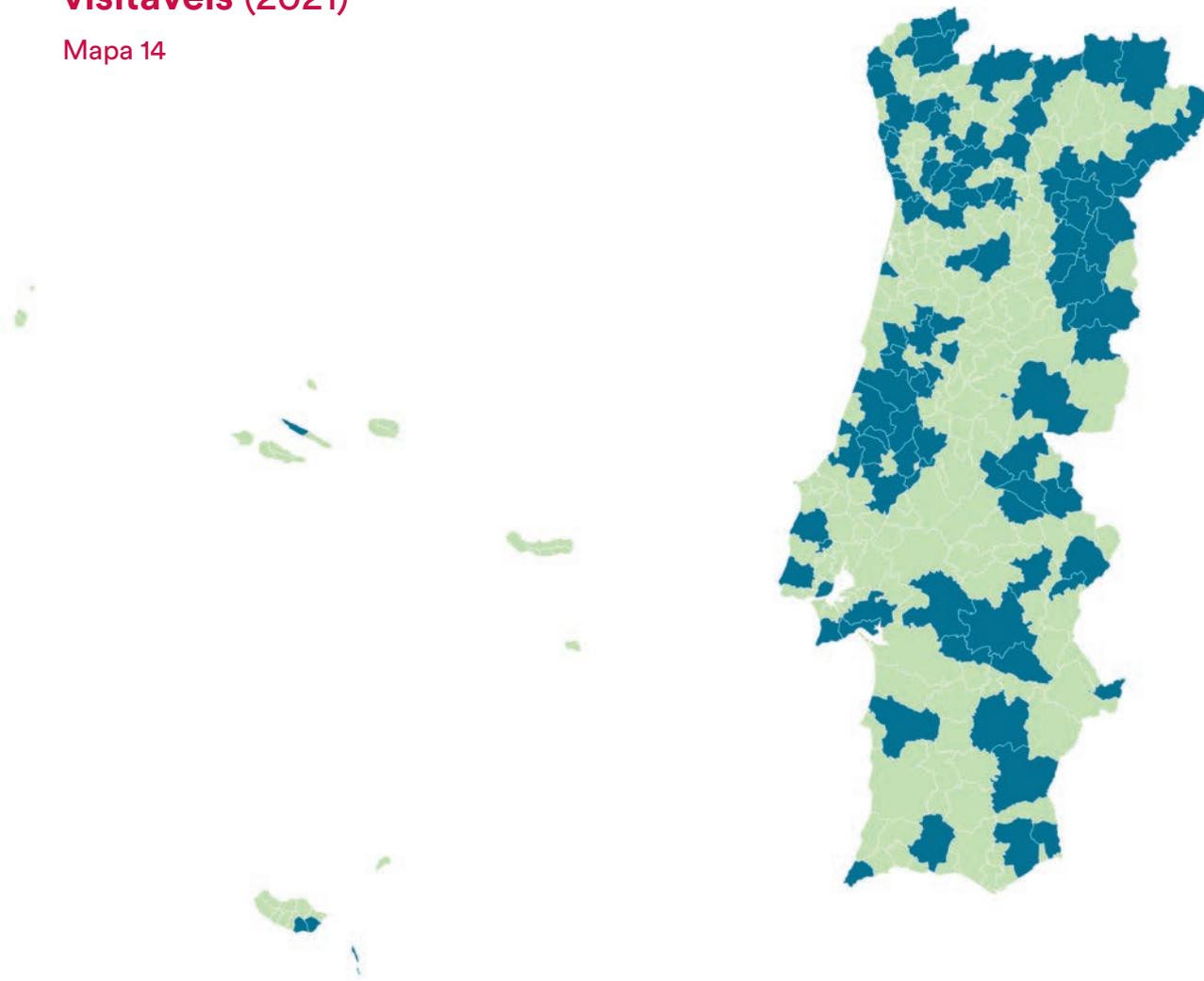
Fonte: INE.
N=209 municípios com 831 bens classificados como Monumento Nacional.

De acordo com o estudo *Da Salvaguarda à Valorização: os Monumentos Nacionais de Portugal e a Abertura ao Público* (Neves, Macedo & Santos, 2023), existem por todo o país MN visitáveis (e.g. que fazem algum tipo de controlo de entradas), sendo a incidência destes um pouco maior na região Norte (43,3%). Em 2021 são 106 os municípios com pelo menos um MN visitável (mapa 14). Estes monumentos são sobretudo edifícios religiosos (58,8%), mas também podem ser visitados MN de natureza militar ou ainda civil, ainda que estes últimos com menor expressão. Os MN visitáveis estão essencialmente sob gestão pública (49,5%), destacando-se nestes os dependentes da administração local – municípios – seguindo-se os da administração central – Ministério da Cultura. Todavia, a gestão privada deste conjunto representa 47,4%, com uma grande expressividade da Igreja Católica como entidade responsável pela gestão, o que se relaciona com a tipologia dos monumentos visitáveis

– igrejas, mosteiros, conventos, entre outros, que mantêm uma dupla função, religiosa e cultural. A gestão mista de MN representa 3,1%.

Monumentos Nacionais visitáveis (2021)

Mapa 14



Fonte: OPAC, IMNP.

N=106 municípios com 194 MN visitáveis.

O conjunto dos MN visitáveis recebeu em 2021 um total de pouco mais de seis milhões de visitantes (quadro 6). A maior incidência de visitantes ocorre nos monumentos da região Norte (com um peso de 46,6%), onde também estão localizados o maior número de MN, seguida da AML (22,9%). Os MN mais procurados foram os edifícios religiosos, que receberam 3,1 milhões de visitantes (representam 51,1% do total), não só porque estes existem em maior número, como tem sido feita uma aproximação das entidades de gestão, quando eclesiásticas, à plena fruição cultural destes espaços.

Visitantes nos Monumentos Nacionais (2021)

Quadro 6

REGIÃO	VISITANTES	%
Norte	2 800 383	46,6
Centro	973 101	16,2
Área Metropolitana de Lisboa	1 373 747	22,9
Alentejo	462 761	7,7
Algarve	393 534	6,5
Região Autónoma dos Açores	5 000	0,1
Região Autónoma da Madeira	0	0,0
Total Geral	6 008 526	100,0

Fonte: OPAC, IMNP.

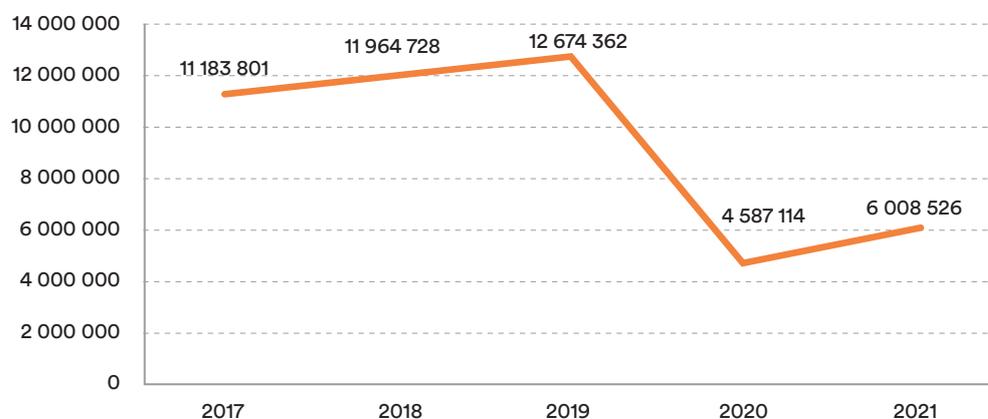
Nota: Monumentos Nacionais visitáveis que possuem controlo de entradas.

N= 130.

O gráfico 4 apresenta a evolução do número de visitantes (ingressos) dos MN no arco temporal 2017-2021. É evidente o impacto da pandemia covid-19 ao interromper a tendência de crescimento desse número até ao ano de 2019, quando regista o seu valor mais elevado (12,7 milhões), decrescendo fortemente em 2020 para valores de 4,6 milhões (uma quebra de 64%) e apresentando ligeira recuperação em 2021, com os já referidos 6 milhões de visitantes (um aumento de 31% face ao verificado no ano anterior).

Visitantes dos Monumentos Nacionais por ano (n) (2017-2021)

Gráfico 4



Fonte: OPAC, IMNP.

b) Sítios arqueológicos visitáveis

A existência de sítios arqueológicos abertos à fruição cultural é uma realidade que reconhece que a prática de visita aos sítios arqueológicos, de modos mais ou menos formais, é difícil de precisar no tempo pela própria natureza dos locais.

Em 1996, surgiu o programa *Itinerários Arqueológicos do Alentejo e Algarve*, a partir da necessidade de estabelecer condições para a salvaguarda e dinamização turístico-cultural, através da investigação, preservação, valorização e divulgação de sítios arqueológicos, criando infraestruturas de acolhimento do público e de interpretação dos sítios selecionados. A opção pela aplicação deste programa no sul do país relacionou-se com uma proposta de diversificação de oferta turística, incorporando sítios com grandes dinâmicas de visitação e outros praticamente desconhecidos, e de potenciar os sucessivos trabalhos de salvaguarda investidos nesse território e os sítios selecionados para integrarem o programa apresentavam uma afetação pública da tutela da cultura. Em 2022 existiam 11 circuitos arqueológicos que abrangendo três municípios no Algarve (Loulé, Faro e Portimão) e oito municípios no Alentejo (Beja, Campo Maior, Mértola, Monforte, Montemor-o-Novo, Ourique, Santiago do Cacém e Vidigueira). Estes circuitos são compostos de apenas um sítio ou são compostos por vários sítios visitáveis, sendo o mais extenso o Circuito Arqueológico da Cola (Ourique) que inclui 15 sítios arqueológicos visitáveis. Todos estes circuitos são apoiados por estruturas de acolhimento e interpretação e a existência de núcleos museológicos é também observada em alguns destes sítios.

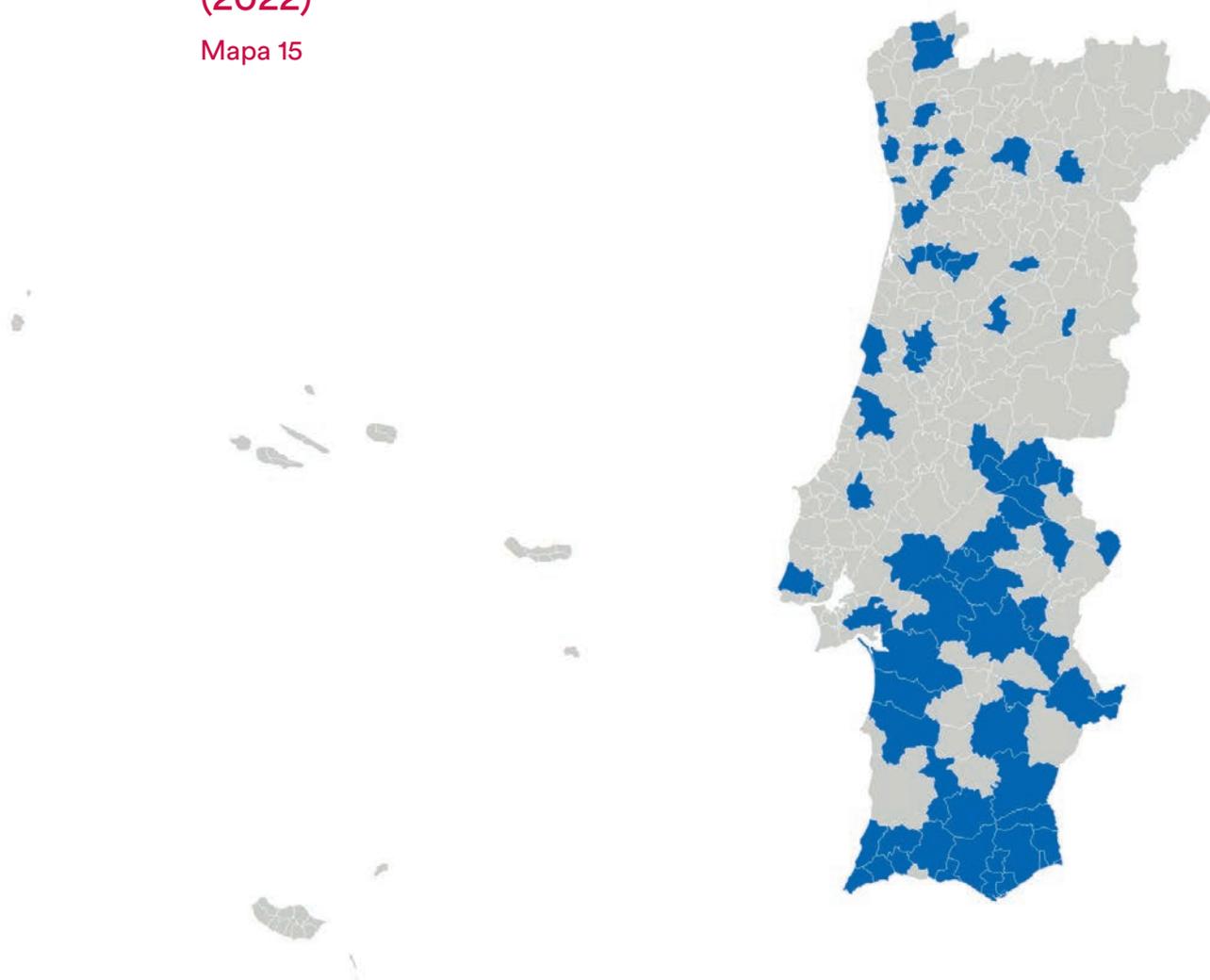
No final da primeira década do século XXI, constitui-se como preocupação da tutela da cultura a identificação de sítios arqueológicos visitáveis a partir das condições de acesso aos mesmos, a informação disponível nos locais e a existência de estruturas de apoio.

Neste âmbito, e tendo em conta o estado de conservação, a importância histórico-cultural e o enquadramento paisagístico, identificam-se em 2022, 211 sítios arqueológicos visitáveis, em 71 municípios do território continental. A maioria destes sítios apresenta um acesso livre seja este acesso associado a algum tipo de informação (7,1%), sem qualquer informação (47,4%) ou ainda em ligação com alguma estrutura museológica (16,6%). O acesso a sítios arqueológicos através de aquisição de bilhete ocorre em apenas 12,3% dos casos.

A vasta maioria dos sítios arqueológicos visitáveis encontra-se no sul do país, nas regiões do Alentejo e do Algarve, com destaque para a primeira (mapa 15), relacionado com o impulso dado no início dos anos 2000 a projetos liderados quer pelo instituto da tutela (concretamente com os *Itinerários Arqueológicos do Alentejo e do Algarve*) ou ainda com iniciativas municipais, sobretudo ligadas com a construção de roteiros arqueológicos. Verificam-se três municípios com mais de 10 sítios visitáveis: Coruche, Ourique e Évora.

Sítios arqueológicos visitáveis (2022)

Mapa 15



Fonte: DGPC, *Portal do Arqueólogo*.
N=71 municípios com 211 sítios arqueológicos visitáveis.

c) Património Imaterial

No âmbito dos processos de salvaguarda dos bens culturais imateriais, que se iniciaram no final da primeira década de 2000 com o primeiro bem imaterial inventariado em 2011, encontram-se com processo de inventariação concluído, em 2022, 39 expressões e manifestações culturais imateriais, enquadradas em três categorias: competências no âmbito de processos e técnicas tradicionais, práticas sociais, rituais e eventos festivos e expressões artísticas e manifestações de carácter performativo (quadro 7).

Bens culturais imateriais por categoria (2022)

Quadro 7

CATEGORIA	UNIDADES	%
Competências no âmbito de processos e técnicas tradicionais	17	43,6
Práticas sociais, rituais e eventos festivos	15	38,5
Expressões artísticas e manifestações de carácter performativo	7	17,9
Total	39	100,0

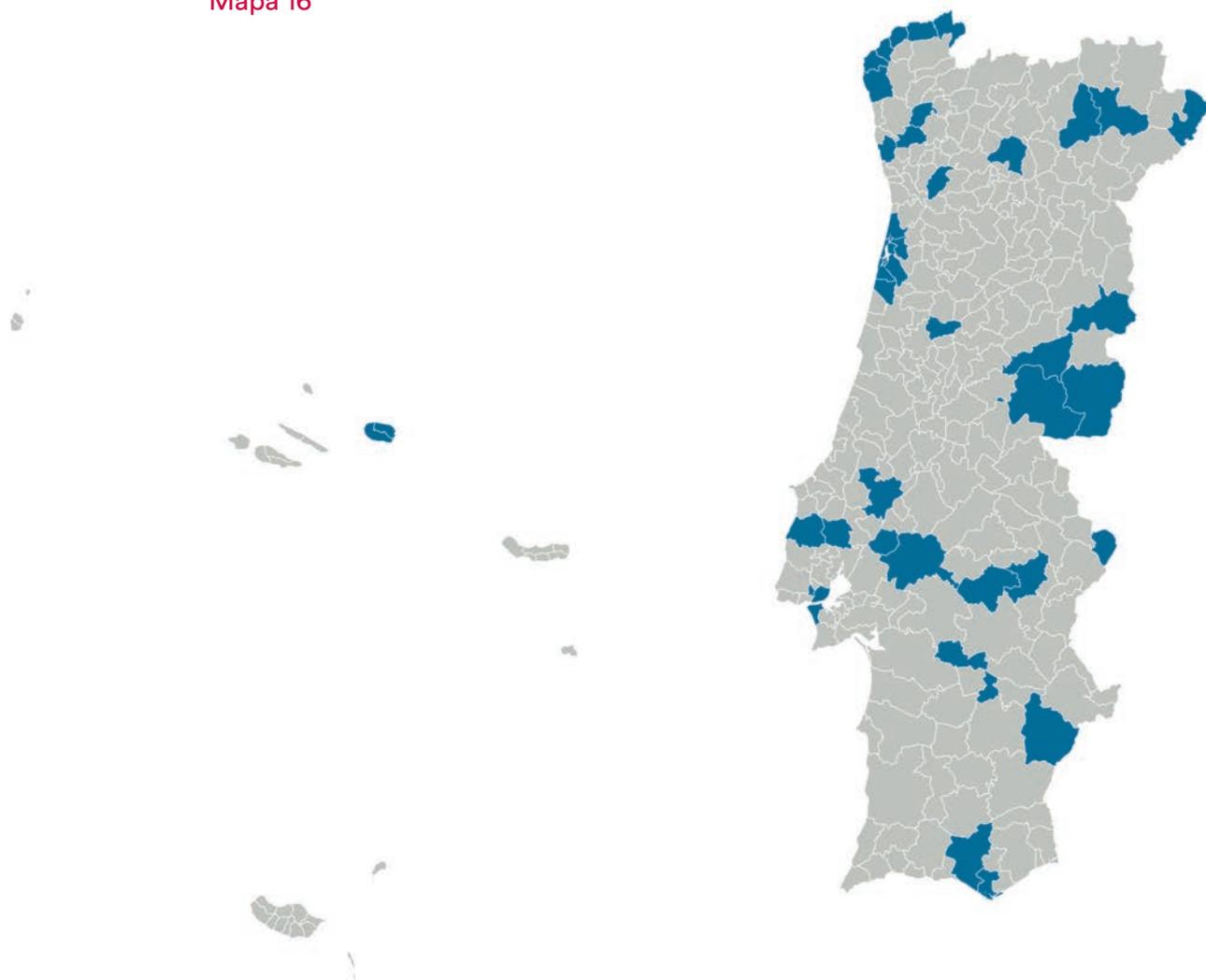
Fonte: DGPC, MatrizPCI.

A maioria dos processos de salvaguarda dos bens culturais imateriais tem como território de implementação a área concelhia, mas existem alguns bens imateriais que extravasam as fronteiras dos municípios e ocorrem em âmbito regional (o distrito - como é o caso da manifestação imaterial *Equitação Portuguesa*, cujo processo de inventariação elenca 14 distritos no território continental, sem especificar uma base municipal), ou mesmo nacional, existindo duas manifestações imateriais que são transversais a todo o território nacional, sem que o processo de inventariação indique também a base municipal (*Teatro Dom Roberto* e *Saberes e Práticas Tradicionais de Construção do Cavaquinho*).

O número significativo de manifestações que representam as festividades cíclicas encontra no espaço do município a sua relevância e enquadramento, complementado com o facto de duas em cada três entidades proponentes serem constituídas por municípios, sendo os processos de inventariação de bens culturais imateriais essencialmente de iniciativa pública. As regiões Norte e Centro contam com mais bens imateriais inventariados, a que se segue a região do Alentejo, sendo de destacar a relevante presença de territórios do interior que propuseram a inventariação dos seus bens culturais imateriais (mapa 16).

Património Imaterial (2022)

Mapa 16



Fonte: DGPC, *MatrizPCI*.
N=36 manifestações culturais imateriais
inventariadas com base municipal, abrangendo
43 municípios.

d) Museus

Em Portugal desde o final da década de 90 do século passado que o conhecimento sobre a evolução dos museus se deve ao impulso dado pelas medidas de políticas públicas, aliadas ao desenvolvimento das estatísticas oficiais e coadjuvadas pela vertente da investigação. A conjugação destas três vertentes permitiu que Portugal dispusesse durante mais de uma década de um sistema de informação permanente sobre museus capaz de fornecer dados de caracterização do panorama museológico nacional. Perante a dinâmica e heterogeneidade encontrada no setor, a implementação deste sistema teve como consequência a alteração no modo de produção e difusão da informação sobre museus (Santos & Neves, 2017).

Nesse sentido, três níveis de análise se apresentam: i) um primeiro, mais alargado, composto por 642 museus em atividade⁶ (INE, 2021); um segundo, mais delimitado, composto por 419 museus nos critérios⁷ (INE, 2021); e um terceiro, mais seletivo, que compreende os 161 museus credenciados⁸ (Neves, Santos & Ferreira, 2023). Independentemente do nível, verifica-se que os museus se encontram representados em todas as regiões, com maior predomínio na do Centro (nos museus em atividade e nos critérios) e nas regiões Norte e AML (no caso dos museus credenciados) (quadro 8). Por outro lado, são os museus localizados na AML e no Norte os que apresentam maior percentagem de cumprimento dos critérios, com 77,5% e 68,3%, respetivamente, face aos museus em atividade. Da mesma forma, no que diz respeito aos museus credenciados na RPM, verifica-se maior concentração nas regiões Norte e AML (61,5%).

—

6

Neste primeiro nível compreende-se o conjunto de museus que cumprem cumulativamente três critérios: com funcionamento permanente ou sazonal; com pelo menos uma sala ou espaço de exposição; e com pelo menos uma pessoa ao serviço e que são o universo de partida da aplicação do IMUS por parte do INE.

—

7

No segundo nível, aos museus que respondem ao IMUS, é aplicado um outro conjunto de cinco critérios mais restritos, que os museus devem cumprir de modo cumulativo: terem pelo menos uma sala de exposição; estarem abertos ao público (permanente ou sazonal); terem pelo menos um conservador ou técnico superior (incluindo pessoal dirigente); terem orçamento segundo uma ótica mínima de conhecimento do orçamento ou do valor da despesa total; e terem, pelo menos, inventário sumário. Da aplicação destes critérios resulta o número de museus das estatísticas oficiais do INE e que, salvo menção em contrário, são a base da informação utilizada no Atlas.

—

8

O terceiro nível compreende os museus credenciados pela RPM e que decorrem do processo de candidatura e do cumprimento do conjunto de requisitos estabelecidos na Lei-Quadro dos Museus Portugueses (Lei n.º 47/2004, de 19 de agosto).

Museus em atividade, nos cinco critérios e credenciados (n) (2021)

Quadro 8

REGIÃO	MUSEUS EM ATIVIDADE	MUSEUS NOS CINCO CRITÉRIOS	MUSEUS CREDENCIADOS
Norte	161	110	53
Centro	198	118	26
Área Metropolitana de Lisboa	111	86	46
Alentejo	87	55	15
Algarve	24	15	5
Região Autónoma dos Açores	34	18	9
Região Autónoma da Madeira	27	17	7
Total	642	419	161

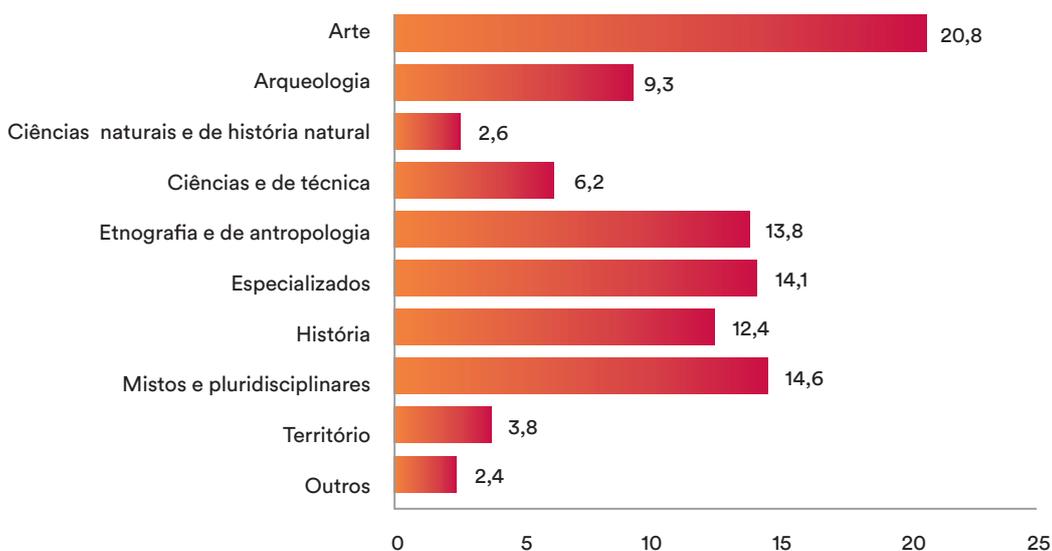
Fontes: INE (2022). *Estatísticas da cultura 2021*; OPAC a partir de DGPC, *Ficheiro museus RPM 2022*.

Toma-se por base na análise seguinte os museus nos cinco critérios (419 museus em 2021). De referir que três em cada dez museus apresenta uma gestão polinucleada, o que significa que de uma mesma entidade dependem outras unidades museológicas. Contabilizavam-se nesse ano 410 núcleos museológicos, o que perfaz um total 829 museus e núcleos.

Por tipo de museu (ver Neves, Santos & Lima, 2013, pp. 45-46) sobressaem claramente os museus de arte (20,8%), a que se seguem os de etnografia e de antropologia, especializados e mistos e pluridisciplinares. Os menos representados são os de ciências naturais e de história natural e de território (gráfico 5).

Museus por tipo (%) (2021)

Gráfico 5

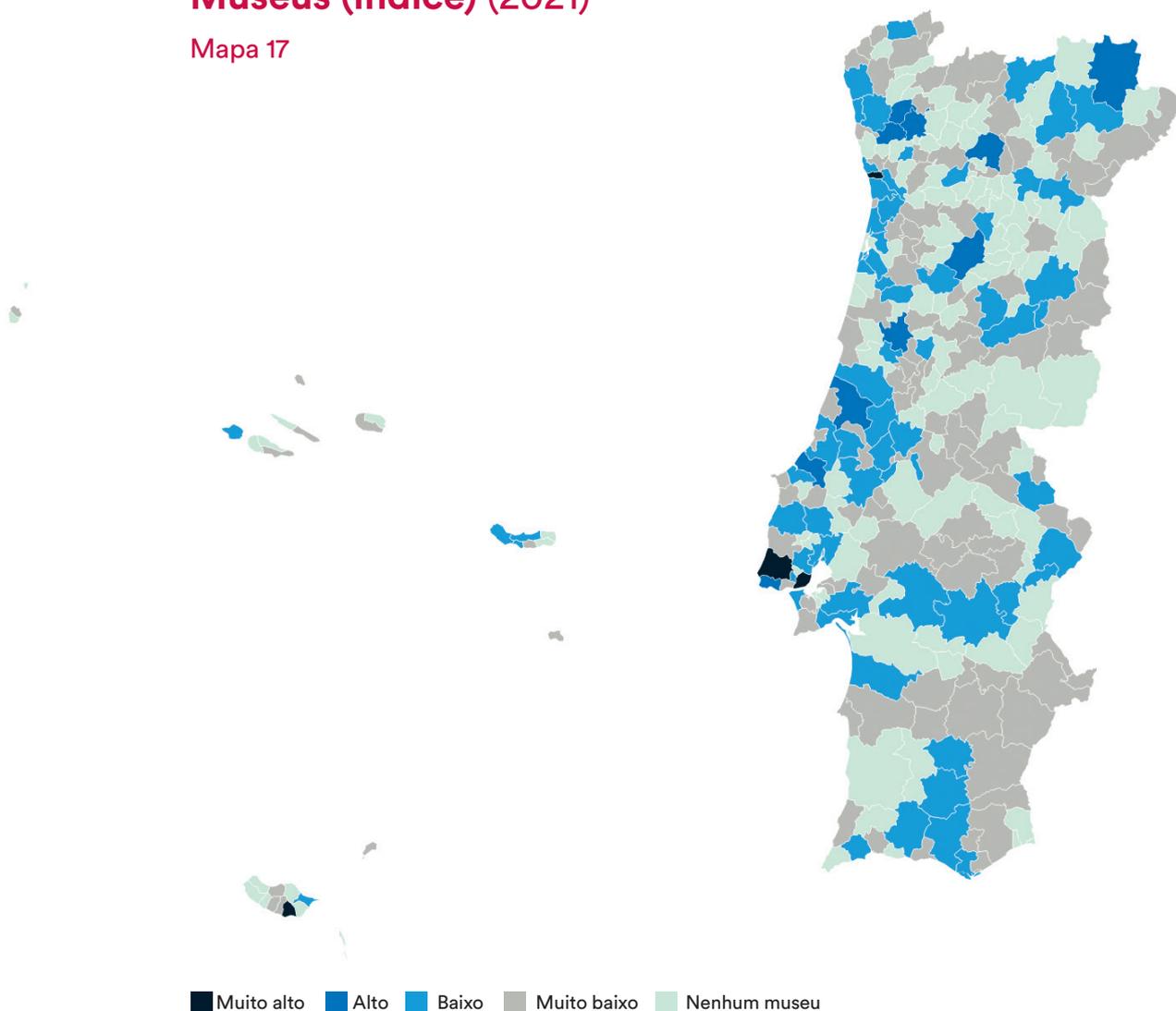


Fonte: INE.
N=419.

No ano de 2021 constata-se que perto de dois terços dos municípios dispõem de pelo menos um museu (196, 63,6% do total de 308 municípios). Quanto à sua distribuição geográfica, verifica-se a sua implantação em todo o território nacional, incluindo as regiões autónomas, de uma forma relativamente equilibrada (mapa 17). Dos 196 municípios, 116 possuem um museu (valor a que corresponde a classificação de ‘muito baixo’ no mapa 18), sendo a sua localização mais predominante nos municípios do interior e na região do Alentejo. Por outro lado, a concentração de museus é mais evidente nos municípios do litoral, mas com algumas exceções, 10 possuem um índice alto (dispõem entre 5 e 9 museus) e, mais notório, nos quatro que apresentam o índice mais alto, com mais de 10 museus (Lisboa, Sintra, Porto e Funchal).

Museus (índice) (2021)

Mapa 17

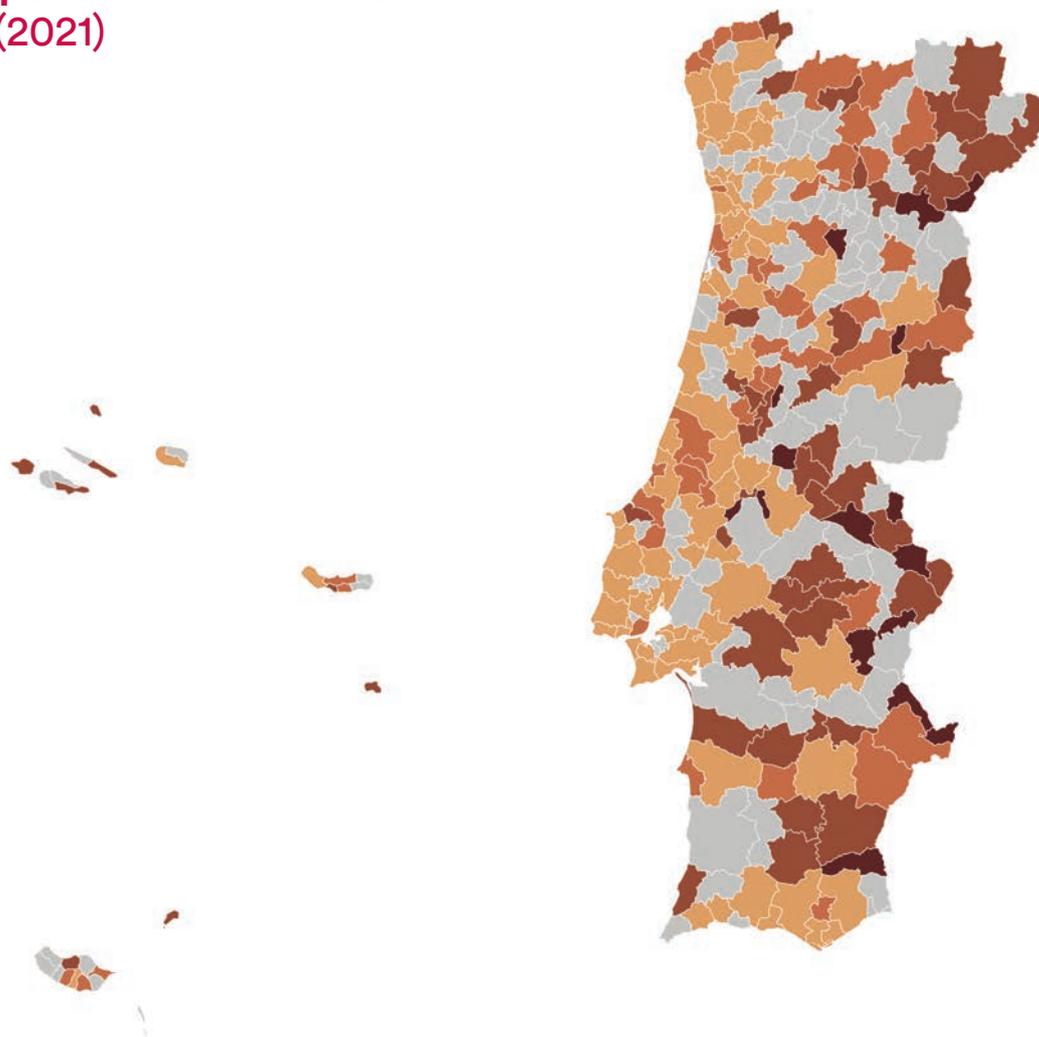


Legenda: Muito alto (mais de 10 museus); Alto (5 a 9 museus); Baixo (2 a 4 museus); Muito baixo (1 museu); Nenhum museu.
Fonte: INE.
N=419.

Observando agora a ponderação dos museus existentes pela população, evidencia-se a predominância nos municípios do interior do país (mapa 18). Destacam-se de entre os que apresentam um índice muito alto e alto os municípios localizados no extremo norte (Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes), no Alentejo (Alto e Baixo Alentejo) e na R. A. dos Açores (nove municípios).

Museus por 10 mil habitantes (índice) (2021)

Mapa 18



■ Muito alto ■ Alto ■ Baixo ■ Muito baixo ■ Sem museus

Legenda: Muito alto (entre 3,00 e 6,94); Alto (entre 1,19 e 2,99);

Baixo (entre 0,60 e 1,18); Muito baixo (entre 0,06 e 0,59).

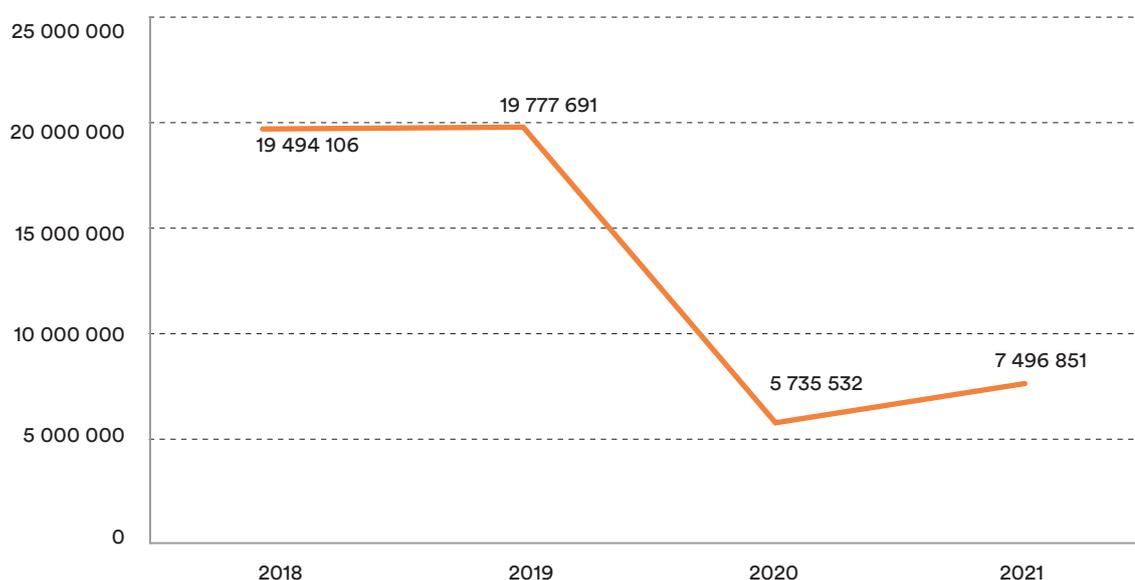
Fonte: INE e INE, *Recenseamento da população e habitação - Censos 2021*.

N=419.

No que diz respeito aos visitantes, ainda com base nos dados do Inquérito aos Museus (IMUS) do INE, no ano de 2021 entrou nos museus um total de 7,5 milhões de visitantes. De recordar que nesse ano se manteve o estado pandémico, cujo confinamento e fecho das instituições teve reflexo nos visitantes; apesar da subida de 30,7% relativamente a 2020, ainda se fez sentir a quebra relativamente ao ano anterior ao deflagrar da crise pandémica (19,8 milhões de visitantes em 2019) (gráfico 6).

Visitantes de museus por ano (%) (2018-2021)

Gráfico 6



Fonte: INE.

O quadro 9 dá conta da distribuição dos visitantes de acordo com a região e a tipologia de museu. Por região constata-se a maior percentagem de entradas nos museus localizados na AML (38,5%) e do Norte (34,0%) que, em conjunto, representam praticamente três quartos dos visitantes. As regiões cujas entradas apresentam menos peso são as insulares.

Visitantes de museus por região e por tipo de museu (2021)

Quadro 9

INDICADORES	N	%
Total	7 496 851	100,0
REGIÃO		
Norte	2 548 822	34,0
Centro	1 108 014	14,8
Área Metropolitana de Lisboa	2 884 040	38,5
Alentejo	333 827	4,5
Algarve	237 364	3,2
Açores	197 720	2,6
Madeira	187 064	2,5
TIPO DE MUSEU		
Arte	1 981 262	26,4
Arqueologia	663 492	8,9
Ciências Naturais e de História Natural	180 660	2,4
Ciências e de Técnica	523 532	7,0
Etnografia e de Antropologia	290 432	3,9
Especializados	628 772	8,4
História	1 630 676	21,8
Mistos e Pluridisciplinares	744 106	9,9
Território	678 150	9,0
Outros museus	175 769	2,3

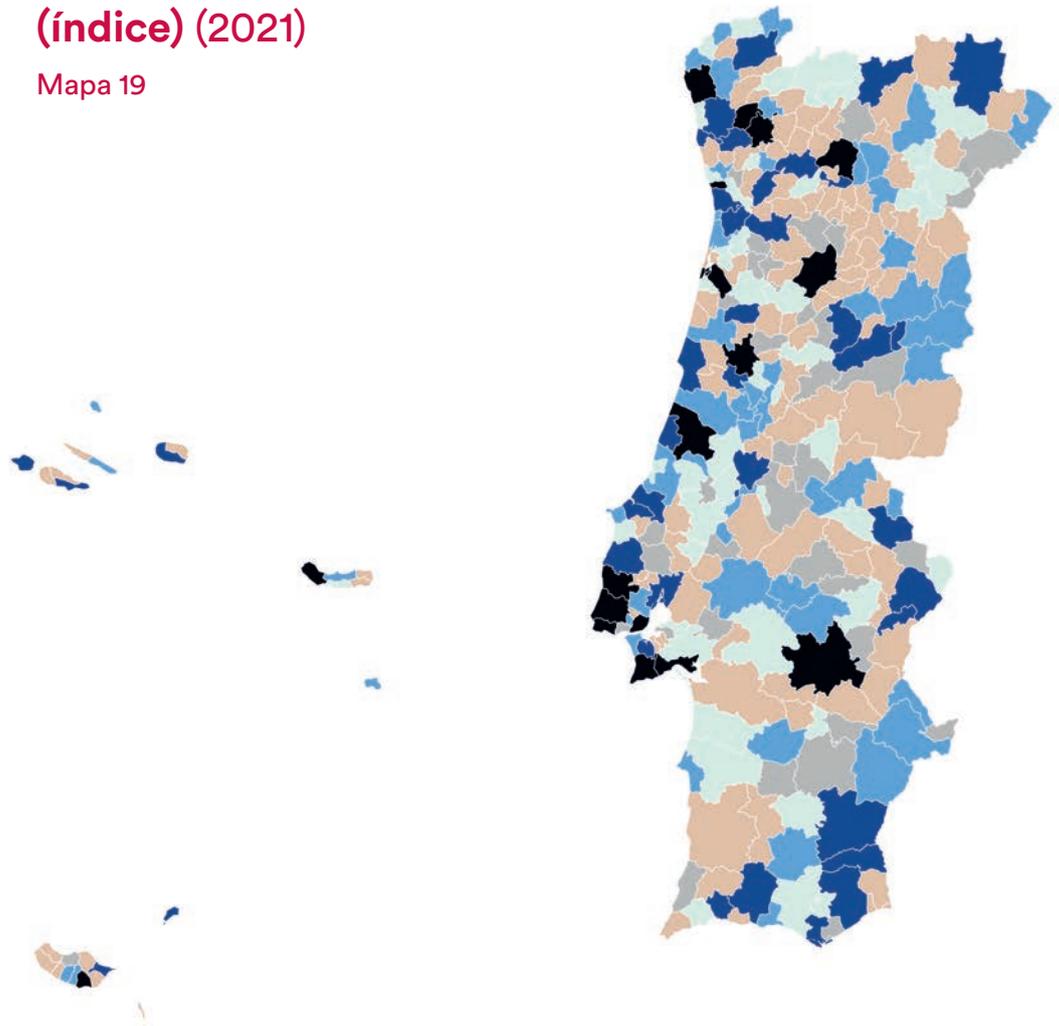
Fonte: INE.

Por tipo verifica-se que são os museus de arte e de história os que concentram os volumes mais elevados de visitantes, praticamente metade, com 26,4% e 21,8% respetivamente. No seu conjunto os restantes tipos não ultrapassam os 10 %.

Do ponto de vista da distribuição geográfica, o índice de visitantes mais frequente é o baixo (18,5%, 57 municípios). Por outro lado, o índice muito alto encontra-se sobretudo em municípios do litoral, em especial localizados na AML (Cascais, Lisboa, Mafra, Sesimbra, Setúbal e Sintra), mas também em algumas sedes de distrito (como por exemplo Aveiro, Leiria, Porto ou Viana do Castelo). Também algumas sedes de distrito do interior têm índices de visitantes muito alto, como é o caso de Évora, Viseu e Vila Real. Destacam-se igualmente as capitais das regiões autónomas (Funchal e Ponta Delgada) De salientar ainda que parte substancial dos municípios da região do Algarve, sobretudo no interior algarvio, registam um índice alto (mapa 19).

Visitantes de museus (índice) (2021)

Mapa 19



9

Importa assinalar neste mapa, como noutros, a limitação na caracterização dos municípios, que decorre da aplicação do princípio do segredo estatístico a que está obrigado o INE no quadro do sistema estatístico nacional (INE, 2022a). Esse princípio “determina que todos os dados de natureza individual recolhidos pelas autoridades para fins estatísticos têm natureza confidencial e não podem ser divulgados a terceiros” (INE, 2022a, p. 8), pelo que “a cada operação estatística são aplicados métodos de controlo de divulgação estatística mais adequados, que consistem na análise e modificação/perturbação dos dados originais no sentido de eliminar a possibilidade de identificação direta ou minimizar a identificação indireta dos titulares da informação” (INE, 2022a, p. 18).

■ Muito alto ■ Alto ■ Baixo ■ Muito baixo ■ Sem dados ■ Sem visitantes

Legenda: Muito alto (com 50 mil ou mais);
Alto (entre 10 mil e 49,9 mil); Baixo (entre 2 mil e 9,9 mil);
Muito baixo (menos de 1,9 mil).

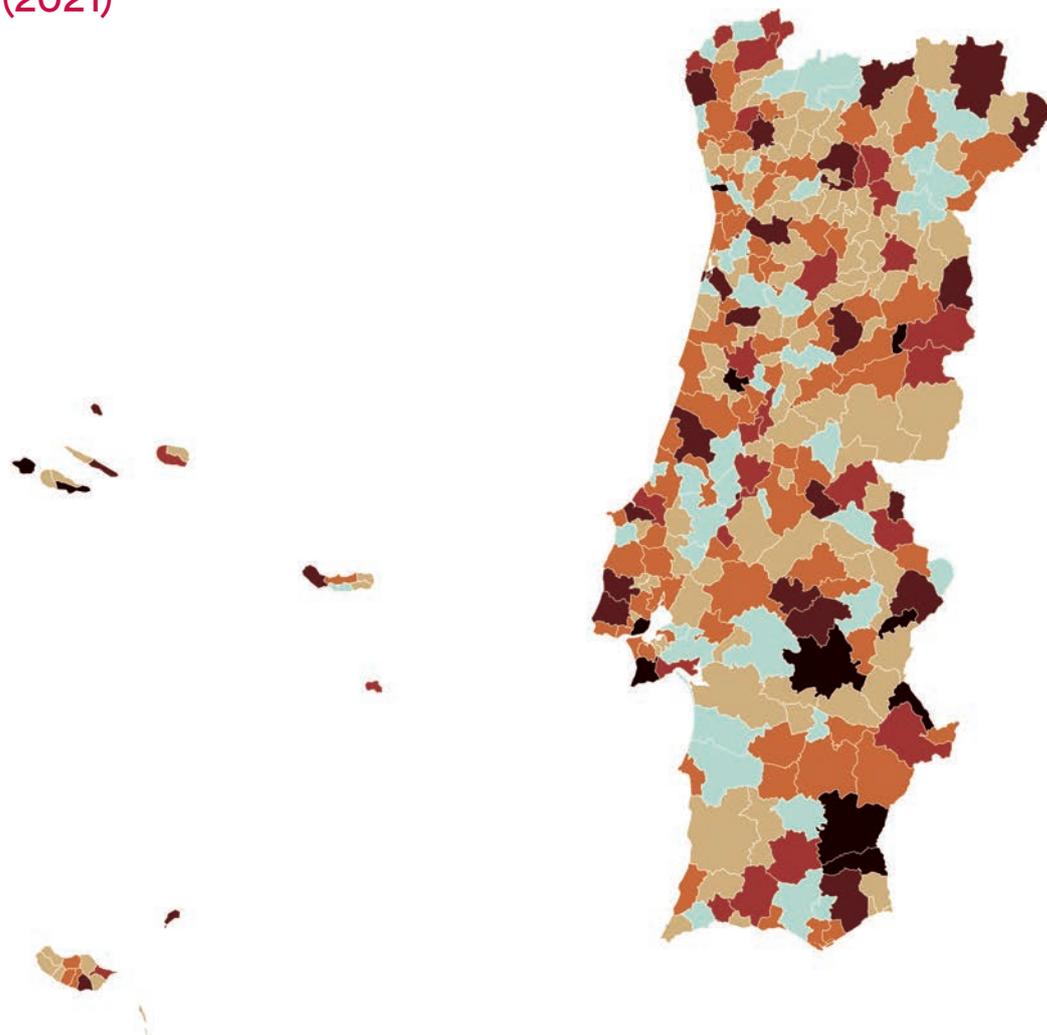
Fonte: INE.
N=7 496 851.

Nota: sem dados disponíveis para 46 municípios devido à aplicação do segredo estatístico.

A ponderação do número de visitantes pela população evidencia que 35,4% dos municípios apresenta um índice baixo ou muito baixo de visitas a museus por habitante (109 municípios)⁹. Por outro lado, nos índices mais elevados, verifica-se que 28 municípios apresentam um índice de visitantes alto e que este se encontra sobretudo em municípios das regiões Norte e Centro (15 municípios), em especial naqueles junto à fronteira, e considerando o muito alto, a sua localização faz destacar alguns municípios do interior do Alentejo e dos Açores, um do Algarve, dois no Centro, isto para além de Lisboa e Porto (mapa 20).

Visitantes de museus por habitante (índice) (2021)

Mapa 20



■ Muito alto ■ Alto ■ Baixo ■ Muito baixo ■ Sem visitantes ■ Sem dados

Legenda: Muito alto (entre 2,17 e 6,10); Alto (entre 0,80 e 2,16);

Baixo (entre 0,41 e 0,79); Muito baixo (entre 0,01 e 0,40).

Fonte: INE, *Recenseamento da população e habitação - Censos 2021*.

N=7 496 851.

Nota: sem dados disponíveis para 46 municípios devido à aplicação do segredo estatístico.

4.2. Artes Visuais

No que diz respeito aos equipamentos de artes visuais, os dados disponíveis e possíveis de mobilizar são os do INE, designadamente através do *Inquérito anual às galerias de arte e outros espaços de exposições temporárias*. Em termos de evolução, é de destacar o substancial aumento de espaços expositivos (Duarte, 2020) que duplica ao longo das duas últimas décadas (479 em 2000 para 901 em 2021), apesar de um período de estagnação decorrente da crise financeira (2008-2012) e dos constrangimentos decorrentes da pandemia covid-19.

Em 2021, são, como referido, 901 os equipamentos relativos às artes visuais em funcionamento em Portugal, especificamente galerias/espços dedicados a estas atividades artísticas, das quais se destacam os espaços de exposição sem fins lucrativos que representam a parte substancial dos espaços com 92,9% (mapa 21), enquanto as galerias de arte e outros espaços expositivos com fins lucrativos representam apenas 7,1% (mapa 22).

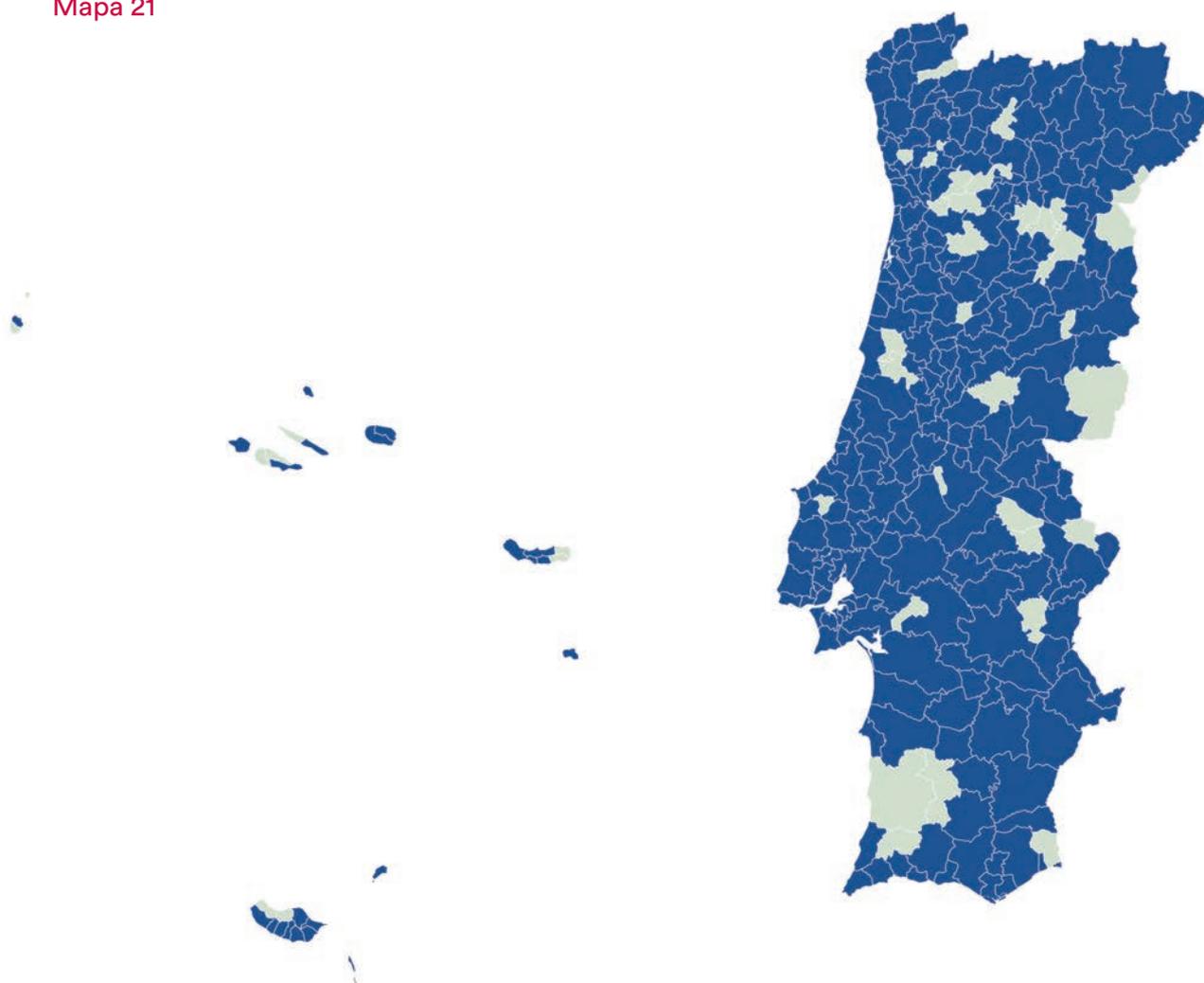
Cerca de uma em cada três destas galerias/espços está inserida num museu (33,7%), enquanto outro terço localiza-se em edifício próprio (30,9%). Quanto às restantes opções de localização, variam entre as bibliotecas (14,5%), centros culturais (9,0%) ou instalações de câmaras municipais e juntas de freguesia (6,3%), sendo pouco expressiva a localização destas galerias/espços em estabelecimentos de ensino (0,8%).

Em termos de implantação, a maioria do território nacional tem uma galeria/espço dedicado às artes visuais, predominando o número de municípios com espaço de exposição sem fim lucrativo (85,7%), sendo menos relevante a existência de municípios com espaços/galerias com fins comerciais ou lucrativos (5,8%). A conjugação dos três tipos observados acontece numa quantidade muito reduzida de municípios, apenas 0,2%.

Cerca de um terço dos municípios apresenta apenas uma galeria/espço de exposição (34,1%); outro terço dos municípios tem entre duas a três galerias/espços de exposição (33,1%), sendo menos frequente a percentagem de municípios com mais de 10 galerias/espços (3,9%), correspondendo de uma forma geral aos municípios sede de distrito e, fora destes, municípios enquadrados na AML (Almada, Cascais, Sintra e Vila Franca de Xira). Ainda é relevante a percentagem de municípios com quatro a nove galerias/espços (15,6%), percentagem ligeiramente superior aos municípios que não têm qualquer galeria/espço expositivo (13,3%), que ocorrem sobretudo nas regiões Centro e Norte.

Galerias de arte ou espaços expositivos sem fins lucrativos (2021)

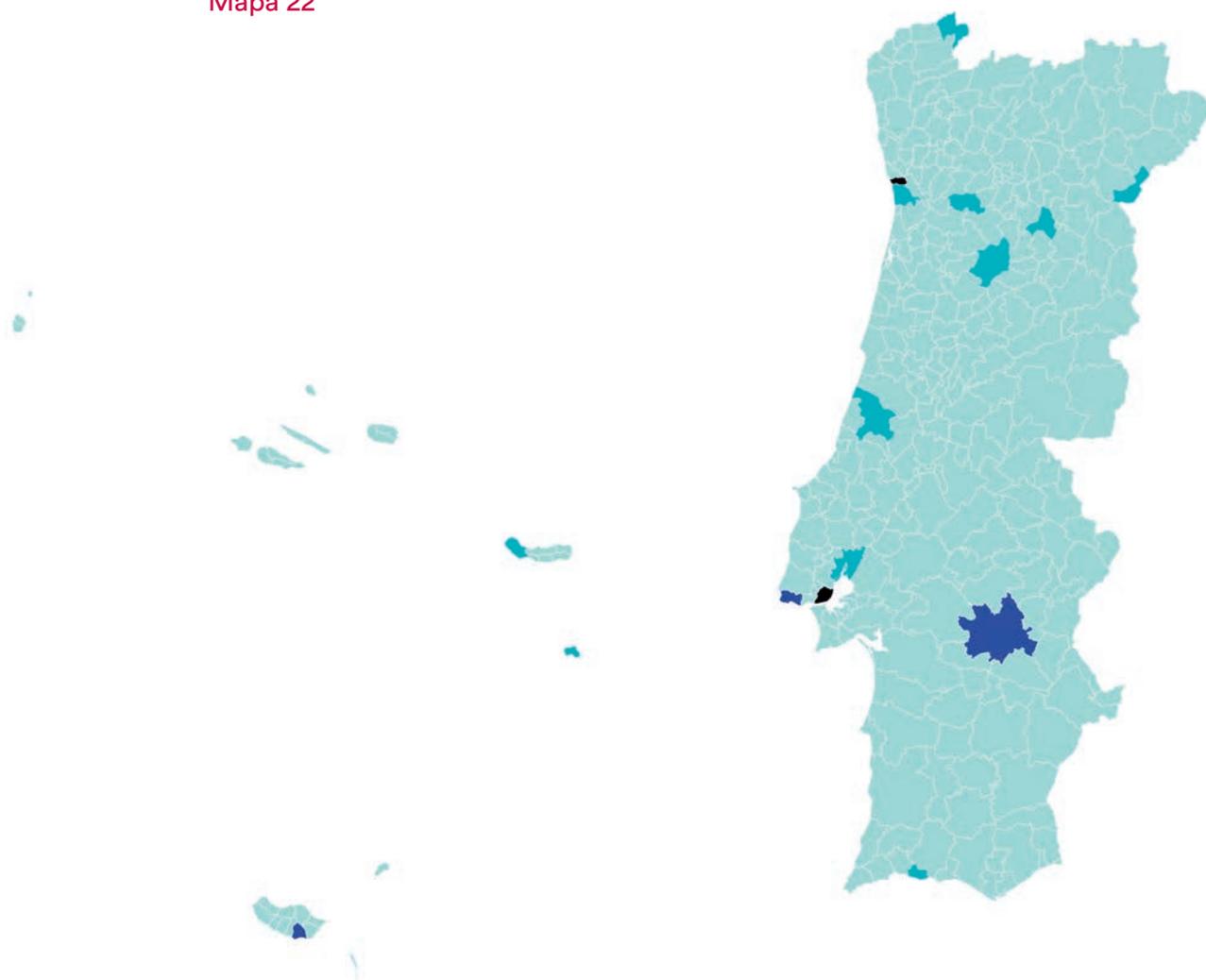
Mapa 21



Fonte: INE, *Inquérito anual às galerias de arte e outros espaços de exposições temporárias*.
N=837.

Galerias de arte ou espaços expositivos com fins lucrativos (índice) (2021)

Mapa 22



■ Muito alto ■ Baixo ■ Muito baixa ■ Nenhuma

Legenda: Muito alto (mais de 10), Baixo (2 ou 3), Muito baixo (1).
Fonte: INE, *Inquérito anual às galerias de arte e outros espaços de exposições temporárias*.
N=51.

4.3. Artes do Espetáculo

a) Recintos, salas, espetáculos ao vivo e espetadores

No que diz respeito aos recintos de artes do espetáculo, a década de 1990 trouxe profundas mudanças no panorama nacional com a construção, recuperação, remodelação ou adaptação de recintos, seja através de apoios diretos da tutela governativa na área da cultura, em parcerias com os municípios, seja por apoios mecenáticos, como também pelo aproveitamento do forte investimento proveniente dos fundos disponíveis dos quadros comunitários de apoio de que Portugal pôde beneficiar, no âmbito dos programas operacionais da cultura e regionais vigentes entre 1994 e 1999, e depois entre 2000 e 2006. Esses investimentos permitiram dotar tanto as capitais de distrito como um conjunto alargado de municípios com recintos novos ou requalificados de forma a estarem tecnicamente aptos a receber espetáculos das diversas áreas artísticas (Silva, 2004; Vargas, 2011).

Em 2022, são 384¹⁰ os recintos de espetáculos de natureza artística licenciados em Portugal para a realização de atividades das artes do espetáculo¹¹. Dois em cada três recintos possuem uma gestão pública (66,4%), estando a esmagadora maioria destes na dependência de municípios ou empresas municipais (61,5%) (gráfico 7).

—
10

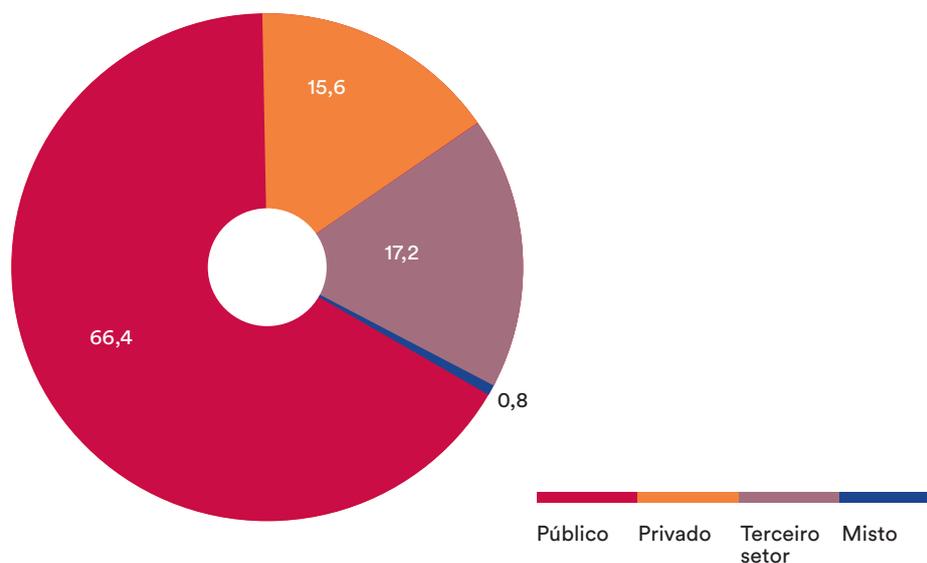
Consideram-se os recintos licenciados pela IGAC com o designado Documento de Identificação do Recinto (DIR). São abrangidas as atividades das áreas do teatro, música, dança e circo. Excluem-se aqui os licenciados em exclusivo nas atividades do cinema e da tauromaquia uma vez que são objeto de capítulo próprio.

—
11

Os dados mais recentes do inquérito bienal do INE aos recintos de espetáculos datam de 2021. Dão conta de um total de 404 recintos distribuídos por todas as regiões. São 215 os municípios com pelo menos um recinto (o que corresponde a 69,8 % do total dos 308). Saliente-se que o inquérito do INE tem por base os dados fornecidos pelas entidades nacionais com competência nos licenciamentos de recintos (com âmbito de atuação no continente e nas regiões autónomas), no entanto, como os dados mais atuais da fonte INE (os anteriores eram de 1999) não se encontravam ainda disponíveis, a opção metodológica incidiu em privilegiar os dados mais atualizados das entidades licenciadoras IGAC e IRACA. A exceção é o IRE que não disponibilizou a informação.

Recintos de artes do espetáculo segundo o setor da entidade exploradora (%) (2022)

Gráfico 7



Fonte: IGAC e IRACA.

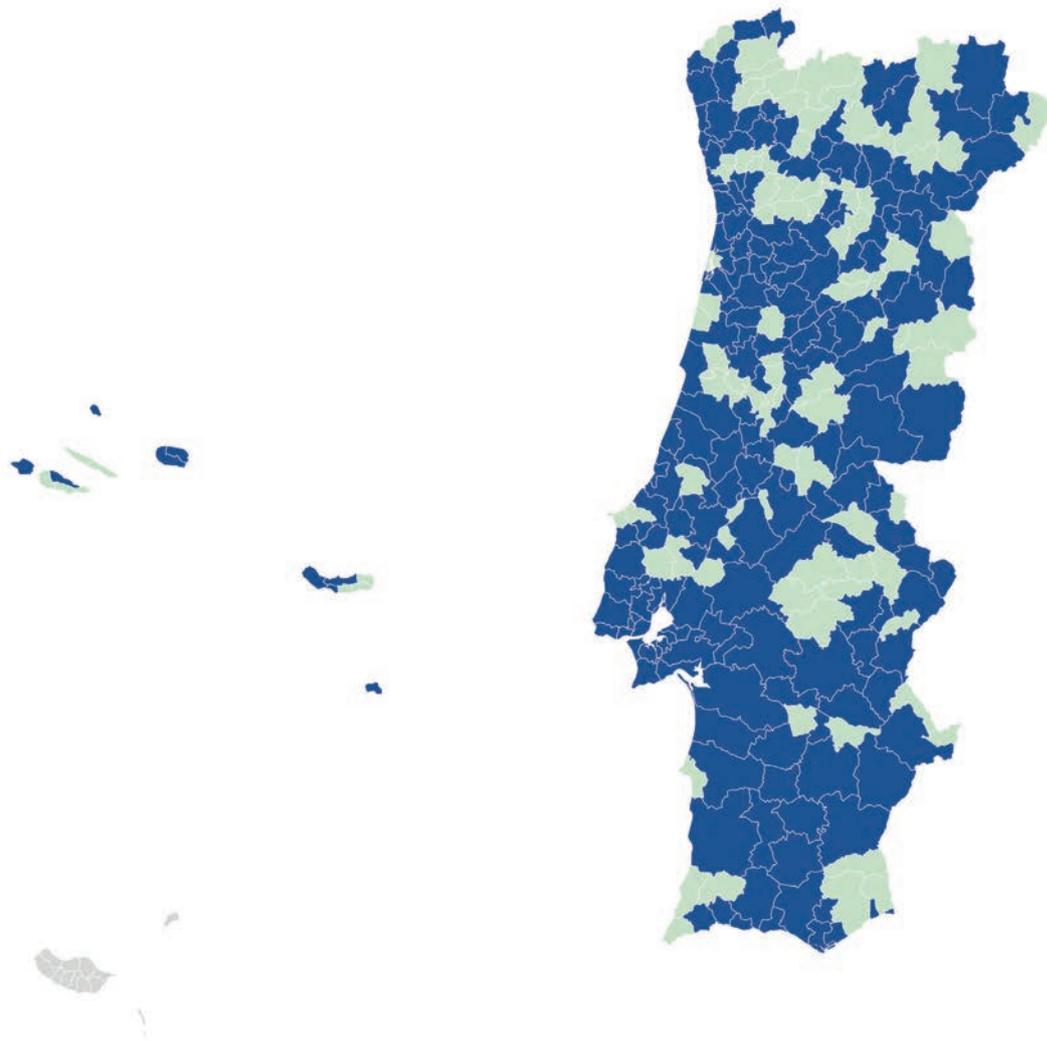
N = 384.

Nota: Não há dados para a Região Autónoma da Madeira.

A distribuição dos recintos de artes do espetáculo licenciados pelo território nacional mostra que em 2022 dois em cada três municípios do país dispõem de, pelo menos, um recinto (196, ou seja, 66,0% do conjunto dos 297 municípios do Continente e dos Açores, uma vez que não há dados disponíveis para a Madeira) (mapa 23). A localização desses recintos é mais notória nos municípios da AML (todos os municípios possuem pelo menos um recinto) e nas regiões Centro e Alentejo (ambas com 69,0% dos municípios abrangidos). Na R. A. dos Açores regista-se a percentagem mais baixa (47,4%).

Recintos de artes do espetáculo licenciados (2022)

Mapa 23



Fontes: IGAC e IRACA.

N = 384 recintos em 196 municípios.

Nota: Não há dados para a Região Autónoma da Madeira.

Dos municípios com recinto, 138 dispõem de um, 51 de 2 a 4 e sete municípios possuem mais de cinco recintos (Braga, Coimbra, Espinho, Évora, Lisboa, Oeiras e Porto).

A ponderação dos recintos de artes do espetáculo pela população permite dar conta da maior incidência em municípios localizados no interior do território nacional (mapa 24), destacando a região do Alentejo como a que regista os índices mais elevados (em especial as CIM Alto, Baixo e Alentejo Central), no Centro (eixo das CIM da Beira Baixa e do Médio Tejo) e Norte (grande concentração na CIM Douro).

Recintos de artes do espetáculo por 10.000 habitantes (índice) (2022)

Mapa 24



■ Muito alto ■ Alto ■ Baixo ■ Muito baixo ■ Nenhum

Legenda: Muito alto (entre 1,87 e 3,65); Alto (entre 0,94 e 1,86);
Baixo (entre 0,48 e 0,93); Muito baixo (Entre 0,05 e 0,47).

Fontes: IGAC, IRACA e INE, *Recenseamento da população e habitação - Censos 2021*.

N = 384.

Nota: Não há dados para a Região Autónoma da Madeira.

Quanto à área das atividades licenciadas, a esmagadora maioria dos recintos está capacitada para realizar espetáculos de música. As áreas do teatro e da dança apresentam igualmente elevada percentagem (88,8% e 86,2%, respetivamente). A área do circo está presente com 2,3% dos recintos (quadro 10).

Recintos de artes do espetáculo por área de atividade (2022)

Quadro 10

ÁREA DE ATIVIDADE	NÚMERO	% DO TOTAL DE RECINTOS
Total de recintos	384	
Com atividades de...		
Música	370	96,4
Teatro	341	88,8
Dança	331	86,2
Circo	9	2,3

Fontes: IGAC e IRACA.

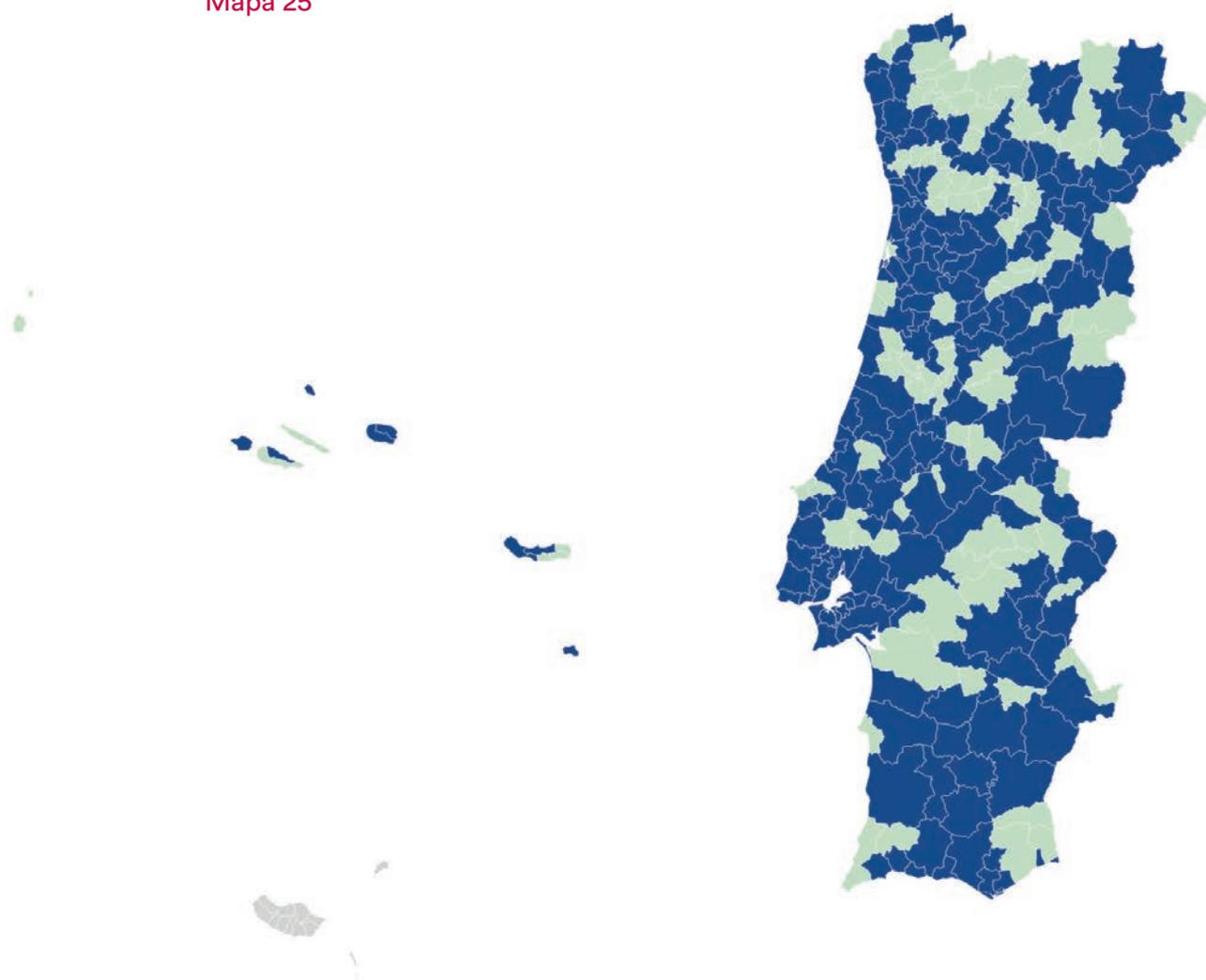
Notas: Não há dados para a Região Autónoma da Madeira.

Cada recinto pode estar licenciado para mais do que uma atividade.

Observando a distribuição pelo país, verifica-se que do conjunto de municípios com recintos (196), praticamente nove em cada dez possuem pelo menos um recinto capaz de acolher atividades de música (uma realidade em 191 municípios) (mapa 25), de teatro (em 190 municípios) (mapa 26) e de dança (oferta em 186 municípios) (mapa 27). Já quanto à atividade de circo circunscrevem-se a apenas cinco municípios (Viana do Castelo, Vila do Conde, Porto, Lisboa e Ponta Delgada) (mapa 28).

Recintos de artes do espetáculo com atividade de música (2022)

Mapa 25



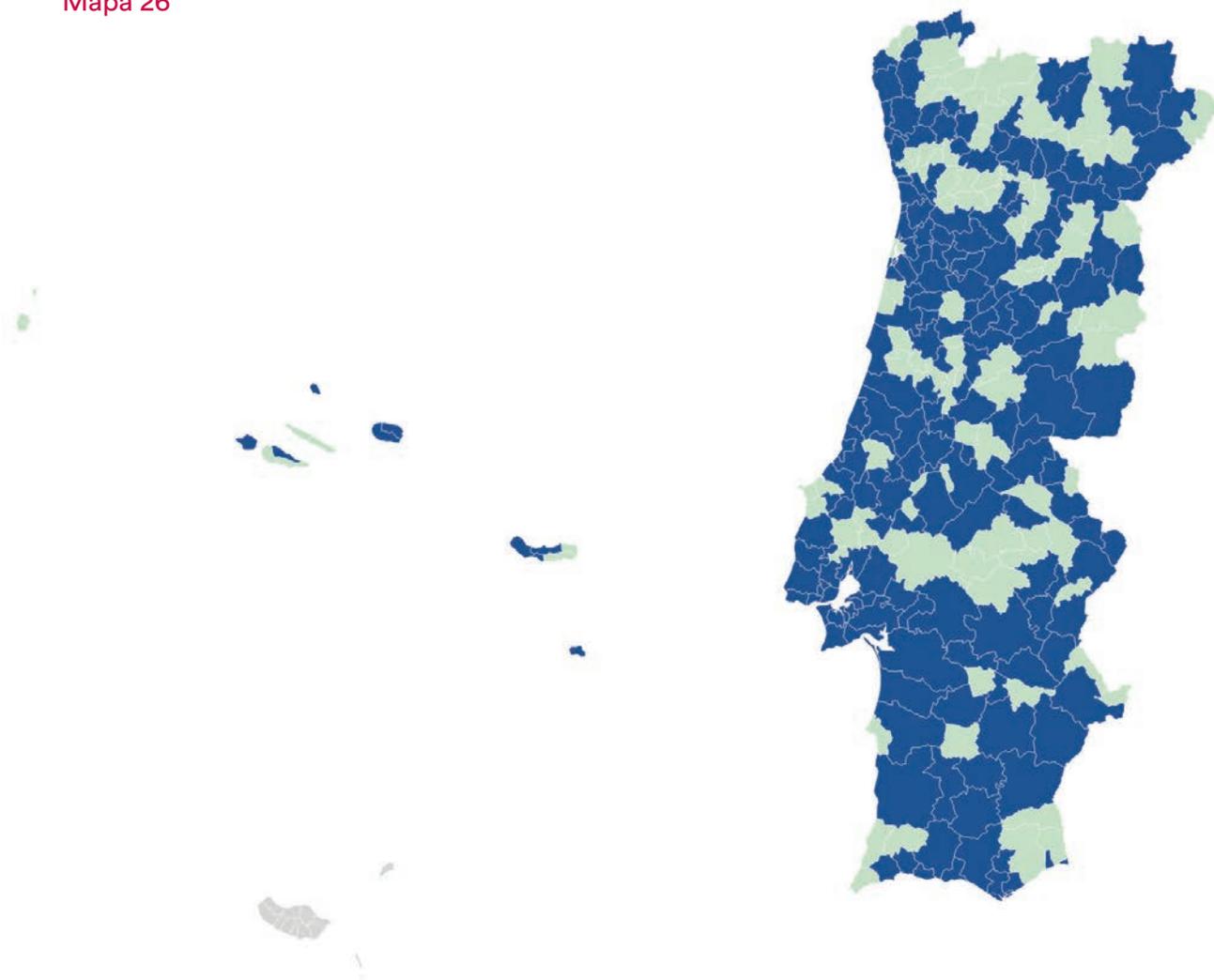
Fontes: IGAC e IRACA.

N = 370 recintos em 191 municípios.

Nota: Não há dados para a Região Autónoma da Madeira.

Recintos de artes do espetáculo com atividade de teatro (2022)

Mapa 26



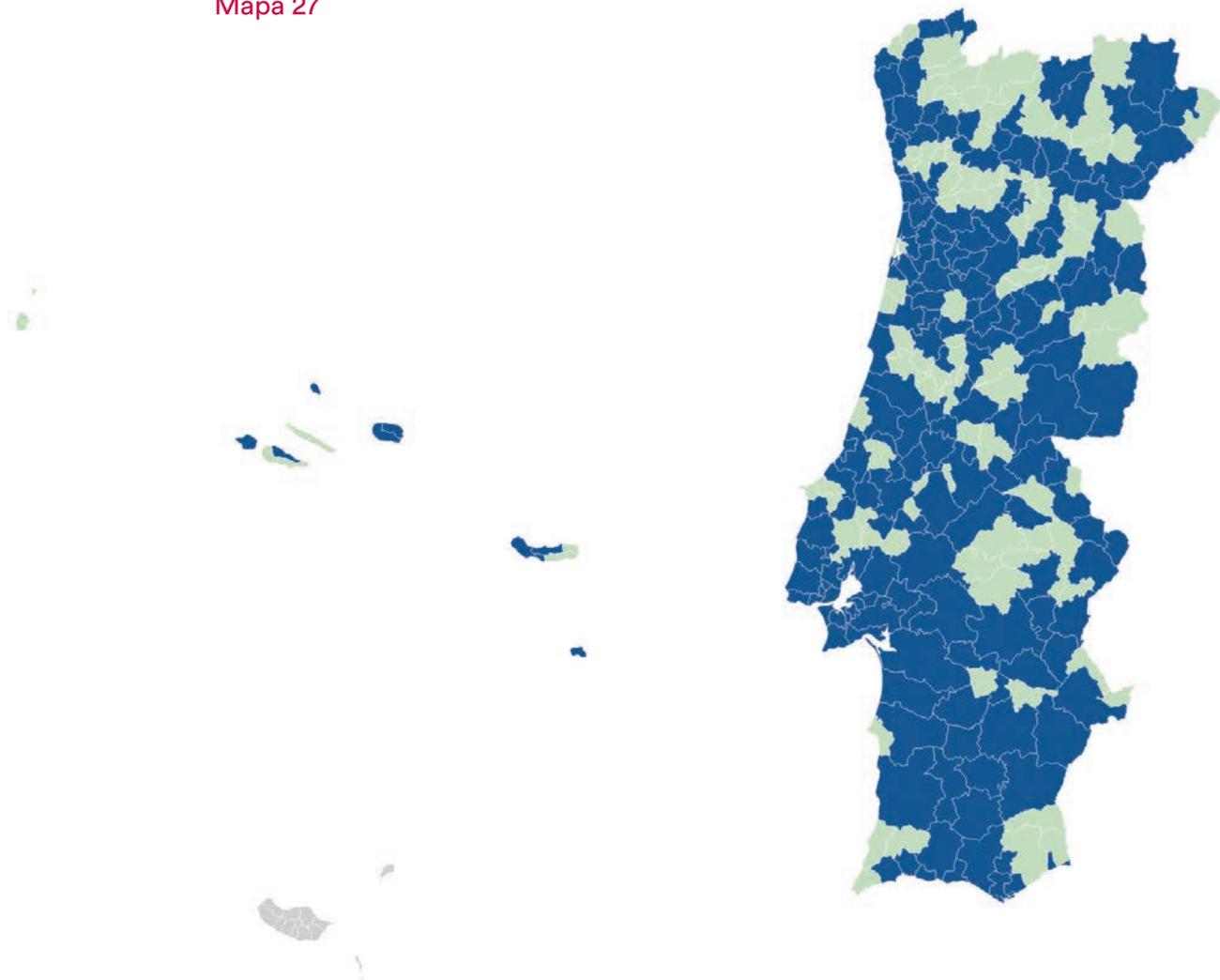
Fontes: IGAC e IRACA.

N = 341 recintos em 190 municípios.

Nota: Não há dados para a Região Autónoma da Madeira.

Recintos de artes do espetáculo com atividade de dança (2022)

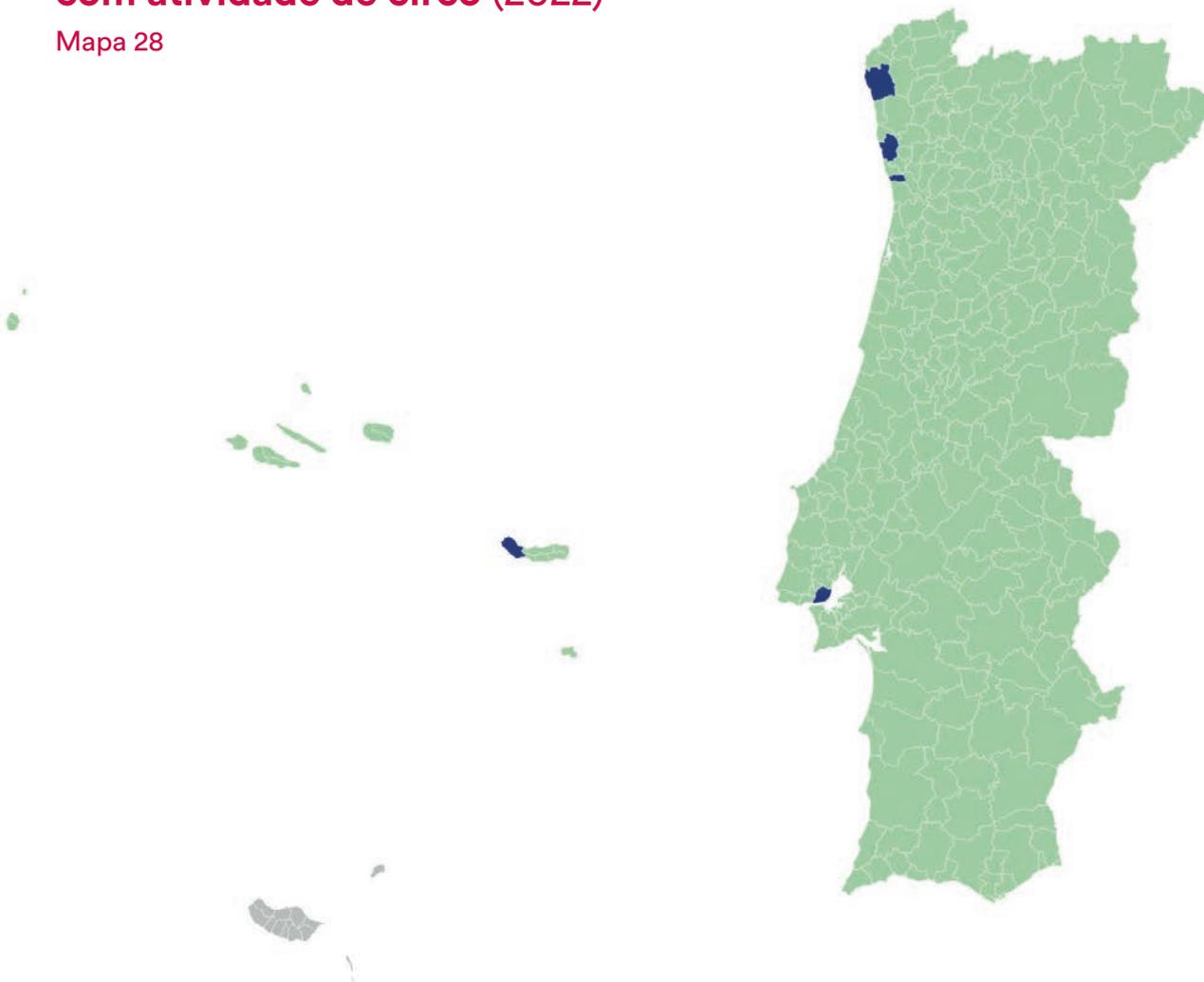
Mapa 27



Fontes: IGAC e IRACA.
N = 331 recintos em 186 municípios.
Nota: Não há dados para a Região Autónoma da Madeira.

Recintos de artes do espetáculo com atividade de circo (2022)

Mapa 28



Fontes: IGAC e IRACA.

N = 9 recintos em 5 municípios.

Nota: Não há dados para a Região Autónoma da Madeira.

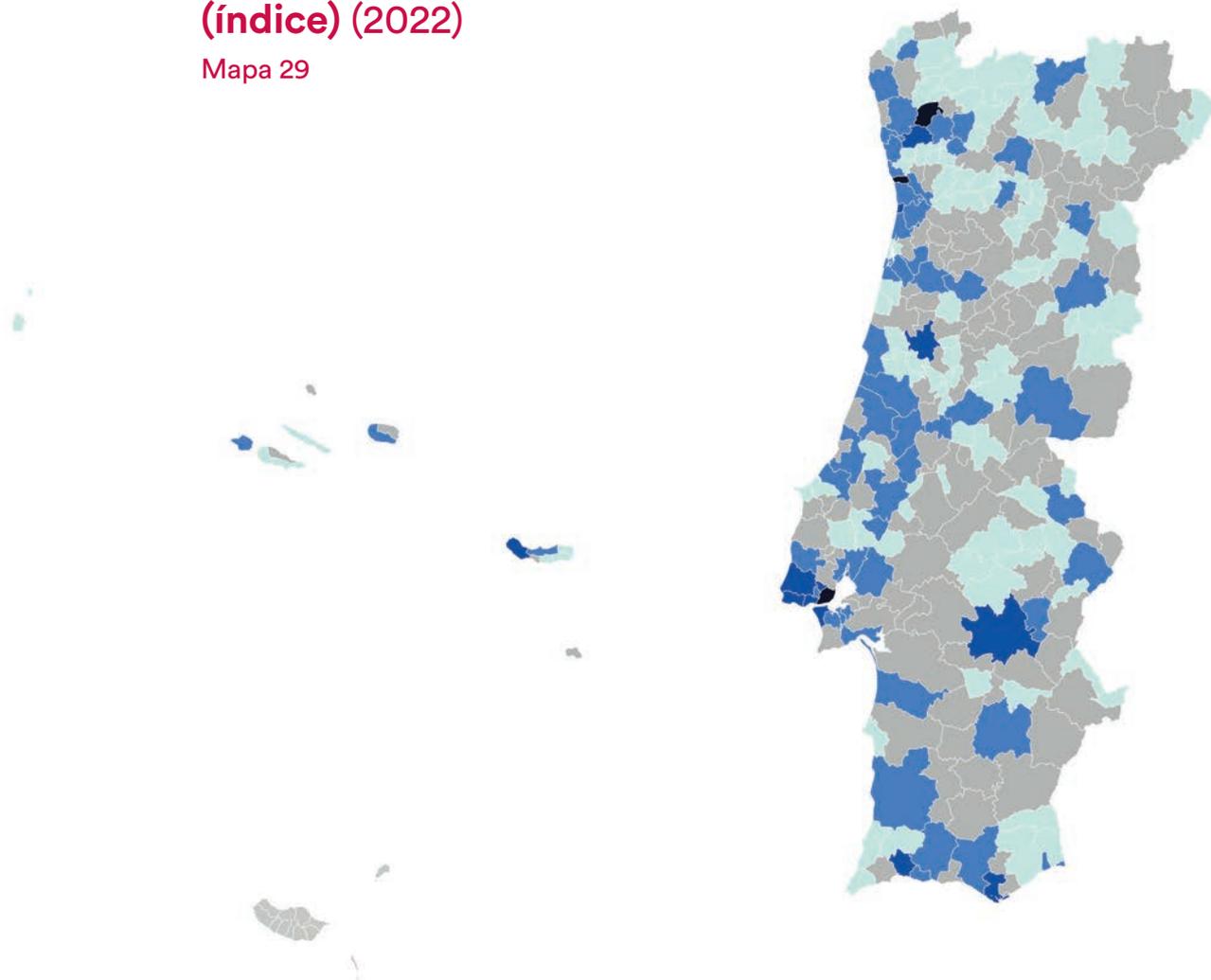
Os recintos podem ser constituídos por uma única sala ou por um conjunto diversificado de salas, em que, independentemente da quantidade, cada uma apresenta características próprias e se encontra adaptada para a apresentação de espetáculos de uma ou várias áreas artísticas. Em termos de oferta de salas para a realização de atividades de artes do espetáculo, no ano de 2022 são 507 as existentes em Portugal (Continente e Açores).

Do ponto de vista da localização das salas no território, o que permite dar conta da oferta ao nível da infraestrutura disponível e em condições de receber atividades de artes do espetáculo de acordo com as normas estabelecidas e que compete à IGAC verificar, constata-se que perto de dois terços dos municípios dispõem de uma

sala (124 municípios) (mapa 29). Por outro lado, a maior concentração (com índice muito alto e alto) situa-se sobretudo na AML (em seis municípios), em algumas capitais de distrito (Braga, Porto, Coimbra, Évora, Faro e Ponta Delgada) e em outros três municípios em específico (Vila Nova de Famalicão, Espinho e Portimão).

Salas de artes do espetáculo (índice) (2022)

Mapa 29



■ Muito alto ■ Alto ■ Baixo ■ Muito baixo ■ Nenhuma

Legenda: Muito alto (com 10 ou mais salas); Alto (entre 5 a 9 salas); Baixo (entre 2 a 4 salas); Muito baixo (1 sala).

Fontes: IGAC e IRACA.

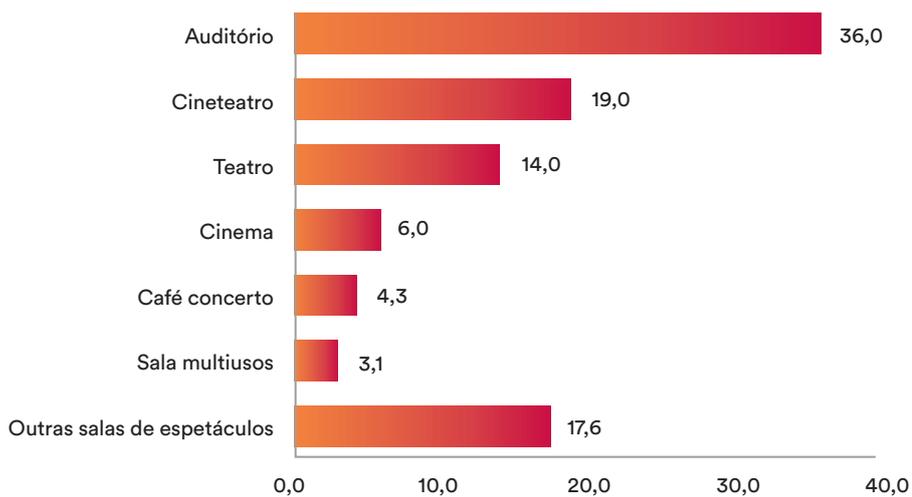
N = 507.

Nota: Não há dados para a Região Autónoma da Madeira.

Ainda com base nos dados da IGAC para o continente por tipo de sala, observa-se através do gráfico 8 que um pouco mais de um terço das salas existentes são do tipo auditório, a que se seguem os tipos cineteatro e teatro, com 19,0% e 14,0%, respetivamente.

Salas de artes do espetáculo por tipo de sala (%) (2022)

Gráfico 8

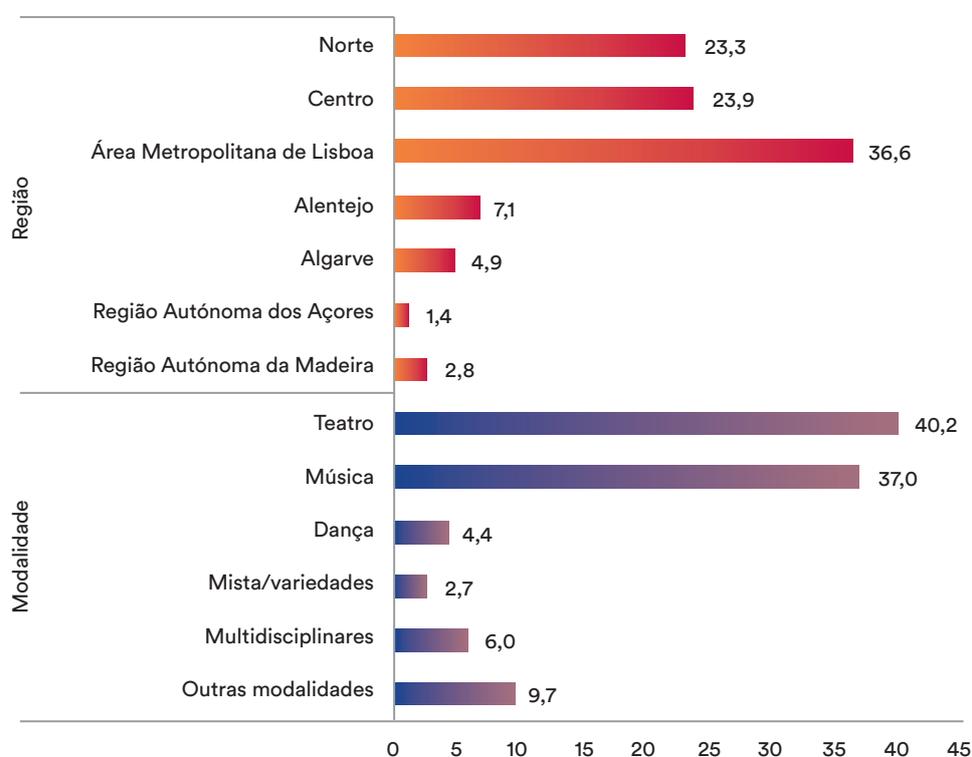


Fonte: IGAC.
N = 484 salas no território continental.

Quanto às sessões de espetáculos ao vivo realizadas em 2021, registou-se um total de 24,5 mil. Saliente-se que num ano ainda com pandemia covid-19 este valor constitui uma subida de 63,7% face ao do ano anterior (15 mil, em 2020). O gráfico 9 apresenta a distribuição das sessões segundo a região e a modalidade de espetáculo. Pela região verifica-se uma maior percentagem de sessões realizadas em recintos da Área Metropolitana de Lisboa (36,6%), a que se seguem Norte e Centro com percentagens acima dos 23%. Por modalidade, é na do teatro e da música que se concentram as percentagens mais elevadas, com 40,2% e 37,0%, respetivamente.

Sessões de espetáculos ao vivo segundo a região e a modalidade (%) (2021)

Gráfico 9

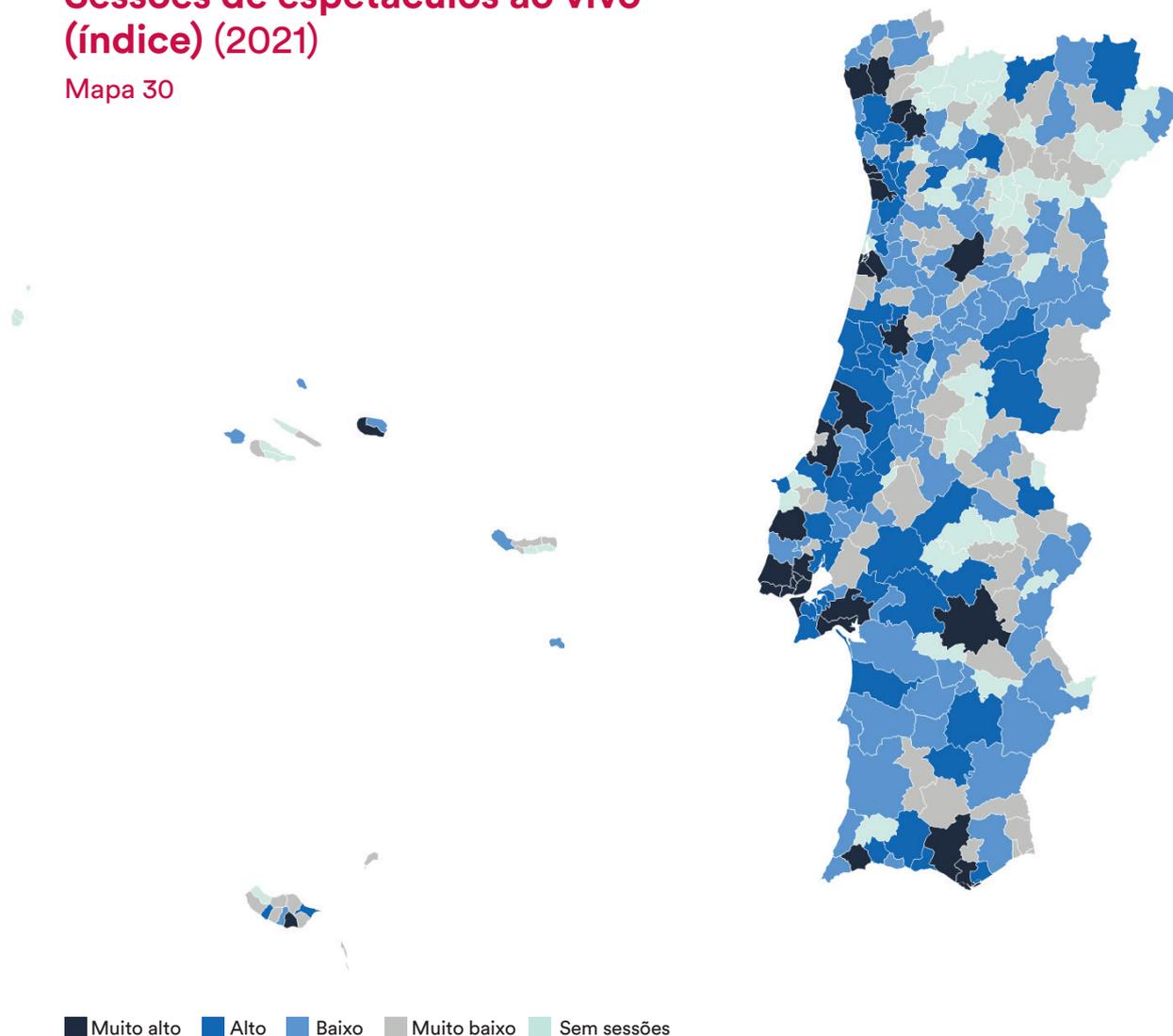


Fonte: INE.
N = 24.469.

Dos 259 municípios em que se realizaram sessões em 2021, o índice com maior peso é o baixo, o que se verificou em 93 municípios (35,9% do total). Se se considerar também o nível muito baixo (80 municípios), então quase dois terços dos municípios realizaram um número reduzido de sessões (mapa 30). Por outro lado, são 30 os municípios que possuem um índice muito alto, localizados principalmente na faixa litoral, sobretudo nos municípios da AML (10), mas também na maior parte das outras capitais de distrito (10), incluindo aqui os municípios do interior (Viseu, Évora) e num município da R. A. da Madeira (Funchal) e outro na R. A. dos Açores (Angra do Heroísmo).

Sessões de espetáculos ao vivo (índice) (2021)

Mapa 30

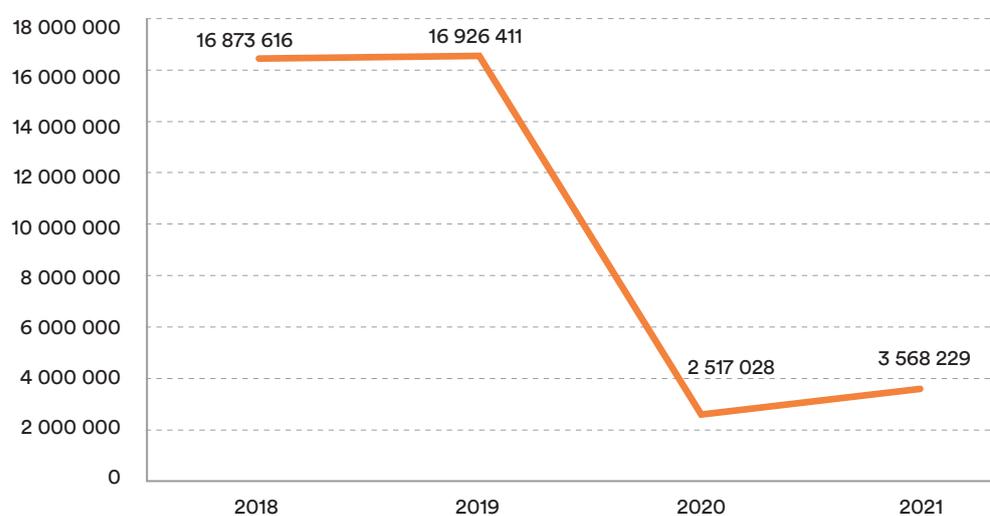


Legenda: Muito alto (com 150 ou mais); Alto (entre 50 e 149);
Baixo (entre 13 e 49); Muito baixo (até 12).
Fonte: INE.
N = 24.469.

Do lado das procuras, em 2021 os recintos receberam um total de cerca de 3,6 milhões de espetadores em espetáculos ao vivo (gráfico 10). Importa acrescentar, de novo, que o ano de 2021 ainda sentiu os efeitos do segundo momento de confinamento (no início do ano) com os respetivos períodos de encerramento ao público das instituições culturais e outros constrangimentos impostos pela pandemia. Ainda assim, o número de espetadores apresentou uma variação positiva de 41,8% em relação ao ano de 2020 (2,5 milhões), mas ainda muito distante dos números registados em 2018 e 2019, anos em que os recintos receberam 16,9 milhões de espetadores.

Espetadores de espetáculos ao vivo por ano (n) (2018-2021)

Gráfico 10

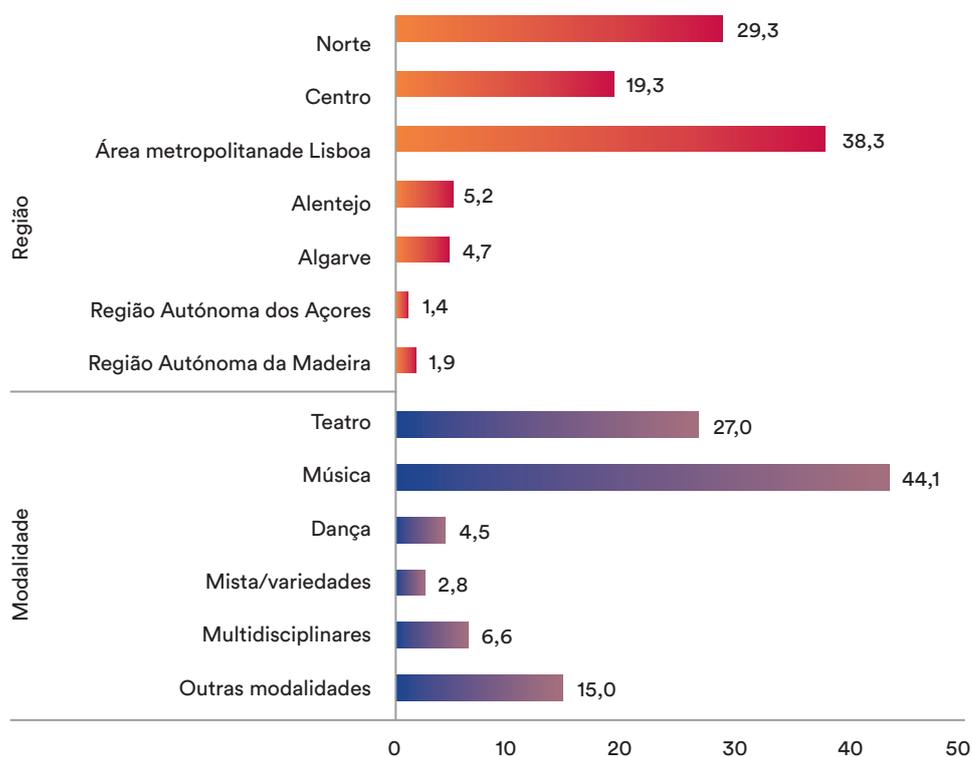


Fonte: INE, *Estatísticas da Cultura 2018-2021*.

Observando as procuras segundo a região, verifica-se que as percentagens mais elevadas de espetadores em espetáculos ao vivo ocorrem na AML (38,3%) e no Norte (29,3%) (gráfico 11). As regiões que apresentam menos peso são os Açores e Madeira (ambas menos de 2%). De acordo com a modalidade, é nos espetáculos de música que se regista a maior percentagem de espetadores (quase metade), a que se seguem os de teatro (27,0%).

Espetadores de espetáculos ao vivo segundo a região e a modalidade (%) (2021)

Gráfico 11



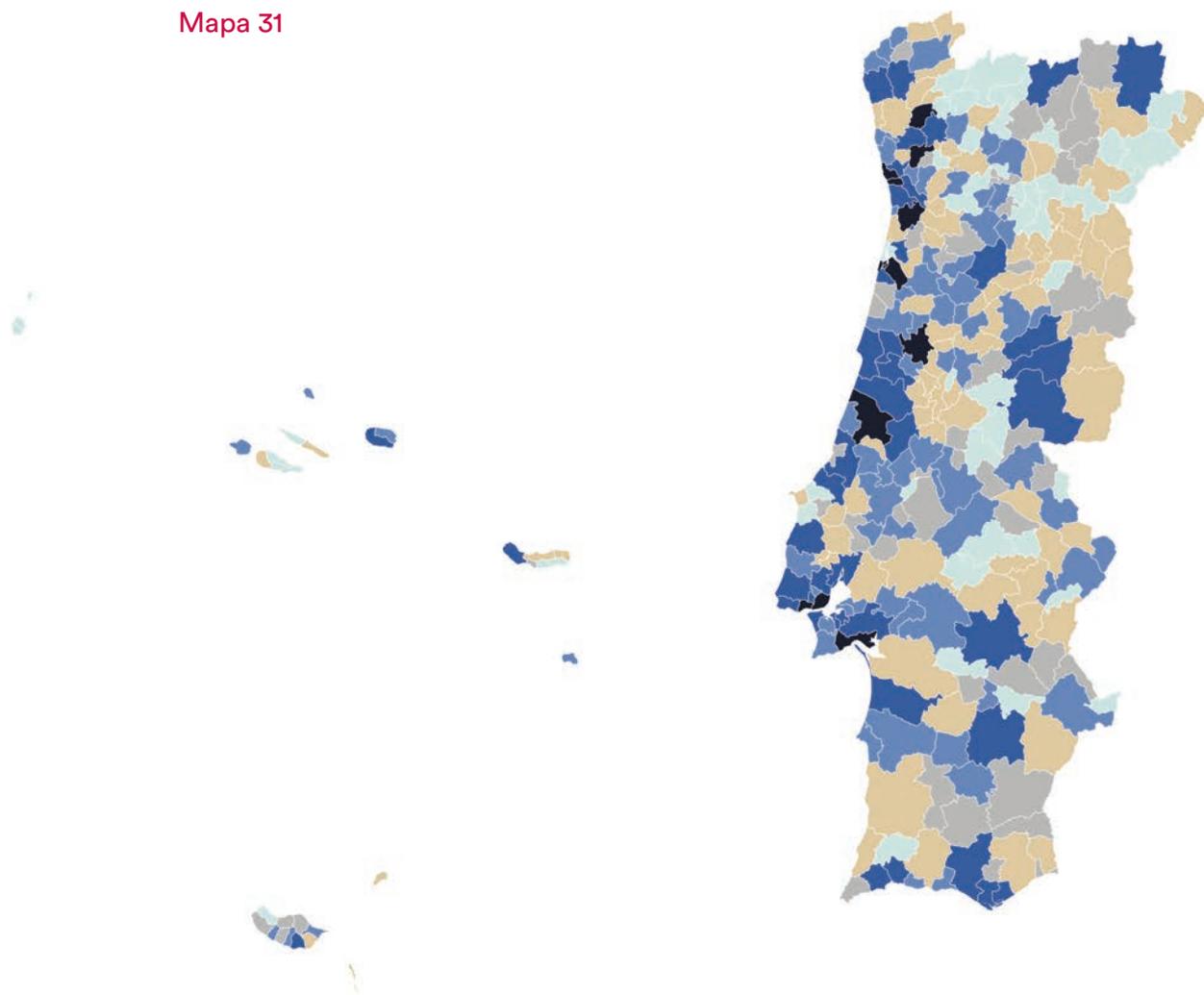
Fonte: INE.
N = 3.568.229.

Na distribuição do volume de espetadores por município, e tendo por base os 175 municípios com dados disponíveis¹², verifica-se que no ano em apreço quatro em cada dez municípios regista um índice baixo de entradas (71, 40,6% do total daqueles municípios) (mapa 31). Com um índice muito baixo encontram-se outros 49 municípios. Pelo contrário, com índice muito alto, apresentam-se 11 municípios, concentrados na região Norte (Braga, Matosinhos, Porto, Santa Maria da Feira e Santo Tirso), região Centro (Aveiro, Coimbra e Leiria, todas capitais de distrito) e na Área Metropolitana de Lisboa, com Lisboa, Oeiras e Setúbal, sendo este o município mais a sul nesta categoria.

¹² Salienta-se que do total de 259 municípios com sessões realizadas, apenas se consideram 175, uma vez que não há dados disponíveis para número de espetadores em relação a 84 municípios devido ao segredo estatístico.

Espetadores de espetáculos ao vivo (índice) (2021)

Mapa 31



■ Muito alto ■ Alto ■ Baixo ■ Muito baixo ■ Sem espetadores ■ Dados não disponíveis

Legenda: Muito alto (com 50 mil ou mais); Alto (entre 10 mil e 49,9 mil); Baixo (entre 2 mil e 9,9 mil); Muito baixo (menos de 1,9 mil); Sem espetadores (não se aplica).

Fonte: INE.

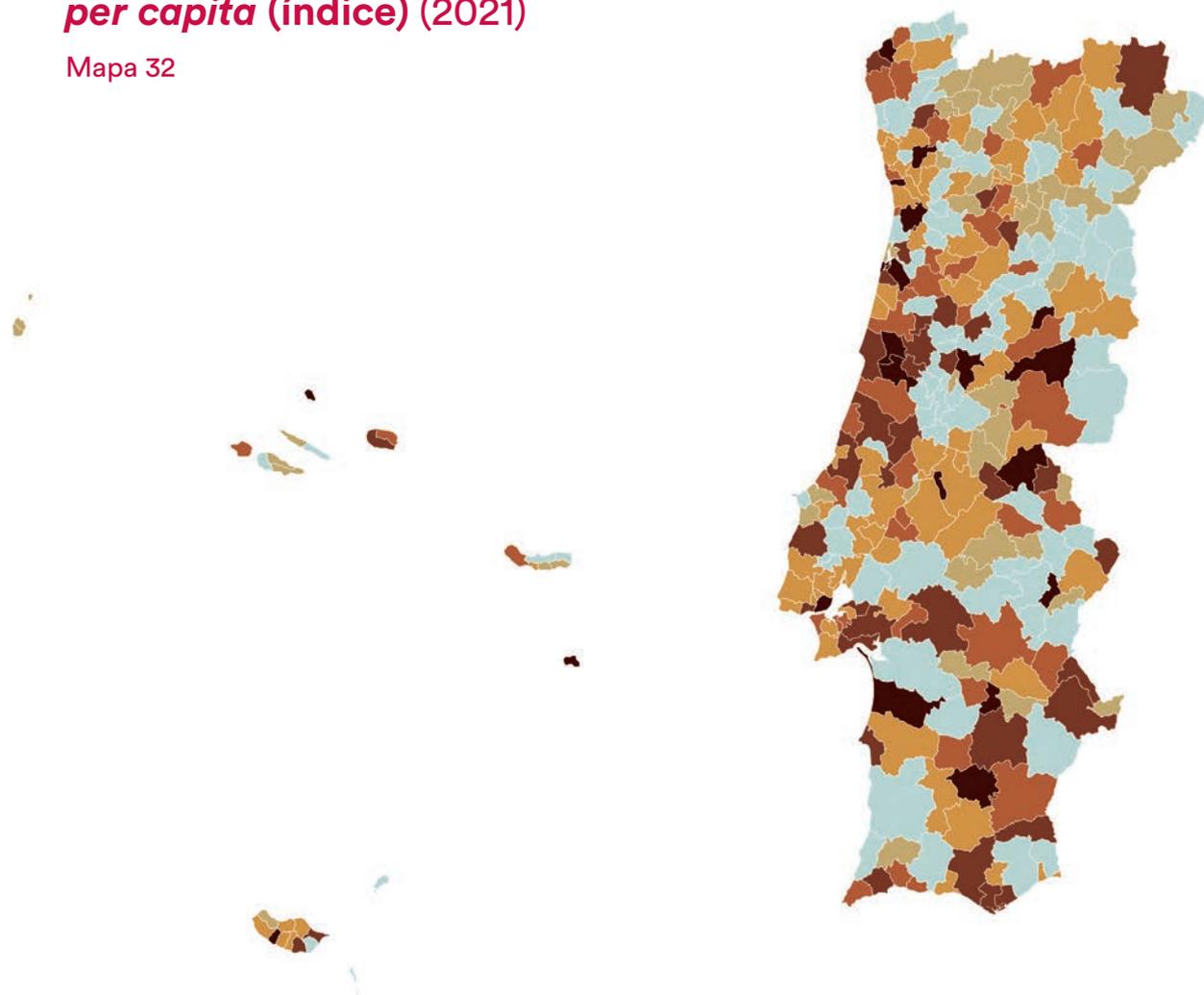
N = 3.385.023.

Nota: dados não disponíveis para 84 municípios devido à aplicação do segredo estatístico.

Na ponderação dos espetadores pela população evidencia-se o índice muito baixo (41,1%), mas depois uma certa dispersão entre os índices alto e baixo (22,9% e 24,6% respetivamente) por municípios localizados em todas as regiões do território nacional. Existe uma maior incidência em municípios das regiões Centro, Algarve, Açores e Madeira, para além de vários desses serem capitais de distrito (mapa 32).

Espetadores de espetáculos ao vivo *per capita* (índice) (2021)

Mapa 32



■ Muito alto ■ Alto ■ Baixo ■ Muito baixo ■ Sem espetadores ■ Dados não disponíveis

Legenda: Muito alto (entre 0,67 e 1,89); Alto (entre 0,34 e 0,66);
Baixo (entre 0,18 e 0,33); Muito baixo (entre 0,01 e 0,17); Sem espetadores (não se aplica).
Fonte: INE, e INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021.

N = 3.385.023.

Nota: dados não disponíveis para 84 municípios devido à aplicação do segredo estatístico.

b) Entidades

A análise centra-se agora nas entidades das artes do espetáculo. Toma-se por base os dados dos promotores de espetáculos de natureza artística com registo válido em 2022¹³. Em maio deste ano existia um total de 3.117 promotores para o exercício de atividade nas áreas artísticas e videográficas (85 entidades).

Em todas as regiões estão registadas entidades, se bem que em proporções diferentes (quadro 11). A maior concentração encontra-se na AML (39,5%). Com uma percentagem relativamente próxima estão os localizados nas regiões Norte e Centro (com 19,1% e 18,0%, respetivamente). É na R. A. dos Açores que se encontra a percentagem mais baixa de entidades (6,5%), sendo que na Madeira apenas se tiveram em conta as entidades licenciadas pela IGAC, num total de cinco entidades.

—
13

Este registo é da competência da IGAC no Continente, da IRACA na Região Autónoma dos Açores e da Inspeção Regional de Espetáculos (IRE) na Região Autónoma da Madeira. No entanto, apenas foram disponibilizados dados por parte da IGAC e da IRACA.

Entidades segundo a região, tipo de atividade e número de atividades (%) (2022)

Quadro 11

INDICADORES	PERCENTAGEM
Total	100,0
Região	
Norte	19,1
Centro	18,0
Área Metropolitana de Lisboa	39,5
Alentejo	8,2
Algarve	8,6
Região Autónoma dos Açores	6,5
Região Autónoma da Madeira	0,2
Tipo de atividade	
Artística	97,2
Videográfica	31,8
Número de atividades	
1 atividade	70,9
2 atividades	29,1

Fontes: IGAC e IRACA.

N = 3.117.

Notas: Os dados existentes para a Região Autónoma da Madeira dizem respeito a promotores com licença emitida pela IGAC. Cada promotor pode desenvolver mais do que uma atividade.

No que diz respeito ao tipo de atividade, destacam-se claramente as entidades que desenvolvem atividades artísticas (música, teatro, dança, entre outras), em que a quase totalidade exerce uma dessas atividades. Por outro lado, cerca de um terço das entidades exerce também atividades videográficas (nas suas mais variadas vertentes – edição, venda, aluguer, exibição, etc.)¹⁴. Relativamente ao número de atividades desenvolvidas, sete em cada dez entidades apenas exerce uma atividade, ao passo que 29,1% pode exercer as duas atividades.

Na distribuição das entidades pelo território nacional, evidencia-se que nove em cada dez municípios tem pelo menos uma entidade aí sediada (264, ou seja, 85,7% do total de municípios do país) (mapa 33). Num olhar pelas regiões, dá-se conta que no Centro, AML e Algarve existe pelo menos uma entidade em todos os municípios. A região com menor proporção de municípios com entidades, sem ter em conta a Madeira, é a do Norte com 60 municípios (69,8% do total de municípios dessa região), em particular nas CIM Douro e CIM Alto Tâmega.

A observação por município revela que 44 não possuem qualquer entidade (14,3%) e que 144 registam um índice muito baixo, ou seja, têm até quatro entidades (54,5%). Com um índice baixo encontram-se 51 municípios. Nos índices mais elevados - alto e muito alto - encontram-se 69 municípios, com mais expressão nos municípios do litoral (com algumas exceções), e em comunidades específicas como a do Baixo Alentejo e Alentejo Litoral, parte dos municípios do Algarve, CIM do Oeste e Coimbra no Centro, e uma maior concentração nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto e ainda parte significativa dos Açores.

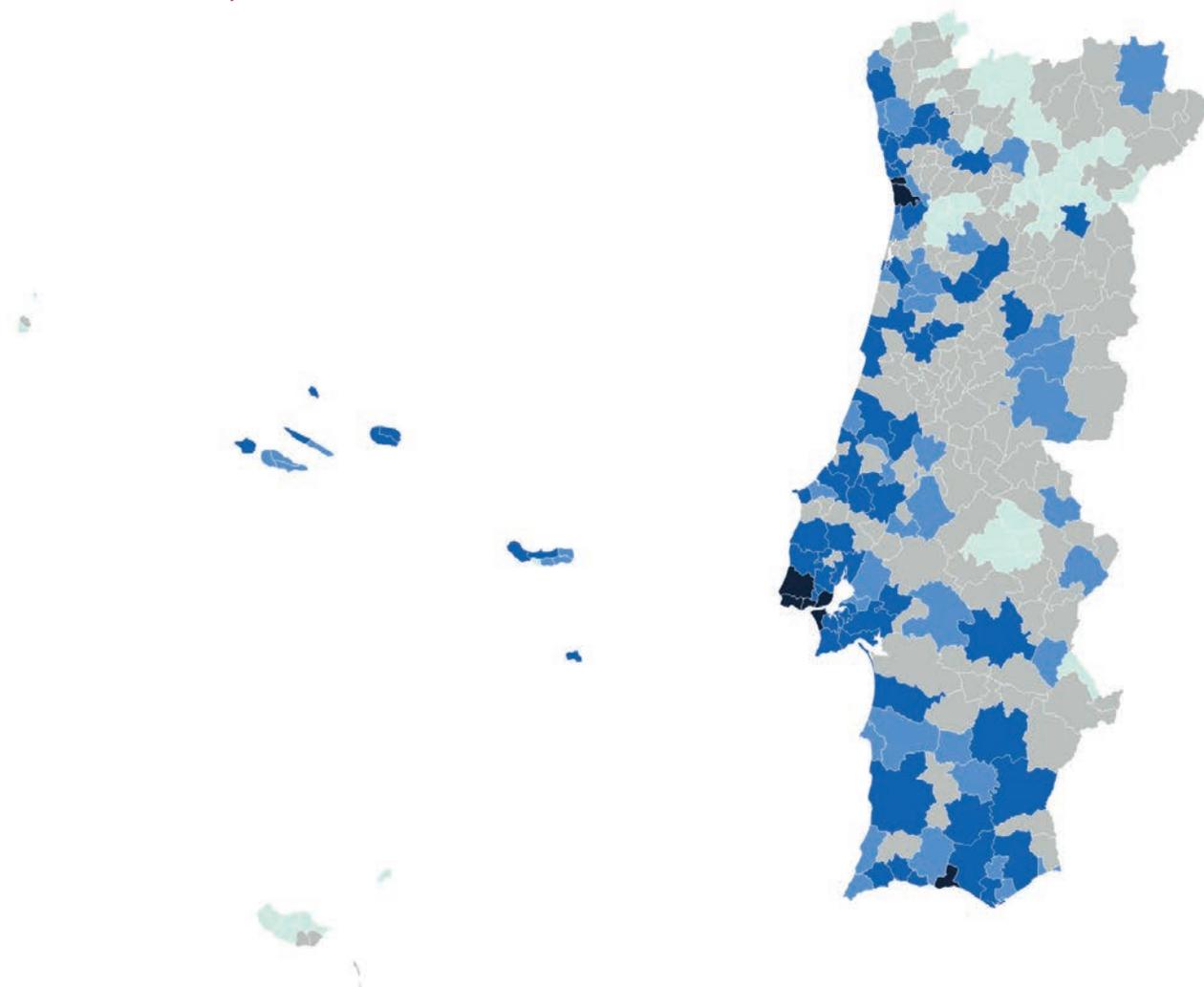
—

14

De salientar que na Região Autónoma dos Açores existem também 18 entidades que, em conjunto com outras atividades, desempenham também atividades, fonográficas. Acrescente-se ainda que, daquele total de entidades, um quarto desempenha cumulativamente uma atividade relacionada com o cinema (distribuição e/ou exibição cinematográfica).

Entidades com atividades artística e videográfica (índice) (2022)

Mapa 33



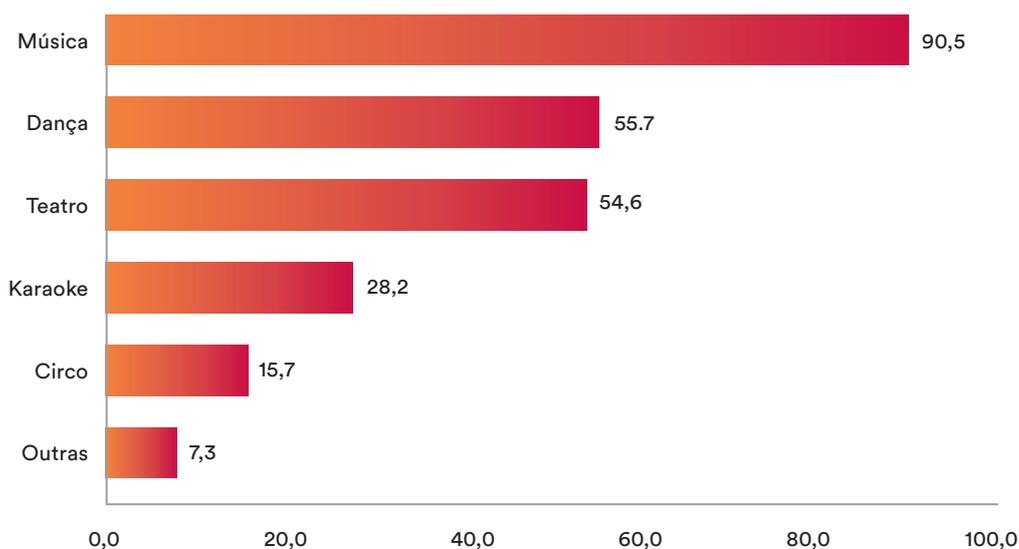
■ Muito alto ■ Alto ■ Baixo ■ Muito baixo ■ Nenhum

Legenda: Muito alto (com 50 ou mais); Alto (entre 10 e 49);
Baixo (entre 5 e 9); Muito baixo (entre 1 e 4).
Fontes: IGAC e IRACA.
N = 3.117.

No caso específico da área de atividade artística, a que regista a maior proporção de entidades é a da música, ou seja, nove em cada dez entidades desenvolve atividade nesta área (90,5%) (gráfico 12). As áreas da dança e do teatro são também executadas por mais de metade das entidades (55,7% e 54,6%, respetivamente) e as entidades com atividade de circo situam-se em 15,7%.

Entidades segundo a área de atividade artística (%) (2022)

Gráfico 12



Fontes: IGAC e IRACA.

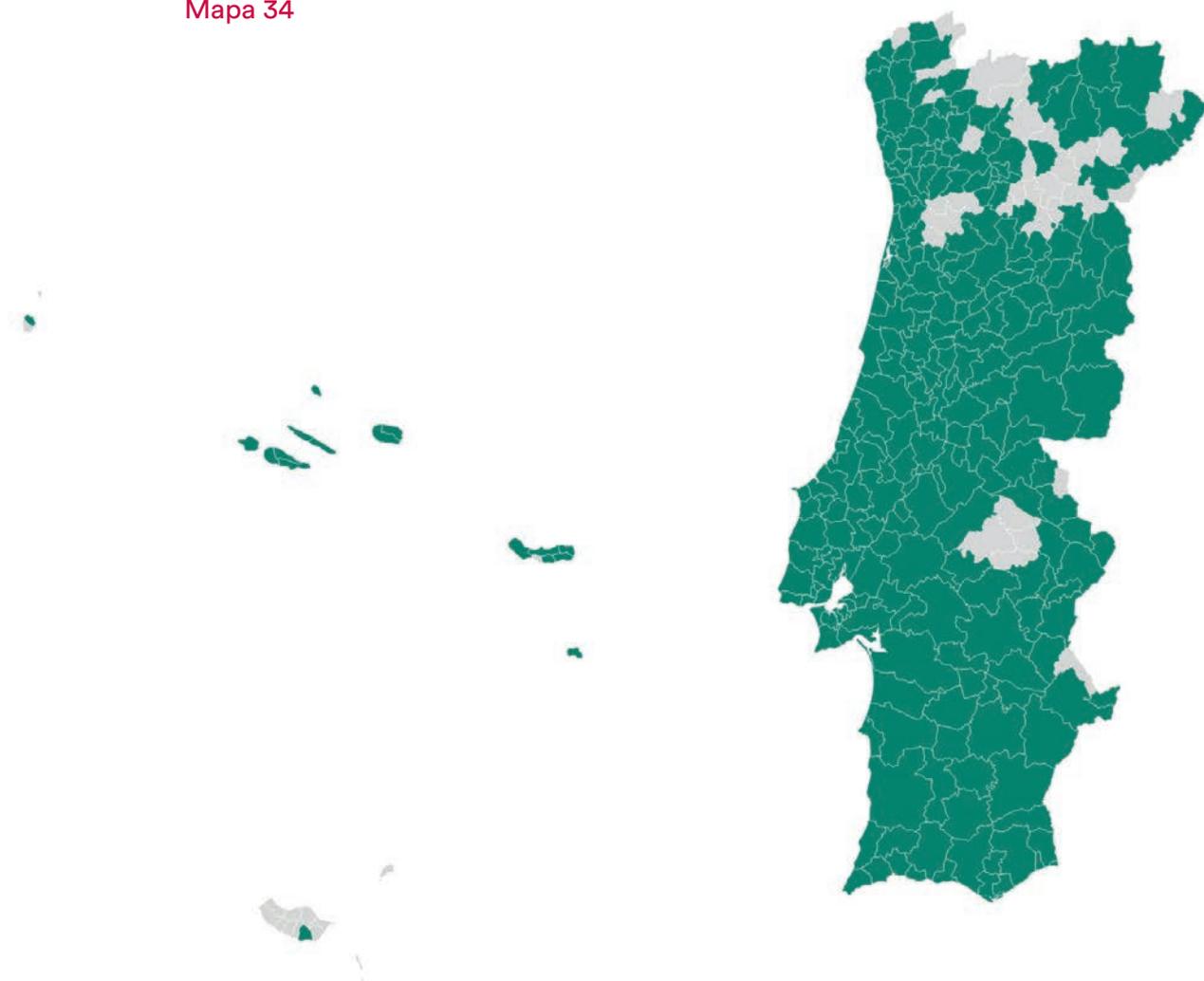
N = 3.031.

Nota: Cada promotor pode desenvolver mais do que uma área de atividade.

Apresenta-se de seguida a distribuição pelo território das entidades com atividade nas três áreas artísticas com maior peso. No caso da música (mapa 34), a quase totalidade dos municípios possui pelo menos uma entidade com esta área de atividade (existente em 263 municípios). Já em relação às áreas da dança (mapa 35) e do teatro (mapa 36), o número de municípios é um pouco menor, mas ainda assim bastante relevante (ambas com entidades em 249 municípios).

Entidades com atividade na área da música (2022)

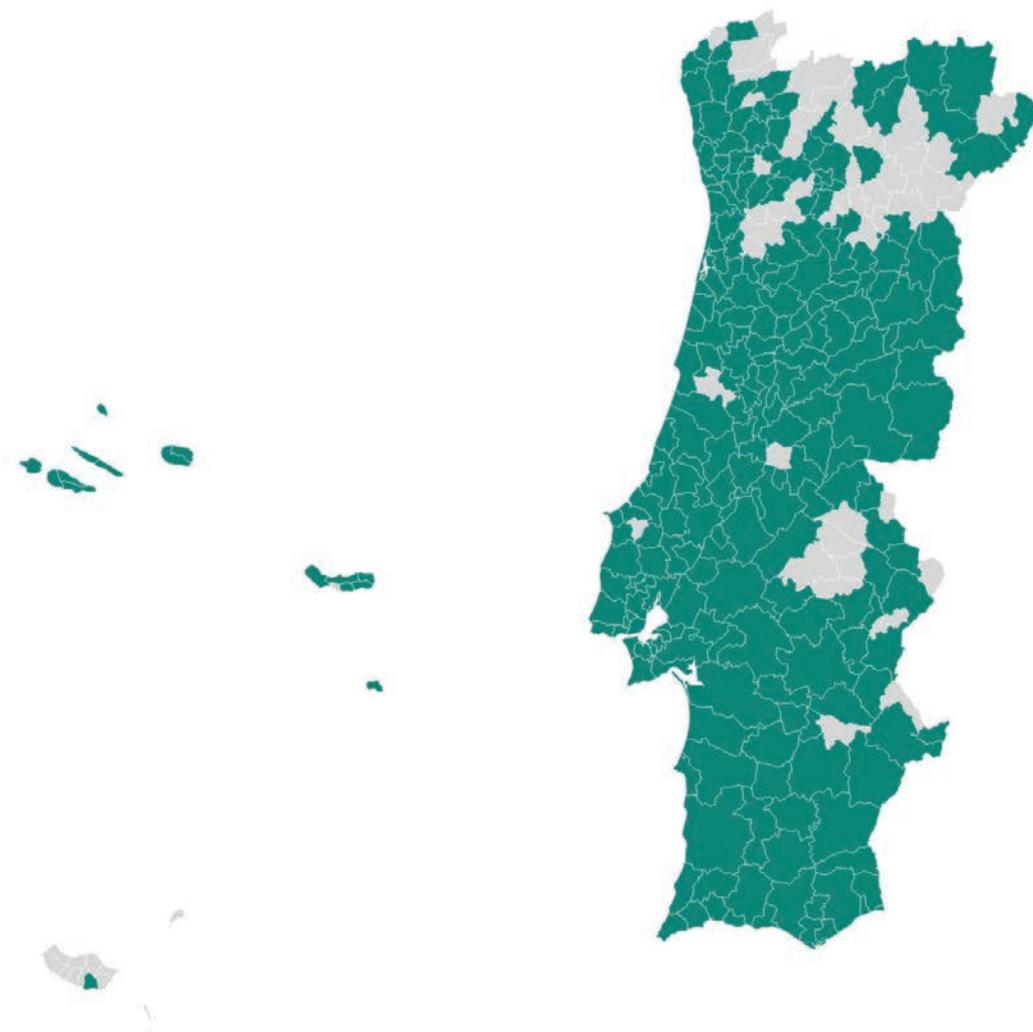
Mapa 34



Fonte: IGAC e IRACA.
N = 2.820 entidades em 263 municípios.

Entidades com atividade na área da dança (2022)

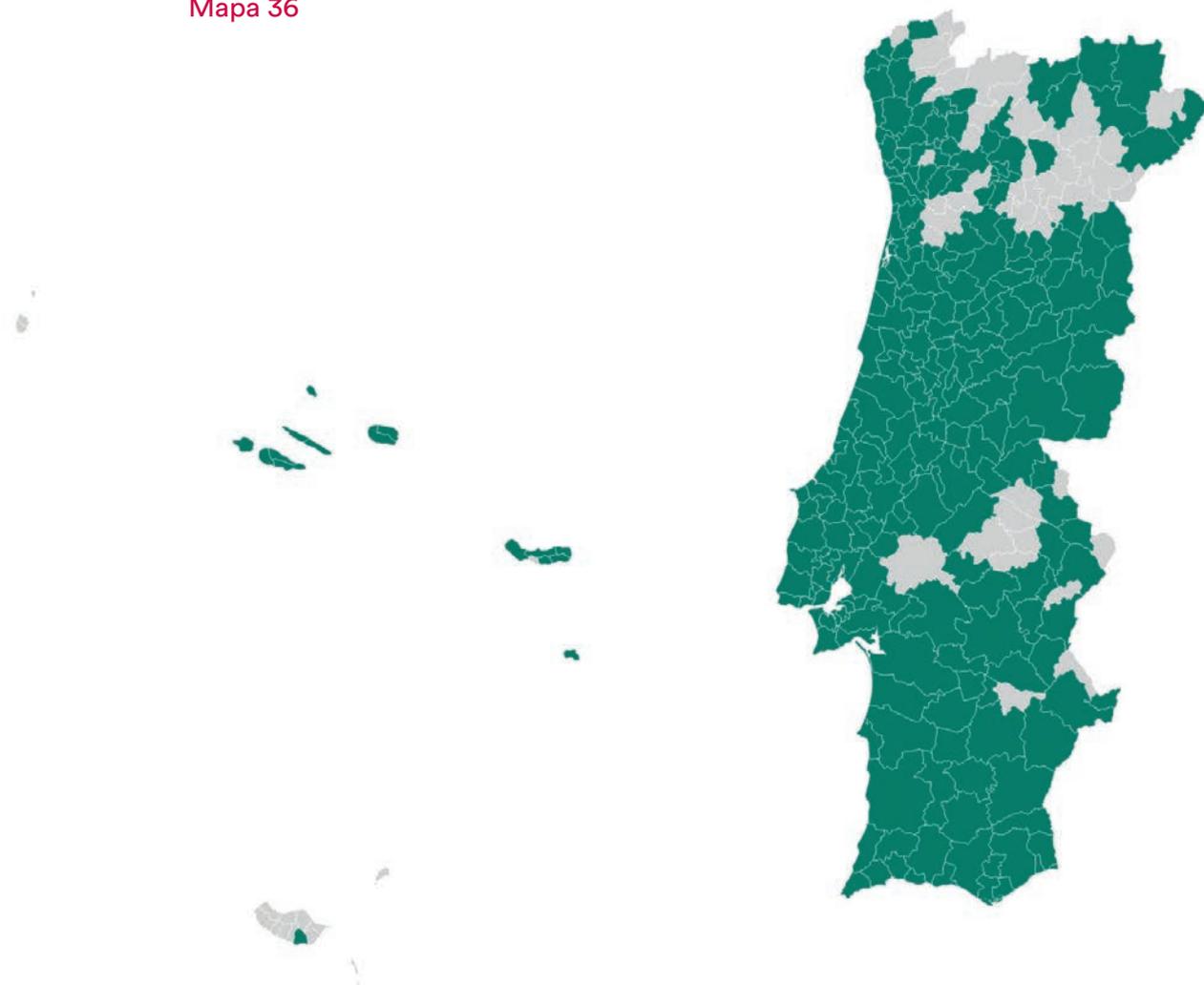
Mapa 35



Fonte: IGAC e IRACA.
N = 1.736 entidades em 249 municípios.

Entidades com atividade na área do teatro (2022)

Mapa 36

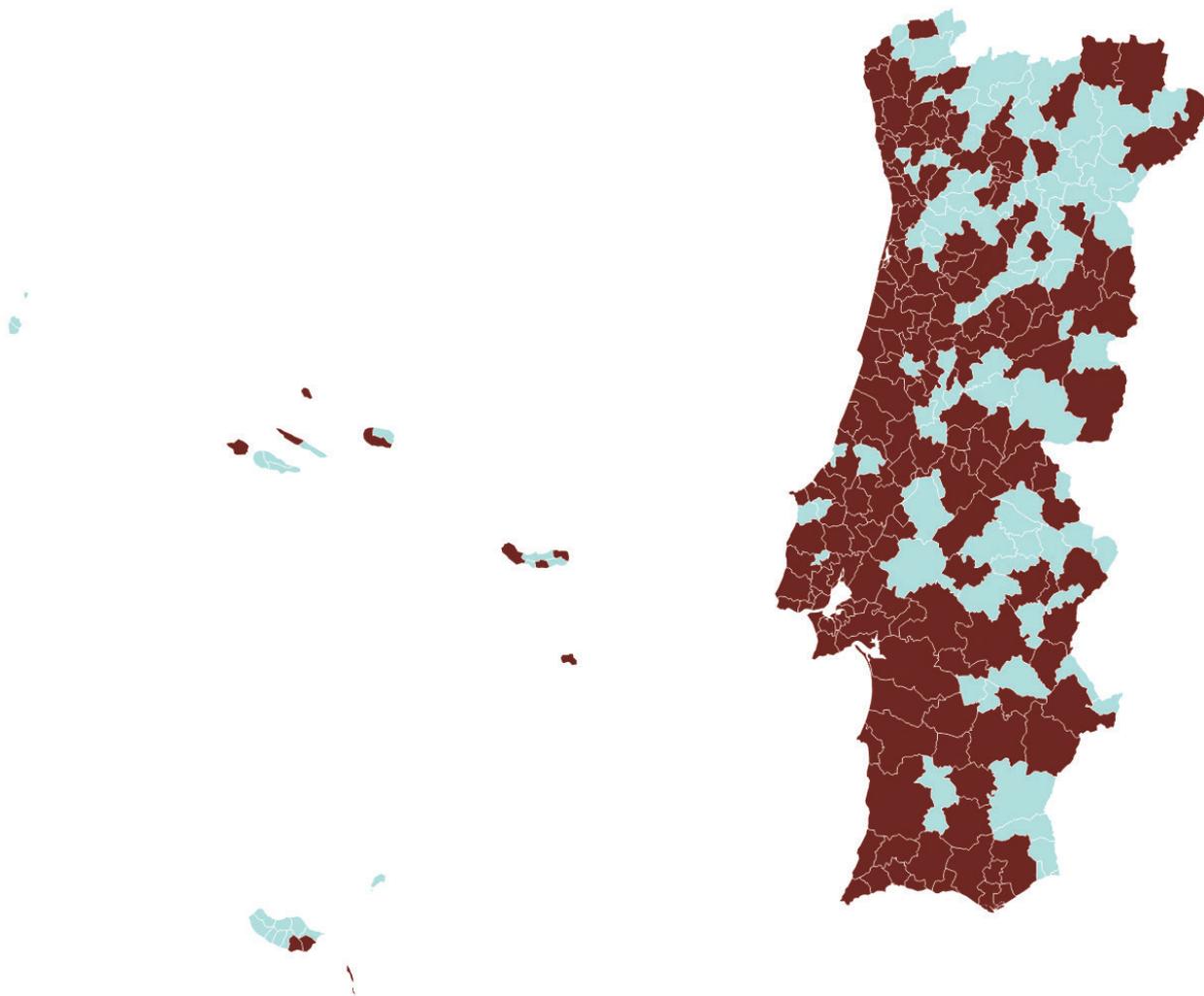


Fonte: IGAC e IRACA
N = 1.703 entidades em 249 municípios.

No caso específico das atividades videográficas, contabiliza-se um total de 992 entidades. Do conjunto de municípios com entidades (264), praticamente três em cada quatro municípios possui pelo menos uma entidade que desempenha uma das áreas da atividade videográfica (193 municípios), com maior incidência nos do litoral e nas regiões do sul do país (mapa 37).

Entidades com atividade videográfica (2022)

Mapa 37



Fonte: IGAC e IRACA.
N = 992 entidades em 193 municípios.

4.4. Cinema

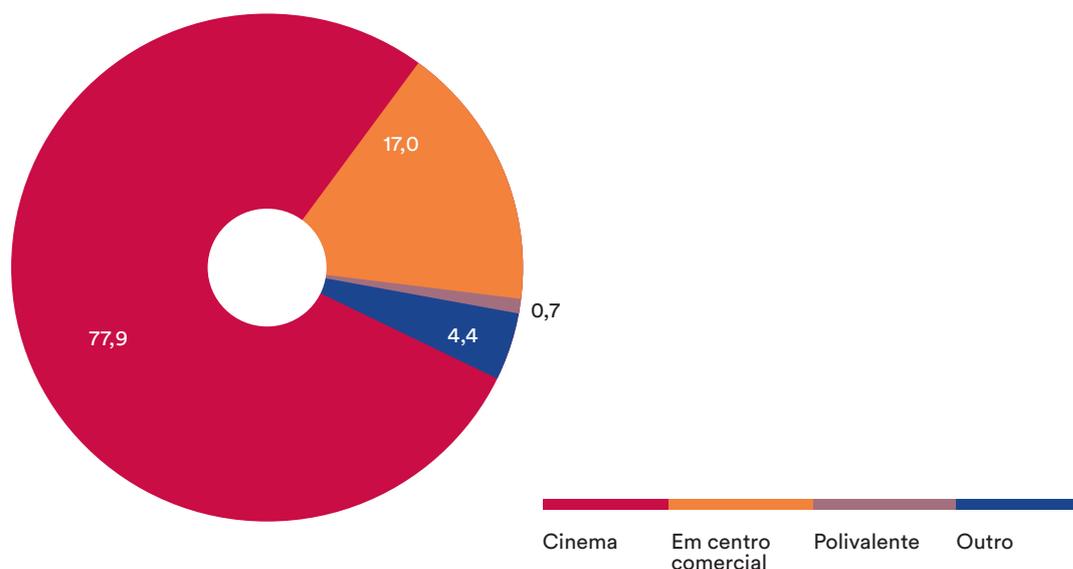
a) Recintos, salas e espetadores

Em Portugal verificou-se, em meados da década de 1990, uma alteração profunda na exibição de cinema, que consistiu na mudança dos antigos cinemas e cineteatros, recintos de sala/écran único, de grande lotação, para a multiplicação de salas de menor capacidade, frequentemente num mesmo recinto e, portanto, da possibilidade de exibição simultânea de filmes. Por outro lado, assistiu-se também à criação de novos recintos, frequentemente com várias salas/ecrãs, designadamente os localizados em centros comerciais (multiplex), cujas primeiras aberturas em Portugal datam do início da década de 1970. Isso permitiu uma melhor adequação entre oferta e procura, aumentar e diversificar a oferta e captar mais espetadores e receitas (Neves & Miranda, 2022).

Os centros comerciais são o tipo de recinto que abarca um maior número de salas: em cada quatro, três estão localizadas em centros comerciais (gráfico 13).

Salas de cinema segundo o tipo de recinto (%) (2021)

Gráfico 13

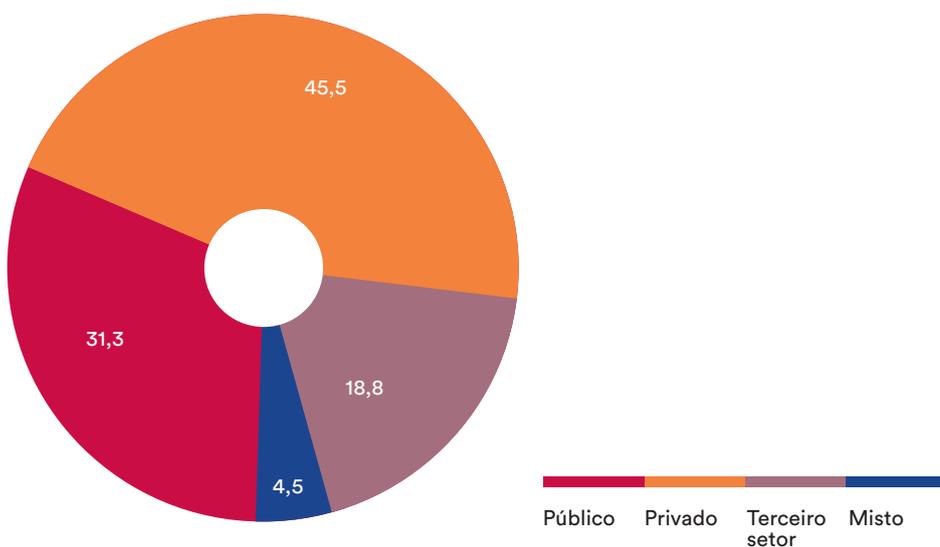


Fonte: ICA.
N=547.

Para além disso, a exibição de cinema em sala é uma atividade marcadamente de gestão privada (64,2% dos recintos), em especial por entidades privadas lucrativas (45,5%) (gráfico 14).

Recintos de cinema segundo o setor do exibidor (%) (2021)

Gráfico 14



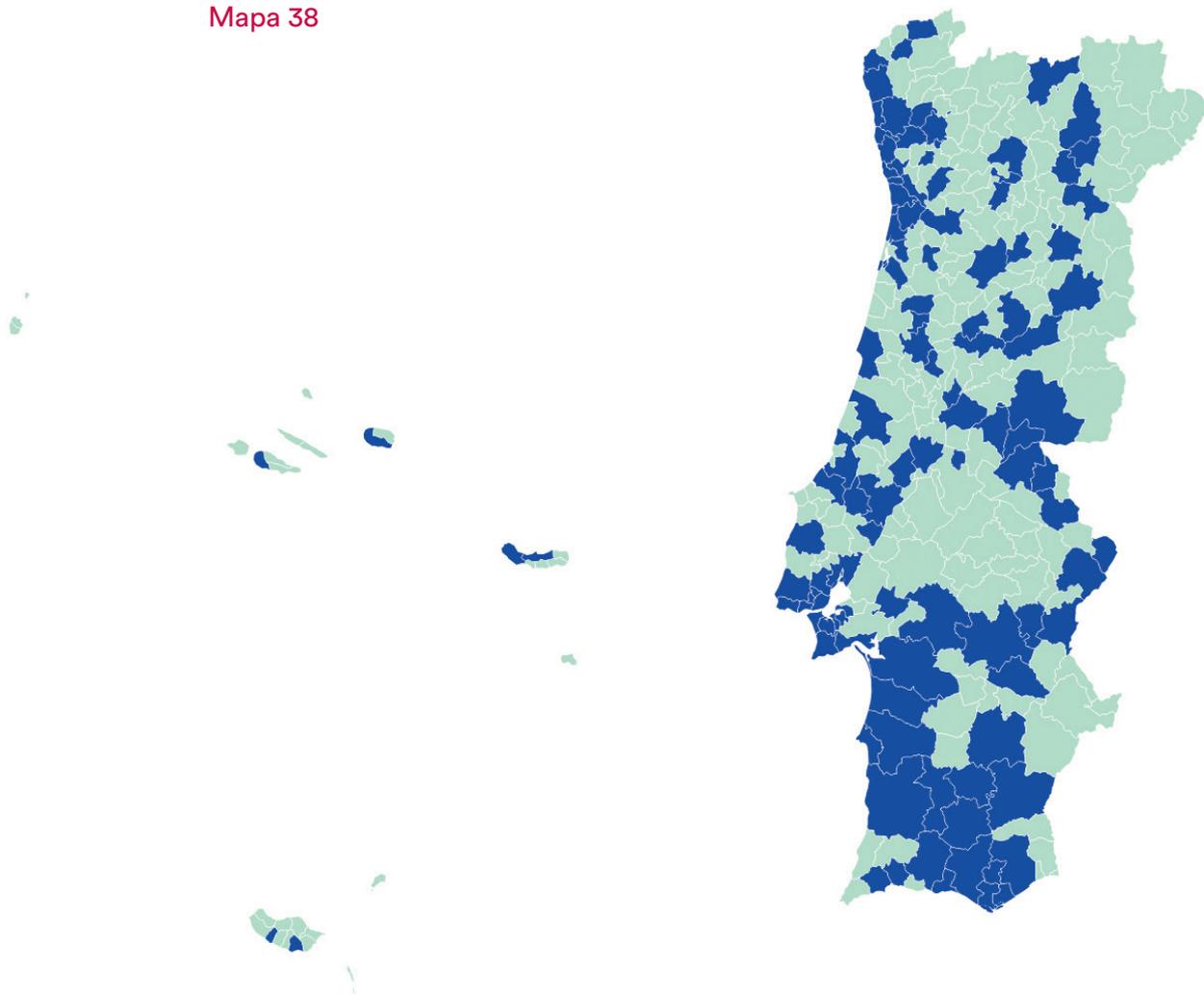
Fonte: ICA.
N=176.

Contudo, apesar das profundas alterações a que se assistiu, a exibição de cinema em sala é um dos domínios mais afetados pelos consumos domésticos, primeiro devido ao alargamento do número dos canais na televisão em sinal aberto, generalistas (nacionais) e fechado (nacionais e internacionais) e, mais recentemente, pela digitalização e a multiplicação das plataformas globais de *streaming* de séries e filmes. A crise pandémica da covid-19 veio acentuar esta tendência (Lourenço, 2021).

No ano de 2021 verifica-se que pouco mais de um em cada três municípios do país dispunha de pelo menos um recinto de cinema (113 ou 36,7% do conjunto de 308 municípios que compõem o país). A distribuição dos recintos pelo território nacional evidencia uma localização mais densa nos municípios do litoral, nas regiões do Alentejo e do Algarve e nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto. Verifica-se a existência de recintos nas duas regiões autónomas, mas não em todas as ilhas (mapa 38). Daqueles 113 municípios, 82 dispõem de um recinto, 26 de 2 a 4 e cinco municípios (que são também capitais de distrito) têm mais de cinco recintos: Braga, Porto, Coimbra, Leiria e Lisboa.

Recintos de cinema (2021)

Mapa 38

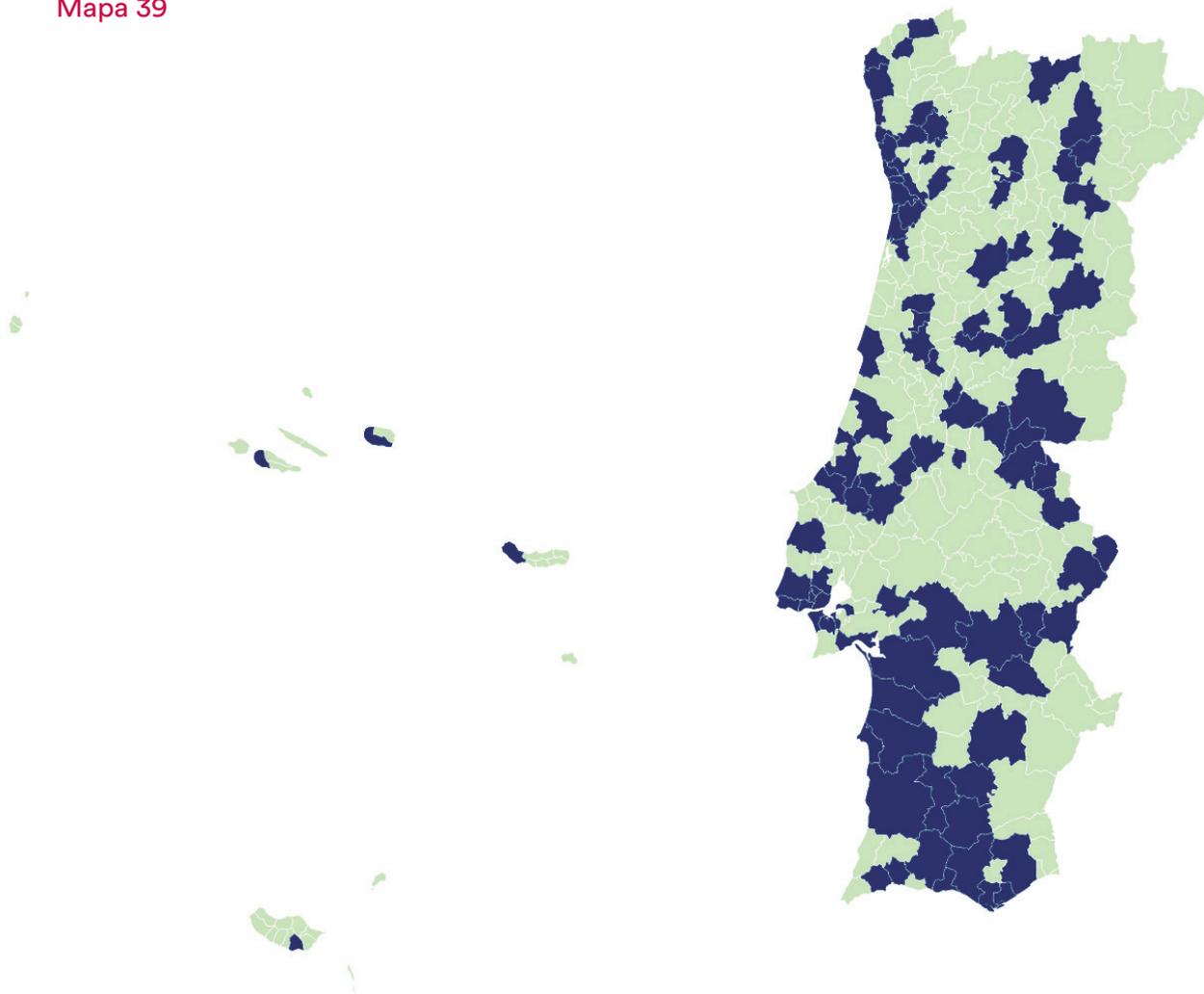


Fonte: ICA.
N=176 recintos em 113 municípios.

Muitos destes recintos dispõem de salas com tecnologia para projeção digital (mapa 39) e em 3D (mapa 40). Se no primeiro caso praticamente oito em cada dez recintos possuem pelo menos uma sala com projeção digital (realidade existente em 101 municípios), já no segundo caso, são um pouco mais de metade os recintos com salas que dispõem da tecnologia 3D (oferta em 73 municípios). Quanto à tecnologia IMAX, são muito reduzidos e limitam-se às duas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto (três recintos em três municípios) (mapa 41).

Recintos de cinema com projeção digital (2021)

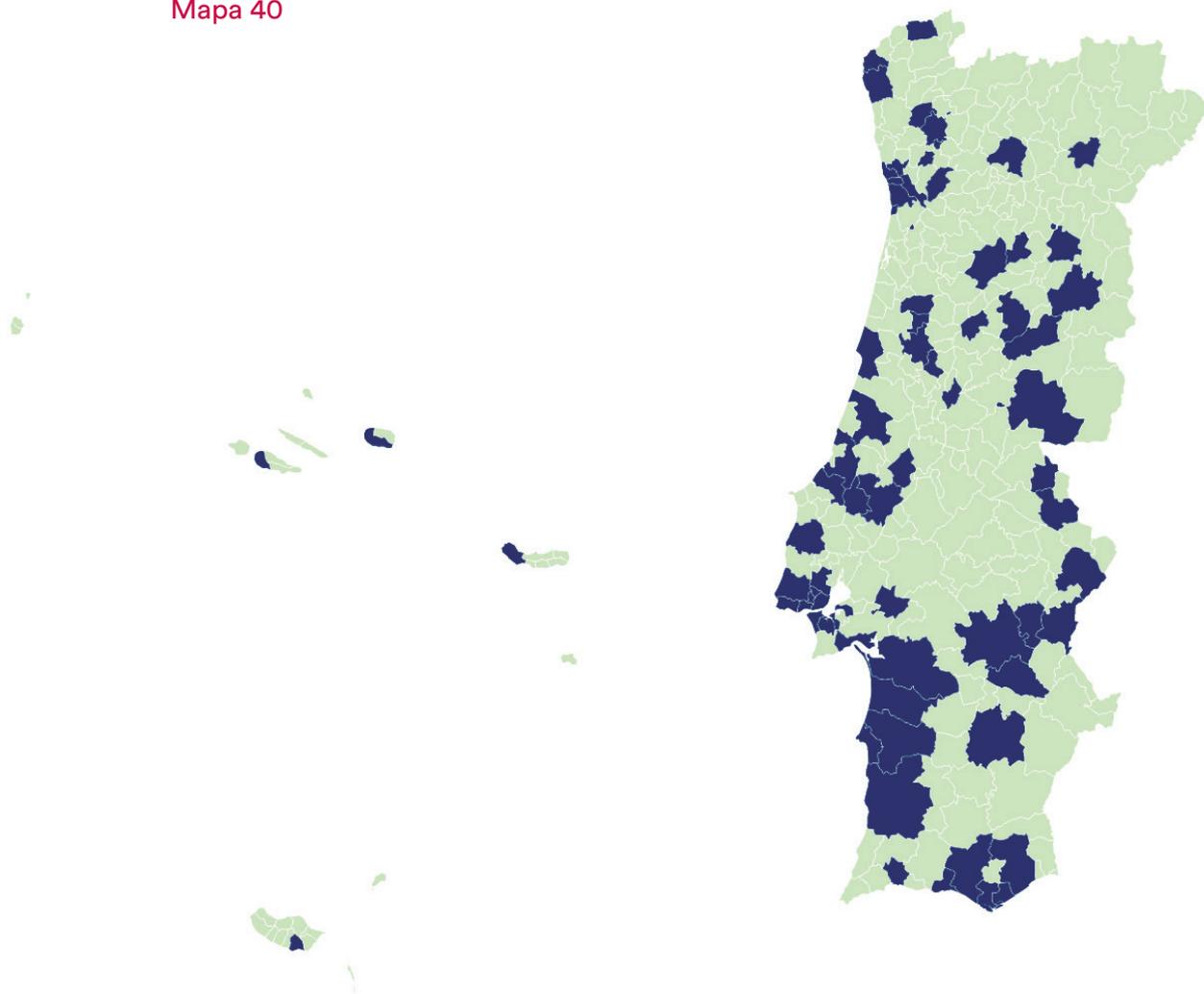
Mapa 39



Fonte: ICA.
N=143 recintos em 101 municípios.

Recintos de cinema com projeção em 3D (2021)

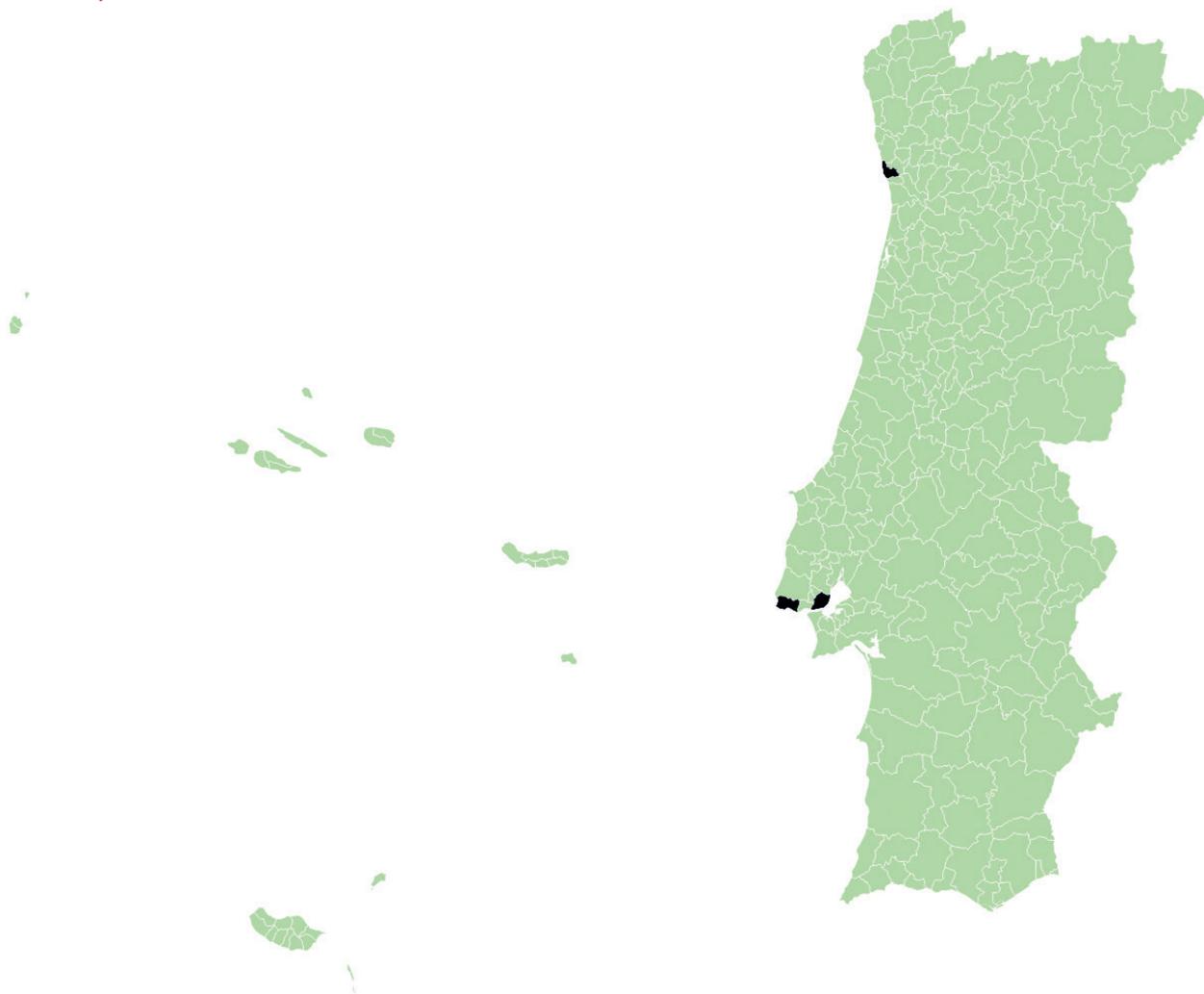
Mapa 40



Fonte: ICA.
N=92 recintos em 73 municípios.

Recintos de cinema com projeção IMAX (2021)

Mapa 41

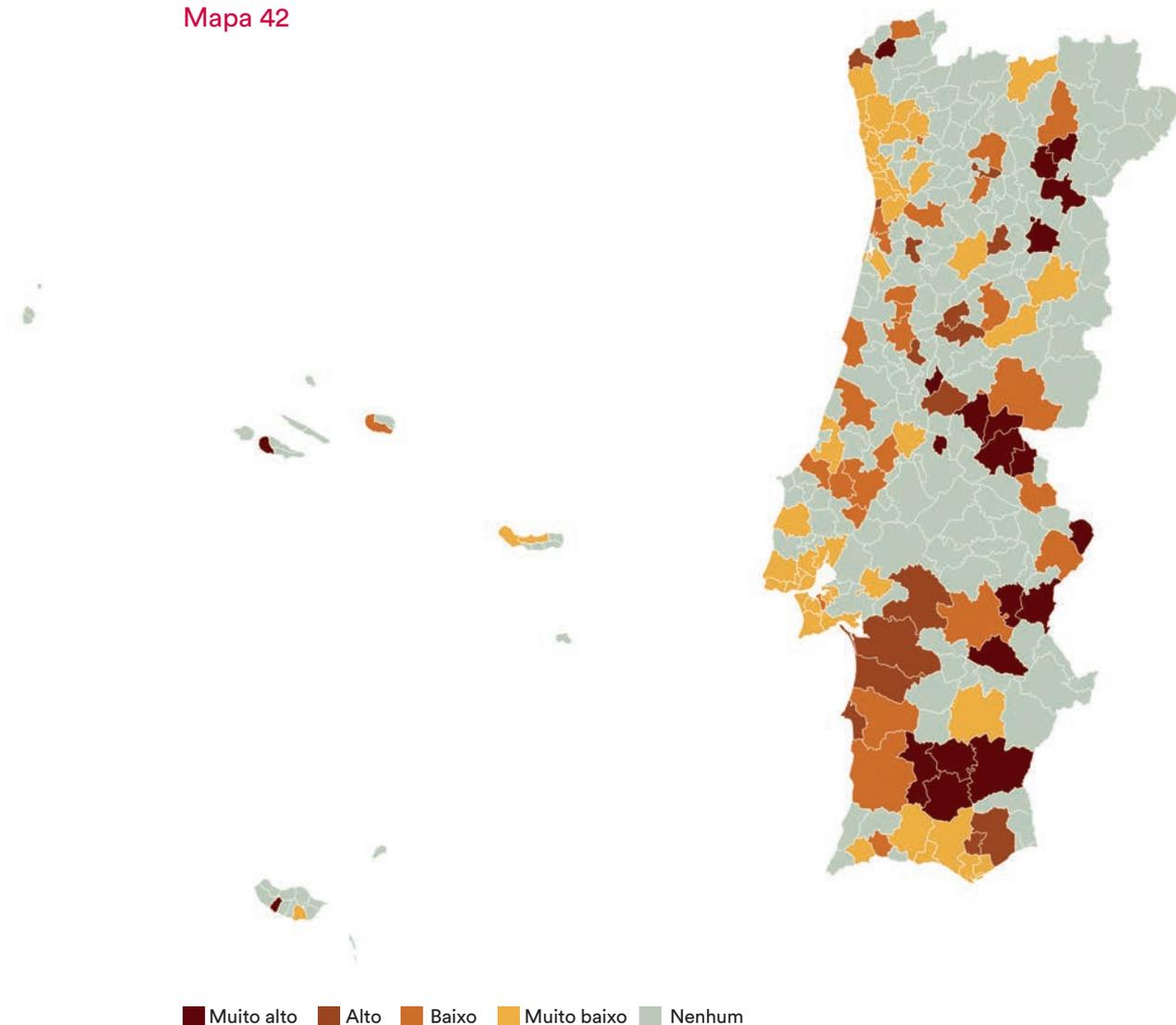


Fonte: ICA.
N=3 recintos em 3 municípios.

A ponderação pela população mostra que, na ótica dos recintos de cinema, a incidência destes se acentua nos municípios do interior do país, com menor densidade populacional (mapa 42). A região do Alentejo e nesta as CIM do Baixo Alentejo, Alentejo Litoral e Alentejo Central destacam-se claramente.

Recintos de cinema por 10.000 habitantes (índice) (2021)

Mapa 42

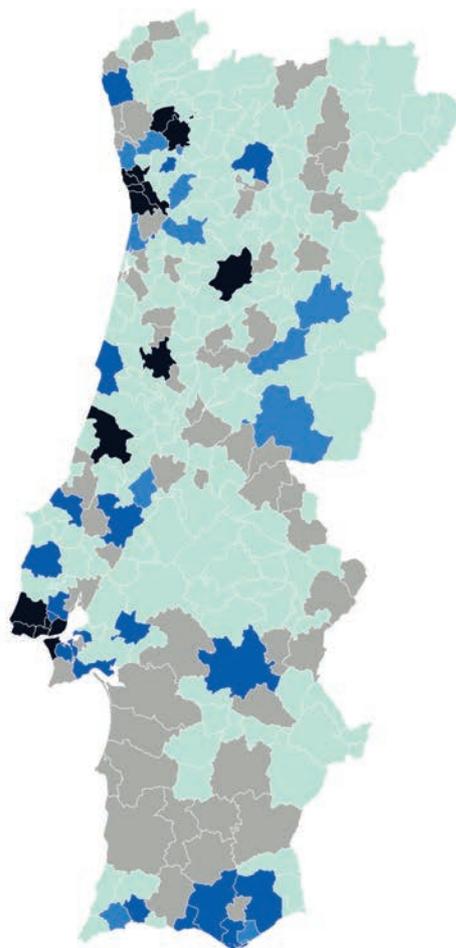


Legenda: Muito alto (1,00 e 3,22); Alto (0,64 e 0,99); Baixo (0,32 e 0,63); Muito baixo (0,04 e 0,31).
Fonte: ICA e INE, *Recenseamento da população e habitação - Censos 2021*.
N=176.

Do ponto de vista da implantação dos recintos no território obtém-se uma panorâmica das infraestruturas instaladas e legalizadas, suscetíveis de estar em condições de exhibir cinema. Mas adotando a perspetiva das salas com exibição efetiva de cinema, a realidade altera-se significativamente, mostrando diferenças significativas entre o dispor de recintos e o ter oferta de cinema. Quanto a estes, concentram-se nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto e em algumas capitais de distrito, em particular (aquelas com índice muito alto) nas regiões Centro e Norte (mapa 43).

Salas de cinema (índice) (2021)

Mapa 43



■ Muito alto ■ Alto ■ Baixo ■ Muito baixo

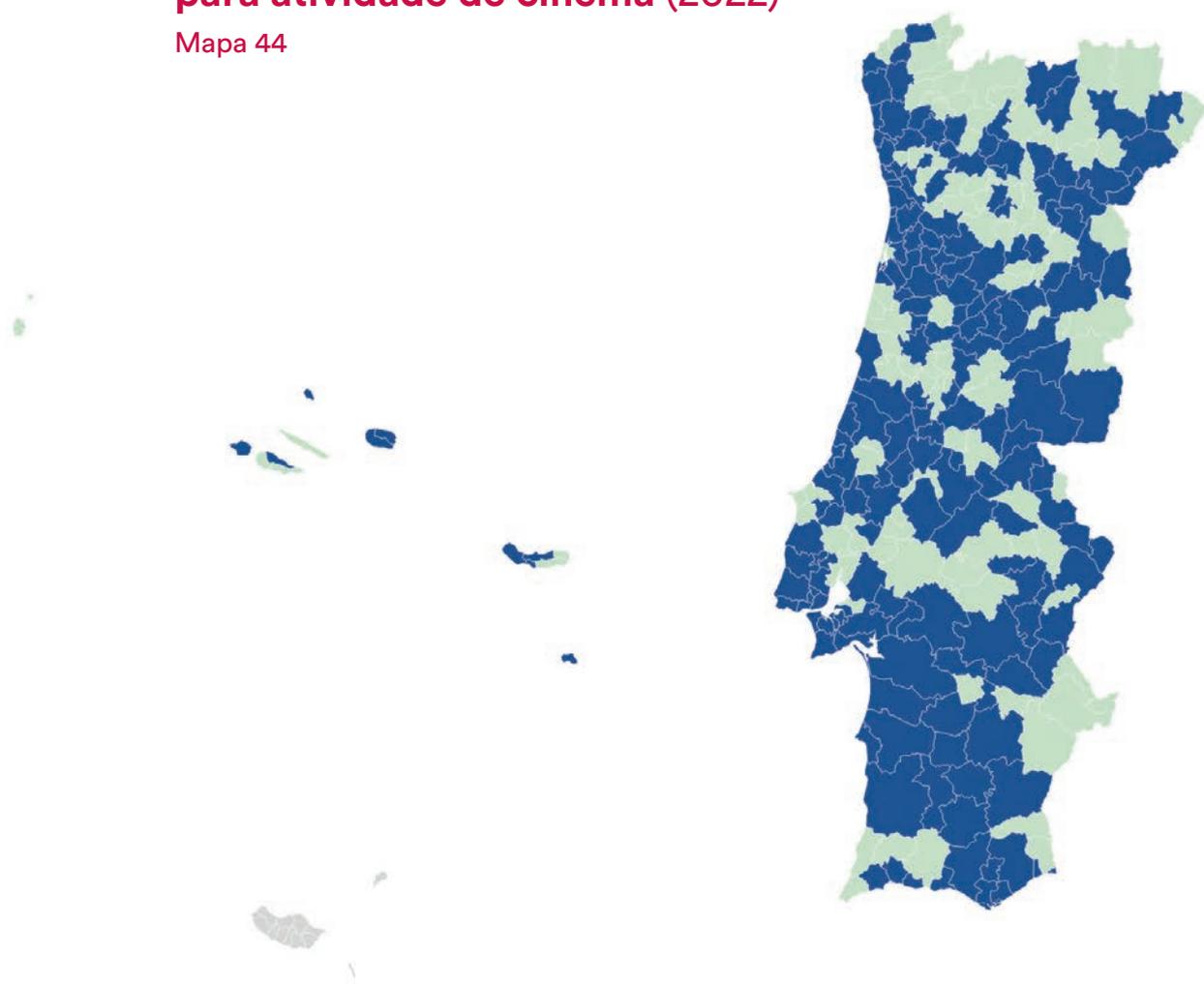
Legenda: Muito alto (com 10 ou mais salas);
Alto (5 a 9 salas); Baixo (2 a 4 salas); Muito baixo (1 sala).
Fonte: ICA.
N=547.

Se até este ponto a análise realizada é sobre os recintos com exibição cinematográfica efetiva em 2021, cuja fonte é o ICA, será igualmente importante dar conta dos recintos fixos de espetáculo da natureza artística com atividade de cinema licenciados pela IGAC (Continente) e IRACA (Açores).

Nesse sentido, agora referenciados a 2022 cuja fonte é a IGAC e a IRACA, encontram-se licenciados no Continente e na R. A. dos Açores um total de 319 recintos para atividade de exibição de cinema. O mapa 44 mostra que quase dois em cada três municípios dispõem de pelo menos um recinto de cinema (184, 62,0% de um total de 297 municípios). Quanto à sua distribuição, é mais notória em municípios localizados nas regiões do Alentejo, Centro e AML.

Recintos fixos de espetáculo da natureza artística licenciados para atividade de cinema (2022)

Mapa 44



Fonte: IGAC e IRACA.

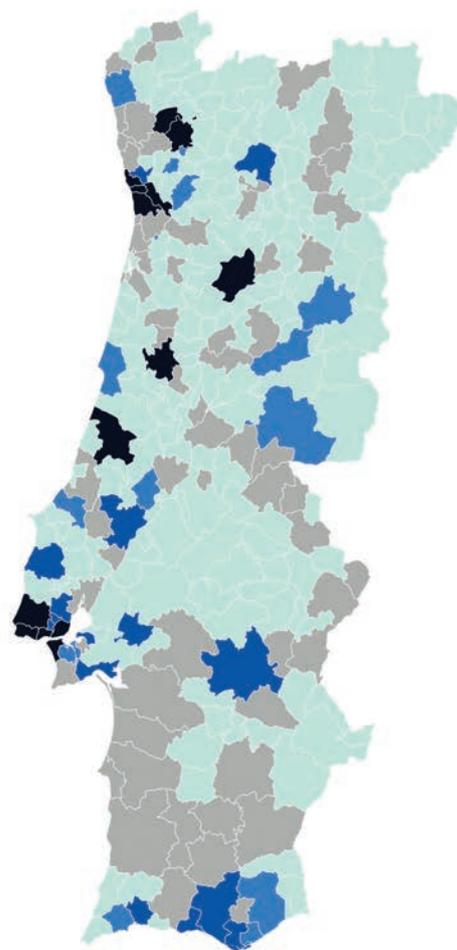
N=319 recintos em 184 municípios.

Notas: Inclui apenas os recintos que possuem o Documento de Identificação do Recinto (DIR). Não há dados para a Região Autónoma da Madeira.

No ano de 2021 realizou-se um total de 330,5 mil sessões de cinema (mapa 45). Do conjunto dos 113 municípios em que existiu exibição cinematográfica, em 67 o índice de sessões realizadas foi muito baixo (59,3%). Por outro lado, 15 municípios apresentaram um índice muito elevado de sessões efetuadas, encontrando-se estes nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, em algumas das capitais de distrito (Braga, Coimbra, Leiria e Viseu) e num município da R. A. da Madeira (Funchal), locais onde se situam quer um maior número de recintos quer um elevado número de salas (sendo esta realidade em menor número).

Sessões de cinema (índice) (2021)

Mapa 45



■ Muito alto ■ Alto ■ Baixo ■ Muito baixo ■ Sem sessões

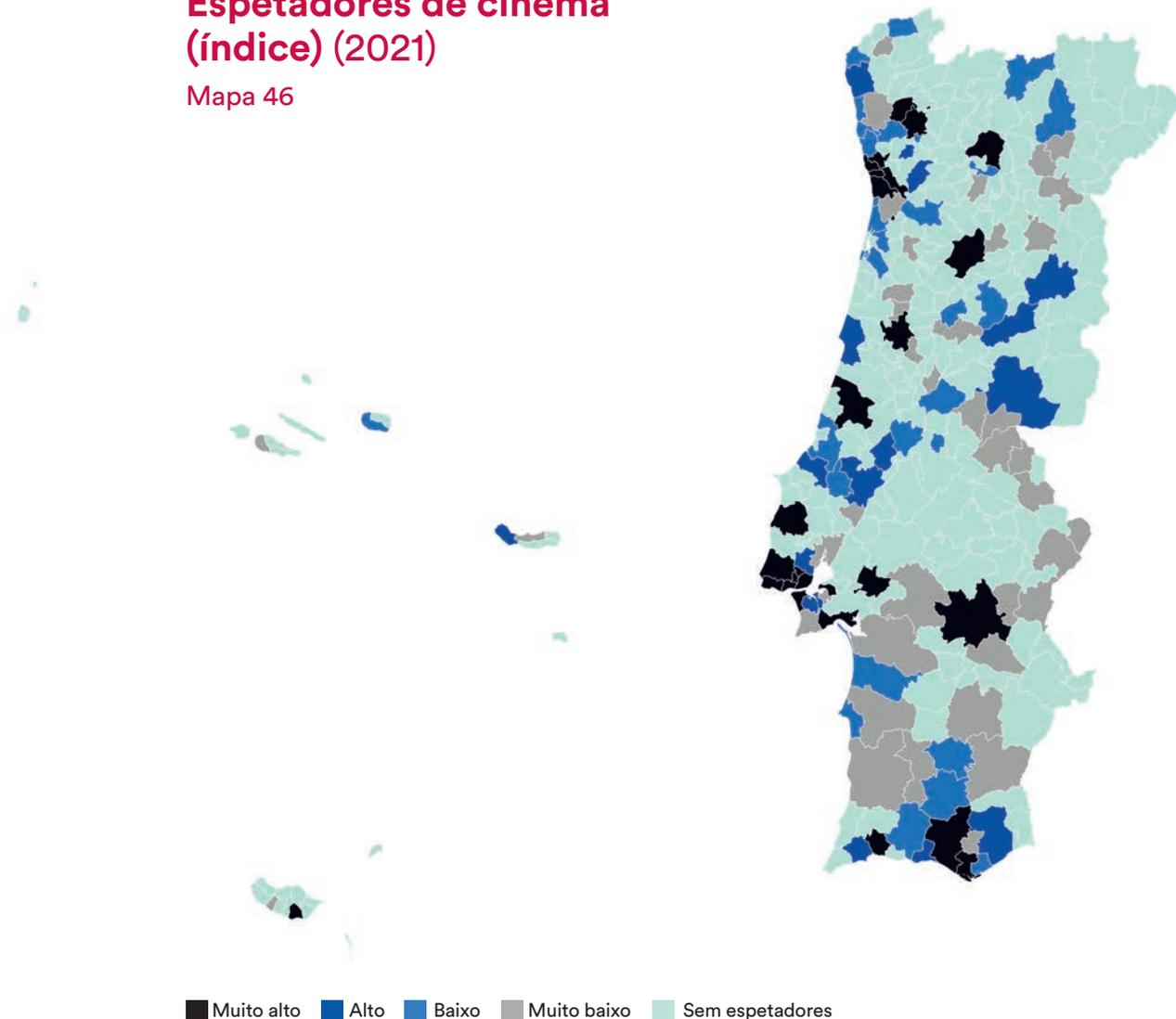
Legenda: Muito alto (com 7,5 mil ou mais); Alto (4 mil e 7,49 mil);
Baixo (1 mil e 3,9 mil); Muito baixo (Até 999).

Fonte: ICA.
N=330.473.

Quanto aos espetadores (mapa 46), a parte mais substancial dos municípios registou um índice muito baixo (40, representa 35% do total daqueles municípios), sendo mais notório nas regiões Alentejo e Centro. Com um índice baixo encontram-se 29 municípios, ao passo que com o alto são 17 municípios. Com um índice muito alto (mais de 50,0 mil espetadores) encontram-se 27 municípios (perto de um quarto do total de municípios considerados). Em quase todas as regiões existe pelo menos um município neste índice, com exceção dos Açores, destacando-se a maior proporção dos inseridos nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, na região do Algarve (três municípios) e em algumas das capitais de distrito.

Espetadores de cinema (índice) (2021)

Mapa 46

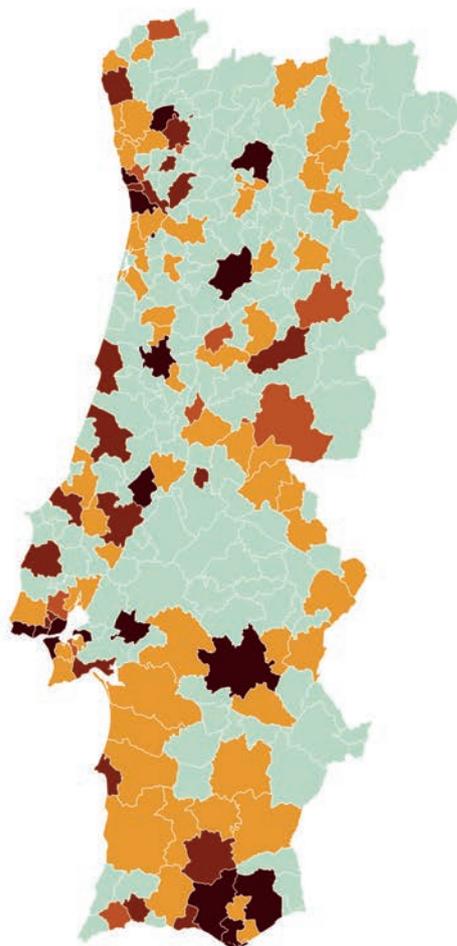


Legenda: Muito alto (com 50,0 mil ou mais);
Alto (10 mil e 49,9 mil); Baixo (1 mil e 9,9 mil);
Muito baixo (até 999).
Fonte: ICA.
N= 5.480.408.

Na ponderação dos espetadores pela população, evidencia-se de novo que a maior incidência se acentua em municípios urbanos localizados quer nas duas áreas metropolitanas, mais na de Lisboa do que na do Porto, mas também no Algarve (Faro, Loulé e Tavira) e em capitais de distrito (Braga, Vila Real, Coimbra, Viseu e Évora), para além de Torres Novas (mapa 47).

Espetadores de cinema per capita (índice) (2021)

Mapa 47



■ Muito alto ■ Alto ■ Baixo ■ Muito baixo ■ Nenhum

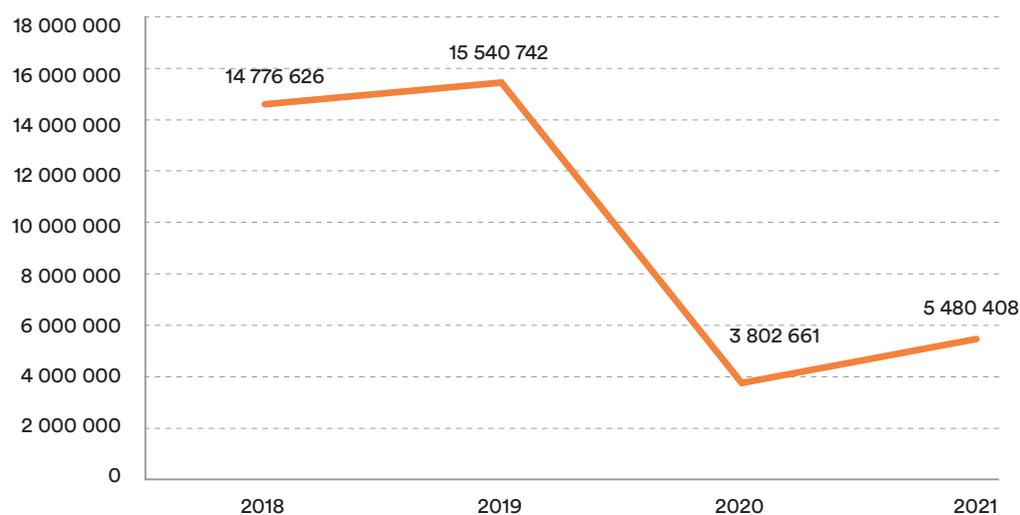
Legenda: Muito alto (1,00 e 2,62); Alto (0,45 e 0,99);
Baixo (0,23 e 0,44); Muito baixo (0,01 e 0,22).

Fonte: ICA e INE, *Recenseamento da população e habitação - Censos 2021*.
N= 5.480.408.

Quanto à evolução recente do número total de espetadores, no ano de 2021, ainda em situação de pandemia, as salas de cinema receberam um total de cerca de 5,5 milhões de espetadores, o que constitui um crescimento de 44,1% face ao registado em 2020 (3,8 milhões), Apesar da melhoria, os números ainda se encontram muito distantes dos alcançados até 2019, ano que apresenta o valor mais elevado com 15,5 milhões de espetadores (gráfico 15).

Espetadores de cinema por ano (2018-2021)

Gráfico 15



Fonte: ICA.

b) Entidades

Quanto às entidades com atividade cinematográfica e audiovisual regular e apoiadas pelo ICA em 2022¹⁵, contabiliza-se em Portugal um total de 365 (quadro 12). De acordo com o setor da entidade, sete em cada dez são privadas, a que se seguem as do setor público (15,6%) e do terceiro setor (13,4%). A área de atividade predominante destas entidades é a produção (para dois terços delas), mas também desempenham a atividade de exibição (31,2%), enquanto uma pequena proporção a distribuição (3,3%). Tendo em conta as atividades desenvolvidas, a esmagadora maioria das entidades (97,0%) apenas desenvolve uma atividade.

—
15
Os dados dizem respeito às entidades dos setores cinematográfico e audiovisual registadas no ICA, com atividade regular, podendo, ou não, ter beneficiado dos apoios ao cinema. Os dados reportam-se a março de 2022.

Entidades com atividade cinematográfica e audiovisual segundo o setor, área de atividade e atividade desenvolvida (%) (2022)

Quadro 12

INDICADORES	ENTIDADES
Total	365
Setor da entidade	
Público	15,6
Privado	71,0
Terceiro setor	13,4
Área da atividade	
Produção	65,5
Distribuição	3,3
Exibição	31,2
Atividade desenvolvida	
1 atividade	97,0
2 ou 3 atividades	3,0

Fonte: ICA.

Nota: Área de atividade é de resposta múltipla.

No ano de 2022 constata-se que um pouco mais de um terço dos municípios é sede de pelo menos uma entidade com atividade na área do cinema (112, ou seja 36,4% do total de municípios). A distribuição das entidades pelo país faz evidenciar uma maior concentração nos municípios do litoral norte (em especial na Área Metropolitana do Porto), na AML e na região do Alentejo (mapa 48). Nas regiões autónomas, uma maior proporção de entidades na dos Açores (seis municípios) do que na Madeira (um município). Do total de 112 municípios, 78 possuem uma entidade, 25 entre 2 a 3 entidades e nove com mais de 4 entidades, com destaque para Lisboa, Porto e Oeiras.

Entidades com atividade cinematográfica e audiovisual (2022)

Mapa 48



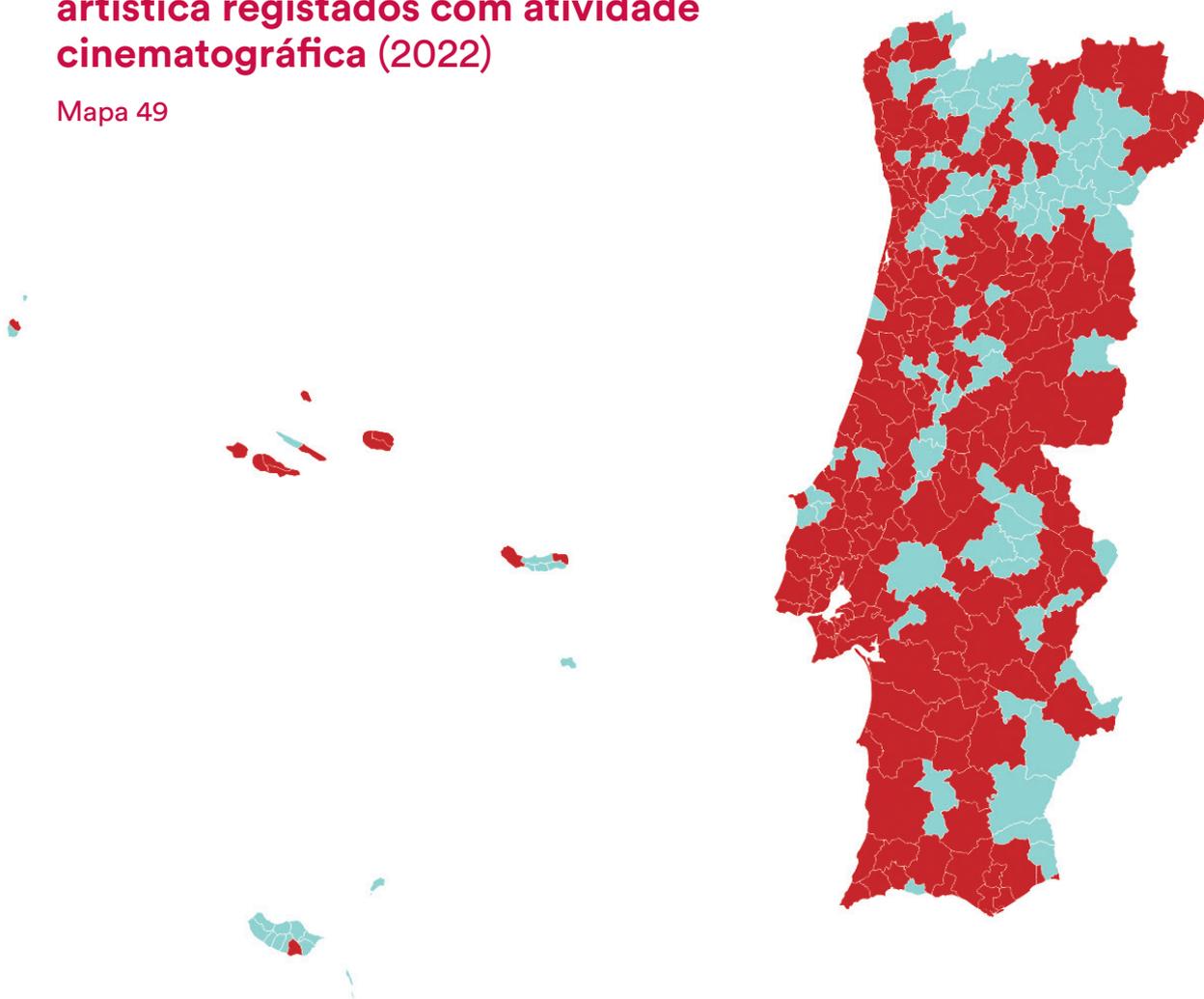
Fonte: ICA.
N=365 entidades em 112 municípios.

Tendo agora por base a ótica dos promotores de espetáculos de natureza artística, salienta-se que, em 2022, existiam no país um total 796 promotores com registo válido para exercer a atividade cinematográfica (registo da competência da IGAC e IRACA).

Na distribuição pelo território nacional destaca-se que mais de dois terços dos municípios possuem pelo menos um promotor com atividade relacionada com o cinema (207, 67.2% do total de municípios do país) (mapa 49). Em 101 daqueles municípios existe um promotor sediado (praticamente metade), em 74 dos municípios 2 a 4 e em 32 mais de 5 promotores. A dispersão é mais notória em municípios da AML (em que todos possuem promotores) e nas regiões do Algarve e Centro (existentes em oito municípios em cada dez). Nas regiões autónomas, nos Açores, em grande parte das ilhas, existem municípios com promotores, ao passo que na Madeira apenas se registou a existência de dois casos no Funchal, mas que tiveram a atividade licenciada pela entidade competente do continente.

Promotores de espetáculos de natureza artística registados com atividade cinematográfica (2022)

Mapa 49



Fonte: IGAC e IRACA.
N=796 promotores em 207 municípios.

4.5. Tauromaquia

—
16

Os espetáculos tauromáquicos regem-se de acordo com três instrumentos normativos: para além do já referido Regulamento do Espetáculo Tauromáquico que define as regras associadas à realização desses espetáculos; o Decreto-Lei n.º 23/2014, de 14 de fevereiro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 90/2019, de 5 de julho, que definem o regime de funcionamento dos espetáculos de natureza artística, bem como o de classificação, instalação e fiscalização dos recintos fixos destinados à sua realização; e a Lei n.º 31/2015, de 23 de abril, que regula o acesso ao exercício da atividade de artista tauromáquico e de auxiliar de espetáculo tauromáquico (IGAC, 2021, p. 4).

—
17

Nos Açores, para além do Regulamento Geral dos Espectáculos Tauromáquicos de Natureza Artística da Região Autónoma dos Açores já mencionado, seguem igualmente o Decreto-Lei n.º 23/2014, de 14 de fevereiro e a Lei n.º 31/2015, de 23 de abril. Os dados mais atualizados das entidades licenciadoras IGAC e IRACA. A exceção é o IRE que não disponibilizou a informação.

—
18

Excluem-se os municípios da Região Autónoma da Madeira.

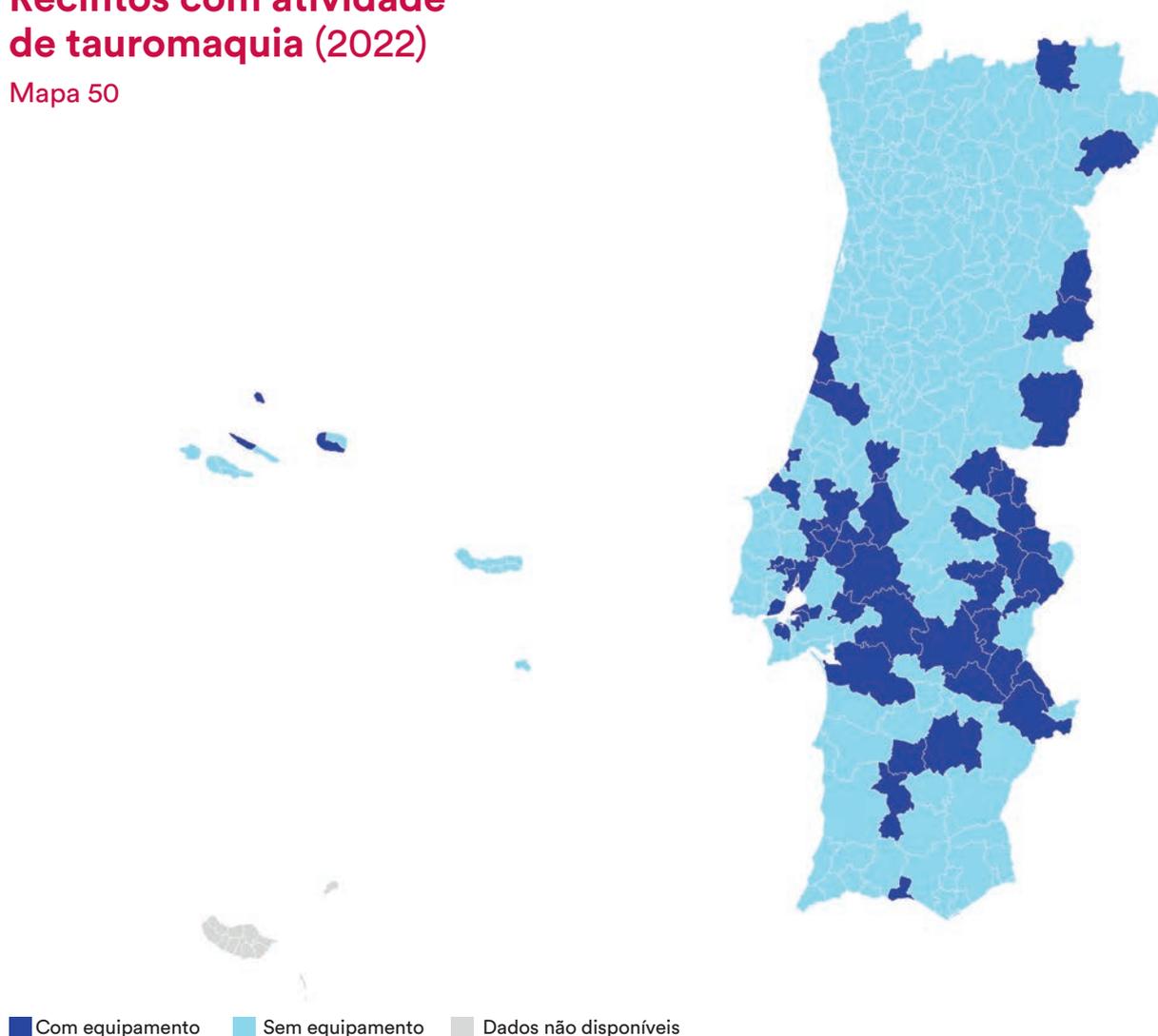
A tauromaquia enquadra-se no âmbito dos espetáculos de natureza artística em Portugal. Estes espetáculos regem-se por legislação específica, no Continente, pelo *Regulamento do Espetáculo Tauromáquico* (Decreto-Lei n.º 89/2014, de 11 de junho) e com competências centradas na IGAC¹⁶ no licenciamento, fiscalização, controlo e direção dos espetáculos e, nos Açores, pelo *Regulamento Geral dos Espetáculos Tauromáquicos de Natureza Artística da Região Autónoma dos Açores* (Decreto Legislativo Regional n.º 11/2010/A, de 16 de março) com as mesmas competências atribuídas à IRACA¹⁷.

No ano de 2022 são 62 o número de recintos com atividade de tauromaquia (praça de touros) licenciados. A esmagadora maioria (58) são recintos exclusivos para esta atividade, mas existem outros 4 com características multiusos para a realização de outras atividades (música, dança e teatro).

Verifica-se que quase dois em cada dez municípios dispõem de pelo menos uma praça de touros (52, 17,5% do total de 297 municípios¹⁸). Em relação à distribuição dos recintos pelo país, constata-se a forte incidência em municípios da região do Alentejo, e em especial no Alto Alentejo, Alentejo Central e Lezíria do Tejo, mas também nos do Centro (no litoral ou junto à fronteira). Isto apesar de existirem recintos em todas as regiões do Continente e dos Açores (mapa 50). Daquele conjunto de municípios (52), 45 possuem um recinto e sete de 2 a 3 recintos, todos no Alentejo, com destaque para Elvas, Mourão e Moura (todos com 3).

Recintos com atividade de tauromaquia (2022)

Mapa 50



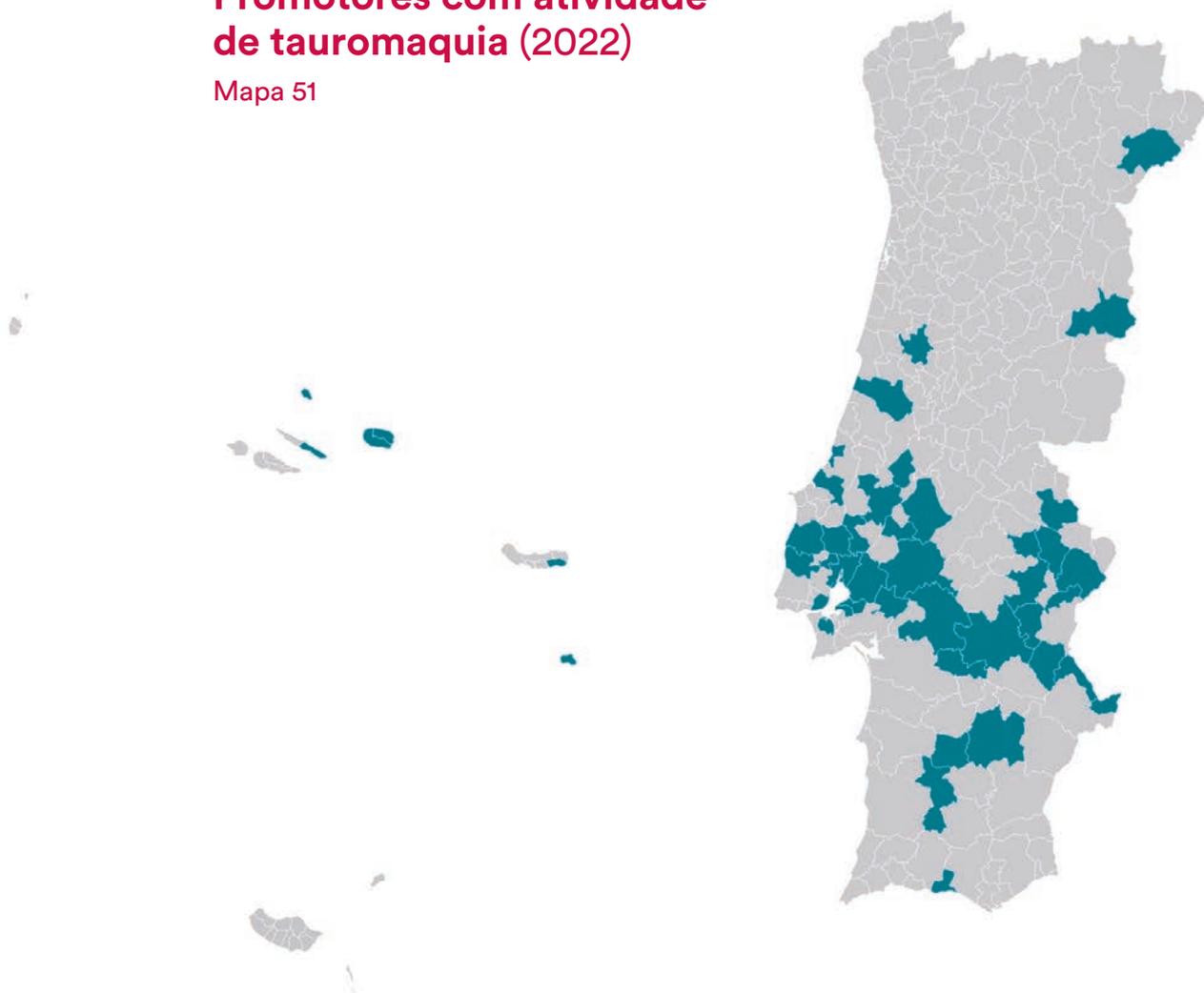
Fonte: IGAC e IRACA.
N = 62 recintos em 52 municípios.

Na ótica dos promotores de espetáculos de natureza artística, verifica-se que em 2022 se encontravam no Continente e nos Açores um total de 74 promotores a exercer atividade relacionada com a tauromaquia (com registo válido passado pela IGAC e IRACA). Destaque-se que seis em cada dez destes promotores desempenham em exclusivo a atividade tauromáquica e que 37,8% exercem essa atividade em conjunto com outras atividades artísticas.

Na sua distribuição pelo território nacional, observa-se que são 45 os municípios com pelo menos um promotor com atividade de tauromaquia (15,2% do conjunto de 297 municípios) (mapa 51). De novo, a maior concentração situa-se nos municípios do Alentejo (em 22 municípios localizam-se metade dos promotores). Nas restantes regiões existem municípios com promotores, numa proporção bem mais baixa, mas destacando-se ainda assim os existentes nas regiões Centro, AML e R. A. dos Açores (onde em 6 municípios se localizam 13 entidades). Dos 45 municípios, 27 possuem um promotor, nove 2 e outros nove entre 3 e 4 promotores, destacando-se aqui Beja e Vila do Porto (Açores), ambos com 4 promotores.

Promotores com atividade de tauromaquia (2022)

Mapa 51



Fonte: IGAC e IRACA.

N = 74 promotores em 45 município

Nota: não há dados para a Região Autónoma da Madeira.

Do lado das procuras, com base nos dados do INE, no ano de 2021 realizaram-se 115 sessões de espetáculos de tauromaquia registando um total de 133,4 mil espetadores (quadro 13). Tendo em conta os dados disponíveis, é nas regiões AML e Alentejo que se concentra a esmagadora maioria das sessões e da assistência a este tipo de espetáculo. Na região do Alentejo, quer o número de sessões, quer o número de espetadores, representam cerca de 50% de todos os espetáculos realizados e espetadores no ano de 2021.

Sessões e espetadores de espetáculos de tauromaquia por região (n) (2021)

Quadro 13

REGIÃO	SESSÕES	ESPETADORES
Norte	0	0
Centro	21	<i>n/d</i>
Área Metropolitana de Lisboa	32	39 489
Alentejo	58	64 278
Algarve	0	0
Região Autónoma dos Açores	4	<i>n/d</i>
Região Autónoma da Madeira	0	0
Total	115	133 356

Fonte: INE. Notas: n/d – não disponível por se encontrar em segredo estatístico. Os dados dizem respeito às respostas dos promotores de espetáculos ao vivo que no ano de referência desempenharam atividades tauromáquicas (classe 93291 da CAE - Rev. 3).

5. Os apoios financeiros do Ministério da Cultura às entidades artísticas profissionais independentes

O MC tem diversas linhas de apoio para o setor cultural e criativo. No âmbito do património cultural, o Fundo de Salvaguarda do Património Cultural, com regulamento alterado em 2022 (Portaria n.º 27/2022, de 10 de janeiro) gerido por uma comissão diretiva composta por três membros, nomeados por despacho do membro do Governo responsável pela área da cultura, sob proposta da DGPC. O Fundo de Salvaguarda tem como missão prioritária os investimentos em bens imóveis classificados que sejam qualificados como urgentes tendo em conta determinados fatores, tais como o acesso do público, a proteção dos bens imóveis que integram a lista do Património Mundial da UNESCO, a adequabilidade dos investimentos aos fatores de risco e às necessidades de salvaguarda patrimonial. Através do regulamento de 2022, à comissão diretiva do Fundo de Salvaguarda compete assegurar a gestão dos investimentos nos bens imóveis cuja requalificação está prevista no Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e de outros investimentos que sejam qualificados como urgentes.

No domínio do cinema e audiovisual, o ICA possui um conjunto de linhas de apoio à criação e produção neste domínio com intervenção em novos talentos e primeiras obras (apoio à produção); no audiovisual e multimédia (apoio à escrita e produção); no cinema (apoio à escrita, produção, distribuição e exibição). Ainda apoio na matéria da internacionalização (apoio para divulgação e distribuição de obras portuguesas) ou na realização de festivais de cinema. A formação de públicos nas escolas é outra área apoiada pelo ICA (formação de estudantes na área do cinema e audiovisual).

A DGLAB tem também programas de apoio à criação e edição no domínio do livro e das bibliotecas, destinados ao fomento da criação literária, através do apoio à edição, a prémios e a entidades que concorrem para o desenvolvimento do setor. Estes apoios estão estruturados em quatro áreas: Obras Clássicas da Literatura Portuguesa, Bolsas de Criação Literária, Prémio Nacional de Ilustração e Prémio Design de Livro.

A DGARTES, organismo responsável pela coordenação e execução das políticas de apoio às artes, estruturou um forte programa de apoio às artes no sentido de garantir condições para a estabilidade, consolidação e renovação do tecido artístico profissional em Portugal, bem como para a sua internacionalização. Os programas de apoio centram-se na promoção da igualdade de acesso às artes, no incentivo à criação, produção e difusão artísticas, na projeção internacional de criadores, produtores e outros agentes culturais portugueses, e denotam as preocupações com a sustentabilidade, investimento, inovação, transição digital, igualdade de género, promoção da diversidade étnica e cultural, preservação ambiental, inclusão e coesão sociais e territoriais.

5.1. Entidades apoiadas pela DGARTES

É da competência da DGARTES a formulação, coordenação e implementação das políticas de apoio às artes em Portugal, promovendo, entre outras medidas, programas de apoio financeiro destinados ao desenvolvimento da atividade profissional nas áreas das artes performativas, artes visuais e de cruzamento disciplinar (Decreto Regulamentar n.º 35/2012, de 27 de março).

Entre 2017 e 2022, foram 1.260 as entidades, coletivas ou individuais, que beneficiaram de pelo menos um programa de apoio da DGARTES desde a entrada em vigor do Novo Modelo de Apoio às Artes (Decreto-Lei n.º 103/2017, de 24 de agosto)¹⁹.

Apresentam-se agora algumas características das entidades apoiadas (gráfico 16). Quanto à região, verifica-se que em todas houve entidades apoiadas. Praticamente metade das entidades situam-se na AML (48,7%). Seguem-se a região Norte (25,6%) e Centro (14,9%). As entidades apoiadas nas regiões autónomas situam-se em torno do 1%, sendo que a atribuição de apoios a entidades destas regiões é recente, desde 2017. No que diz respeito ao tipo de entidade apoiada, sete em cada dez são entidades coletivas, ao passo que 30,1% são individuais.

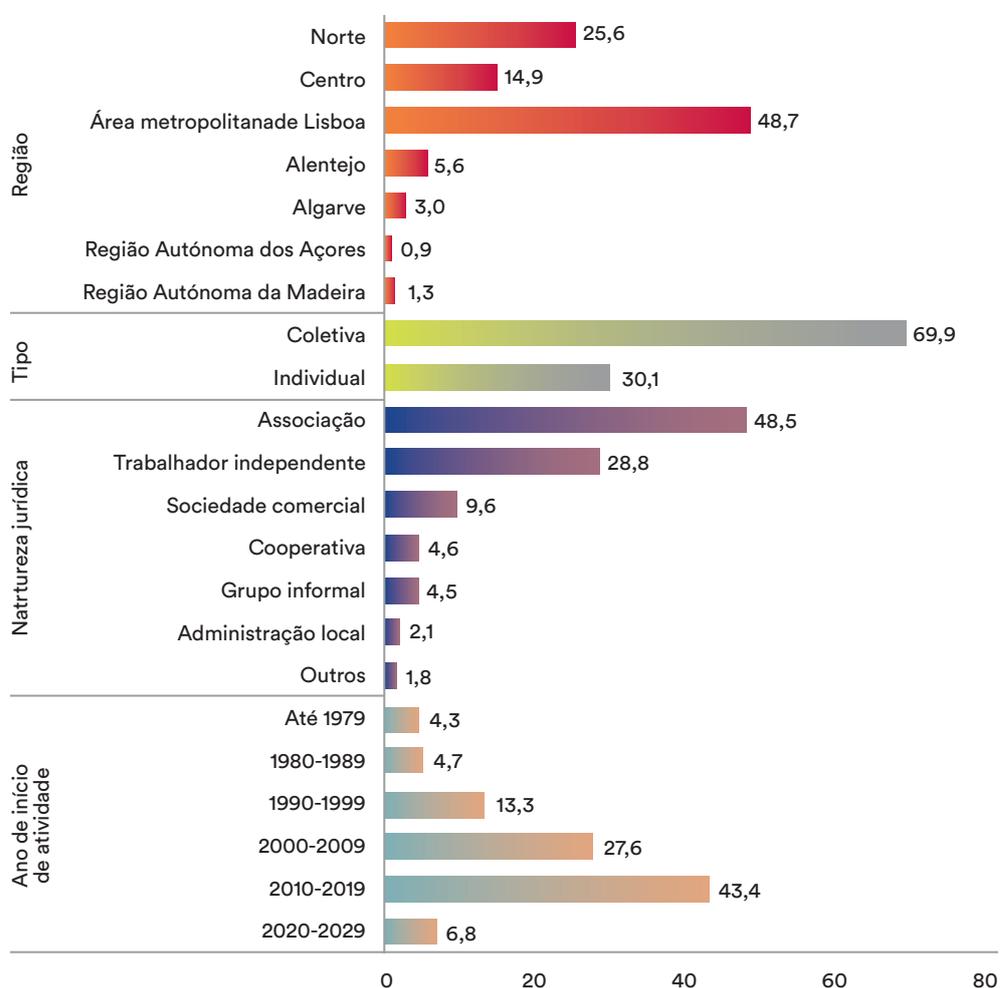
Em relação à natureza jurídica, constata-se que são várias as formas das entidades apoiadas no âmbito dos vários programas²⁰. Mais de metade das entidades possuem natureza associativa (48,5%), seguindo-se os trabalhadores independentes (28,8%). Estes dois tipos de natureza jurídica representam em conjunto 77,3% das entidades apoiadas. As restantes formas jurídicas registam percentagens muito inferiores (menos de 10%), destacando-se ainda assim as entidades comerciais (9,6%). Uma nota ainda para a participação de entidades do setor público local com 2,1%.

—
19
Com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 47/2021, de 11 de junho, e pelo estabelecido no Regulamento dos Programas de Apoio às Artes (Portaria n.º 146/2021, de 13 de julho).

—
20
Programas de apoio sustentado, de apoio a projetos e de apoio em parceria.

Entidades apoiadas pela DGARTES por região, tipo, natureza jurídica e ano de início de atividade (%) (2022)

Gráfico 16



Fonte: DGARTES.
N = 1.260.

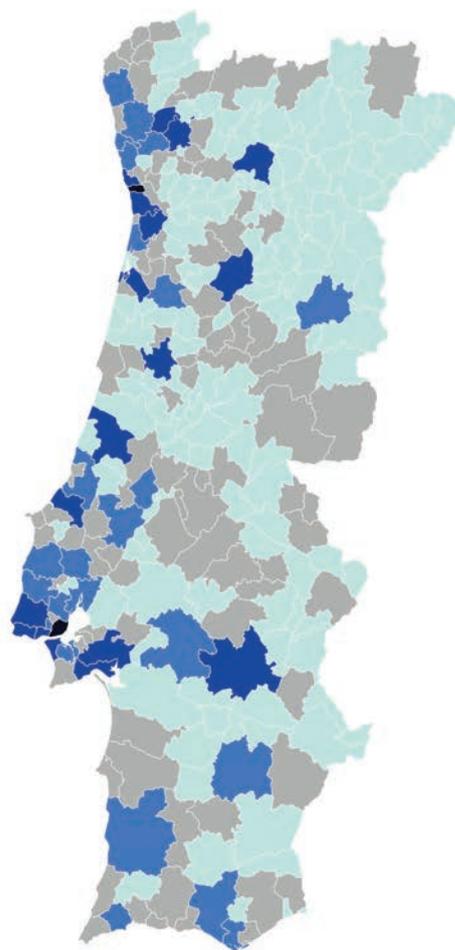
Por fim, no que toca ao ano de início da atividade profissional continuada, verifica-se que um pouco mais de três quartos das entidades apoiadas tiveram a sua atividade iniciada já nos anos 2000 e quase metade já depois da primeira década deste século. É na década de 2010-2019 que se regista a percentagem mais elevada (43,4%). Salienta-se, ainda, apesar de em percentagem mais reduzida, por um lado, a existência de entidades com início de atividade mais remoto no tempo (até 1979, são 4,3%) e, por outro lado, início mais recente (as entidades com início de atividade posterior a 2020 representam 6,8%).

Daqui resulta que o perfil predominante dos apoios se caracteriza por abranger as entidades da AML, entidades coletivas, sobretudo associações, e muito recentes.

O conjunto das entidades apoiadas localiza-se num total de 150 municípios. A distribuição pelo território nacional parece evidenciar uma maior concentração em municípios do litoral, urbanos, sobretudo localizados na AML, como se viu acima, mas também na do Porto e na maioria das capitais de distrito, e no Funchal (Madeira). De referir que nas capitais de distrito localizam-se cerca de 60,2% das entidades (mapa 52). Dos 150 municípios, 103 têm um índice muito baixo, 26 situam-se no baixo e 19 no alto. Lisboa e Porto são os únicos municípios com índice muito alto (o que corresponde a mais de 50 entidades). Pelo contrário, importa ainda referir que os municípios do interior norte são os mais desprovidos de apoios, o que se evidencia no mapa por uma mancha continuada de municípios sem qualquer entidade apoiada.

Entidades apoiadas pela DGARTES (índice) (2022)

Mapa 52



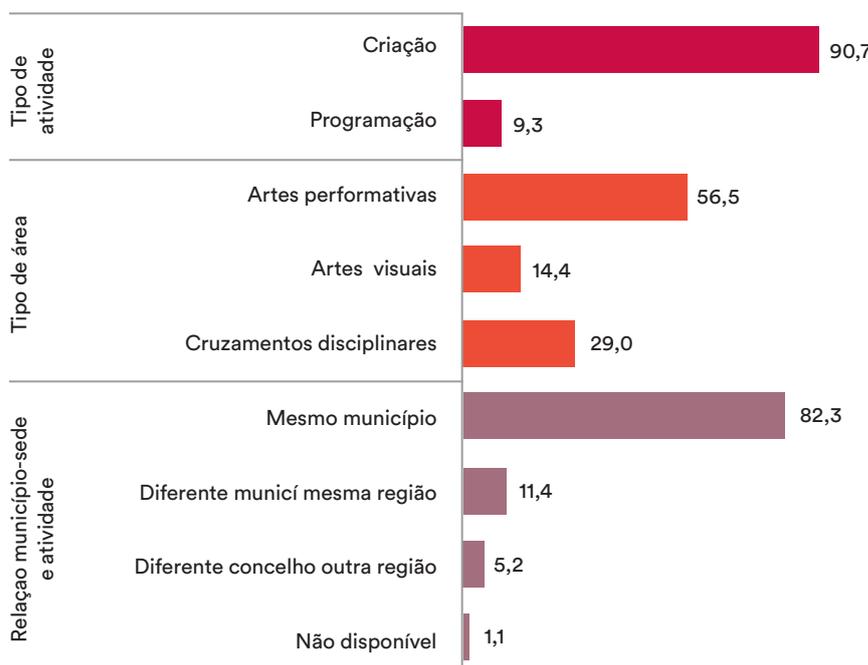
■ Muito alto ■ Alto ■ Baixo ■ Muito baixo ■ Sem entidades apoiadas

Legenda: Muito alto (com 50 ou mais); Alto (entre 10 e 49);
Baixo (entre 5 e 9); Muito baixo (entre 1 e 4); Nenhuma (sem entidade apoiada).
Fonte: DGARTES.
N = 1.260.

Referem-se agora algumas características relacionadas com a atividade das entidades apoiadas pela DGARTES (gráfico 17). A esmagadora maioria tem a criação como atividade principal (90,7%), enquanto menos de uma em cada dez entidades centra-se na programação. Por área, predominam as artes performativas (56,5%). Três em cada dez entidades têm como área principal cruzamentos disciplinares (29,0%), ao passo que a menor percentagem é a das entidades em que a área preponderante é artes visuais (14,4%).

Entidades de artes do espetáculo apoiadas pela DGARTES por tipo de atividade, área e relação município-sede e atividade (%) (2022)

Gráfico 17



Fonte: DGARTES.
N = 1.260.

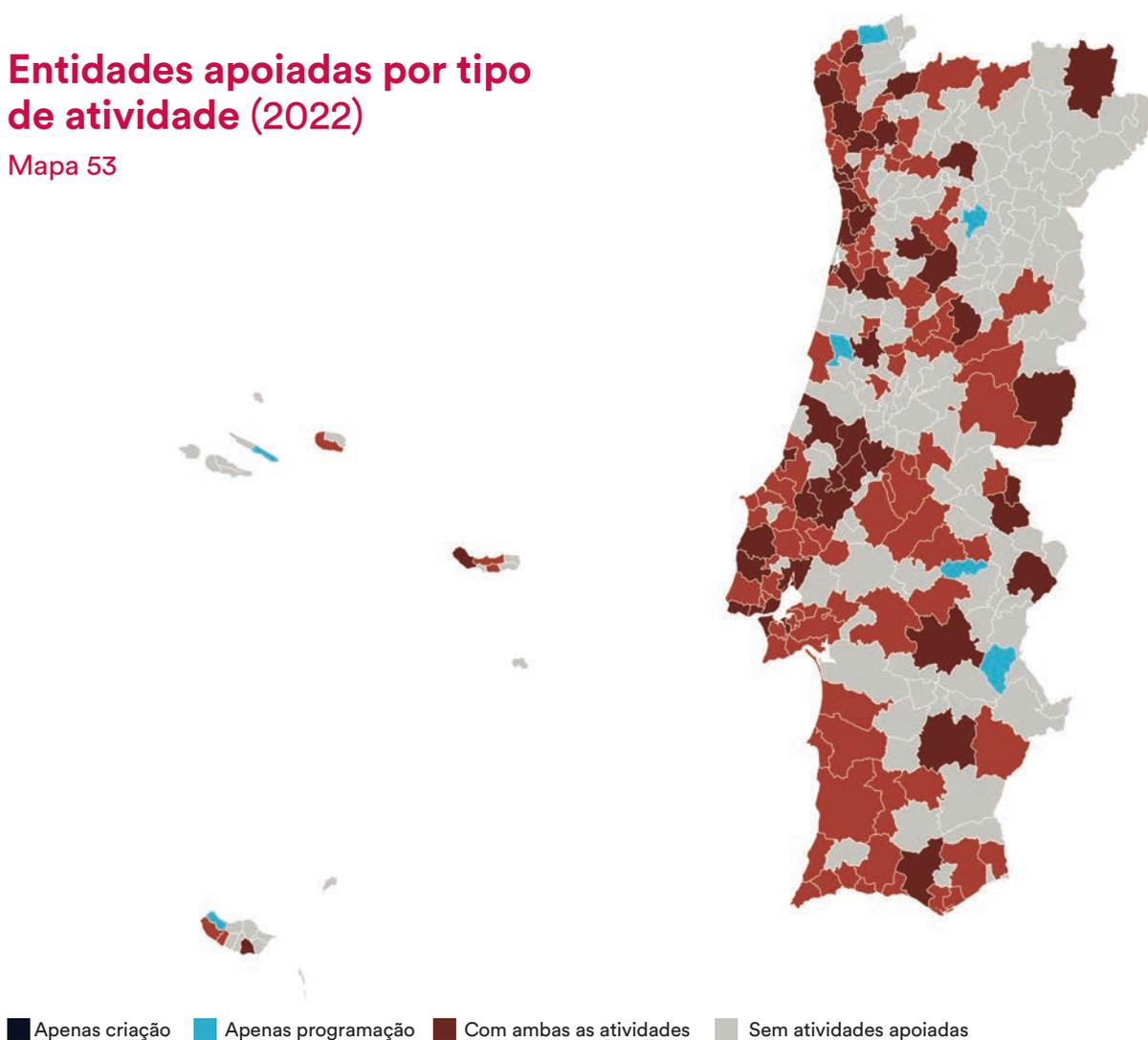
Na relação entre o município sede da entidade e o município onde exerce predominantemente a sua atividade, constata-se que um pouco mais de oito em cada dez entidades desenvolvem a sua atividade no mesmo local da sede (1.037 entidades, o que representa 82,3% do total). Por outro lado, são em menor percentagem as que desempenham a atividade num outro município (209 entidades, o que representa 16,6%), sobressaindo aqui as que o fazem dentro da mesma região da sede face às que as realizam num município doutra região (11,4% contra 5,2%, respetivamente). Saliente-se ainda que as deslocações apresentam um fluxo maior entre os municípios com destino a Lisboa e Porto (representa 66,5% destas entidades); e no sentido inverso, de saída daquelas para outro município, 11,5%). A circular entre outros municípios que não para e de Lisboa e Porto, encontram-se 22,0% de entidades.

As entidades apoiadas pela DGARTES correspondem então a um perfil predominante caracterizado pela atividade de criação, situarem-se nas artes do espetáculo e, quanto à ancoragem espacial da atividade por esta se situar sobretudo no município-sede.

O mapa 53 mostra a forma como se distribui o tipo de atividade das entidades apoiadas. Nesse sentido, verifica-se que dois terços dos municípios possuem pelo menos uma entidade com atividade de criação. Estes encontram-se disseminados por todas as regiões do território, sendo mais evidentes na AML e no Algarve. As entidades com atividade de programação, com uma percentagem mais residual, são o único tipo de atividade desempenhada em sete municípios (dois nas regiões Norte e Alentejo e um nas do Centro, R.A Açores e R. A Madeira). Por outro lado, três em cada dez municípios possuem entidades que desenvolvem tanto atividades de criação como de programação. Estes localizam-se mais no litoral, junto das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, na maioria das capitais de distrito e num eixo de municípios pertencentes às CIM do Médio Tejo (região Centro) e Lezíria do Tejo (região do Alentejo).

Entidades apoiadas por tipo de atividade (2022)

Mapa 53



Fonte: DGARTES.
N = 1.260 entidades em 150 municípios.

a) Artes performativas

No que diz respeito especificamente às artes performativas, quatro em cada dez municípios são sede de, pelo menos, uma entidade apoiada pela DGARTES neste domínio. São 712 entidades da área das artes performativas localizadas em 119 municípios (o que corresponde a 38,6% do total dos municípios) (mapa 54). A sua distribuição pelo território evidencia uma maior prevalência em municípios do litoral norte, do interior centro, da Área Metropolitana de Lisboa e das comunidades mais próximas do Oeste e Médio Tejo (Região Centro) e da Lezíria do Tejo (Alentejo) e dos do Algarve. Daqueles 119 municípios, 46 municípios possuem uma entidade, outros 45 entre 2 e 4, 15 de 5 a 9 e 13 municípios têm mais de 10 entidades. Os municípios com maior número são Lisboa e Porto.

Entidades apoiadas das artes performativas (2022)

Mapa 54

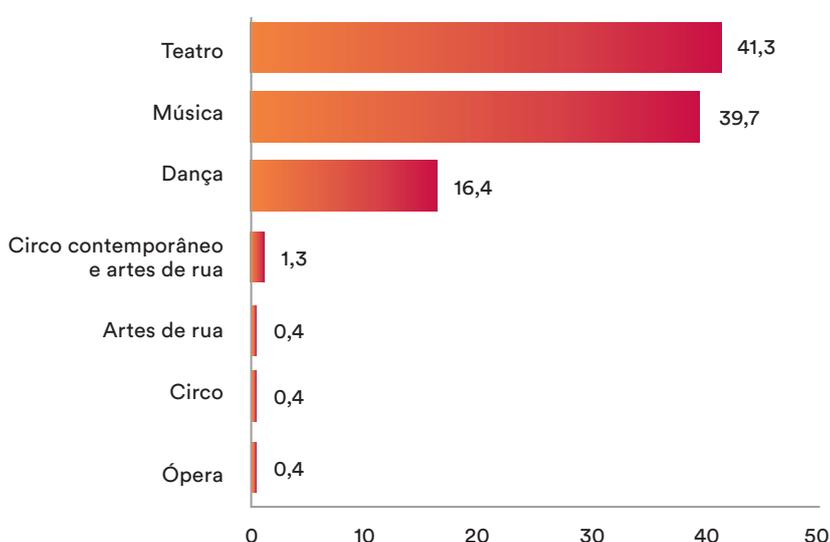


Fonte: DGARTES.
N = 712 entidades em 119 municípios.

Detalhando a área artística verifica-se que teatro e música (gráfico 18) representam, em conjunto, 81,0% das entidades. Ainda assim observa-se um predomínio das do teatro (41,3% contra 39,7% da música). A dança representa 16,4%, enquanto as restantes ou não ultrapassam os 1,3%, ou ficam muito próximo, o que decorre de estarem quantitativamente menos presentes no tecido cultural português e integrarem mais recentemente as áreas objeto dos apoios.

Entidades apoiadas das artes performativas segundo a área artística (%) (2022)

Gráfico 18

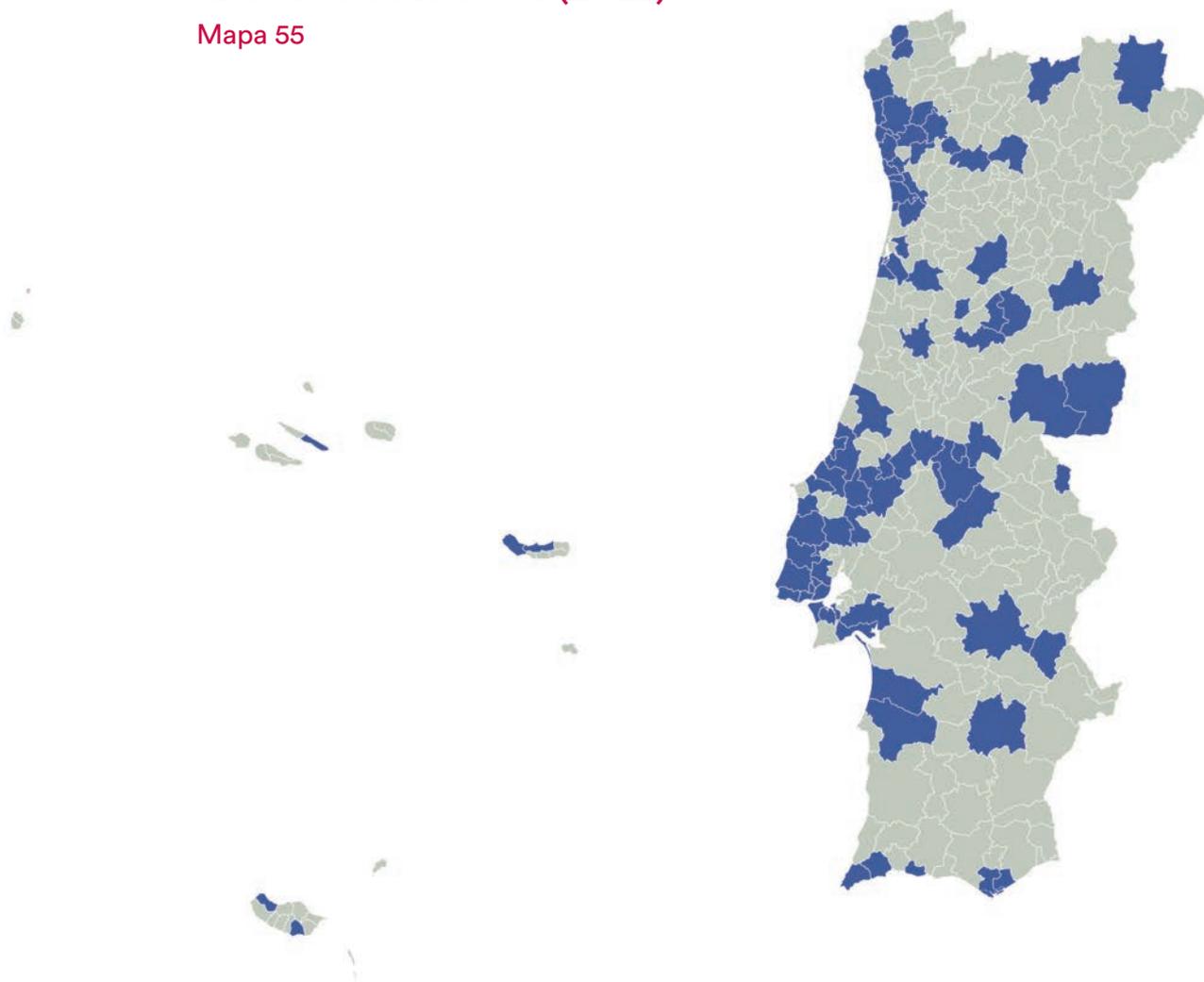


Fonte: DGARTES.
N = 712.

Tendo por base as áreas artísticas performativas com maior número de entidades apoiadas, apresenta-se a distribuição pelo território das entidades das áreas da música (mapa 55), do teatro (mapa 56) e da dança (mapa 57). Se no primeiro caso praticamente três em cada dez municípios são a principal localização de, pelo menos, uma entidade da área da música (realidade em 85 municípios), já no segundo caso são quase um quarto os municípios com entidades da área do teatro (72 municípios). Relativamente à área da dança, a abrangência em termos de municípios é um pouco menor, representando um em cada dez municípios (42).

Entidades apoiadas da área artística da música (2022)

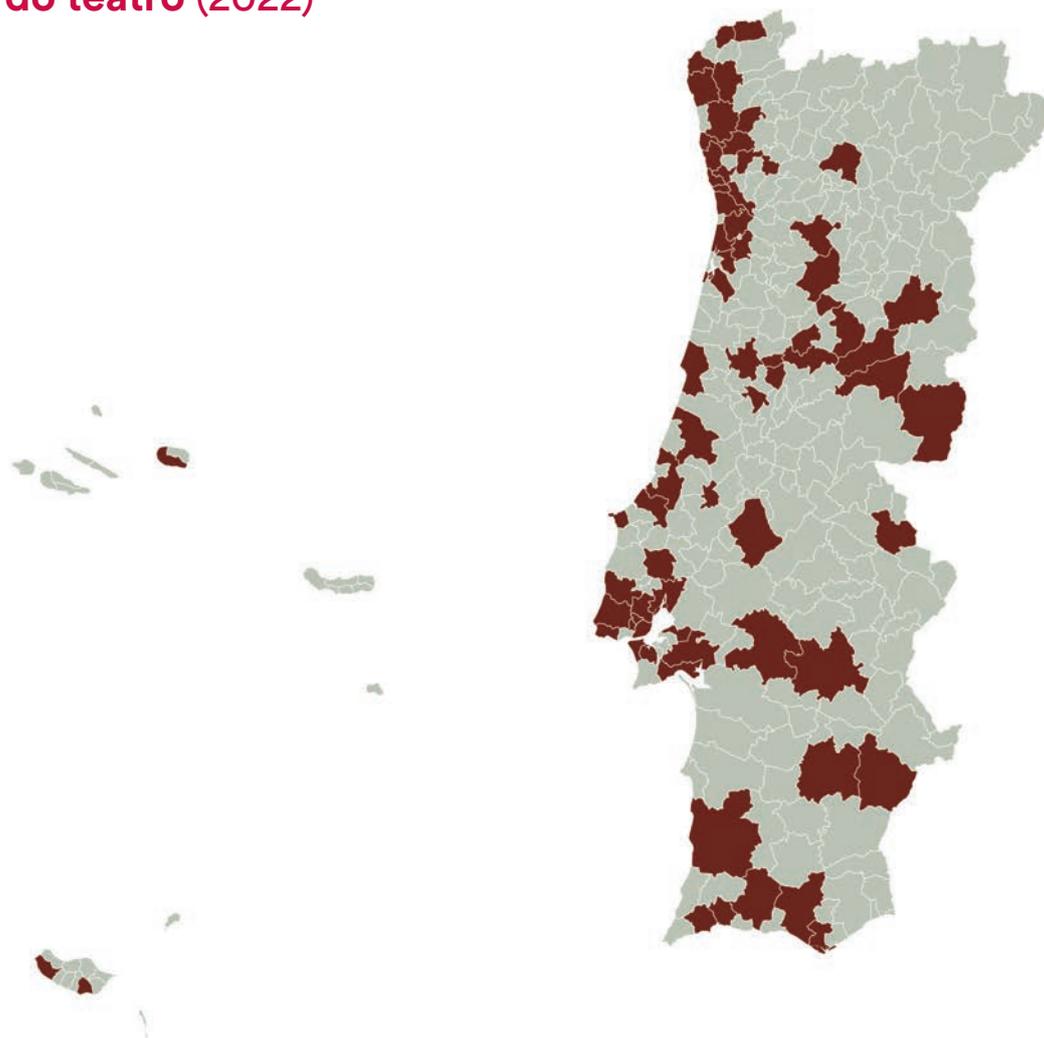
Mapa 55



Fonte: DGARTES
N = 283 entidades em 85 municípios.

Entidades apoiadas da área artística do teatro (2022)

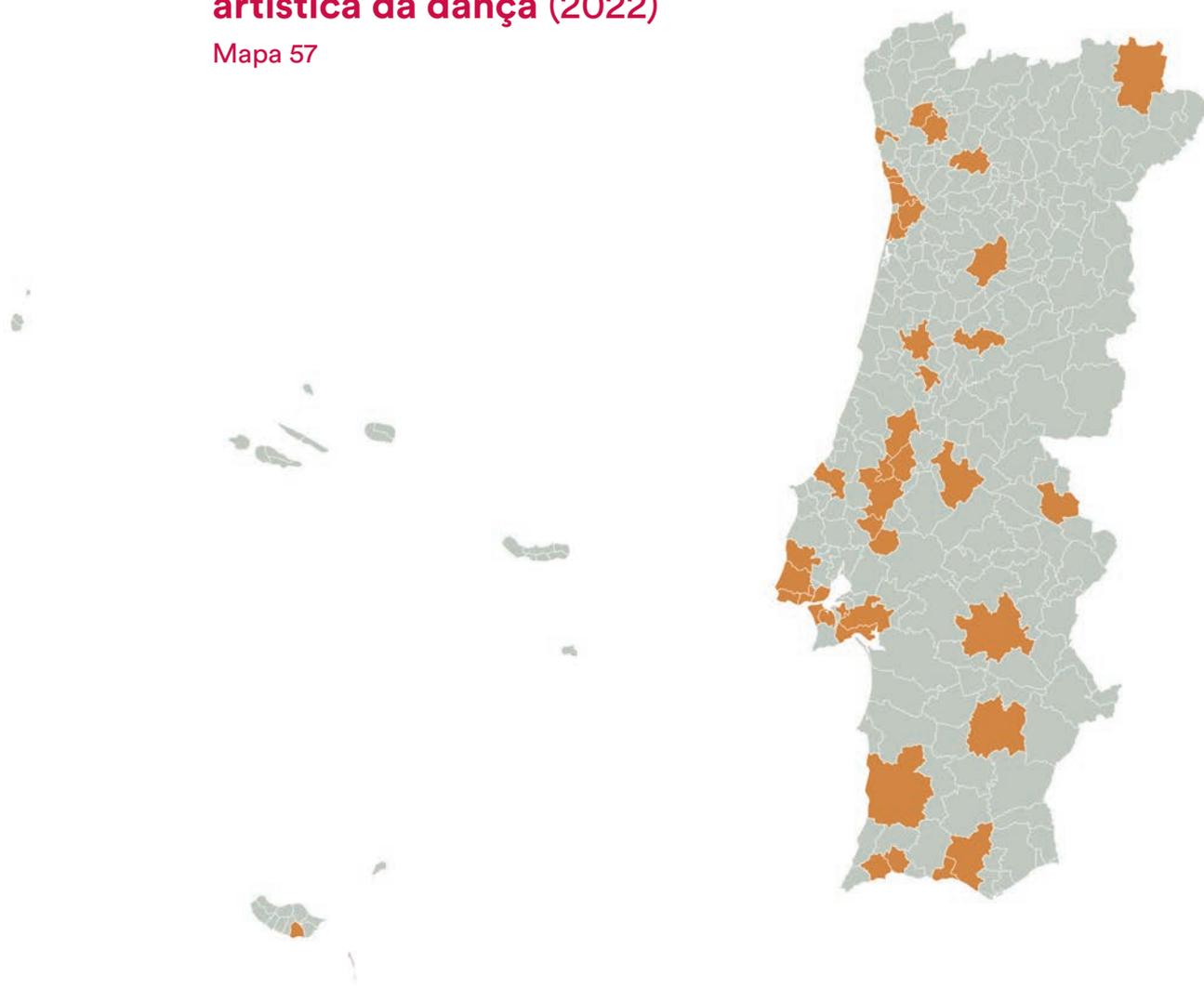
Mapa 56



Fonte: DGARTES.
N = 294 entidades em 72 municípios.

Entidades apoiadas da área artística da dança (2022)

Mapa 57



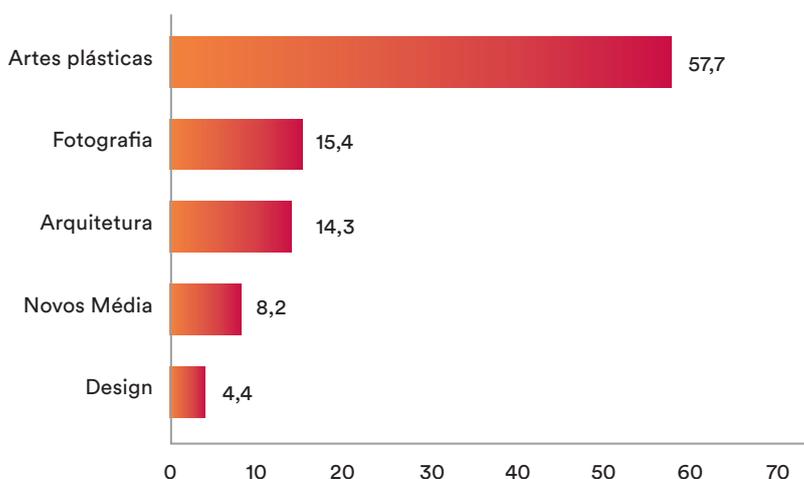
Fonte: DGARTES.
N = 117 entidades em 42 municípios.

b) Artes Visuais

No total foram 182 as entidades apoiadas pela DGARTES na área das artes visuais. Nesta destacam-se as artes plásticas, referidas como a área principal de atuação para mais de metade das entidades (57,7%) (gráfico 19). De salientar ainda as áreas da fotografia e da arquitetura que correspondem a 15,4% e 14,3%, respetivamente, deste conjunto de entidades. As outras áreas representadas neste domínio são os novos *media* e o design.

Entidades apoiadas das artes visuais segundo a área (%) (2022)

Gráfico 19

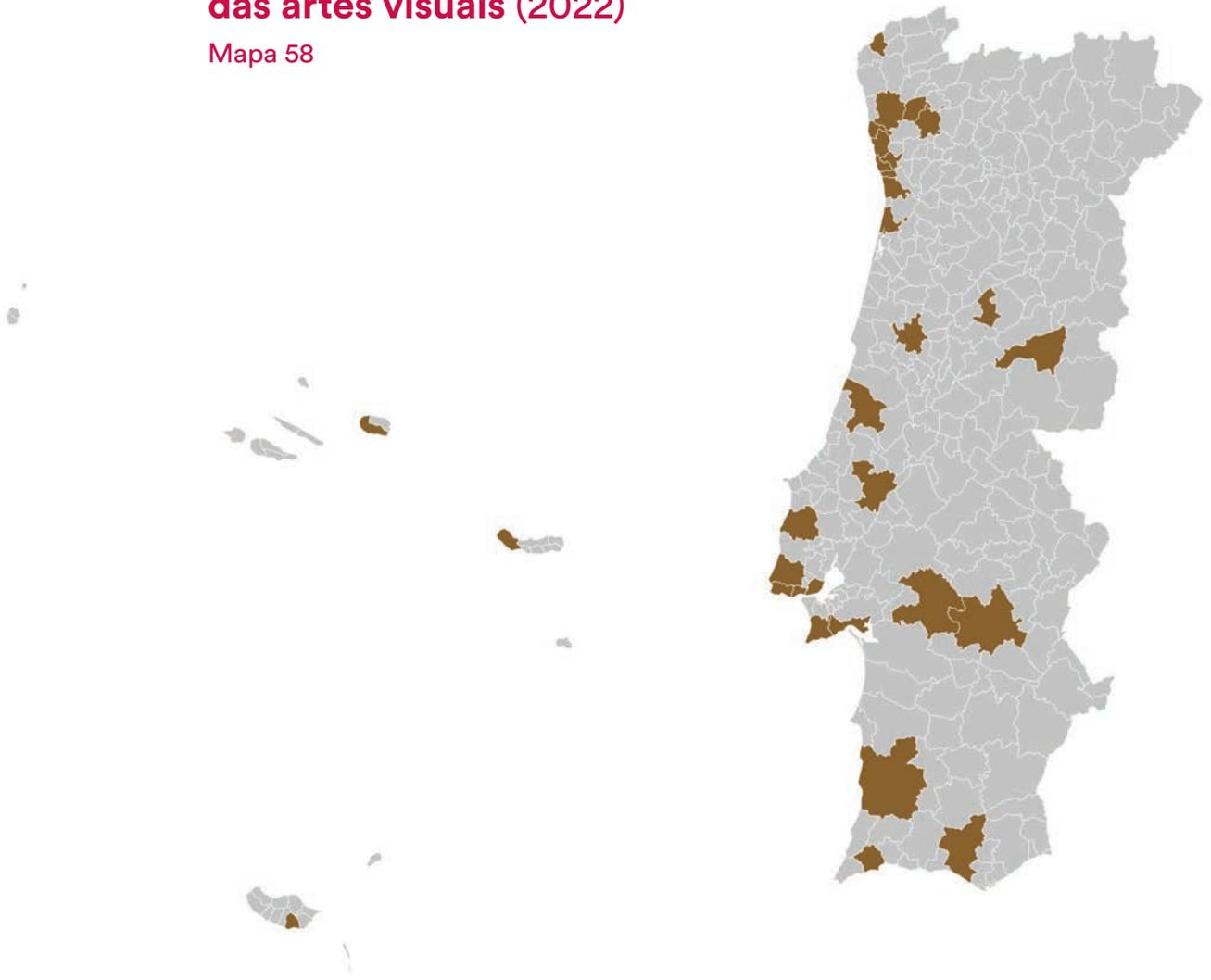


Fonte: DGARTES.
N = 182.

O mapa 58 mostra a distribuição das entidades das artes visuais pelo território, onde se verifica que um em cada dez municípios possui entidades apoiadas pela DGARTES nesta área. São 182 entidades situadas em 32 municípios. Em todas as regiões, incluindo nas duas regiões autónomas, verifica-se a existência de entidades apoiadas, evidenciando-se as que se localizam em municípios da região Norte, em especial na Área Metropolitana do Porto, mas também na AML. Daqueles 32 municípios, 19 possuem uma entidade, 10 entre 2 a 4 entidades e três municípios têm mais de 5 entidades (Porto, Coimbra e Lisboa).

Entidades apoiadas das artes visuais (2022)

Mapa 58

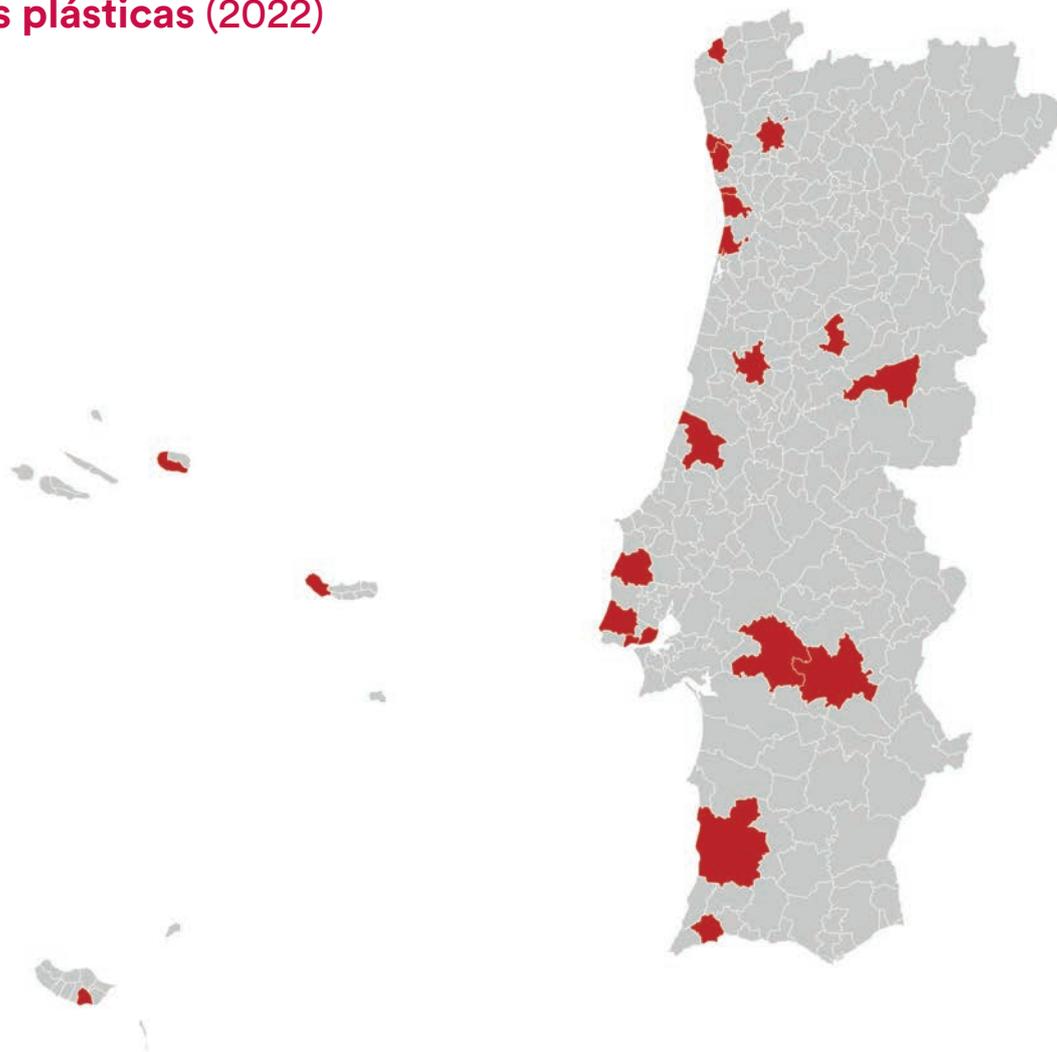


Fonte: DGARTES, dezembro de 2022.
N = 182 entidades em 32 municípios.

Do conjunto de entidades das artes visuais a maior proporção refere-se àquelas com uma atividade relacionada com as artes plásticas. As 105 entidades distribuem-se por 23 municípios de norte a sul do país, incluindo as regiões autónomas (mapa 59). Nestas entidades encontram-se representadas em maior percentagem as entidades individuais (53,3%) do que coletivas (46,7%). Nas coletivas, com um maior peso das associações (59,2%) e depois as sociedades comerciais (18,4%). No caso das individuais (56), o peso é praticamente total dos trabalhadores independentes (92,9%). A quase totalidade dos apoios são para atividades de criação.

Entidades apoiadas da área das artes plásticas (2022)

Mapa 59

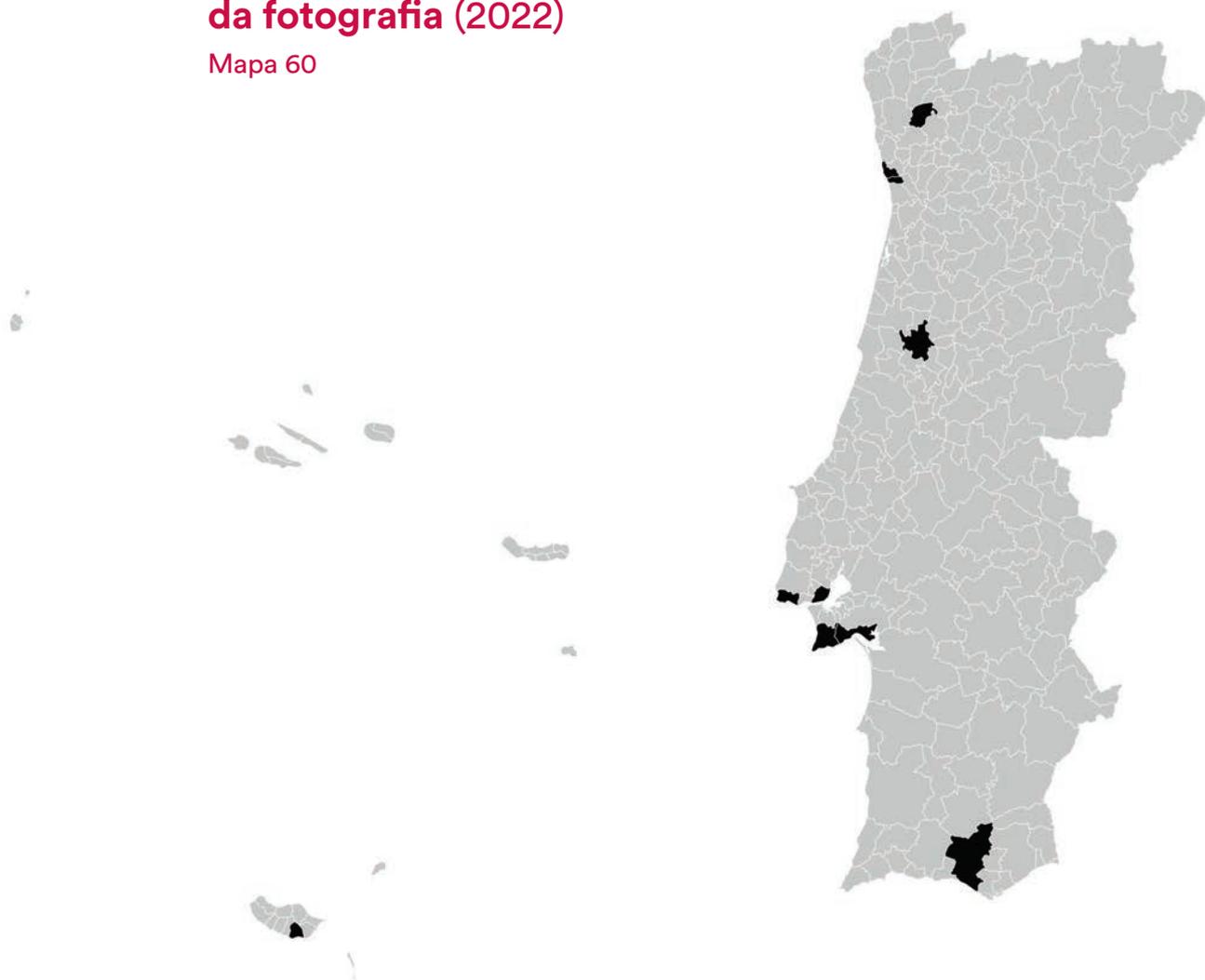


Fonte: DGARTES, dezembro de 2022.
N = 105 entidades em 23 municípios.

No caso da área da fotografia, são substancialmente menos entidades (28) que se localizam em 10 municípios, situados mais no litoral, em capitais de distrito (incluindo o Funchal) e sobretudo na AML (mapa 60). Com a atividade na área da arquitetura, existem 26 entidades que se situam em sete municípios de três regiões (Norte, AML e R.A. Açores) (mapa 61).

Entidades apoiadas da área da fotografia (2022)

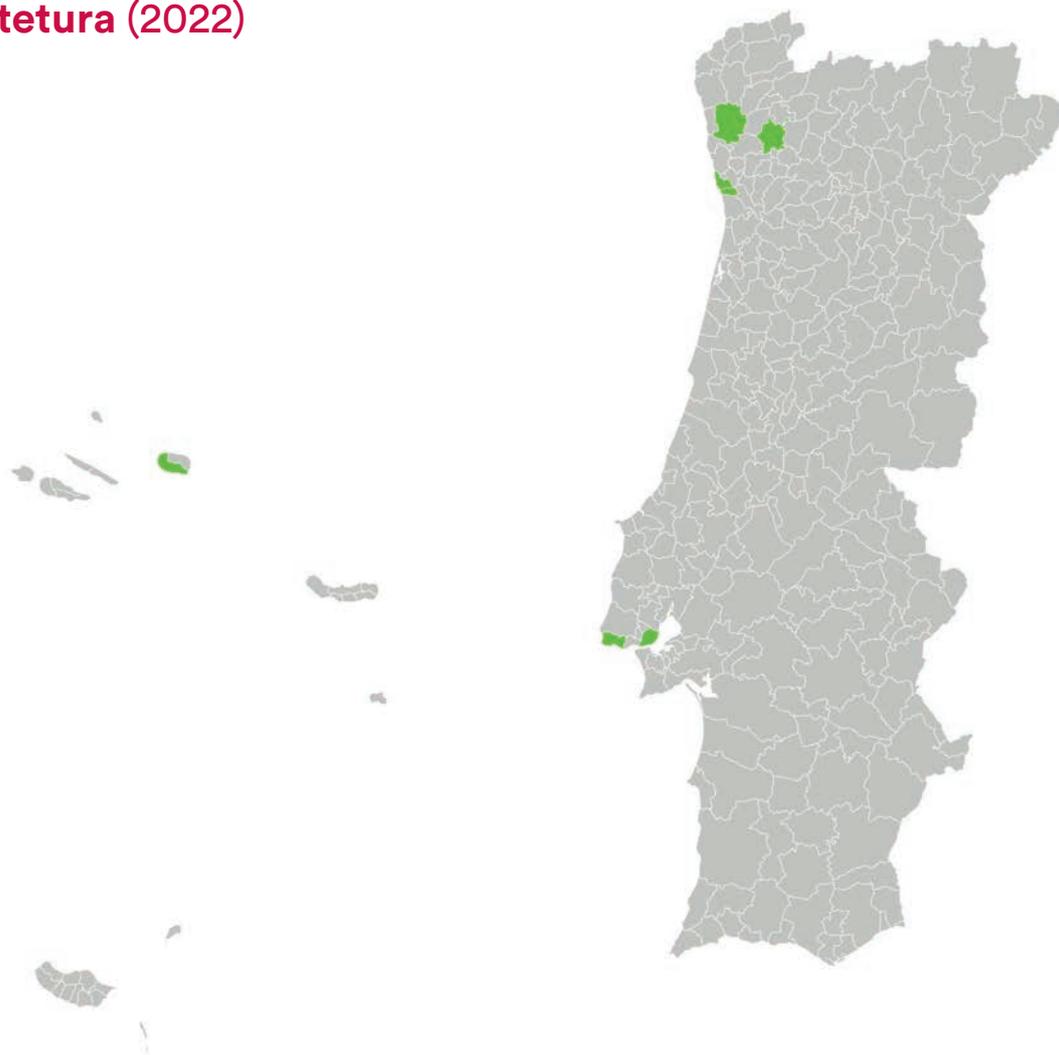
Mapa 60



Fonte: DGARTES.
N = 28 entidades em 10 municípios.

Entidades apoiadas da área da arquitetura (2022)

Mapa 61



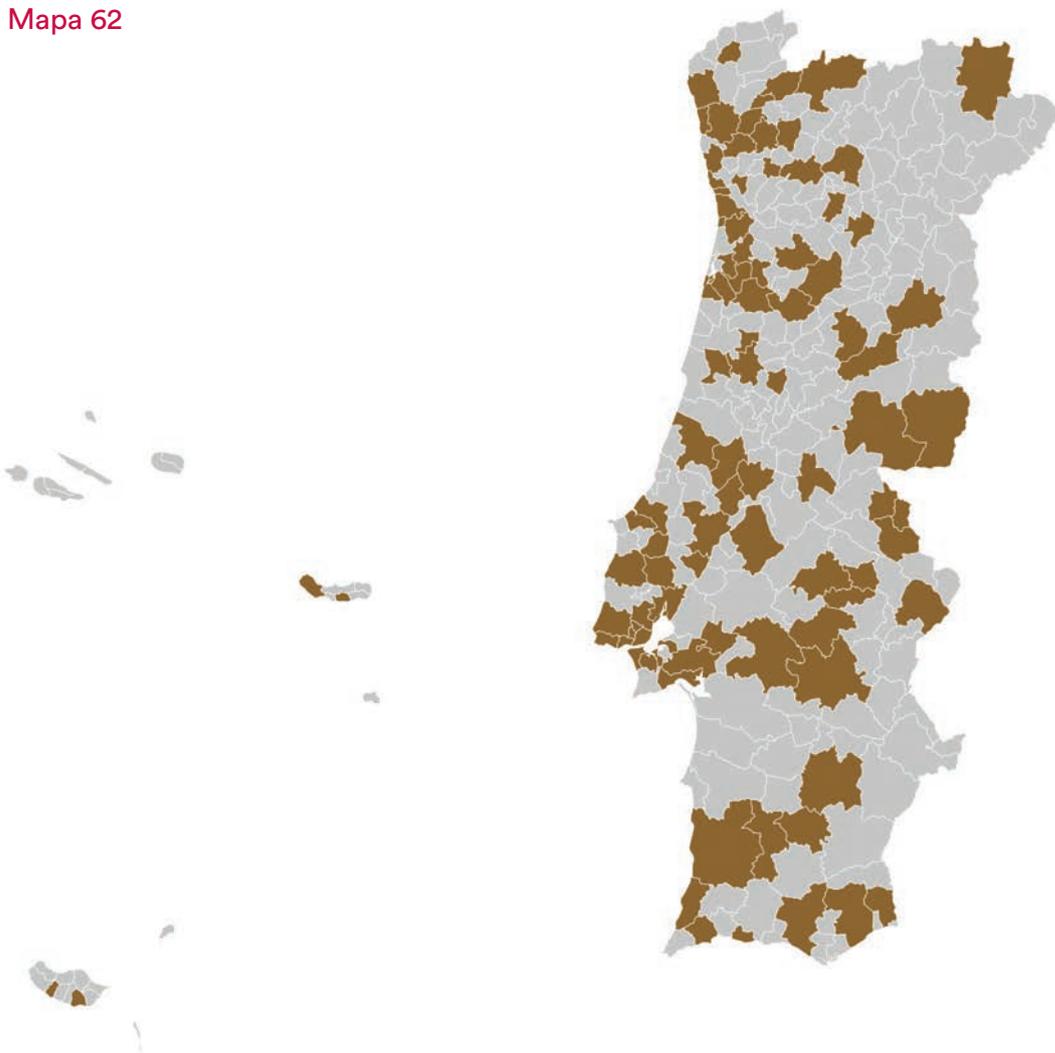
Fonte: DGARTES.
N = 26 entidades em 7 municípios.

c) Cruzamentos Disciplinares

Relativamente às entidades da área dos cruzamentos disciplinares (mapa 62), verifica-se que praticamente um terço dos municípios possui pelo menos uma entidade apoiada pela DGARTES nesta área. Em 2022 são 366 as entidades, distribuídas por 94 municípios situados em todas as regiões do território nacional. Contudo, são mais frequentes no litoral, apesar da sua disseminação por várias zonas do interior. É na AML que se concentra o maior número de entidades e num maior número de municípios. Do total de 94 municípios com entidades apoiadas nesta área, anote-se que em 46 se encontra apenas 1 entidade, em 34 entre 2 e 4 entidades, em 10 entre 5 a 9 e em quatro (Almada, Lisboa, Oeiras e Porto) mais de 10 entidades.

Entidades apoiadas da área dos cruzamentos disciplinares (2022)

Mapa 62



Fonte: DGARTES.
N = 366 entidades em 94 municípios.

5.2. Territórios de menor densidade de atividade artística profissional

O AACP mostra que a realidade cultural apresenta um desenvolvimento territorial assinalável decorrente da conjugação de políticas culturais, nacionais, locais e internacionais direcionadas para as ofertas e das dinâmicas artísticas e culturais impulsionadas pelas entidades públicas e privadas e pelas procuras locais e turísticas. O apoio financeiro às artes é uma das medidas de política pública que tem contribuído para esse panorama. Um olhar na perspetiva da continuada correção dos desequilíbrios territoriais implica a identificação desses territórios. No quadro da metodologia adotada no Atlas, quais os municípios em que importará intervir do ponto de vista da coesão territorial?

A informação mobilizada no Atlas é suscetível de responder à questão com o índice compósito que identifica os *territórios de menor densidade de atividade artística profissional*²¹. Tendo em conta o contexto de recuperação da crise da pandemia covid-19 (2020-21), considera-se tais territórios como deficitários quanto à atribuição de apoios financeiros às entidades artísticas profissionais pela DGARTES e com condições suscetíveis de condicionar negativamente o desenvolvimento das entidades, das atividades e das procuras artísticas. Assim, são municípios que, no período de referência, não tiveram qualquer entidade apoiada pela DGARTES; com muito baixo índice de sessões de espetáculos ao vivo; com baixa ou muito baixa despesa municipal com atividades culturais e criativas; e que estão classificados, total ou parcialmente, como baixa densidade (os situados no Continente) ou como Região Ultraperiférica (os municípios situados nas R. A. dos Açores e da Madeira). As especificações dos quatro critérios estão no quadro 14.

São 76 os municípios que correspondem à aplicação cumulativa dos quatro critérios definidos, os quais representam 24,7% dos 308 municípios portugueses e abrangem (de acordo com o Censo 2021) 542 mil residentes (5,2% da população residente em Portugal), o que está de acordo com o facto de se tratar de municípios, desde logo (mas não exclusivamente como decorre do índice), de baixa densidade populacional.

—
21
O índice esteve na base do Programa de Acordo em Parceria Arte e Coesão Territorial DGARTES/Iscte-OPAC (<https://www.dgartes.gov.pt/pt/node/6423>) que abriu a 7/7/2023.

Dimensões, indicadores e critérios de classificação dos territórios de menor densidade de atividade artística profissional

Quadro 14

DIMENSÃO	INDICADOR	CRITÉRIO	FONTE DOS DADOS
Cultural	Entidades apoiadas pela DGARTES	Nenhuma entidade no período 2017-2022	OPAC a partir de DGARTES.
Cultural	Sessões de espetáculos ao vivo	Muito baixa média de sessões no período 2019-2021 = menor ou igual a 12	OPAC a partir de INE, <i>Estatísticas da Cultura</i> , Inquérito aos Espetáculos ao Vivo (base de dados), todas as modalidades (¹).
Cultural	Despesa dos municípios	Baixa ou muito baixa média da despesa total no período 2019-2021 = menor do que €1.000.000	OPAC a partir de INE, <i>Estatísticas da Cultura</i> , Inquérito ao financiamento das atividades culturais, criativas e desportivas pelas câmaras municipais (base de dados) [nota: exclui despesas com atividades desportivas].
Não cultural	Baixa densidade	Baixa, Parcialmente ou Região Ultraperiférica (RUP)	OPAC a partir de CIC Portugal 2020 (Deliberação n.º 55/2015 - Lisboa 2020); União Europeia (²).

Fonte: OPAC.

Nota 1: nos espetáculos ao vivo consideram-se todas as modalidades apuradas pelo INE: teatro, ópera, música, recitais de coros, dança, folclore, circo, mistas/variedades, multidisciplinares, outras modalidades artísticas.

Nota 2: no indicador “Baixa densidade” a fonte considera apenas municípios de “baixa” e freguesias de baixa densidade em municípios que o não são na totalidade. Estes últimos são aqui designados municípios “parcialmente” de baixa densidade); RUP – Região Ultraperiférica de acordo com a União Europeia – em Portugal as R. A. dos Açores e da Madeira.

Como se pode observar pelo quadro 15, distribuem-se por todas as regiões (NUTS II) do país, com exceção da Área Metropolitana de Lisboa, variando entre 52,6% na R. A. dos Açores e 6,3% na Região do Algarve.

Distribuição dos territórios de menor densidade de atividade artística profissional por região (NUTS II) (2023)

Quadro 15

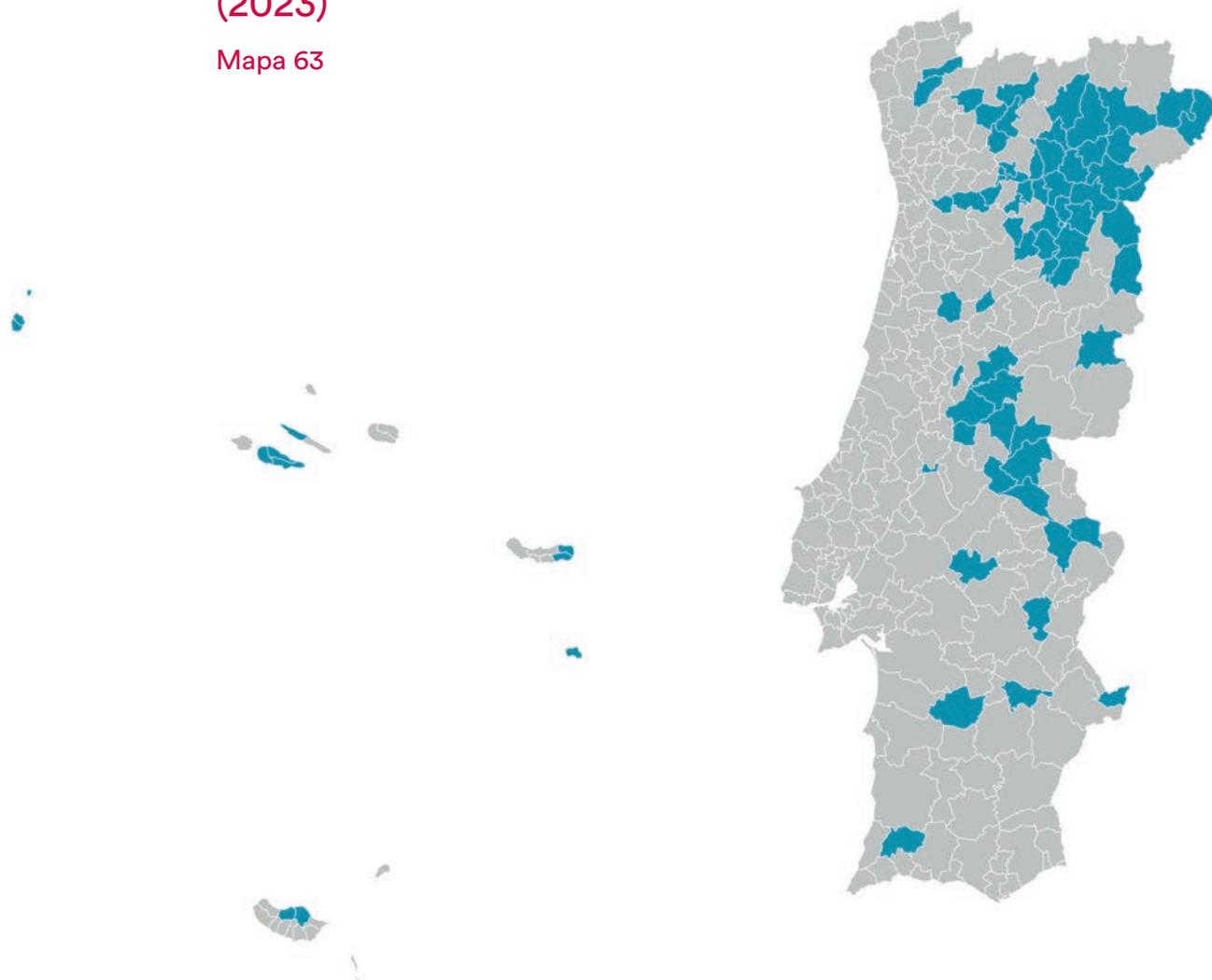
REGIÃO	MUNICÍPIOS		
	ELEGÍVEIS	TOTAL	% POR REGIÃO
Norte	33	86	38,4
Centro	20	100	20,0
Área Metropolitana de Lisboa	0	18	-
Alentejo	10	58	17,3
Algarve	1	16	6,3
Região Autónoma dos Açores	10	19	52,6
Região Autónoma da Madeira	2	11	18,2
Totais	76	308	24,7

Fonte: OPAC.

O mapa 63 mostra a distribuição dos 76 municípios pelo território português. Nele é visível que são de todas as regiões, à exceção da já referida AML, e que, no território continental, estão tendencialmente localizados no interior das regiões Norte e Centro.

Municípios de menor densidade de atividade artística profissional (2023)

Mapa 63



Fonte: OPAC.

Numa abordagem por NUTS III, que é o nível de atribuição dos apoios pela DGARTES, verifica-se que 19 das 25 regiões estão contempladas, excluindo-se, assim, para além da AML, Alentejo Litoral e Lezíria do Tejo (Alentejo), Oeste e Região de Aveiro (Centro) e Área Metropolitana do Porto (região Norte) (quadro 16). Pelo contrário, Douro, com 84,2% municípios elegíveis, Beira Baixa e Terras de Trás-os-Montes, ambas com 66,7%, e ainda os Açores, com 52,6%, destacam-se pela elevada presença de municípios elegíveis.

Municípios de menor densidade de atividade artística profissional por NUTS II e III (2023)

Quadro 16

NUTS II	NUTS III	Municípios por NUTS III		
		Elegíveis	Totais	%
Norte	Alto Minho	1	10	10,0
	Alto Tâmega	3	6	50,0
	Área Metropolitana do Porto	0	17	-
	Ave	3	8	37,5
	Cávado	1	6	16,7
	Douro	16	19	84,2
	Tâmega e Sousa	3	11	27,3
	Terras de Trás-os-Montes	6	9	66,7
Centro	Beira Baixa	4	6	66,7
	Beiras e Serra da Estrela	6	15	40,0
	Médio Tejo	3	13	23,1
	Oeste	0	12	-
	Região de Aveiro	0	11	-
	Região de Coimbra	2	19	10,5
	Região de Leiria	1	10	10,0
	Viseu Dão Lafões	4	14	28,6
Área Metropolitana de Lisboa	Área Metropolitana de Lisboa	0	18	-
Alentejo	Alentejo Central	2	14	14,3
	Alentejo Litoral	0	5	-
	Alto Alentejo	5	15	33,3
	Baixo Alentejo	3	13	23,1
	Lezíria do Tejo	0	11	-
Algarve	Algarve	1	16	6,3
RA Açores	RA Açores	10	19	52,6
RA Madeira	RA Madeira	2	11	18,2
Totais		76	308	24,7

Fonte: OPAC.

6. Atividades económicas nos setores cultural e criativo

No plano internacional, nomeadamente na União Europeia, a noção *setores cultural e criativo* (SCC) tem vindo a designar desde a década de 2000 um conjunto muito alargado de atividades, que articulam economia e cultura (KEA, 2006), e que decorre “dos consensos estabelecidos pelo Sistema Estatístico Europeu, nomeadamente a edição 2018 do *Guide to Eurostat Culture Statistics*” (Eurostat, 2018)” (INE, 2021, p. 3). Deste modo, o apuramento estatístico implica o uso de uma nomenclatura que representa ao todo 29 atividades (ver adiante gráfico 22 e quadro 17), realizadas no âmbito de empresas privadas lucrativas cuja atividade principal se situa nesses setores e nos diversos domínios que os compõem. São esmagadoramente micro empresas (em 2020, 98,3% do total de empresas dos SCC têm menos de 10 pessoas ao serviço) mas com um volume de pessoal ao serviço muito significativo (118 mil, dos quais 71,4% em micro empresas) (INE, 2022, p. 49).

A tendência verificada nos anos mais recentes tem sido de crescimento expressivo deste número (gráfico 20), com exceção do ano 2020 que o contexto pandémico parece ter contrariado, sendo que os dados provisórios para 2021 mostram de novo um acentuar do número de empresas a chegar a 68.520 (INE, 2023).

Empresas dos setores cultural e criativo por ano (n) (2017-2021)

Gráfico 20

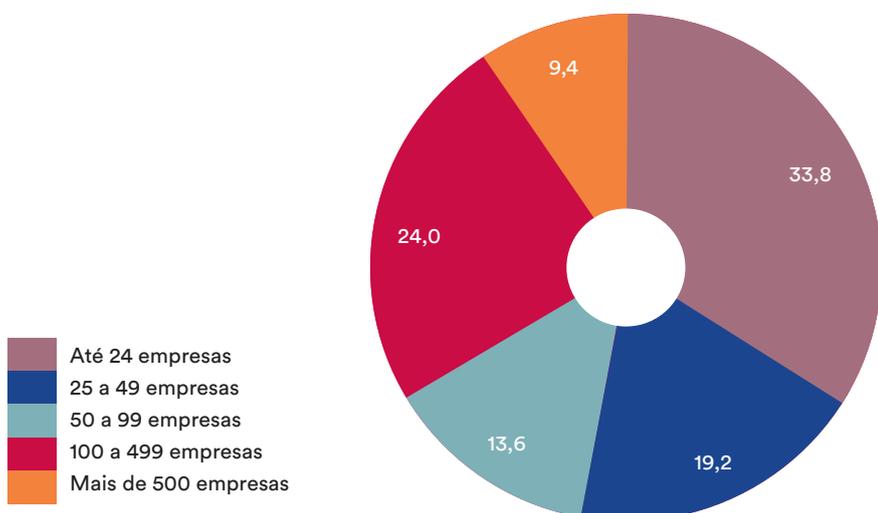


Fonte: INE.

A análise da distribuição por município do universo constituído por 64.559 empresas (em 2020, o que significa 5,0% do setor empresarial não financeiro), numa abordagem inicial, agregada, do conjunto das atividades, permite evidenciar a grande disseminação pelo território nacional, o que é confirmado pela presença de empresas dos SCC em todos os municípios do país. Note-se a proximidade deste universo com as perspetivas atuais sobre o empreendedorismo cultural, muito dinamizadas pelo poder local – lembre-se a multiplicação pelo país de *hubs* criativos e de polos de *start-ups*, incubadoras de empresas. Contudo, a variabilidade por município é muito elevada, mais especificamente, situa-se entre uma (Corvo) e 11.545 empresas (Lisboa). São 33,8% os municípios com até 24 empresas, ao passo que são 9,4% aqueles com 500 e mais empresas (gráfico 21), sendo que Porto (3.737) e sobretudo Lisboa, como referido, se destacam fortemente.

Municípios por escalão de empresas dos setores cultural e criativo (%) (2020)

Gráfico 21



Fonte: INE.
N = 64.559 empresas no conjunto dos 308 municípios.

O mapa 64 evidencia a variação do número de empresas pelos municípios distinguindo-se com clareza, no território continental, a localização mais densa nos municípios situados no litoral, em especial nas regiões Centro e Norte, do Algarve e a grande incidência na AML. É possível destacar, em todo o caso, diversos municípios do interior do país com presença significativa de empresas.

Empresas dos setores cultural e criativo (escalões) (2020)

Mapa 64

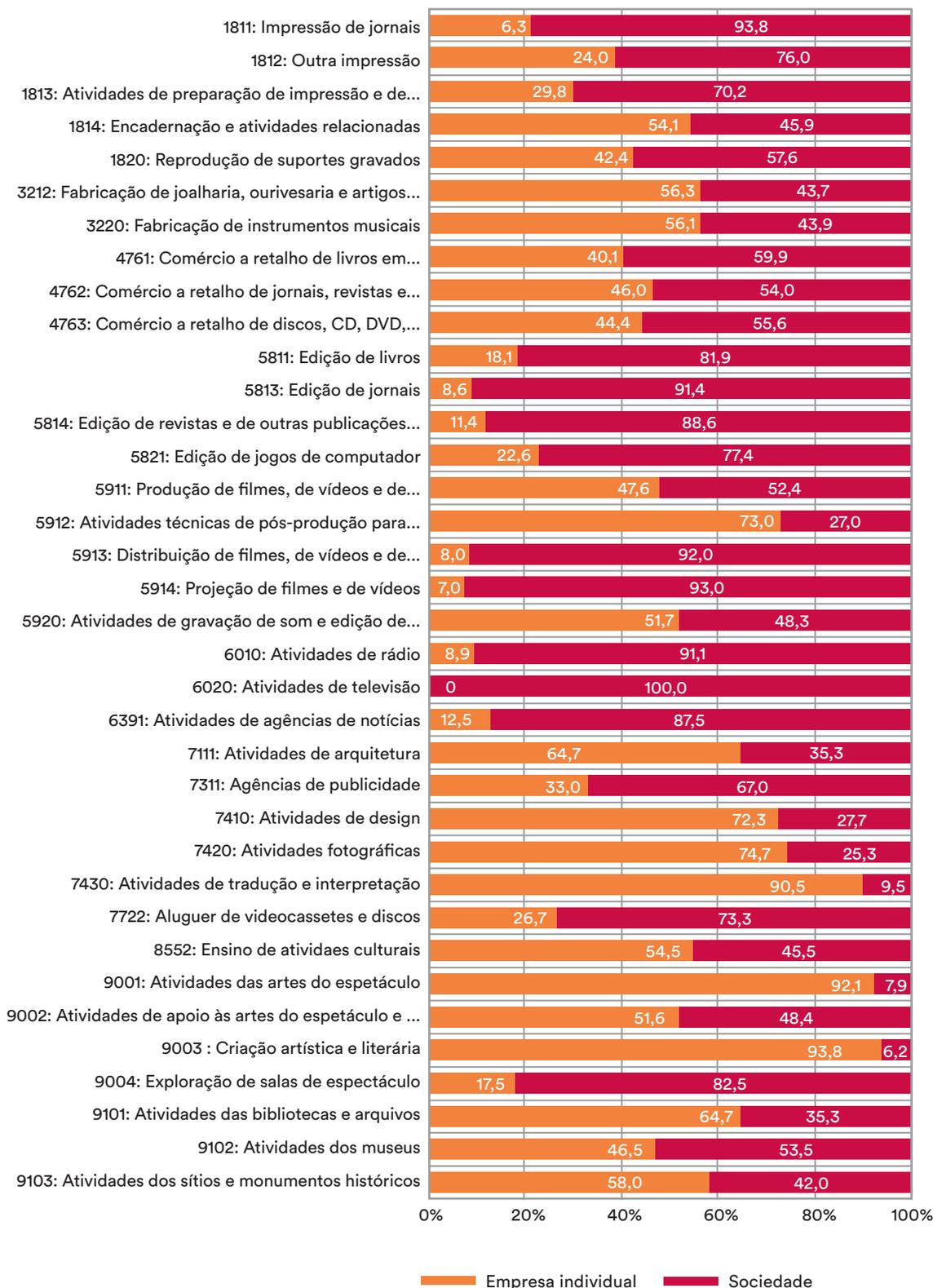


Fonte: INE.
N = 64.559 empresas em 308 municípios.

Quanto ao tipo de empresas, registam-se diferenças assinaláveis dependendo das atividades que desenvolvem (gráfico 22). Por exemplo, e atendendo à Classificação das Atividades Económicas (CAE), são predominantemente sociedades comerciais (e.g. com valores acima dos 90%) as empresas que se dedicam à impressão de jornais, edição de livros, distribuição de filmes, atividades de rádio e atividades de TV. Pelo contrário, são predominantemente empresas individuais as que se dedicam à criação artística e literária, às atividades de artes do espetáculo e às atividades de tradução e interpretação.

Empresas por CAE e por tipo (%) (2020)

Gráfico 22



Fonte: INE.
N = 64.559 empresas de 36 CAE.

6.1. A perspetiva das atividades desenvolvidas pelas empresas

São 39 as atividades consideradas nos setores cultural e criativo (quadro 17). Neste conjunto, a variação do número de empresas é também elevada, oscilando entre as 15 empresas da atividade *Aluguer de Videocassetes e Discos* (CAE 7722) e as 16.482 das *Atividades das Artes do Espetáculo* (CAE 9001). Outras atividades com peso relativo são *Atividades de Arquitetura* (CAE 7111), *Atividades de Design* (CAE 7410) e *Criação Artística e Literária* (CAE 9003).

Empresas com atividade nos setores cultural e criativo (n) (2020)

Quadro 17

Atividades	N
1811 - Impressão de jornais	16
1812 - Outra impressão	1 469
1813 - Atividades de preparação da impressão e de produtos <i>media</i>	634
1814 - Encadernação e atividades relacionadas	135
1820 - Reprodução de suportes gravados	33
3212 - Fabricação de joalheria, ourivesaria e artigos similares *	711
3220 - Fabricação de instrumentos musicais	57
4761 - Comércio a retalho de livros, em estabelecimentos especializados	586
4762 - Comércio a retalho de jornais, revistas e artigos de papelaria, em estabelecimentos especializados	3 666
4763 - Comércio a retalho de discos, CD, DVD, cassetes e similares, em estabelecimentos especializados	63
5811 - Edição de livros	465
5813 - Edição de jornais	292
5814 - Edição de revistas e de outras publicações periódicas	394
5821 - Edição de jogos de computador	62
5911 - Produção de filmes, de vídeos e de programas de televisão	2 548
5912 - Atividades técnicas de pós-produção para filmes, vídeos e programas de televisão	437
5913 - Distribuição de filmes, de vídeos e de programas de televisão	50
5914 - Projeção de filmes e de vídeos	57
5920 - Atividades de gravação de som e edição de música	389
6010 - Atividades de rádio	291
6020 - Atividades de televisão	79
6391 - Atividades de agências de notícias	48
7111 - Atividades de arquitetura	9 573
7311 - Agências de publicidade	4 645
7410 - Atividades de design	7 194
7420 - Atividades fotográficas	3 123
7430 - Atividades de tradução e interpretação	3 422
7722 - Aluguer de videocassetes e discos	15
8552 - Ensino de atividades culturais	495
9001 - Atividades das artes do espetáculo	16 482
9002 - Atividades de apoio às artes do espetáculo	1 096
9003 - Criação artística e literária	5 718
9004 - Exploração de salas de espetáculos e atividades conexas	63
9101 - Atividades das bibliotecas e arquivos **	34
9102 - Atividades dos museus	86
9103 - Atividades dos sítios e monumentos históricos	131
Total	64 559

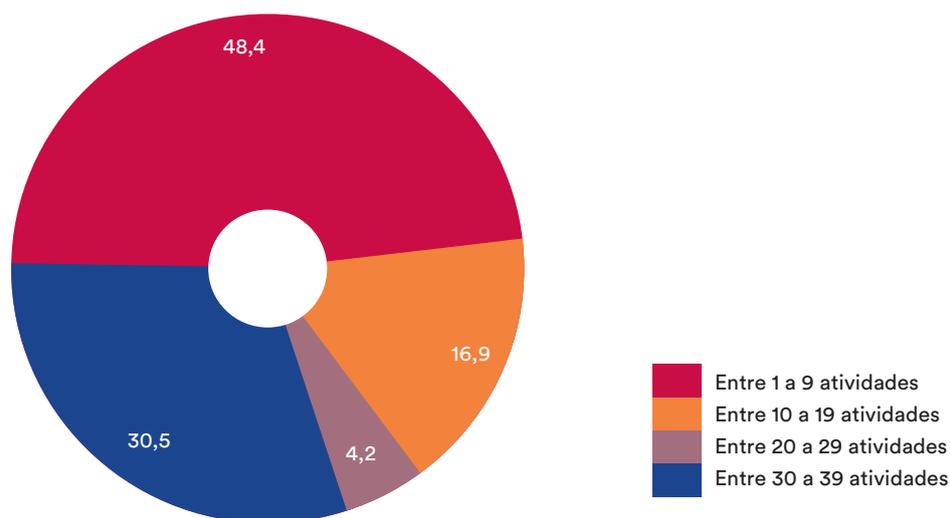
Nota: * Na atividade 3212 – Fabricação de joalheria, ourivesaria e artigos similares incluem-se as três subactividades consideradas: 32121 - Fabricação de filigranas; 32122 - Fabricação de artigos de joalheria e de outros artigos de ourivesaria; e 32123 - Trabalho de diamantes e de outras pedras preciosas ou semipreciosas para joalheria e uso industrial. ** Na atividade 9101 - Atividades das bibliotecas e arquivos incluem-se as duas subactividades 91011 - Atividades das bibliotecas e 91012 - Atividades dos arquivos.

Fonte: INE.

No que diz respeito à localização das atividades desempenhadas, em quase metade dos municípios (48,4%) desenvolvem-se entre 10 e 19 daquele conjunto de atividades (gráfico 23). Por outro lado, em 4,2% dos municípios localizam-se empresas que exercem entre 30 e 38 atividades, destacando-se Lisboa (com 38) e Porto (com 37).

Municípios por escalão de atividades dos setores cultural e criativo (%) (2020)

Gráfico 23



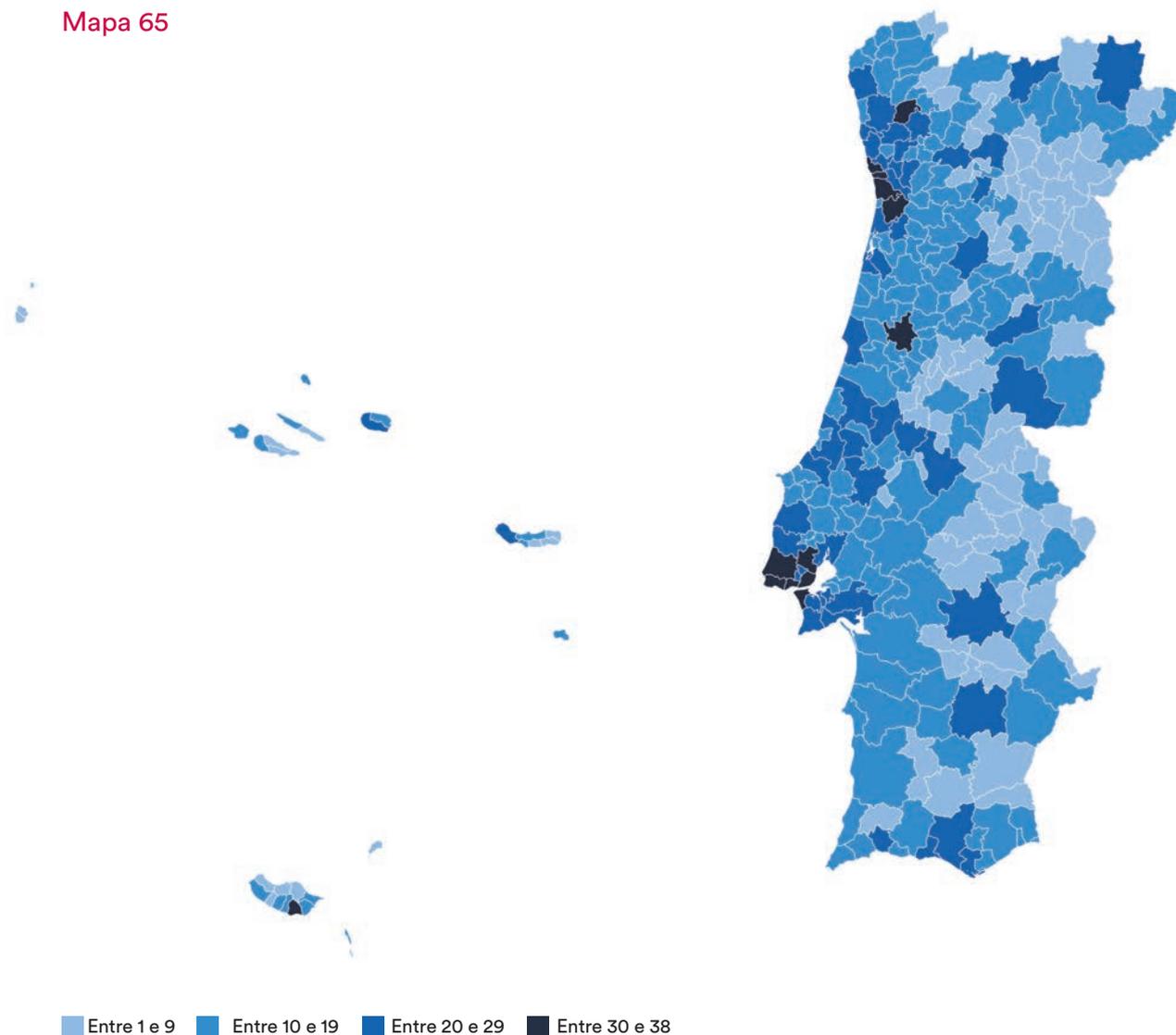
Fonte: INE.
N = 39 atividades no conjunto dos 308 municípios.

Qualquer das 39 atividades consideradas no SCC desempenha uma função importante na fixação de recursos e competências nos domínios em que atuam e nos municípios em que estão localizadas. Contudo, têm pesos muito diferentes no conjunto das empresas e, conseqüentemente, distribuições muito diferentes no território.

Esta perspetiva acompanha, como se esperaria, a distribuição das empresas, mas mostra uma malha mais alargada ao mesmo tempo que destaca grupos de municípios de mais baixa densidade em geral situados no interior das várias regiões, enquadrados por municípios litorais (os mais densos) e da raia com Espanha, muitos deles apesar de tudo mais densos do que aqueles (mapa 65).

Atividades das empresas dos setores cultural e criativo (escalão) (2020)

Mapa 65



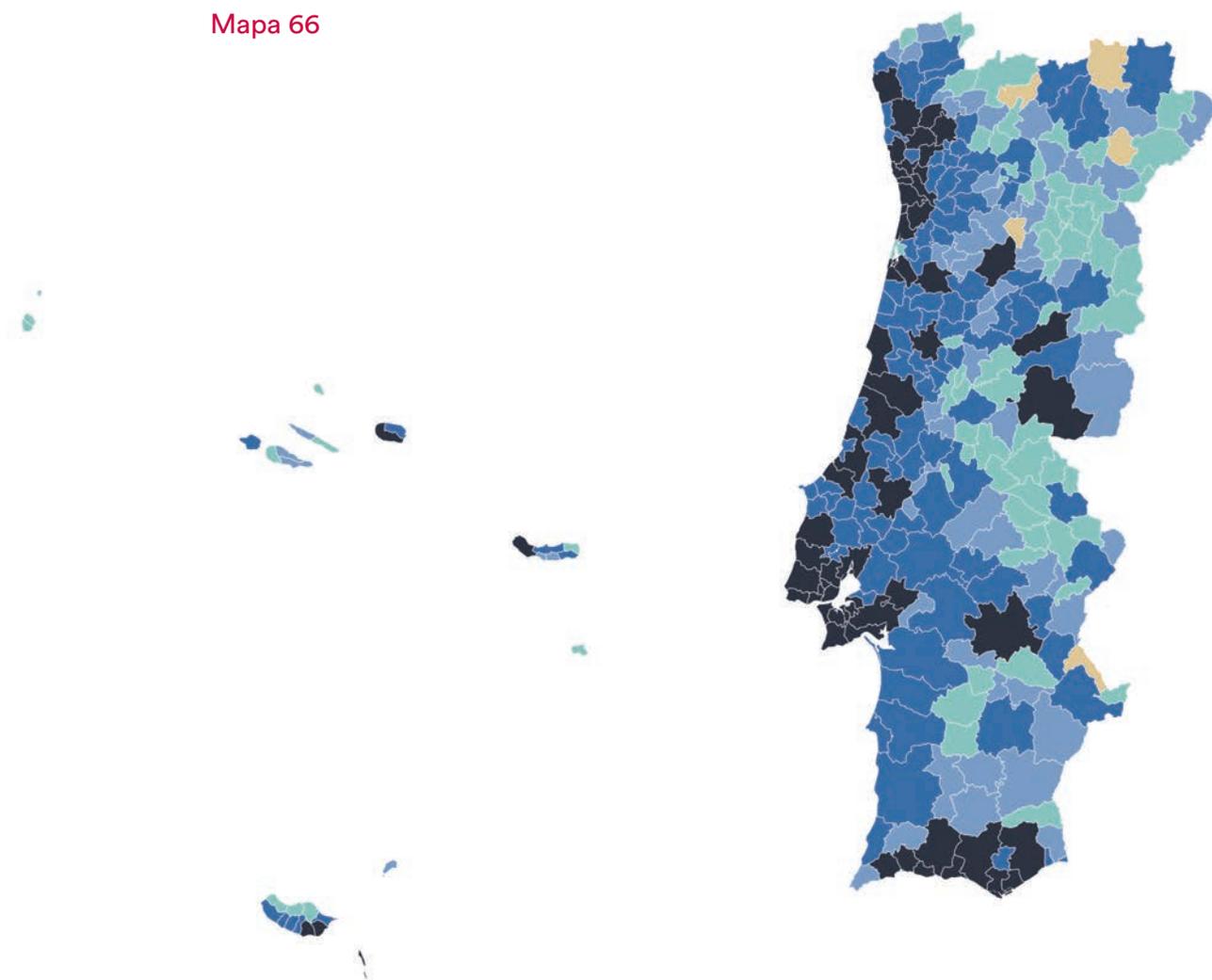
Fonte: INE.

N = 39 atividades no conjunto dos 308 municípios.

Os mapas 66 a 76 mostram a distribuição de um conjunto de 11 atividades de diversos domínios com peso quantitativo e disseminação pelo território assinaláveis. Nestas destacam-se as empresas com atividade de artes do espetáculo, claramente as mais numerosas (16.482 empresas) (mapa 66), a que se seguem as de arquitetura (9.573 empresas) (mapa 74).

Empresas com atividade de artes do espetáculo (índice) (2020)

Mapa 66



■ Muito alto ■ Alto ■ Baixo ■ Muito baixo ■ Nenhuma

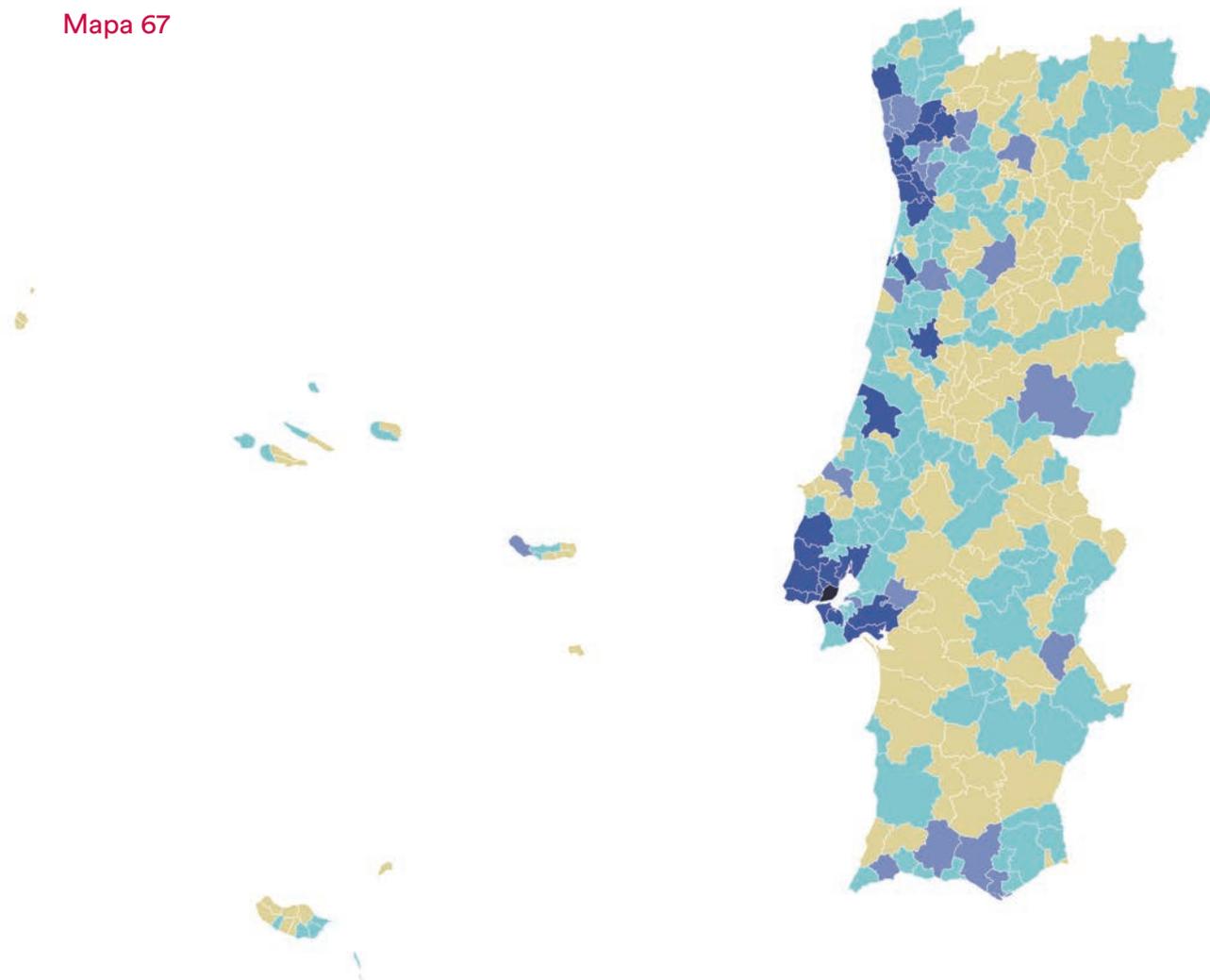
Legenda: Muito alto (50 ou mais); Alto (entre 10 e 49); Baixo (entre 5 e 9);
Muito baixo (entre 1 e 4); Nenhuma (sem empresas).

Fonte: INE.

N = 16.482 empresas em 303 municípios.

Empresas com atividade de apoio às artes do espetáculo (índice) (2020)

Mapa 67

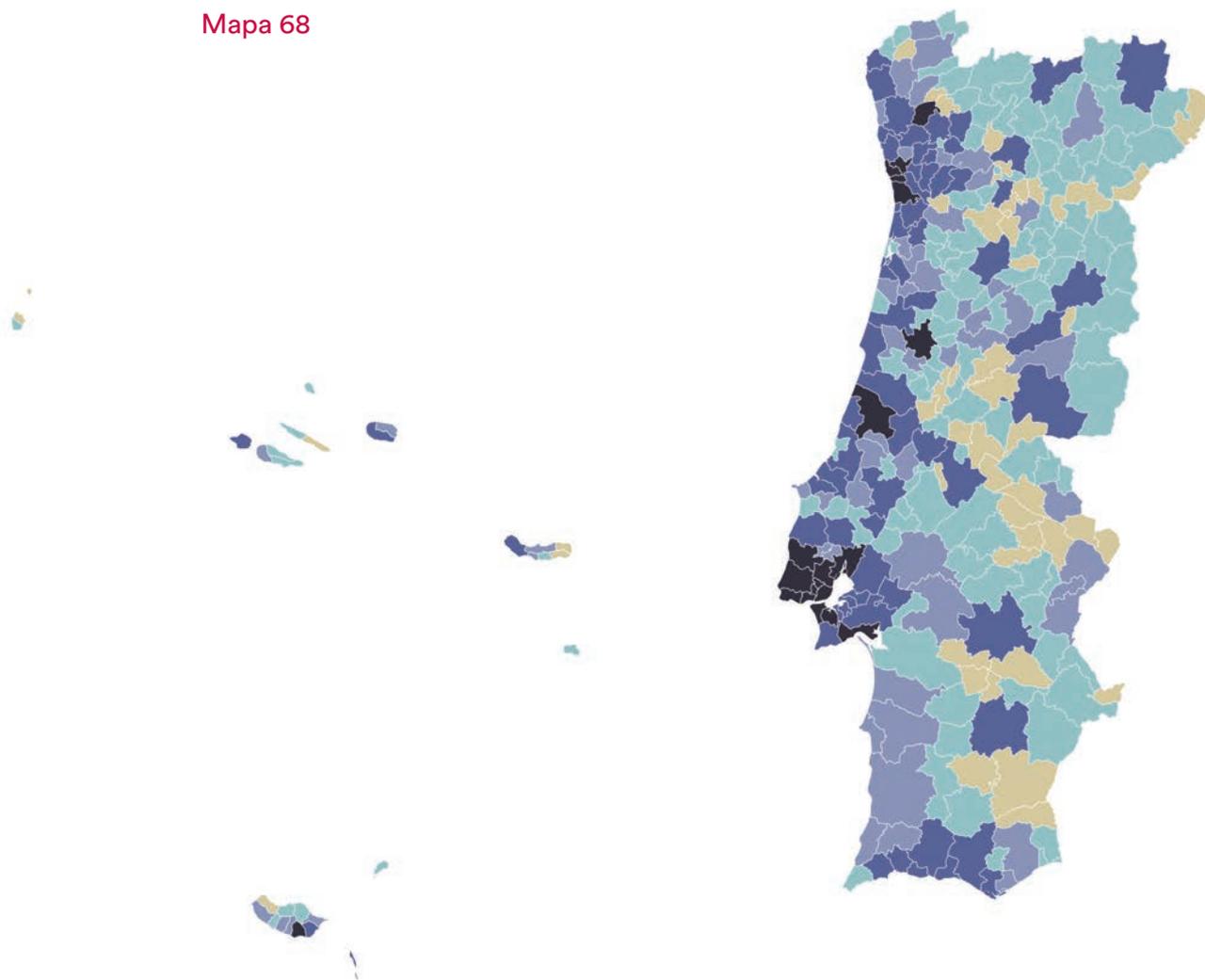


■ Muito alto ■ Alto ■ Baixo ■ Muito baixo ■ Nenhuma

Legenda: Muito alto (50 ou mais); Alto (entre 10 e 49);
Baixo (entre 5 e 9); Muito baixo (entre 1 e 4); Nenhuma (sem empresas).
Fonte: INE.
N = 1.096 empresas em 174 municípios.

Empresas com atividade de criação artística e literária (índice) (2020)

Mapa 68



■ Muito alto ■ Alto ■ Baixo ■ Muito baixo ■ Nenhuma

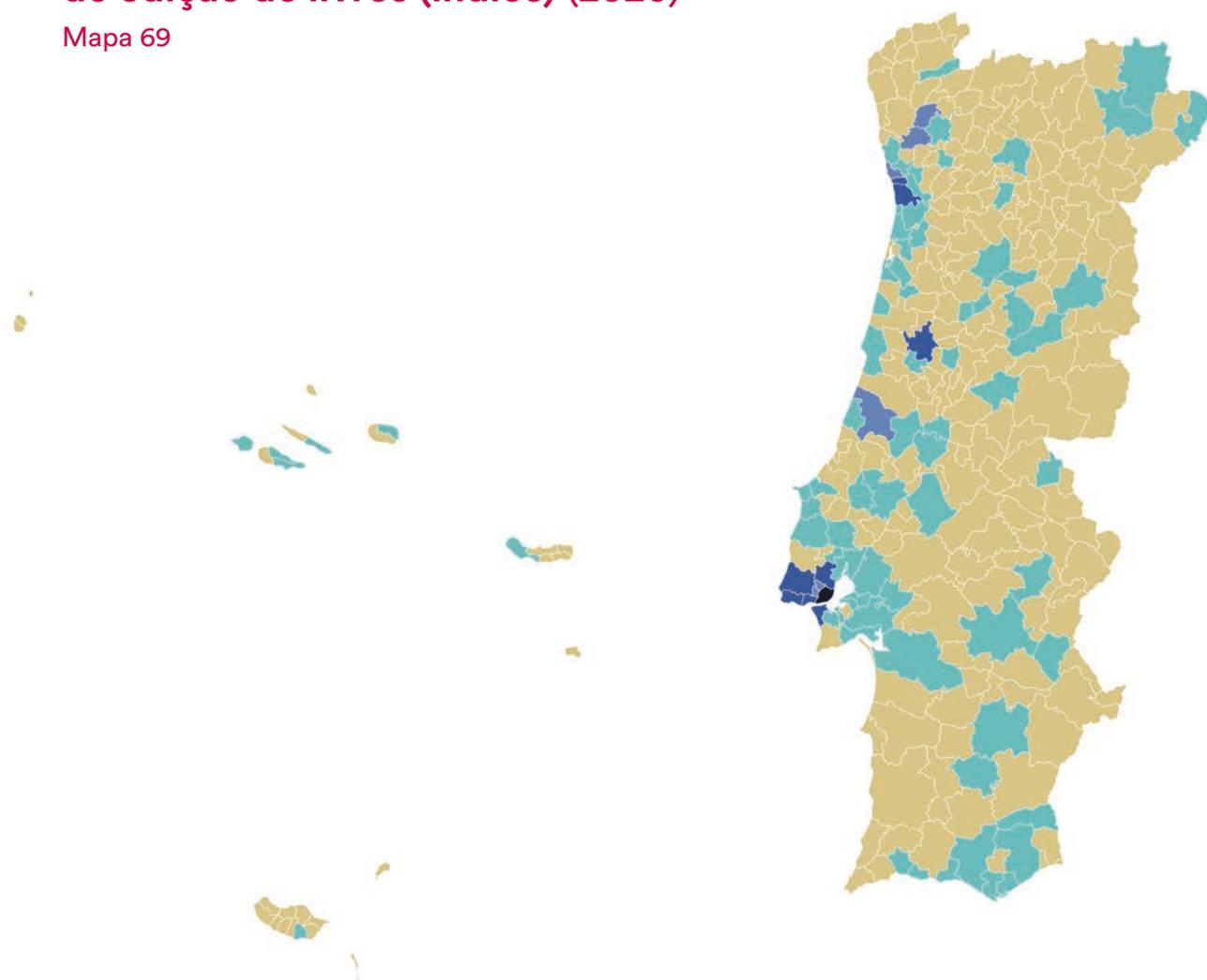
Legenda: Muito alto (50 ou mais); Alto (entre 10 e 49); Baixo (entre 5 e 9);
Muito baixo (entre 1 e 4); Nenhuma (sem empresas).

Fonte: INE.

N = 5.718 empresas em 259 municípios.

Empresas com atividade de edição de livros (índice) (2020)

Mapa 69



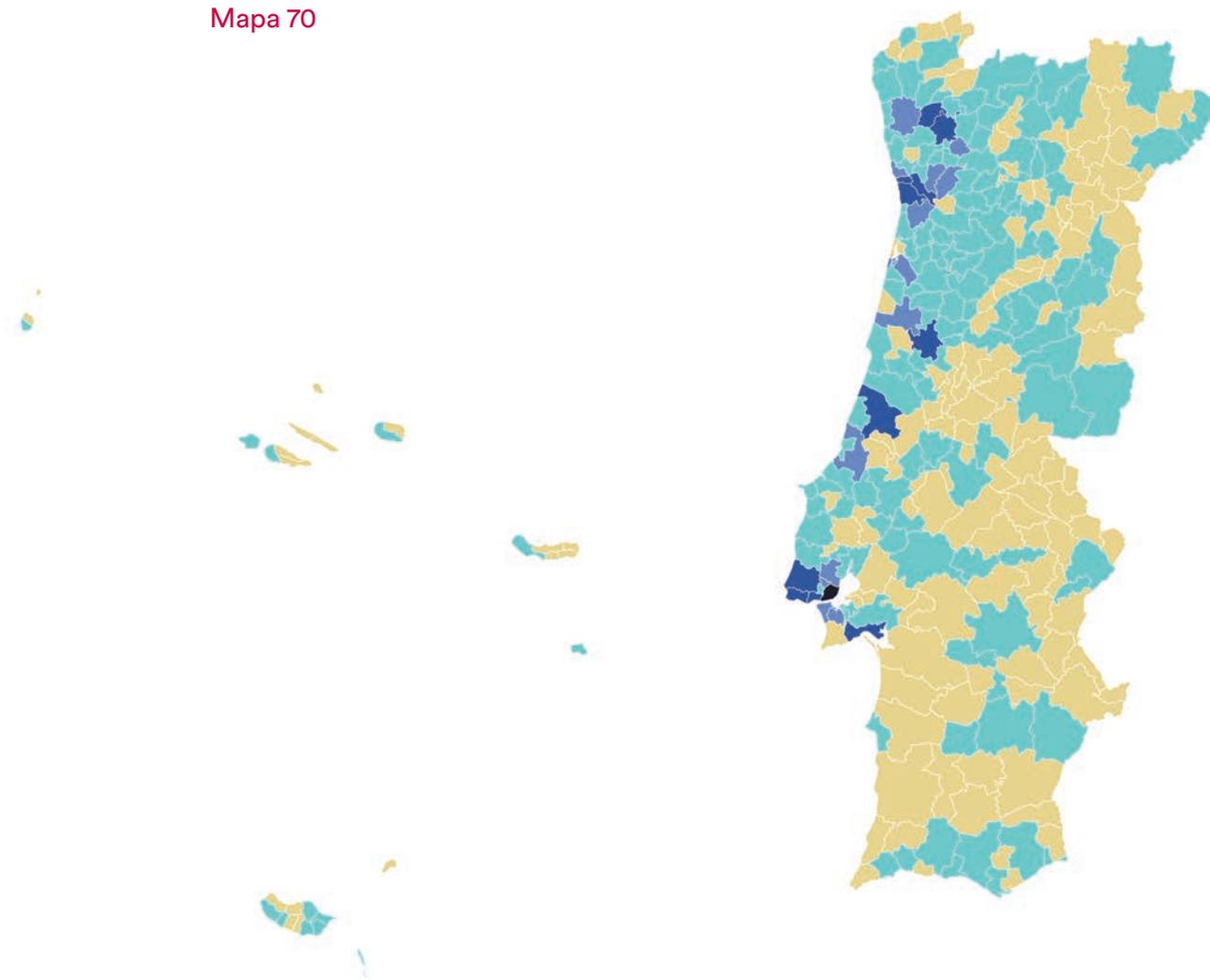
■ Muito alto ■ Alto ■ Baixo ■ Muito baixo ■ Nenhuma

Legenda: Muito alto (50 ou mais); Alto (entre 10 e 49);
Baixo (entre 5 e 9); Muito baixo (entre 1 e 4); Nenhuma (sem empresas).
Fonte: INE.

N = 465 empresas no conjunto dos 91 municípios.

Empresas com atividade de comércio a retalho de livros, em estabelecimentos especializados (índice) (2020)

Mapa 70



■ Muito alto ■ Alto ■ Baixo ■ Muito baixo ■ Nenhuma

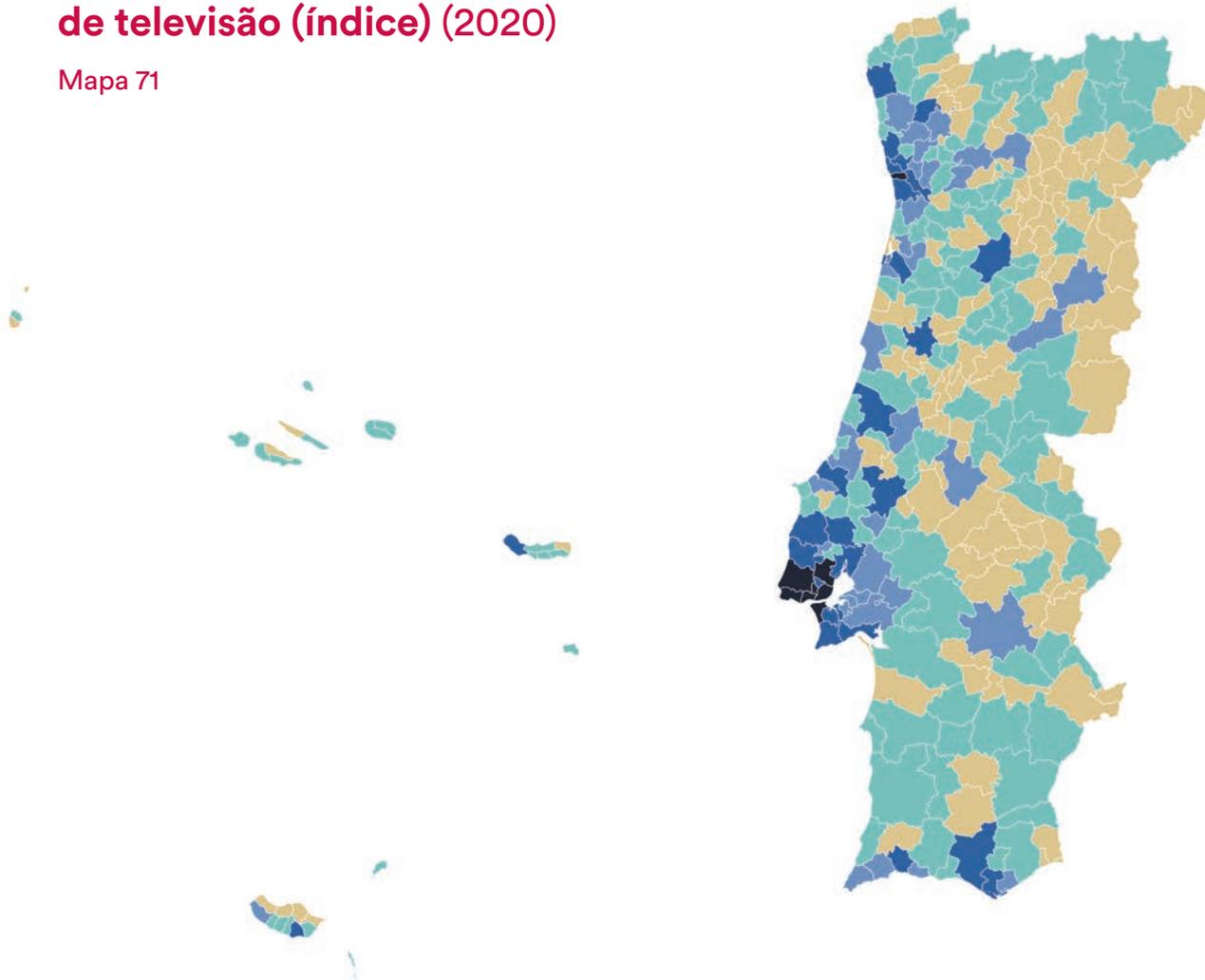
Legenda: Muito alto (50 ou mais); Alto (entre 10 e 49); Baixo (entre 5 e 9); Muito baixo (entre 1 e 4); Nenhuma (sem empresas).

Fonte: INE.

N = 586 empresas em 172 municípios.

Empresas com atividade de produção de filmes, de vídeos e de programas de televisão (índice) (2020)

Mapa 71



■ Muito alto ■ Alto ■ Baixo ■ Muito baixo ■ Nenhuma

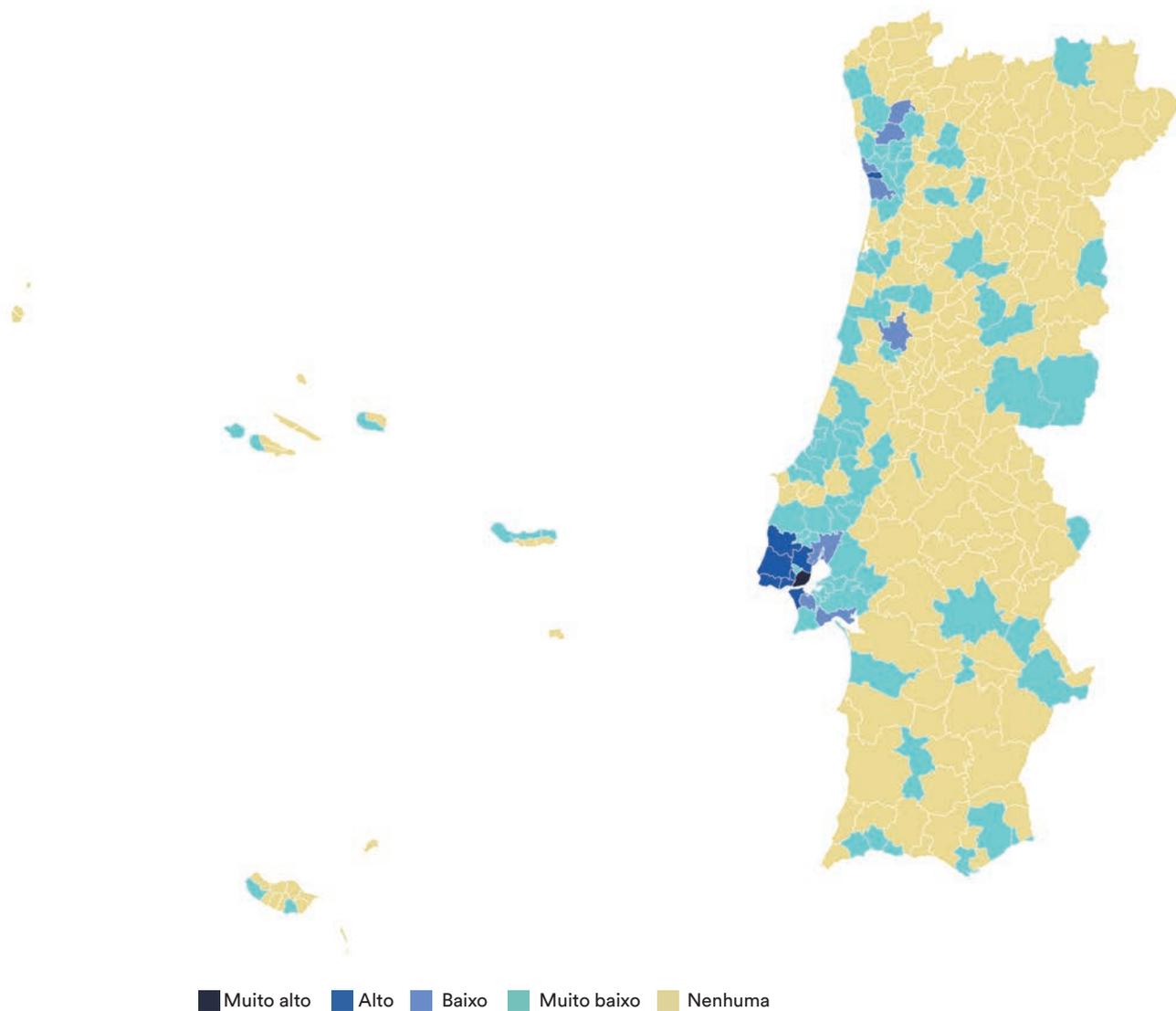
Legenda: Muito alto (50 ou mais); Alto (entre 10 e 49); Baixo (entre 5 e 9); Muito baixo (entre 1 e 4); Nenhuma (sem empresas).

Fonte: INE.

N = 2.548 empresas em 194 municípios.

Empresas com atividades técnicas de pós-produção para filmes, vídeos e programas de televisão (índice) (2020)

Mapa 72



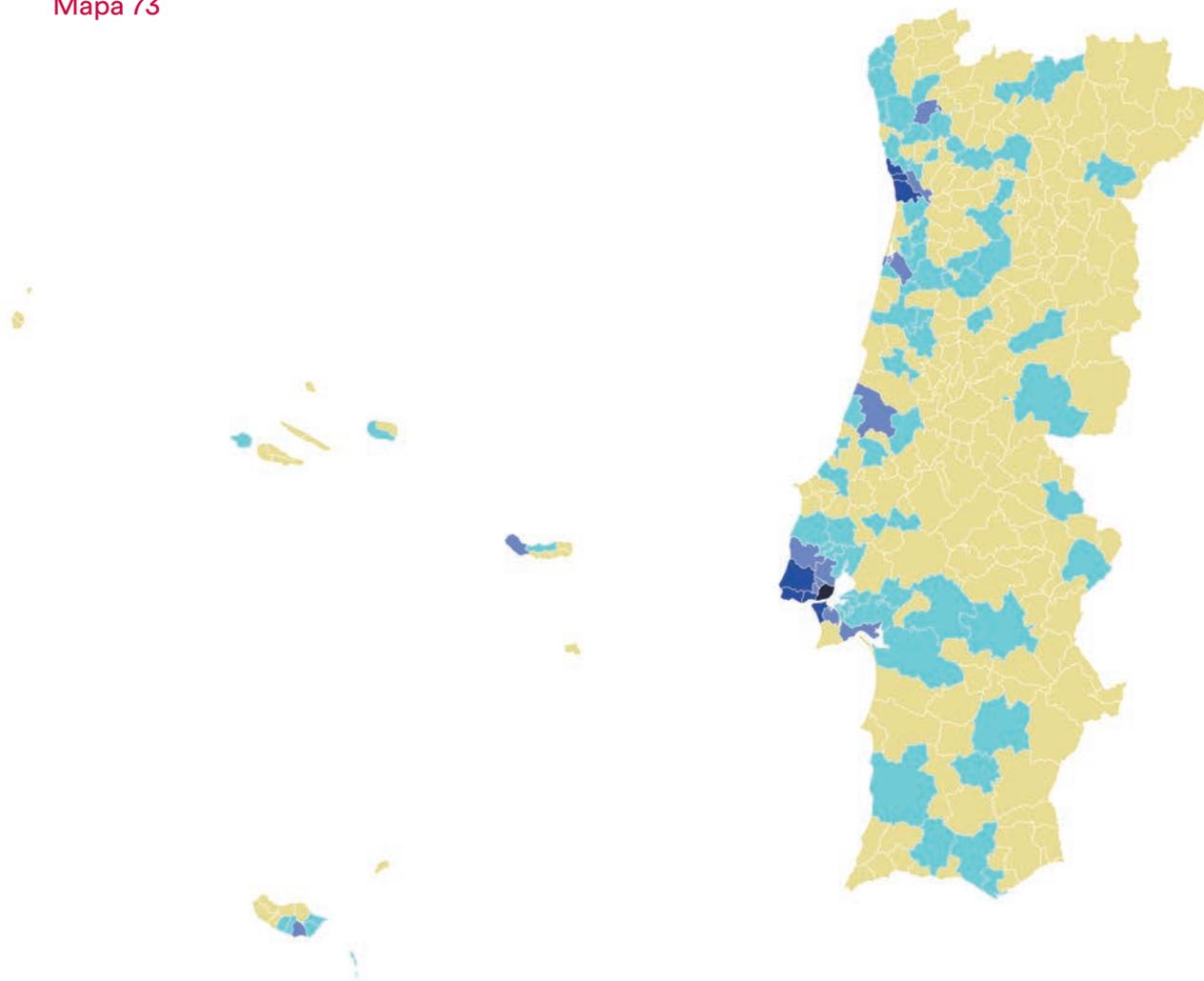
Legenda: Muito alto (50 ou mais); Alto (entre 10 e 49); Baixo (entre 5 e 9); Muito baixo (entre 1 e 4); Nenhuma (sem empresas).

Fonte: INE.

N = 437 empresas em 95 municípios.

Empresas com atividade de gravação de som e edição de música (índice) (2020)

Mapa 73



■ Muito alto ■ Alto ■ Baixo ■ Muito baixo ■ Nenhuma

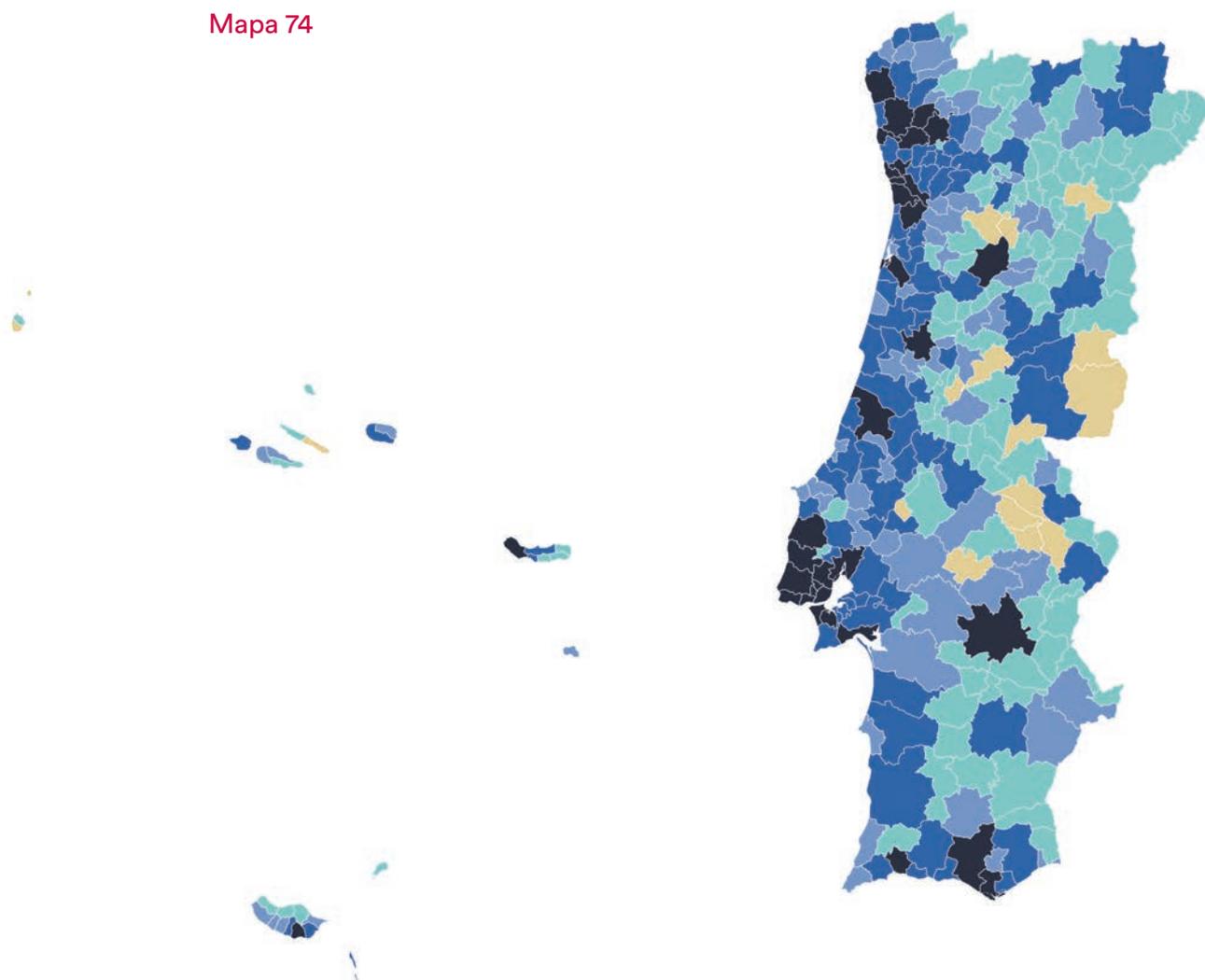
Legenda: Muito alto (50 ou mais); Alto (entre 10 e 49);
Baixo (entre 5 e 9); Muito baixo (entre 1 e 4); Nenhuma (sem empresas).

Fonte: INE.

N = 389 empresas em 92 municípios.

Empresas com atividade de arquitetura (índice) (2020)

Mapa 74

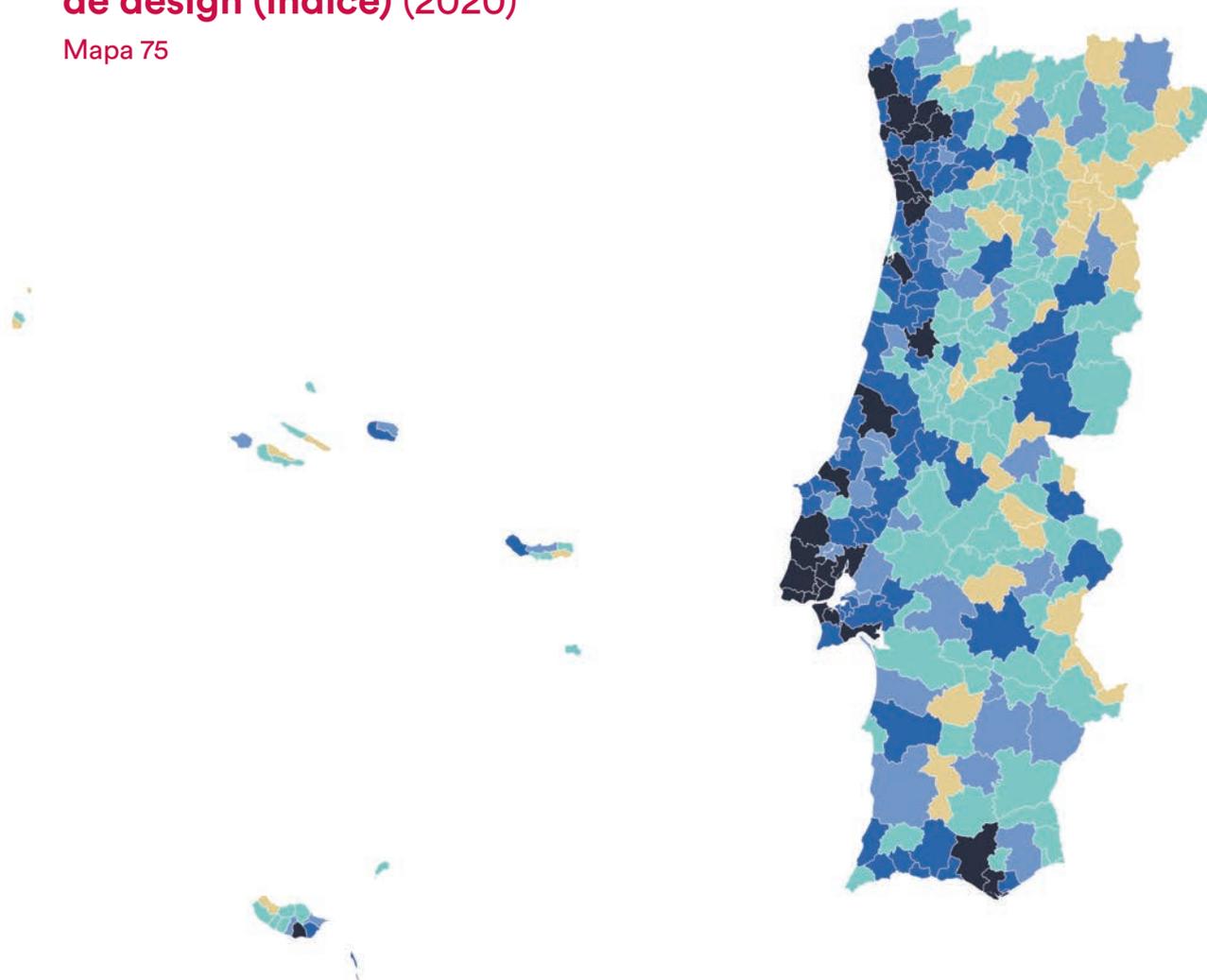


■ Muito alto ■ Alto ■ Baixo ■ Muito baixo ■ Nenhuma

Legenda: Muito alto (50 ou mais); Alto (entre 10 e 49);
Baixo (entre 5 e 9); Muito baixo (entre 1 e 4); Nenhuma (sem empresas).
Fonte: INE.
N = 9.573 empresas em 291 municípios.

Empresas com atividade de design (índice) (2020)

Mapa 75



■ Muito alto ■ Alto ■ Baixo ■ Muito baixo ■ Nenhuma

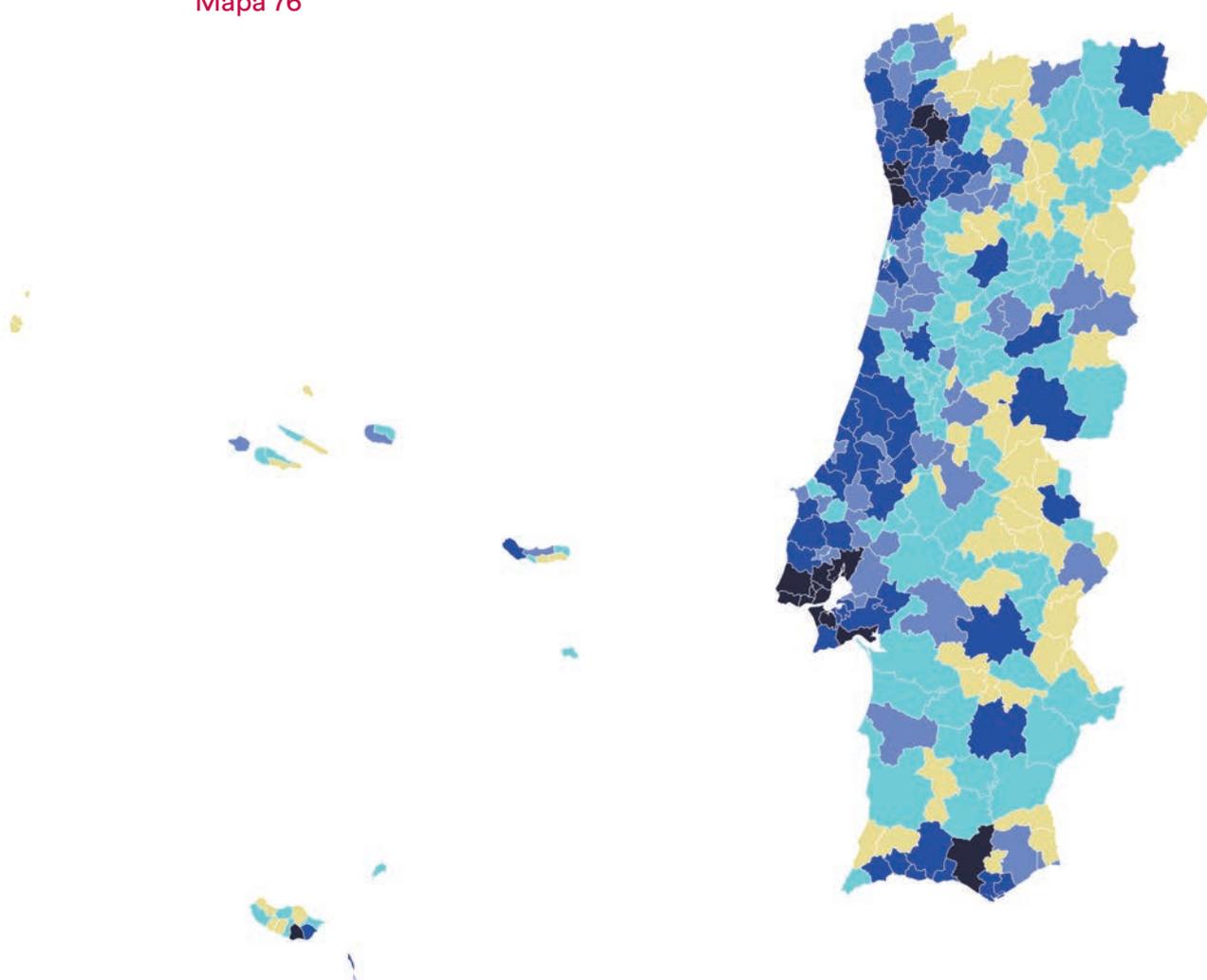
Legenda: Muito alto (50 ou mais); Alto (entre 10 e 49); Baixo (entre 5 e 9); Muito baixo (entre 1 e 4); Nenhuma (sem empresas).

Fonte: INE.

N = 7.194 empresas em 267 municípios.

Empresas com atividade de agência de publicidade (índice) (2020)

Mapa 76



■ Muito alto ■ Alto ■ Baixo ■ Muito baixo ■ Nenhuma

Legenda: Muito alto (50 ou mais); Alto (entre 10 e 49);
Baixo (entre 5 e 9); Muito baixo (entre 1 e 4); Nenhuma (sem empresas).
Fonte: INE.
N = 4.645 empresas em 238 municípios.

7. Redes Culturais do Ministério da Cultura

As redes culturais de âmbito nacional foram instituídas em Portugal em 1987, ano de criação da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas. Nas últimas quatro décadas o país realizou um importante investimento na criação destas redes culturais, quer ao nível dos equipamentos, quer com programas estruturantes que incluem serviços, eventos e projetos distribuídos por todo o território, e que se inserem numa “estratégia principal da política cultural” de “constituição de redes de equipamentos e serviços culturais fundamentais, que abrangem progressivamente todo o território nacional” (Silva, 2004, p. 241). Ao longo dos anos aumentou o número de instituições aderentes (uma das propriedades destas redes é, justamente, a capacidade de integrarem novos elementos) e nos anos mais recentes também o número de redes.

Enquanto instrumento de uma estratégia cultural nacional, estruturam-se cinco redes culturais formais de equipamentos na dependência da área governativa da cultura (MC): a já referida Rede Nacional de Bibliotecas Públicas (RNBP); a Rede Portuguesa de Museus (RPM), desde 2000; a Rede Portuguesa de Arquivos (RPA), constituída em 2008 e, já na viragem da década de 2020, a Rede de Teatros e Cineteatros Portugueses (RTCP), criada em 2019, e a Rede Portuguesa de Arte Contemporânea (RPAC) criada em 2021 e que iniciou o processo de adesão em 2023.

7.1. Rede Nacional de Bibliotecas Públicas

No domínio das bibliotecas (públicas, aquelas consideradas na área da cultura), os últimos dados disponíveis das estatísticas oficiais do INE datam de 2003, quando apontavam para existir em Portugal um total de 1.960 bibliotecas das quais 323 públicas (INE, 2004). Com a suspensão do inquérito às bibliotecas nesse ano, deixou de existir uma fonte que desse conta da evolução e da diversidade de tutelas e tipologias deste tipo de equipamento.

Nesse sentido, toma-se como fonte os dados disponibilizados pela entidade institucional com competências na área das bibliotecas - a DGLAB - em especial das bibliotecas municipais e da gestão da RNBP, criada em 1987 na sequência do estudo realizado no ano anterior (Moura et al., 1986).

Observando o quadro 18, constata-se que em 2022 existem 303 municípios com biblioteca ou espaço com serviço de biblioteca, ou seja, a quase totalidade dos municípios dispõe de pelo menos um destes equipamentos (98,4%). A exceção são os municípios de Terras de Bouro, Marvão, Vila Viçosa, Aljezur e Calheta (Açores) que não possuem qualquer destes equipamentos.

Municípios com biblioteca ou serviço de biblioteca e com biblioteca na RNBP por região (2022)

Quadro 18

Região	Municípios com biblioteca ou serviço de biblioteca (2022)	Municípios com biblioteca na RNBP (2022)	% de municípios com biblioteca inseridas na RNBP
Norte	85	70	82,4
Centro	100	92	92,0
Área Metropolitana de Lisboa	18	17	94,4
Alentejo	56	49	87,5
Algarve	15	12	80,0
Região Autónoma dos Açores	18	3	16,7
Região Autónoma da Madeira	11	2	18,2
Total	303	245	80,9

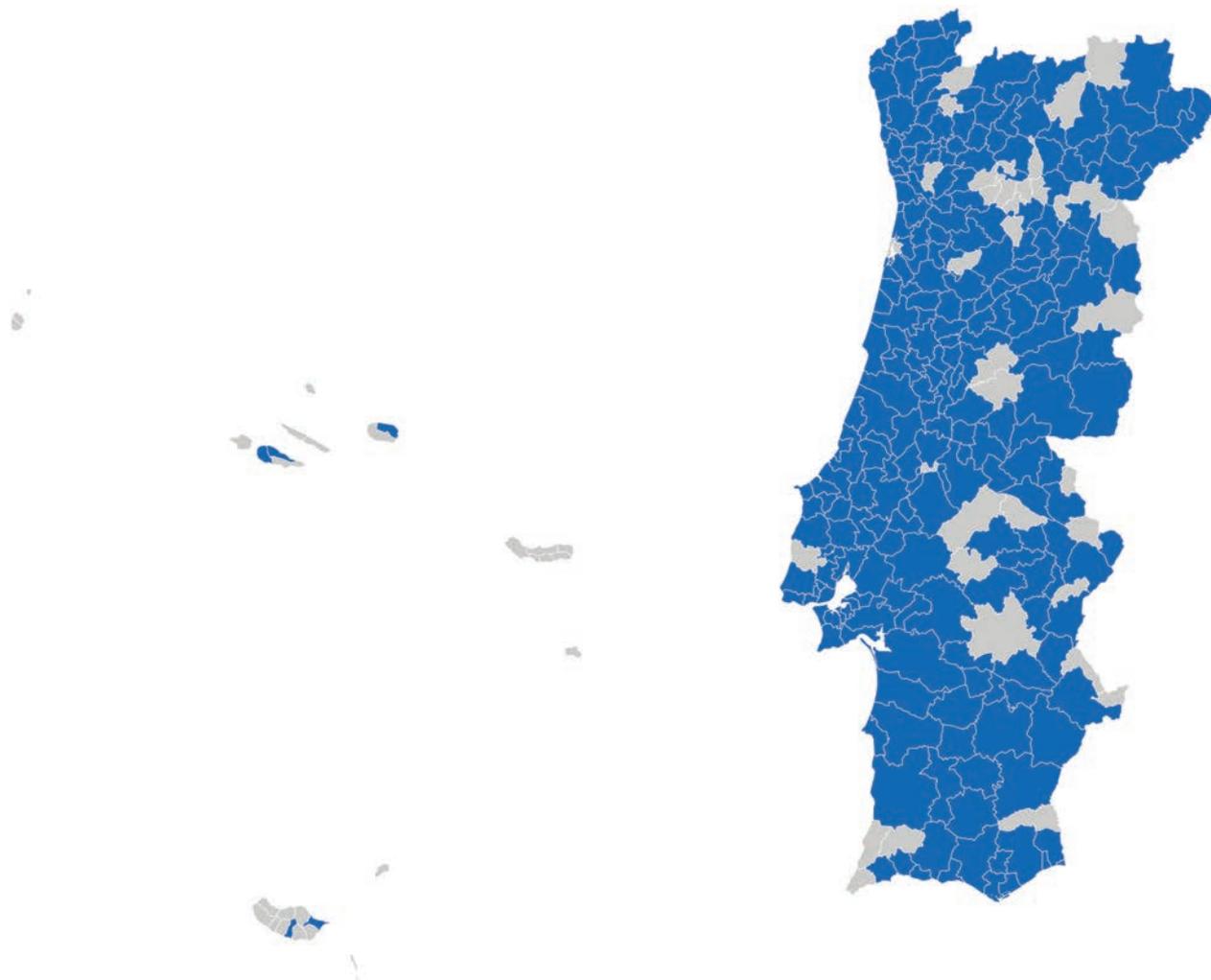
Fonte: DGLAB, *Ficheiro Bibliotecas Públicas Municipais e Bibliotecas RNBP*.

Integram nesse mesmo ano a RNBP, 245 bibliotecas disseminadas homogeneamente por todo o território nacional, o que significa que quase oito em cada dez municípios dispõe de uma biblioteca pública integrada na RNBP (80,9% do total de 308 municípios) (mapa 77). Confirma-se assim uma forte implementação por todo o território, sobretudo continental. A inexistência de bibliotecas na RNBP faz-se notar

mais no interior norte (Douro) e no Alentejo (Alto Alentejo e Alentejo Central). Com exceção das regiões autónomas, a percentagem de bibliotecas na RNBP é alta em todo o país, acima dos 80% (Algarve, Alentejo e Norte) ou mesmo acima dos 90% (Centro e AML).

Rede Nacional de Bibliotecas Públicas (2022)

Mapa 77



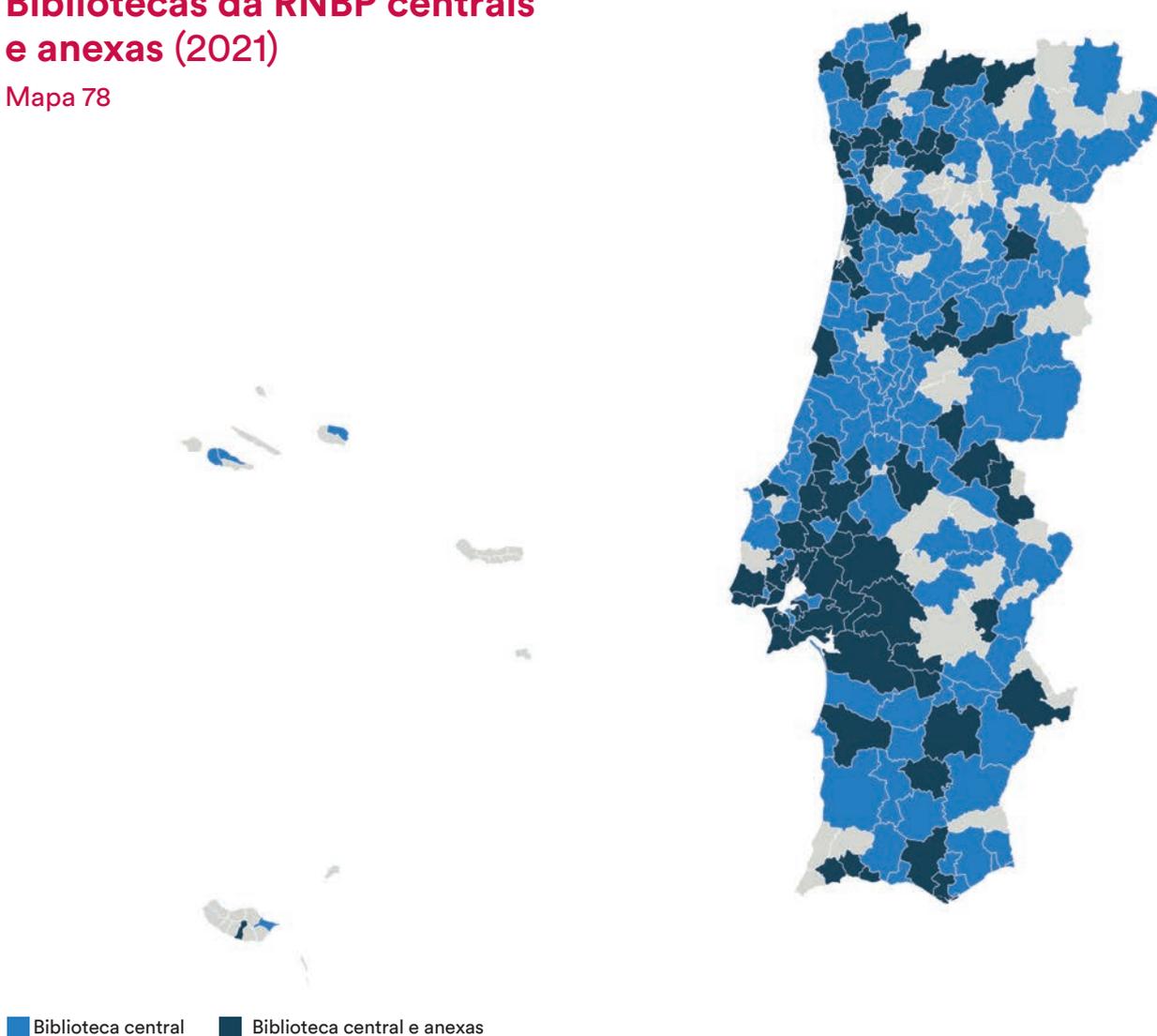
Fonte: OPAC a partir de DGLAB, *Ficheiro Bibliotecas RNBP*.
N= 245 bibliotecas em 245 municípios.

Com base nos dados recolhidos através do Inquérito anual às bibliotecas públicas mais recente (2021, a seguir designado Ficheiro Estatísticas), este conjunto de bibliotecas integradas na RNBP é composto por bibliotecas centrais e por bibliotecas anexas - também designadas por polos, equipamentos na dependência da biblioteca central e que oferecem, em permanência, serviços bibliotecários em outros locais do mesmo município.

Em 2021 verifica-se a existência de 190 bibliotecas anexas em 82 municípios, o que significa que um pouco mais de um terço dos municípios possui pelo menos uma biblioteca anexa. Os municípios com bibliotecas anexas predominam no litoral norte (com destaque para a Área Metropolitana do Porto e comunidades do Tâmega e Sousa), em praticamente quase todos os municípios da AML e do Alentejo (Lezíria do Tejo e Alentejo Litoral). Os municípios com maior número de bibliotecas anexas são Lisboa, Póvoa de Varzim, Santa Maria da Feira e Ponte de Lima. Por outro lado, se se considerar o conjunto das bibliotecas centrais e centrais com anexas passa-se a ter um total de 428 bibliotecas. O mapa 78 dá conta da distribuição pelo território nacional dos municípios apenas com bibliotecas centrais e dos que para além destas possuem bibliotecas anexas.

Bibliotecas da RBNP centrais e anexas (2021)

Mapa 78



Fonte: DGLAB, *Ficheiro Estatísticas*.

N = Biblioteca central = 156 municípios;

Biblioteca central e anexas = 82 municípios.

No conjunto de municípios com bibliotecas centrais e anexas, ponderado por dez mil habitantes, constata-se que perto de três em cada dez municípios apresenta um índice alto ou muito alto (mapa 79). Observa-se esta predominância no interior do país, com mais evidência na região Norte (Douro e Terras de Trás-os-Montes), região Centro (eixos Beiras e Serra da Estrela, região de Coimbra, região de Leiria e Médio Tejo) e, em especial, no Alentejo (sobretudo Alto Alentejo, mas também Alentejo Central e Baixo Alentejo) e na R. A. dos Açores (dois municípios da Ilha do Pico).

Bibliotecas da RNBP (centrais e anexas) por 10.000 habitantes (índice) (2021)

Mapa 79



Legenda: Muito alto (entre 2,50 e 8,77); Alto (entre 1,22 e 2,49); Baixo (entre 0,61 e 1,21); Muito baixo (entre 0,04 e 0,60); Nenhum (não se aplica).
Fontes: DGLAB, *Ficheiro Estatísticas*; INE, *Recenseamento da população e habitação - Censos 2021*.
N= 428 bibliotecas (centrais e anexas) em 238 municípios.

Ainda com base no referido inquérito também é possível apurar outros dois tipos de serviço ao público: as bibliotecas itinerantes²² e os pontos de serviço externo²³.

O mapa 80 apresenta a localização das bibliotecas itinerantes. Em 2021 existiam 59 bibliotecas deste tipo em 58 municípios.

—
22

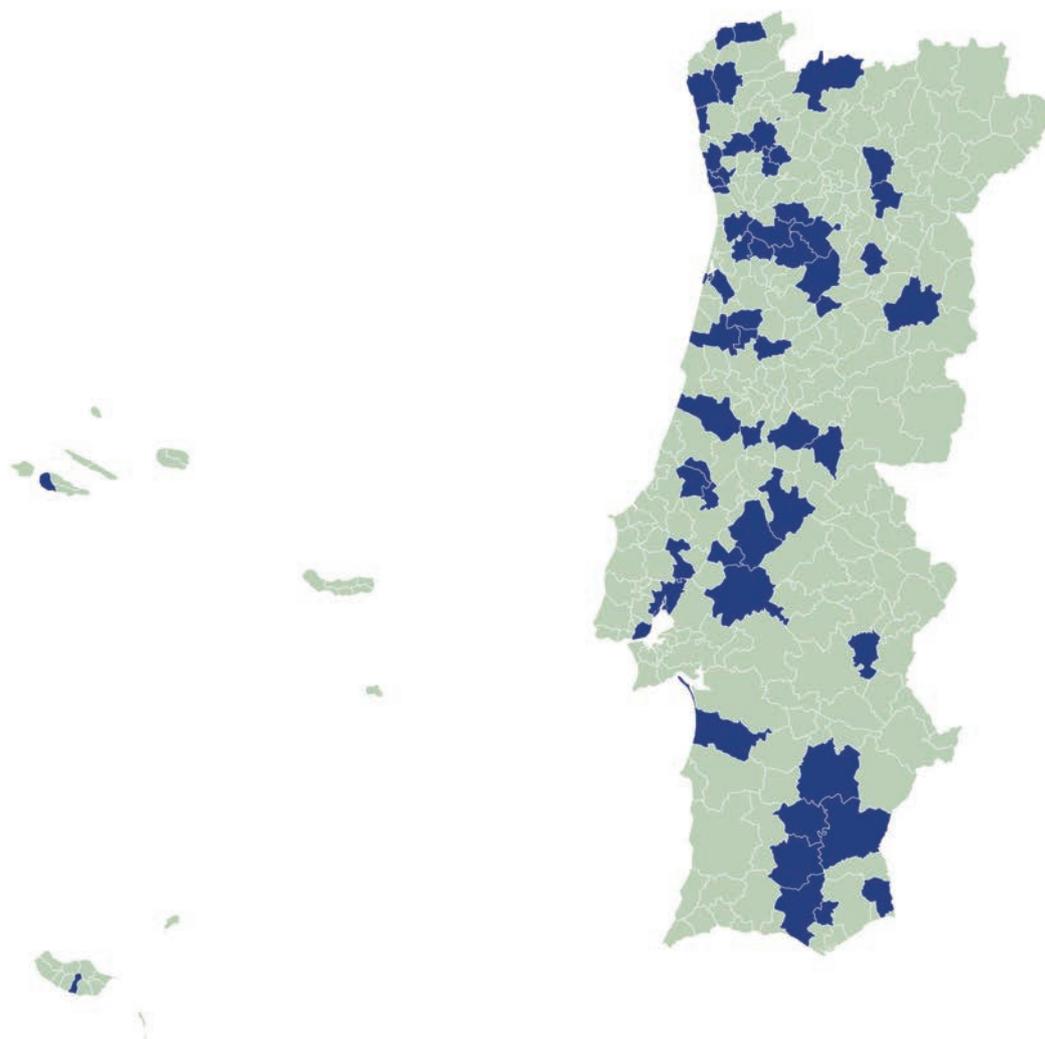
Por biblioteca itinerante compreendem-se as bibliotecas móveis em veículos. Por outro lado, não se consideram nestas os serviços de disponibilização de materiais da biblioteca através da entrega de malas ou caixas com documentos em determinados locais do município (DGLAB, 2018, p. 2).

—
23

Por pontos de serviço externo compreendem-se os locais fora das bibliotecas onde são disponibilizados serviços de leitura, de forma temporária ou permanentemente. São exemplos locais como lares de idosos, centros de saúde, jardins, praias ou piscinas (DGLAB, 2018, p. 2).

Bibliotecas da RNBP, itinerantes (2021)

Mapa 80



Fonte: DGLAB, *Ficheiro Estatísticas*.

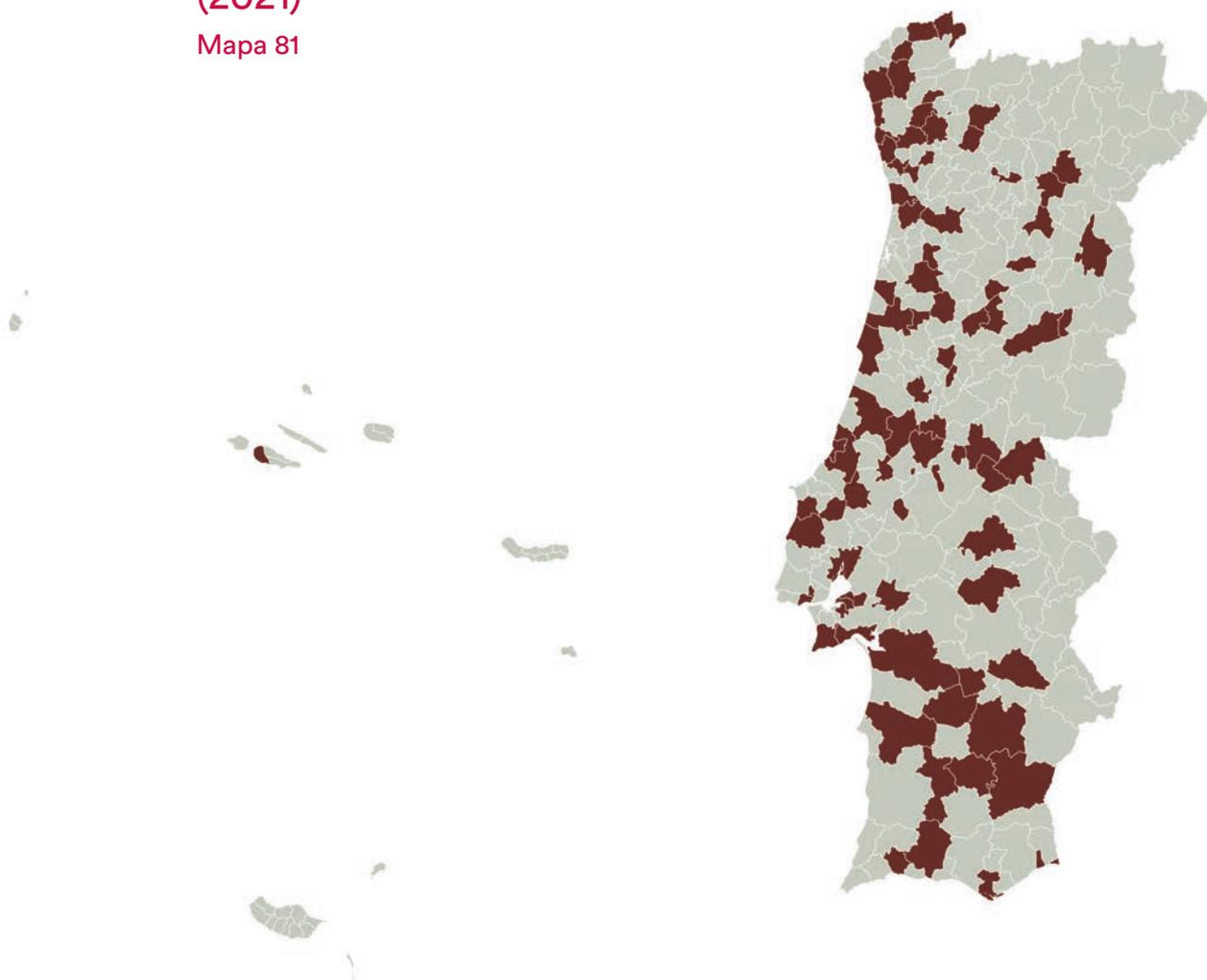
N= 59 bibliotecas itinerantes em 58 municípios.

Observa-se que a grande maioria destas bibliotecas (71,2%) localiza-se em municípios das regiões Norte (com mais incidência na Área Metropolitana do Porto e CIM Tâmega e Sousa) e Centro (CIM Viseu Dão Lafões e CIM Leiria). Também nas regiões autónomas se verifica a existência de uma biblioteca itinerante em um município de cada um dos arquipélagos.

No que diz respeito aos pontos de serviço externo, em 2021 foram 83 as bibliotecas que referiram ter prestado pelo menos um serviço junto da comunidade local (mapa 81). No total existiram naquele ano 344 pontos de serviço externo.

RNBP, pontos de serviço externo (2021)

Mapa 81



Fonte: DGLAB, *Ficheiro Estatísticas*.
N=344 pontos de serviço externo em 83 municípios.

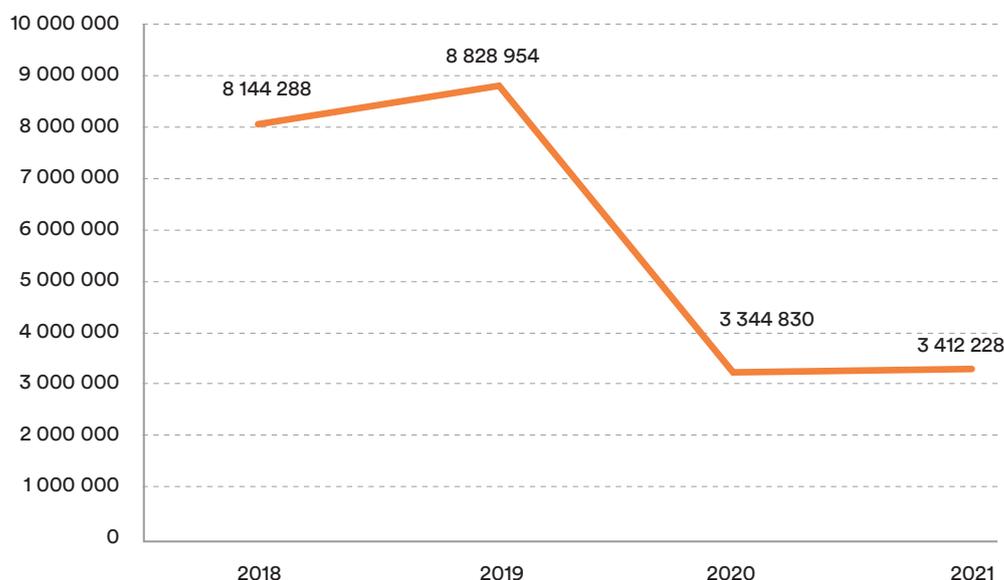
Na distribuição pelo território, verifica-se que em quase todas as regiões existem pontos de serviço externo, com exceção da R. A. da Madeira. Por região, a Norte, destaque para os municípios (mais do litoral) inseridos na Área Metropolitana do

Porto e no Alto Minho, na região Centro, uma maior dispersão por várias áreas, salientando-se os da CIM Região de Coimbra e CIM Médio Tejo, e no Alentejo evidenciam-se os municípios do Baixo Alentejo. Quanto ao número de pontos de serviço externo, no ano considerado, oito bibliotecas assinalaram mais de 10, com destaque para Ponte de Lima, Nisa, Mealhada e Sernancelhe.

Com base nos dados do referido inquérito (gráfico 24), o número de entradas nas bibliotecas da RNBP atingiu em 2021 um total de 3,4 milhões, o que constitui uma ligeira melhoria (variação de 2%) face ao número alcançado no ano anterior (3.3 milhões). No entanto, como se verifica na generalidade dos domínios, ainda se situa bastante distante dos valores pré-pandemia, sobretudo do número de entradas registado em 2019 (8,8 milhões).

Entradas nas bibliotecas da RNBP por ano (n) (2018-2021)

Gráfico 24



Fonte: DGLAB, *Ficheiros Estatísticas 2018-2021*.

De acordo com o mapa 82, verifica-se que predominam as bibliotecas com um índice baixo (87), ou seja, cujas entradas se situam entre as 2 mil e as 9,9 mil pessoas. Com um índice muito baixo encontram-se 43 municípios. Em conjunto estes dois representam mais de metade dos municípios, localizando-se principalmente nas regiões Centro, Alentejo e Norte. Por outro lado, são 66 as bibliotecas com um índice alto e 16 com muito alto. Estas predominam na AML e na região Norte.

Entradas nas bibliotecas da RNBP (índice) (2021)

Mapa 82



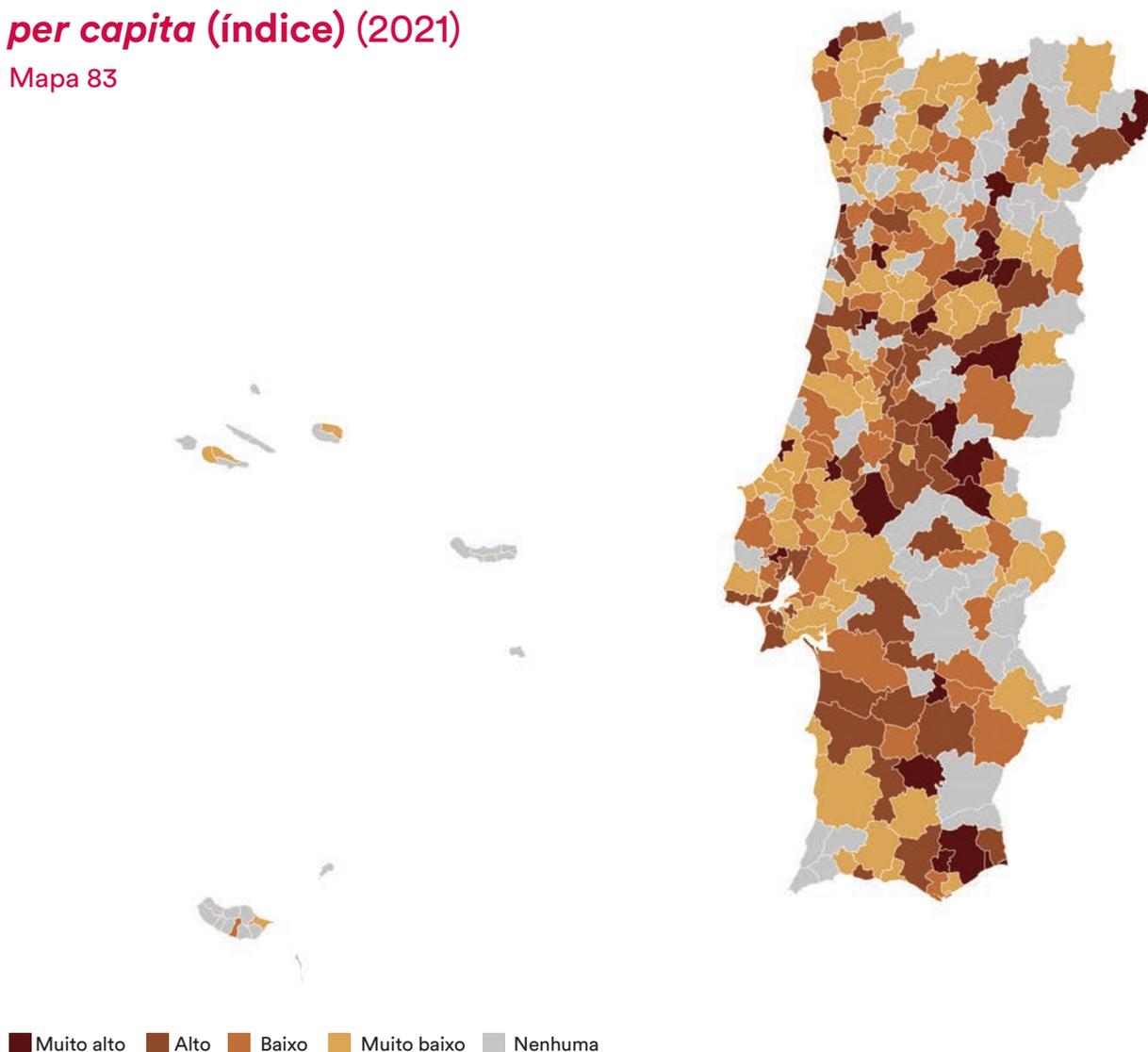
■ Muito alto ■ Alto ■ Baixo ■ Muito baixo ■ Sem dados ■ Sem entradas

Legenda: Muito alto (com 50 mil ou mais); Alto (entre 10 mil e 49,9 mil); Baixo (entre 2 mil e 9,9 mil); Muito baixo (Menos de 1,9 mil); Sem dados (não resposta); Sem entradas (não se aplica).
Fonte: DGLAB, *Ficheiro Estatísticas*.
N = 3.412.228.

A ponderação do número de entradas pela população demonstra que 39,6% dos municípios apresenta um índice muito baixo de entradas nas bibliotecas por habitante (84 bibliotecas). Os municípios que se encontram nos índices alto e baixo representam contingentes muito próximos (com 21,4% e 21,0%, respetivamente). Considerando o índice muito alto, verifica-se em 10,3% dos casos (um total de 25 bibliotecas), com uma localização onde se destacam alguns municípios, em especial no interior Centro e Alentejo, mas também nas regiões Norte e Algarve (mapa 83).

Entradas nas bibliotecas da RNBP *per capita* (índice) (2021)

Mapa 83



Legenda: Muito alto (entre 1,00 e 3,97); Alto (entre 0,52 e 0,99); Baixo (entre 0,27 e 0,51); Muito baixo (entre 0,01 e 0,26); Nenhum (não se aplica).
Fontes: DGLAB, *Ficheiro Estatísticas* e INE, *Recenseamento da população e habitação - Censos 2021*.
N = 3.412.228.

7.2. Rede Portuguesa de Museus

A Rede Portuguesa de Museus (RPM) foi criada no ano de 2000 enquanto Estrutura de Projeto no quadro do então Instituto Português de Museus (Despacho Conjunto n.º 616/2000, de 5 de junho). Em 2007 procede-se à extinção da Estrutura de Missão (entretanto criada em 2005 para substituir a anterior) e à passagem das suas competências para a unidade orgânica responsável pela área dos museus do então criado Instituto dos Museus e da Conservação. Em 2022, a Rede é uma das competências da Divisão de Museus, Monumentos, Palácios e Credenciação do Departamento de Museus, Monumentos e Palácios da DGPC²⁴.

No que diz respeito aos instrumentos orgânicos destaca-se a publicação em 2001 das suas Linhas Programáticas (Camacho, Pignatelli & Monteiro, 2001) e, em 2004, já com caráter normativo, a Lei-Quadro dos Museus Portugueses. A entrada em vigor desta Lei-Quadro veio trazer alterações à RPM. Desde logo passou a ser definida como “um sistema organizado, baseado na adesão voluntária, configurado de forma progressiva e que visa a descentralização, a mediação, a qualificação e a cooperação entre museus” (Lei n.º 47/2004, de 19 de agosto, artigo 102.º). No referido documento regulamentar, para além desta definição, são também estabelecidas as noções de museu e coleção visitável, elencadas as funções museológicas e instituído o modo de entrada na rede através do sistema de credenciação.

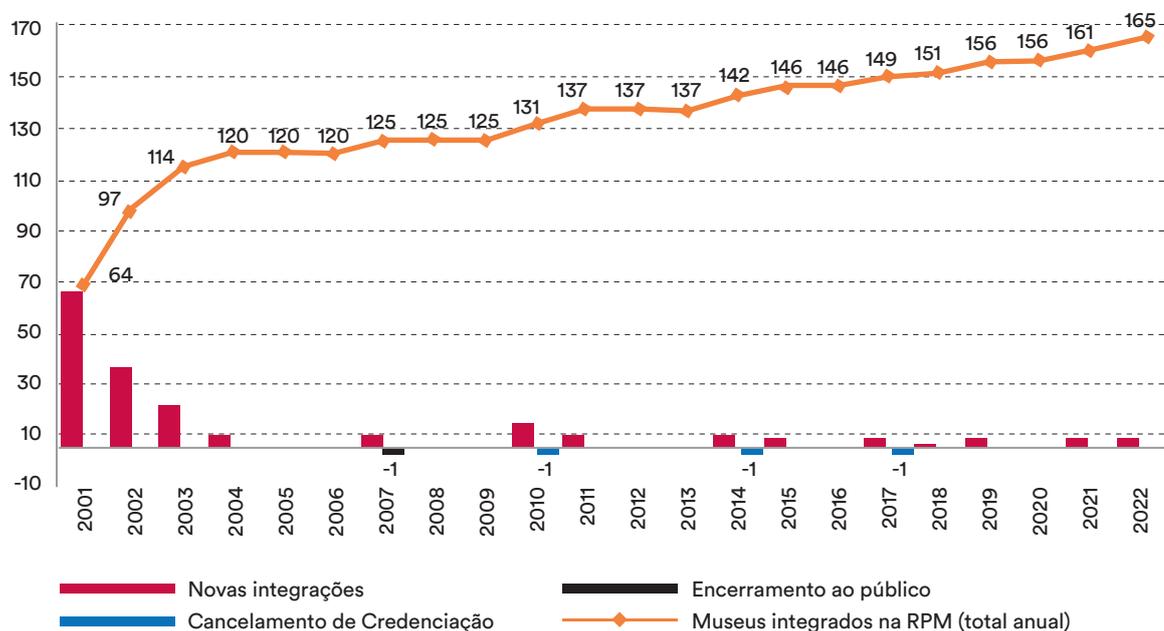
O modo de adesão é, como em todas as redes, voluntário, decorre do interesse das instituições (e suas tutelas) em obter a certificação através de um processo de candidatura à credenciação. Relembre-se que até 2007 os museus entraram na rede pelas modalidades de inerência, protocolo e candidatura de adesão. Os museus também podem sair da rede por encerramento ao público e por cancelamento da credenciação (gráfico 25).

24

Em 2023, a reorganização administrativa do património cultural, colocou a RPM na dependência da Museus e Monumentos, E.P.E.

Evolução do número de museus na RPM (2001-2022)

Gráfico 25

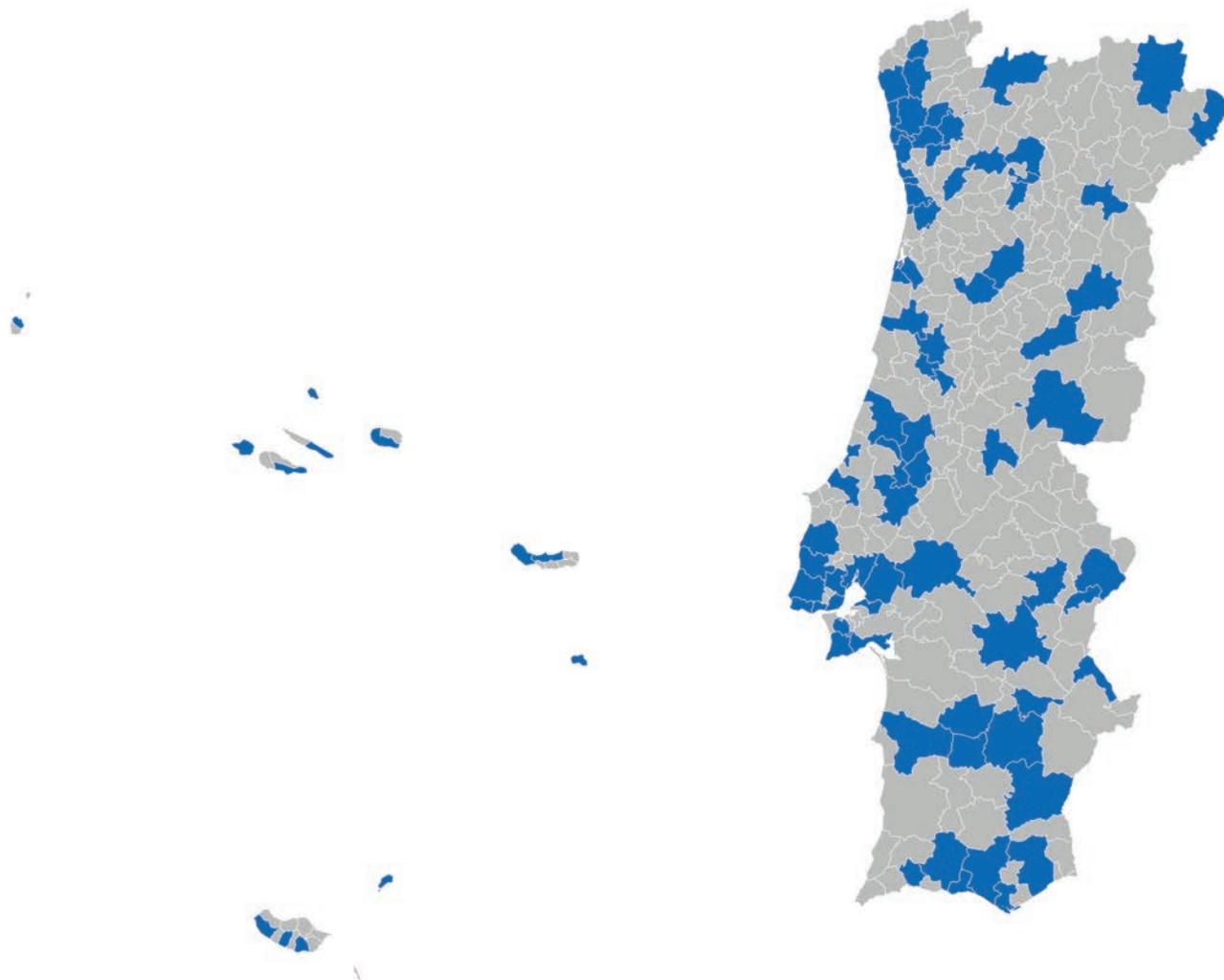


Fonte: Neves, Santos & Ferreira, 2023.

Em 2022 estão credenciados um total de 165 museus, em todas as regiões do país, de várias tutelas, públicas e privadas, e tipos de coleções. São 91 os municípios com pelo menos um museu na RPM (29,5% do total de municípios), sendo que se em 70 desses municípios apenas existe um museu credenciado, nos restantes 21 existem dois ou mais museus. Os municípios onde se encontra o maior número de museus integrados na RPM são Lisboa (25), Porto (15), Sintra (9), Braga (5) e Funchal (4). No que toca à sua localização geográfica, verifica-se a descentralização de museus por todo o território, com uma relativa maior concentração nos municípios junto ao litoral (mapa 84).

Rede Portuguesa de Museus (2022)

Mapa 84

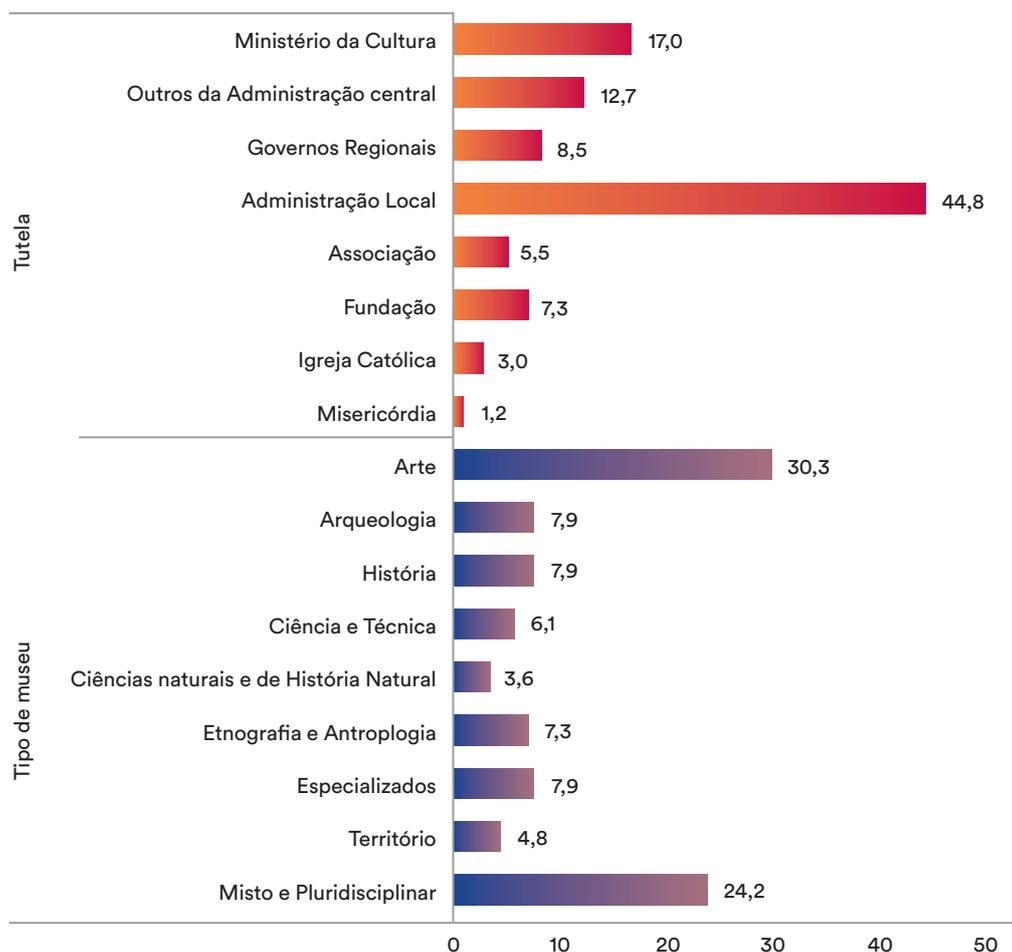


Fonte: Neves, Santos & Ferreira, 2023.
N= 165 museus em 91 municípios.

Quanto à tutela, salienta-se que os museus são na sua grande maioria de tutela pública (83,0%), evidenciando-se nestes os dependentes da administração local (44,8%) (gráfico 26). A segunda tutela mais representada é o do MC (17,0%), a que se seguem os outros da administração central - empresas públicas, universidades e outros ministérios e organismos do Estado – (12,7%) e os dos Governos Regionais (8,5%, com uma maior proporção para o dos Açores). No setor privado (17,0%), destacam-se sobretudo os tutelados pelas fundações e associações (com 7,3% e 5,5%, respetivamente).

Museus RPM por tutela e por tipo (%) (2022)

Gráfico 26



Fonte: Neves, Santos & Ferreira, 2023.
N= 165.

Em relação ao tipo de museu, é notória a diversidade de tipologias representadas pelos museus da RPM. Consta-se que os principais tipos são os de arte (30,3%), a que se seguem os mistos e pluridisciplinares (24,2%). Em conjunto representam mais de metade dos museus credenciados. Com percentagens bem mais inferiores (abaixo dos 8%), encontram-se todos os restantes tipos, destacando-se mesmo assim os de arqueologia, história e especializados (todos com 7,9%).

7.3. Rede Portuguesa de Arquivos

No que diz respeito aos arquivos, os dados das estatísticas oficiais do INE disponíveis para este subdomínio são bastante remotos. Os últimos reportam-se ao ano de 1993 e apontavam para um total de 284 arquivos (INE, 1994). Desde então, e tal como aconteceu no domínio das bibliotecas, deixou de haver uma fonte que congregasse equipamentos de diversas tutelas e tipologias. Deste modo, toma-se como fonte a entidade institucional com competências na área dos arquivos - a Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (DGLAB) - e com responsabilidade direta na gestão da Rede Portuguesa de Arquivos (RPA).

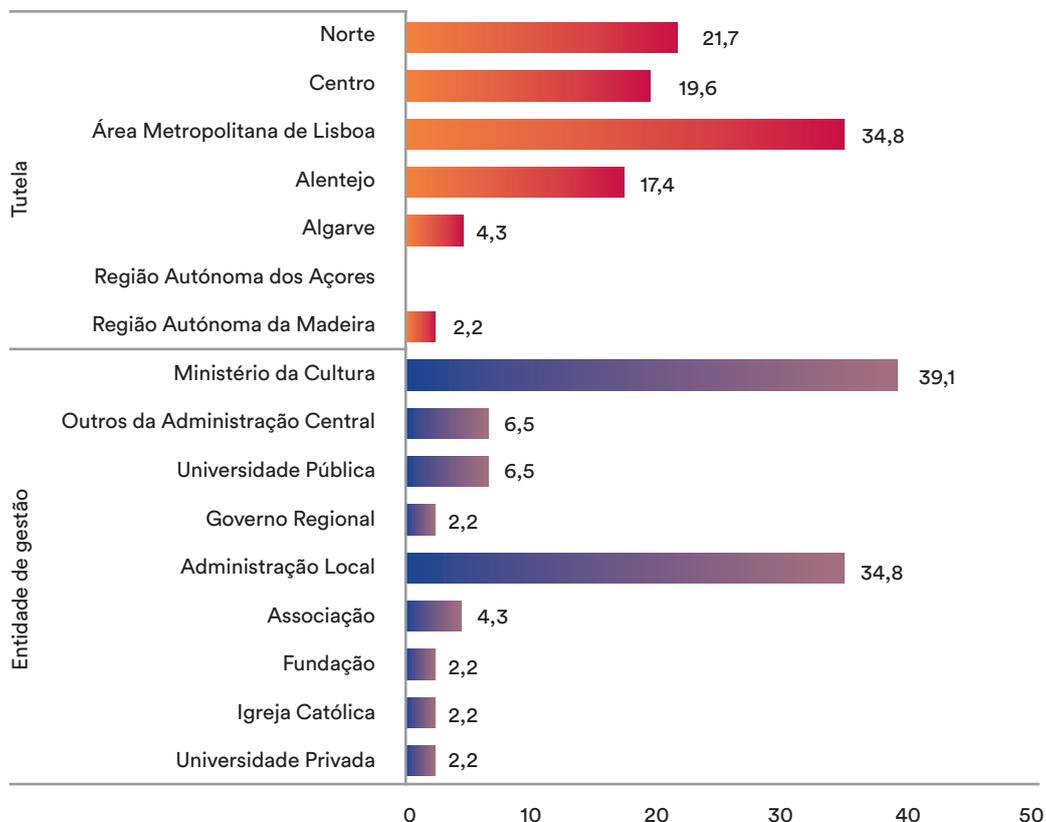
A RPA foi regulamentada em 2008 e é gerida pela DGLAB. Em 2022 é composta por 46 entidades aderentes, públicas e privadas, que produzem, guardam, conservam e disponibilizam ao público documentos de arquivo.

De acordo com a região, verifica-se que se encontram integrados na RPA arquivos localizados em cinco regiões do país, destacando a maior proporção na AML (34,8%) seguida da região Norte (21,7%). Estas duas regiões representam em conjunto mais de metade dos arquivos (56,5%). A R. A. da Madeira é a região com menor peso (2,2%), enquanto a R. A. dos Açores é a única sem arquivo na RPA (gráfico 27).

A grande maioria dos arquivos na RPA depende de entidades do setor público (89,1%), sobressaindo claramente os pertencentes ao MC (39,1%), em especial os arquivos distritais, a que se seguem os municipais (34,8%). O setor privado tem um peso reduzido na RPA.

Arquivos da RPA por região e Entidade de gestão (%) (2022)

Gráfico 27

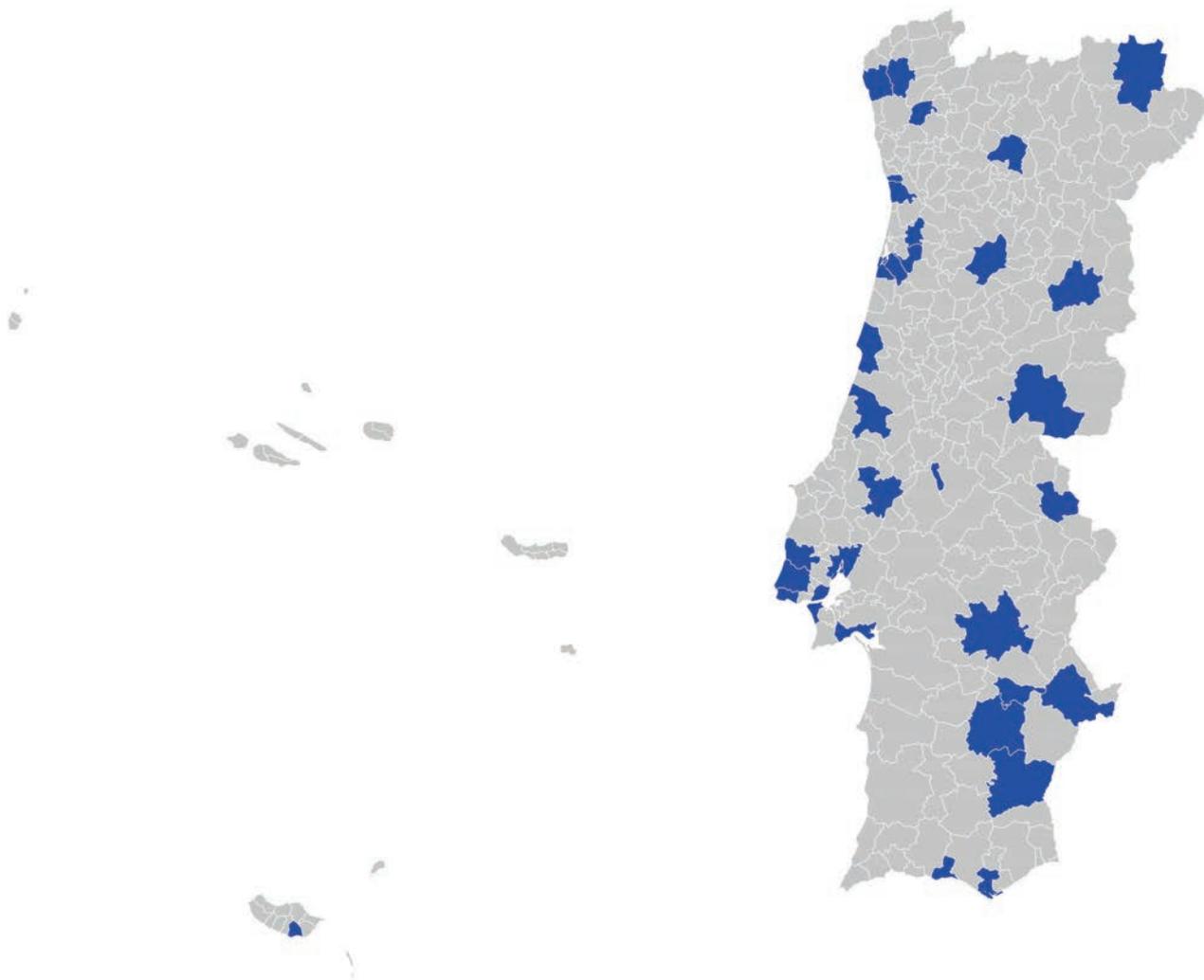


Fonte: DGLAB.
N=46.

Na distribuição geográfica, verifica-se que são poucos os municípios em que se localiza pelo menos um arquivo (34, o que representa 11,0% do total de 308 municípios). Ainda assim, dos que dispõem destacam-se por serem municípios capitais de distrito, facto não alheio ao maior número de arquivos de âmbito distrital. É em Lisboa que se concentra o maior número de arquivos (10), seguindo-se o Porto (3) e Évora (2). Os restantes 31 municípios têm um arquivo (mapa 85).

Rede Portuguesa de Arquivos (2022)

Mapa 85



Fonte: OPAC, a partir de DGLAB.
N= 46 arquivos em 34 municípios.

7.4. Rede de Teatros e Cineteatros Portugueses

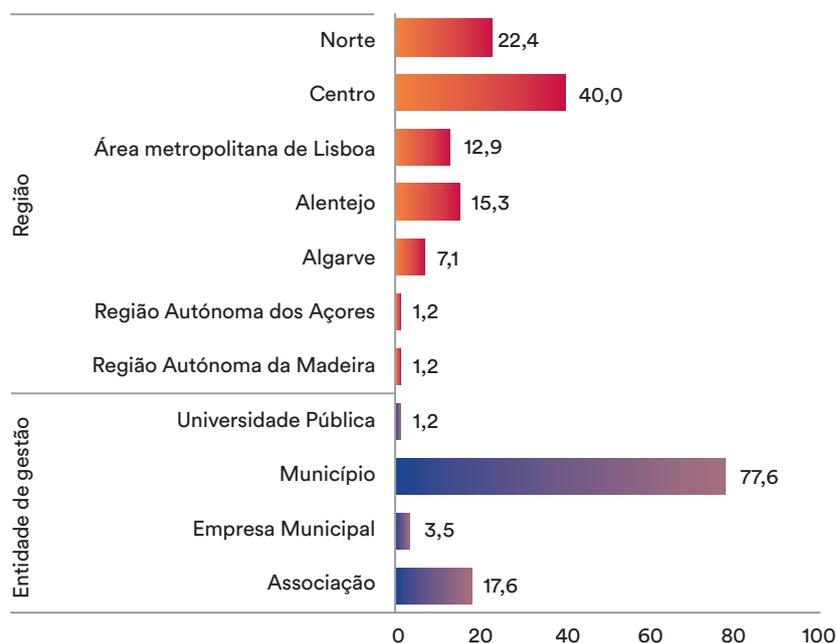
A Rede de Teatros e Cineteatros Portugueses (RTCP) é uma das mais recentes redes do Ministério da Cultura a conhecer uma regulamentação e com equipamentos credenciados em 2021. O ano de 2019 marca o seu surgimento, com a Lei n.º 81/2019, de 2 de setembro. Em 2021, com a Portaria n.º 106/2021, de 25 de maio, são estabelecidos os requisitos para a credenciação dos teatros, cineteatros e outros equipamentos culturais na rede. Sendo este processo muito recente, é de esperar que a credenciação de equipamentos nos próximos tempos seja significativa, sendo que esta credenciação na RTCP é condição para os equipamentos se candidatarem a apoios, no âmbito da programação cultural. A existência de equipamentos integrados na RTCP reflete ainda os objetivos deste instrumento sobretudo no combate às assimetrias regionais, no fomento da coesão territorial, no acesso à cultura e às artes. A RTCP é gerida pela DGARTES.

Em 2023 (fevereiro) a RTCP era constituída por um total de 85 recintos credenciados, presentes em 78 municípios, o que significa que um quarto do território tem recintos integrados na RTCP (gráfico 28). Verifica-se que existem recintos localizados em todas as regiões do país. A maior concentração situa-se em municípios das regiões Centro (40,0%) e Norte (22,4%), sendo que ambas representam em conjunto 62,4% da localização de todos os recintos da rede. As menos representadas são as regiões autónomas com apenas um recinto.

No que diz respeito à gestão, oito em cada dez dos recintos integrados são geridos por entidades do setor público (82,4%), sendo a sua quase totalidade pelos municípios ou empresas municipais (81,2%). Nos privados a gestão é feita por entidades associativas (17,6%)

Recintos da RTCP por região e entidade de gestão (%) (2023)

Gráfico 28



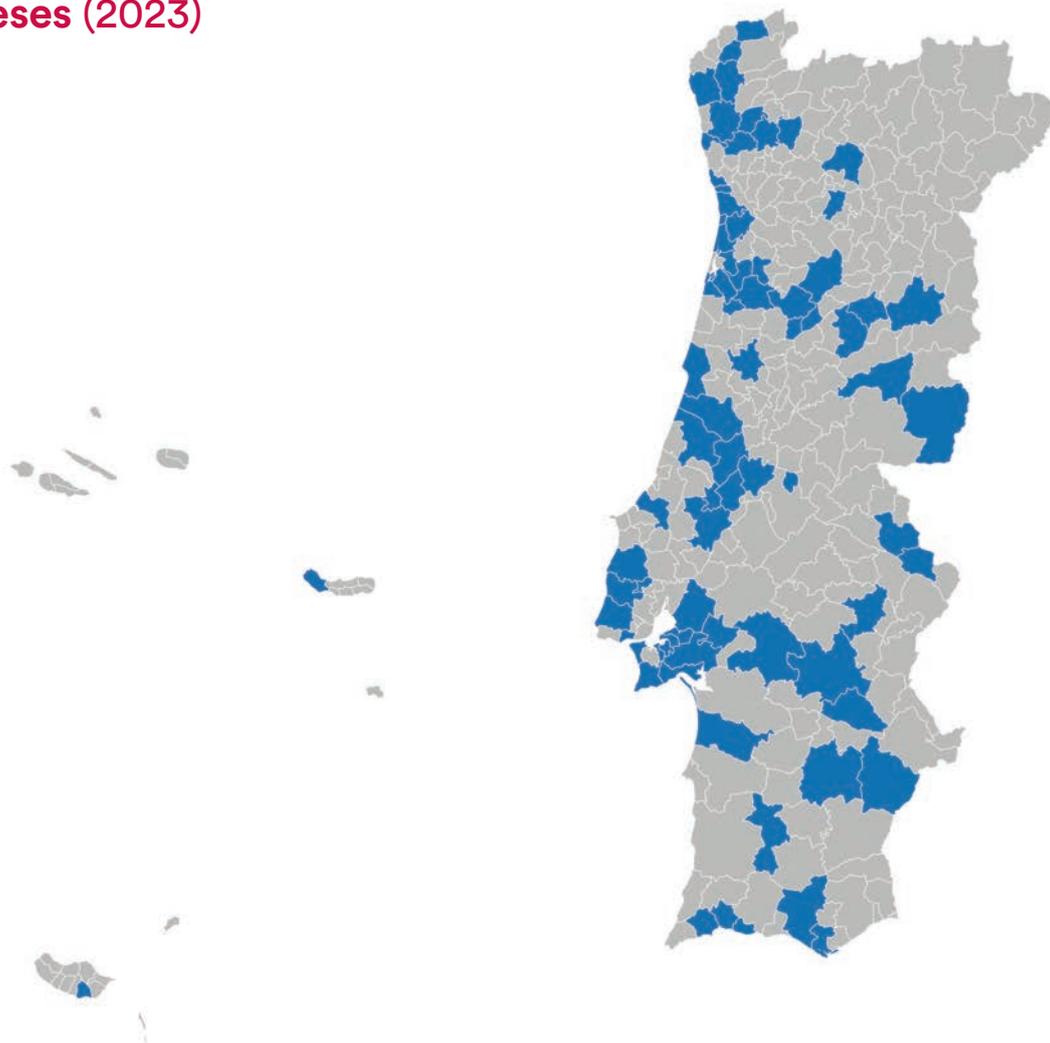
Fonte: DGARTES.
N=85.

Detalhando a distribuição geográfica, constata-se uma já relativa disseminação dos recintos por todo o território, incluindo as duas regiões autónomas. Se na região Centro é mais notório nos recintos localizados em municípios nas CIM Aveiro e Médio Tejo, já na região Norte, é no Alto Minho e na Área Metropolitana do Porto (mapa 86).

Dos 78 municípios referidos, em 73 desses existe apenas um recinto, em quatro, todos capitais de distrito (Braga, Leiria, Évora e Faro) existem dois recintos e em Coimbra quatro recintos.

Rede de Teatros e Cineteatros Portugueses (2023)

Mapa 86

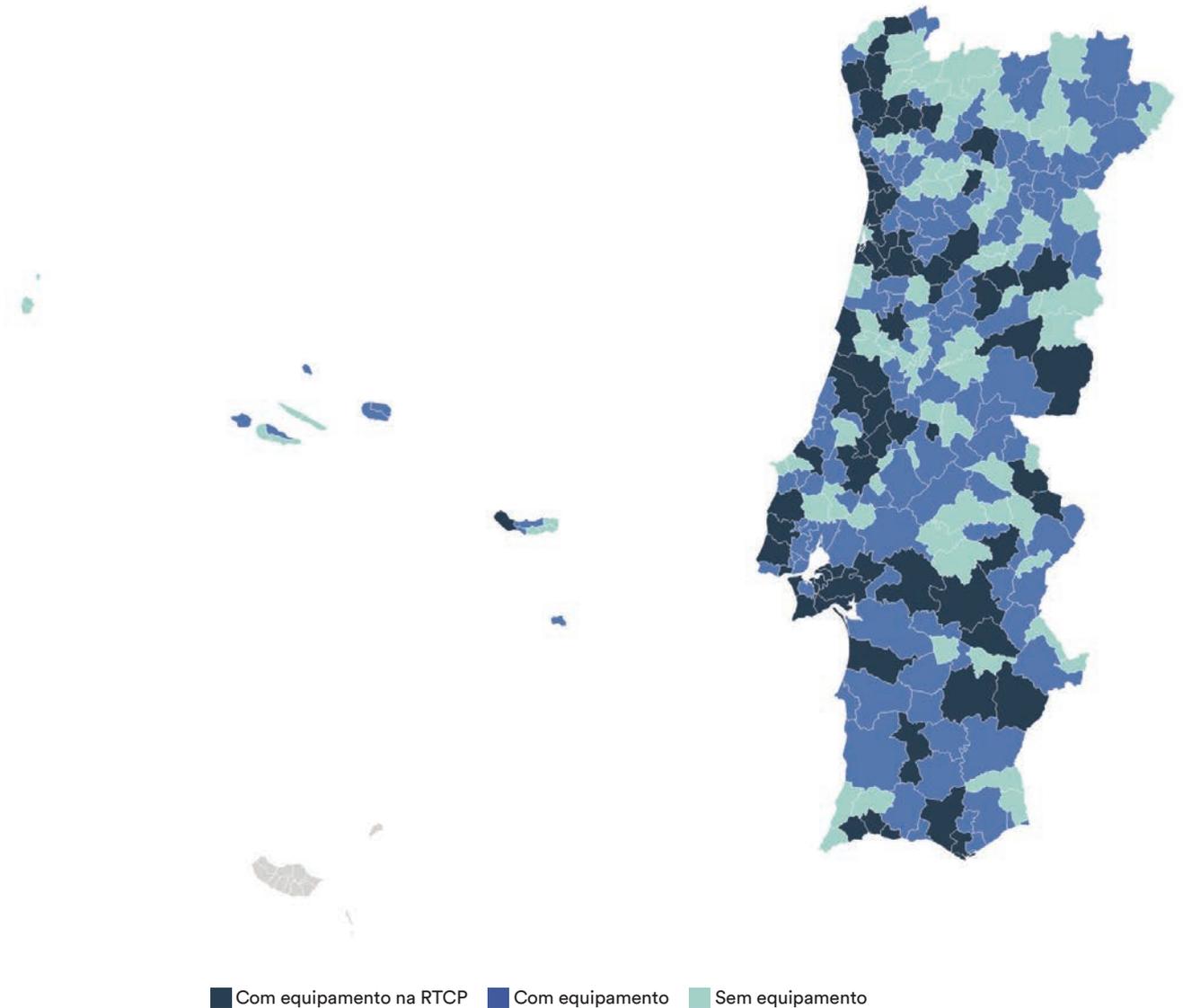


Fonte: OPAC a partir de DGARTES.
N = 85 recintos em 78 municípios.

Como tem vindo a ser referido, os equipamentos formalmente integrados em redes nacionais do Ministério da Cultura não constituem a totalidade dos equipamentos existentes no território nacional. No caso dos recintos de espetáculos, o número de recintos licenciados pelas entidades competentes é claramente superior ao da RTCP. O mesmo acontece, por exemplo, no caso dos museus, cuja dinâmica já desenvolvemos. O mapa 87 apresenta uma leitura de comparação entre os recintos de espetáculos licenciados e os formalmente integrados na RTCP, à data do final do ano de 2022.

Equipamentos credenciados na RTCP e recintos de espetáculos licenciados (2022)

Mapa 87



Fonte: OPAC a partir de IGAC, maio 2022; IRACA, junho 2022 e DGARTES, novembro 2022. Sem dados para R. A. Madeira.
N= 384 recintos licenciados; 84 equipamentos credenciados na RTCP.
Nota: utilizou-se a referência temporal mais atualizada e comum às duas fontes (2022).

Desde logo, o âmbito cronológico nesta comparação reflete a relevância, também já referida, da implementação de um modelo de atualização do Atlas (a título de exemplo, na RTCP que dê conta do aumento do número de recintos integrados em 2023). Por outro lado, permite ainda contribuir para uma maior eficácia da definição e implementação de estratégias de ação nacionais, identificando áreas de atuação para as quais dirigir as políticas.

7.5. Rede Portuguesa de Arte Contemporânea

A Rede Portuguesa de Arte Contemporânea (RPAC) foi formalmente criada em 2021, pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 50/2021, de 11 de maio, assumindo-se como um importante instrumento de política pública na área da cultura. A sua implementação compete à DGARTES em articulação com o Curador da Coleção de Arte Contemporânea do Estado, e com representantes das instituições de arte contemporânea nacionais, designados por despacho do membro do Governo responsável pela área da cultura. Esta equipa é responsável pela implementação da estratégia da RPAC, incluindo os necessários procedimentos de adesão à mesma, definidos pelo Despacho n.º 8789/2022, de 19 de julho.

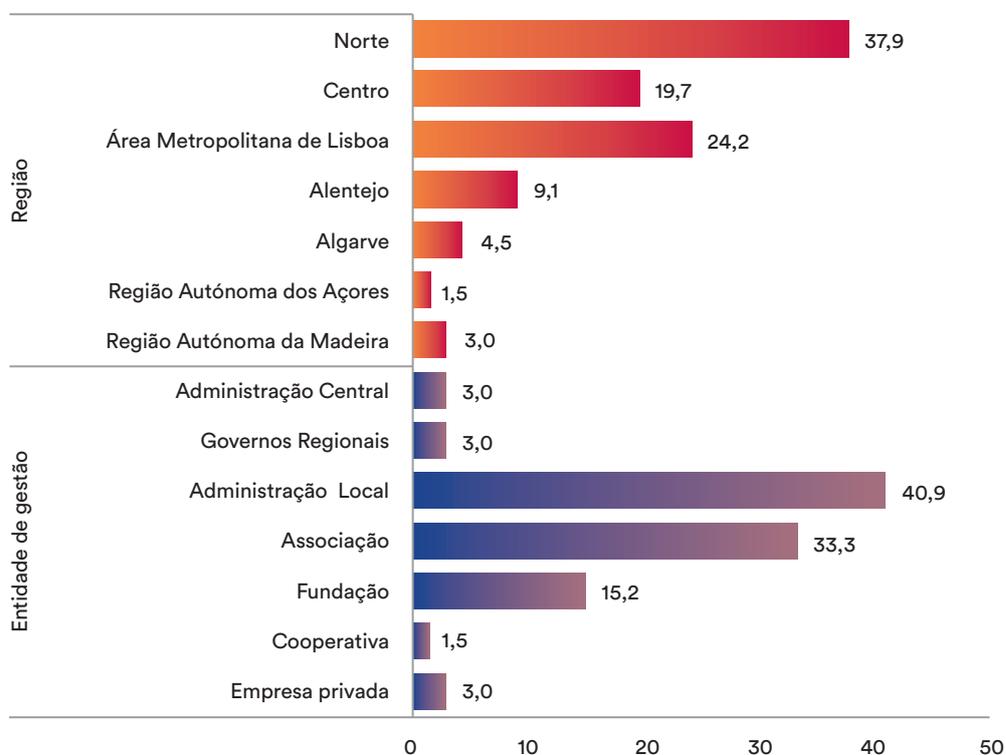
Juntamente com a Comissão para a Aquisição de Arte Contemporânea (CACE), o respetivo programa anual de aquisição e o Curador da CACE, a RPAC é um instrumento de política cultural pública para a arte contemporânea.

Aderem à RPAC instituições dispersas territorialmente (continente e ilhas), públicas e privadas, procurando estabelecer sinergias entre espaços expositivos, colecionadores, programadores, curadores e artistas visuais.

No início de 2023 (fevereiro), a RPAC era constituída por 66 equipamentos/espacos presentes em 36 municípios, verificando-se estes equipamentos em municípios de todas as regiões do país. Com maior incidência, constata-se a existência de equipamentos integrados na RPAC em municípios da região Norte (37,9%), seguida da AML (24,2%) e da região Centro (19,7%). A região onde se verifica uma menor presença de municípios com equipamentos integrados da RPAC é a R. A. dos Açores (1,5%). No que diz respeito à gestão, mais de metade dos equipamentos integrados na RPAC são geridos por entidades do setor privado (53,0%); relativamente às entidades gestoras que pertencem ao setor público, destacam-se os municípios (36,4%) e com menor relevância as empresas municipais (4,5%). Nas entidades privadas, as associações destacam-se na gestão destes equipamentos (33,3%) e também as fundações (15,2%) (gráfico 29).

Equipamentos da RPAC por região e entidade de gestão (%) (2023)

Gráfico 29



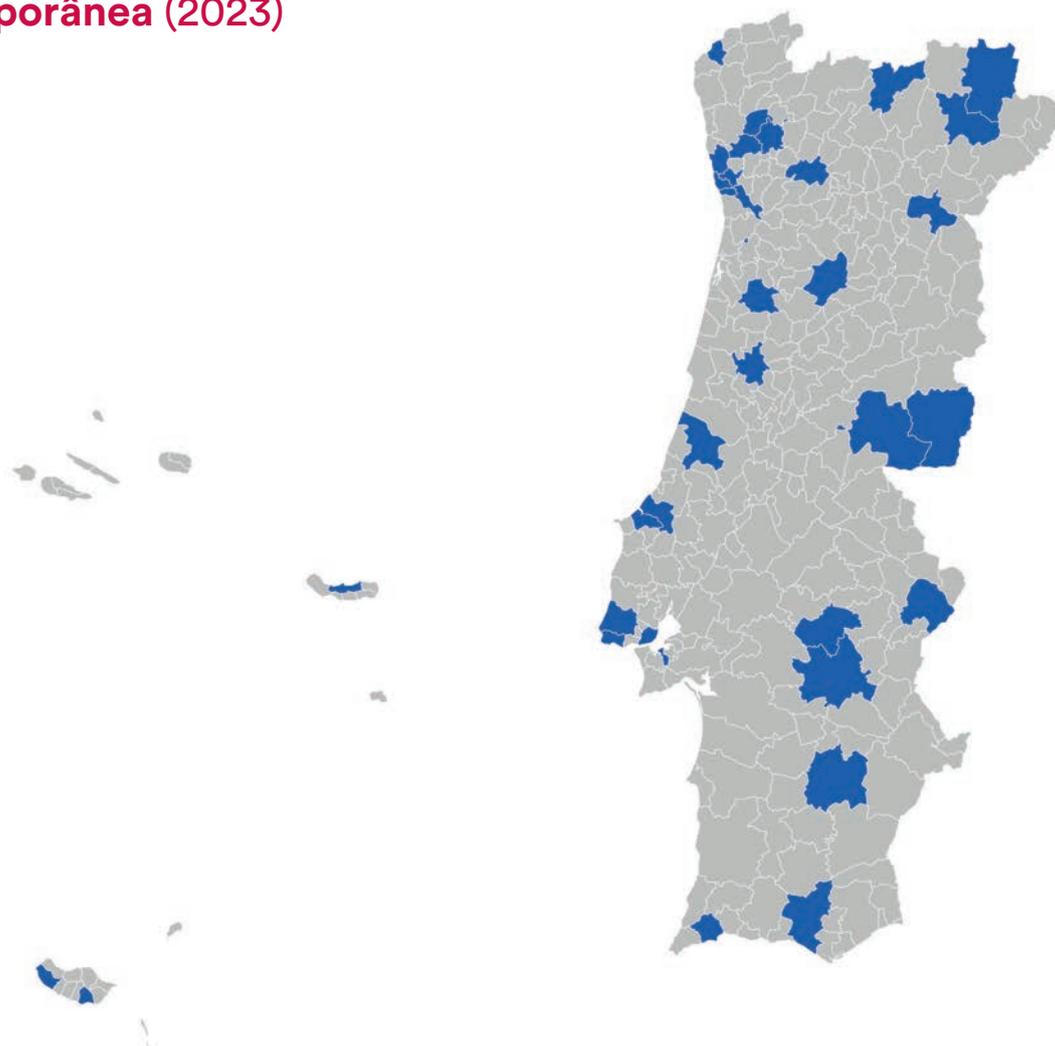
Fonte: DGARTES.
N=66

No que toca à distribuição geográfica, constata-se uma já relativa disseminação dos equipamentos pelo território, incluindo as duas regiões autónomas. Na região Norte, são mais notórios os localizados em municípios na Área Metropolitana do Porto; na AML, os equipamentos integrados na RPAC ocorrem nos municípios de Lisboa, Cascais, Sintra e Barreiro. Na região Centro, é no município de Coimbra (CIM Região de Coimbra) que se localiza uma grande quantidade de equipamentos integrados na RPAC (mapa 88).

Dos 36 municípios referidos, em 25 desses existe apenas um equipamento, em oito existem dois recintos, Coimbra, e Porto possuem seis e sete, respetivamente, destacando-se o município de Lisboa com 12 equipamentos integrados na rede.

Rede Portuguesa de Arte Contemporânea (2023)

Mapa 88



Fonte: OPAC a partir de DGARTES.
N = 66 equipamentos/recintos em 36 municípios.

7.6. Índice de Redes Culturais Nacionais do Ministério da Cultura

Como se viu para cada um dos cinco programas de redes nacionais, o território nacional apresenta uma cobertura intensa de redes culturais. A RNBP é claramente dominante no panorama nacional, mas as outras quatro, algumas muito recentes, vêm alargando com grande dinamismo os âmbitos municipais em que estão presentes. A rede mais representada ao nível do território é a RNBP, presente em 79,5% dos municípios do país, seguida da RPM (29,5%), da RTCP (25,3%), da RPAC (11,7%) e da RPA (11,0%).

Importa por isso ter uma visão de conjunto da (intensidade da) implantação dos equipamentos em rede nos municípios portugueses. O Índice de Redes Culturais Nacionais do Ministério da Cultura (mapa 89) pretende responder a esse objetivo.

Numa primeira abordagem, verifica-se que apenas 14,0% dos municípios não têm equipamentos integrados em nenhuma rede e quase metade (46,1%) apresenta no seu território pelo menos um equipamento integrado em rede. Salienta-se ainda a percentagem relativamente elevada (30,5%) de municípios com índice alto, ou seja, com equipamentos integrados em duas ou três redes. Finalmente, quase um em cada 10 (9,4%) situa-se num índice muito alto.

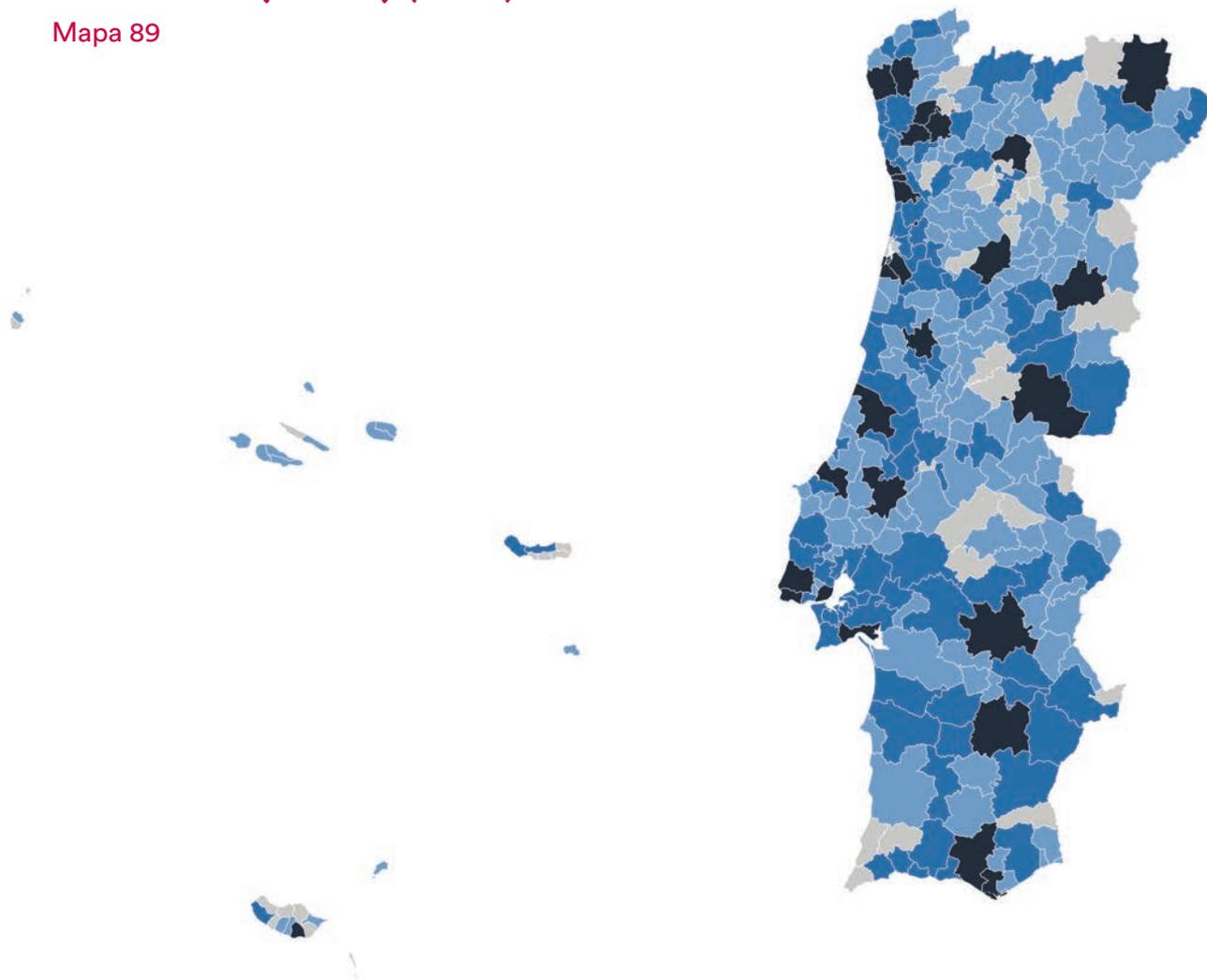
Nas regiões autónomas, verifica-se uma menor integração dos municípios em redes culturais. No continente, a região Centro é a que cumulativamente apresenta mais equipamentos integrados nas redes culturais do MC, mas não se verifica uma grande assimetria entre esta e a região Norte. De uma forma geral, os municípios que apresentam índices muito altos de integração em redes culturais correspondem aos grandes centros urbanos, em especial sedes de distritos, com algumas (poucas) exceções.

Apesar de se verificar alguma tendência para os municípios em índices muito altos de redes estarem no litoral, há situações análogas verificadas no interior, o que matiza um tradicional efeito de litoralização. É na região Norte que se verifica uma maior diferença entre interior e litoral. Todos os municípios integrados em níveis muito altos estão no litoral, com exceção de Vila Real, Viseu, Guarda e Beja, e estão relacionados com os grandes centros urbanos consolidados (Porto, Vila Nova de Gaia, Braga, Viana do Castelo). É também no interior desta região que se encontram os municípios em índices baixos e muito baixos, ou seja, integrados no máximo numa rede.

A adesão voluntária a estas redes significa que poderá haver, nos municípios não aderentes, equipamentos com condições técnicas tanto ou mais adequadas dos que já integram as redes. Ou seja, não se esgotam os equipamentos existentes nem significa que nenhum outro equipamento corresponda às condições de funcionamento.

Redes Culturais Nacionais do Ministério da Cultura (índice) (2023)

Mapa 89



■ Muito alto ■ Alto ■ Baixo ■ Sem equipamento nas redes

Legenda: Muito alto (pertence a 4-5 redes); Alto (pertence a 2-3 redes); Baixo (pertence a 1 rede); Sem equipamento nas redes.

Fonte: OPAC a partir de DGARTES, DGLAB e DGPC.

8 • Programas transversais em que o Ministério da Cultura intervém

No âmbito do património cultural, o MC participa em programas transversais à ação de outros ministérios. Identificam-se o Programa Revive (com génese em 2016), uma iniciativa conjunta dos Ministérios da Economia, da Cultura, das Finanças e da Defesa, que tem como objetivo abrir o património cultural ao investimento privado para o desenvolvimento de projetos turísticos, através da concessão da sua exploração por concurso público.

No caso do Programa de Recuperação e Resiliência português (PRR, no âmbito do *Next Generation UE*), uma resposta aos efeitos da crise pandémica, é estrategicamente e politicamente assegurado por uma comissão interministerial presidida pelo Primeiro-Ministro e composta pelos membros do Governo responsáveis pelas áreas da Presidência, da Economia e da Transição Digital, dos Negócios Estrangeiros, das Finanças, do Planeamento e do Ambiente e da Ação Climática.

Com este programa dotam-se duas áreas do domínio da cultura: *Património Cultural e Redes Culturais e Transição Digital*. Quanto à primeira, com um conjunto de intervenções destinadas à requalificação, preservação e adaptação às condicionantes patrimoniais, bem como às exigências de eficiência energética e de eficiência hídrica de um conjunto de bens de património cultural. Inclui medidas de requalificação e conservação dos museus, monumentos e palácios públicos (medida C04-i02-m01) no âmbito da dimensão “Resiliência”, com intervenções no património cultural classificado distribuído por todo o país, abrangendo um universo de 77 museus, palácios e monumentos, incluindo monumentos e museus emblemáticos como o Mosteiro dos Jerónimos, o Museu Nacional de Arqueologia e a Torre de Belém.

No caso dos teatros nacionais, efetuam-se intervenções de reabilitação e modernização em equipamentos culturais de âmbito nacional, nomeadamente no Teatro Nacional S. Carlos, no Teatro Nacional D. Maria II e no Teatro Camões. As intervenções previstas, para além da requalificação/restauro da componente física, preveem ainda melhorias ao nível das infraestruturas e equipamentos técnicos, para modernização destes equipamentos culturais e conformidade com as atuais normas ambientais e de segurança.

Nesta dimensão, destaca-se ainda a implementação do Programa Saber Fazer 2021-2024 (que surgiu no âmbito da Estratégia Nacional para as Artes e Ofícios Tradicionais 2019-2024, aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 89/2020, de 23 de outubro), gerido pela DGARTES e que inclui um Atlas da produção artesanal tradicional em Portugal, em que participam, para além do Ministério da Cultura, quatro outros ministérios: Economia e Mar, Trabalho, Solidariedade e Segurança Social; Ambiente; Agricultura e Alimentação. Trata-se de uma estratégia nacional para as artes e ofícios tradicionais portugueses e que tem como objetivos estabelecer as medidas para a salvaguarda, o reconhecimento e o desenvolvimento sustentável da produção artesanal com a instalação do *Centro Tecnológico do Saber Fazer* e dos *Laboratórios do Saber Fazer*, com rotas associadas.

Quanto à segunda área (Redes Culturais e Transição Digital), o PRR prevê um investimento referente a infraestruturas culturais com medidas para a digitalização de artes e património nos arquivos portugueses (nacionais e distritais), nas bibliotecas nacionais (Lisboa e Évora), nas bibliotecas da RNBP e no ANIM – Arquivo Nacional das Imagens em Movimento, com intervenções nesta dimensão digital em 22 equipamentos.

O PRR, cujo início é marcado pela adoção do Regulamento (EU) 2021/241, de 12 de fevereiro, aprovado pela Comissão Europeia em 16 de junho de 2021, com uma atualização em 25 de maio de 2023, e com um prazo de execução até 2026. Do ponto de vista dos fundos alocados, aos 243 milhões de euros previstos inicialmente foram acrescentados mais 40 milhões de euros em 2023 (Património Cultural).

8.1. Programa Revive

No caso do Programa Revive, há mais tempo em implementação, verifica-se a inclusão de 52 imóveis com valor patrimonial em que 69,2% estão legalmente classificados nas categorias de Monumento Nacional e de Interesse Público (quadro 19).

Categoria de classificação dos imóveis integrados no Revive (2022)

Quadro 19

CATEGORIA DE CLASSIFICAÇÃO	N	%
Monumento Nacional	15	28,8
Imóvel de Interesse Público	20	38,5
Em vias de classificação	1	1,9
Sem classificação	16	30,8
Total	52	100,0

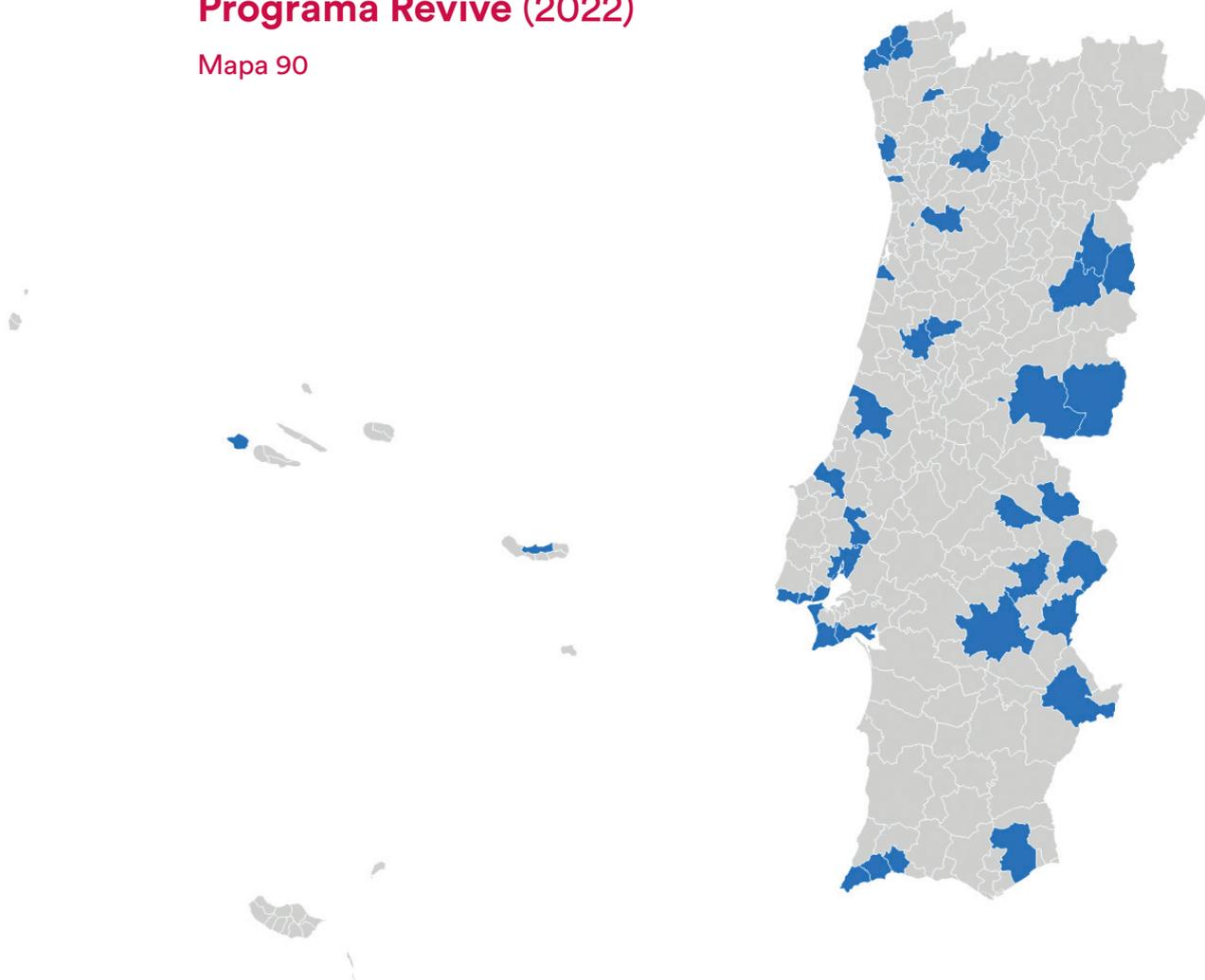
Fonte: Turismo de Portugal.

Este programa está implementado em 42 municípios, com igual expressividade em quatro regiões: AML, Alentejo, Norte e Centro e identifica-se uma concentração destes imóveis nos municípios de interior, que acompanha o litoral. Com menos expressividade, verifica-se a ocorrência de imóveis nestas condições no Algarve e na R.A dos Açores, sendo que até ao momento não se verificam imóveis de valor patrimonial incluídos no Revive na R. A. da Madeira (mapa 90).

Em 2022, a maioria dos imóveis que foram afetos ao Programa Revive não dispõe ainda de concurso para atribuição de concessão (28), mas há também um número considerável de imóveis (22) cujo concurso foi já concluído.

Programa Revive (2022)

Mapa 90



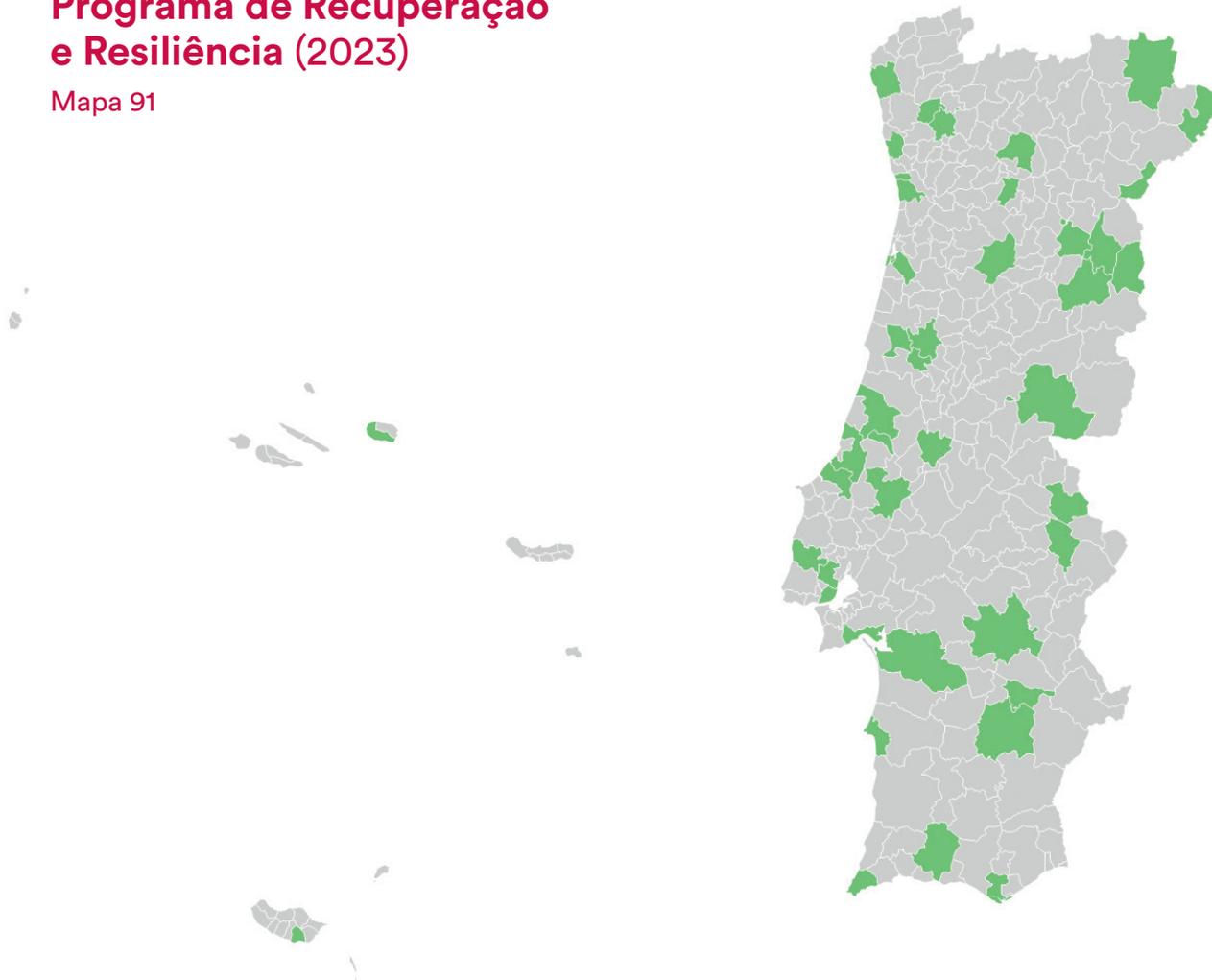
Fonte: Turismo de Portugal.
N=52 imóveis integrados no Programa Revive localizados em 42 municípios.

8.2. Programa de Recuperação e Resiliência

O PRR (já com a reprogramação de maio de 2023 e considerando Património Cultural e Redes Culturais e Transição Digital) abrange um total de 99 equipamentos de diversos domínios como atrás referido, localizados em 43 municípios (14% dos 308) de todas as regiões, disseminados pelo território (mapa 91).

Programa de Recuperação e Resiliência (2023)

Mapa 91



Fonte: Ministério do Planeamento.
N= 99 equipamentos culturais em 43 municípios.

O número de equipamentos culturais com intervenções do PRR por município varia significativamente: com um equipamento são 23 municípios, com dois são nove, com três equipamentos são seis municípios e com quatro equipamentos são quatro. Em Lisboa situam-se 24 equipamentos com investimentos do PRR. Trata-se de uma oportunidade para o financiamento de instituições culturais nacionais por norma não abrangidas por outros programas da União Europeia pela localização na AML (região onde se localizam muitos dos museus, palácios e teatros nacionais), e cujos investimentos anteriores foram realizados no âmbito do Programa Operacional da Cultura 2000-2006. Nesse sentido, o PRR permite suprir necessidades de investimento que se vinham a manifestar de forma insistente.

9 • Instituições internacionais com programas culturais

A presença no tecido cultural nacional de programas que têm um enquadramento internacional verifica-se a vários níveis e com várias organizações. Desde logo a UNESCO com intervenção em vários domínios culturais, sobretudo a partir da criação da Comissão Nacional da UNESCO (CNU) em 1979. Como resultado, em 1983 são feitas as primeiras inscrições de bens culturais do território nacional na lista do património mundial, com a cidade de Angra do Heroísmo (Açores) a iniciar um processo continuado de reconhecimento internacional do valor patrimonial dos bens culturais em território nacional (as últimas classificações referentes a monumentos, conjuntos ou sítios decorreram em 2019).

Na atualidade é possível mapear várias dimensões culturais relacionadas com a ação cultural da UNESCO em Portugal: património cultural e natural mundial; património imaterial; cidades criativas (Rede de Cidades Criativas); bibliotecas (Rede de Bibliotecas CNU) e cátedras UNESCO (quadro 20) que estão presentes em 97 municípios do país e em todas as regiões do território nacional. Neste caso, prevalecem os municípios que apenas têm associada uma das referidas dimensões culturais e verificam-se seis municípios onde estão presentes três destas dimensões.

Dimensões culturais da UNESCO em Portugal (2022)

Quadro 20

Marcas	Unidades	Municípios	% do total de municípios
Património Mundial	17	36	11,7
Património Imaterial	9	15	4,9
Rede de Cidades Criativas	9	9	2,9
Rede de Bibliotecas CNU	55	52	16,9
Cátedras UNESCO	7	6	1,9
Total UNESCO	97	97	31,5

Fonte: CNU.

9.1. Património Mundial (UNESCO)

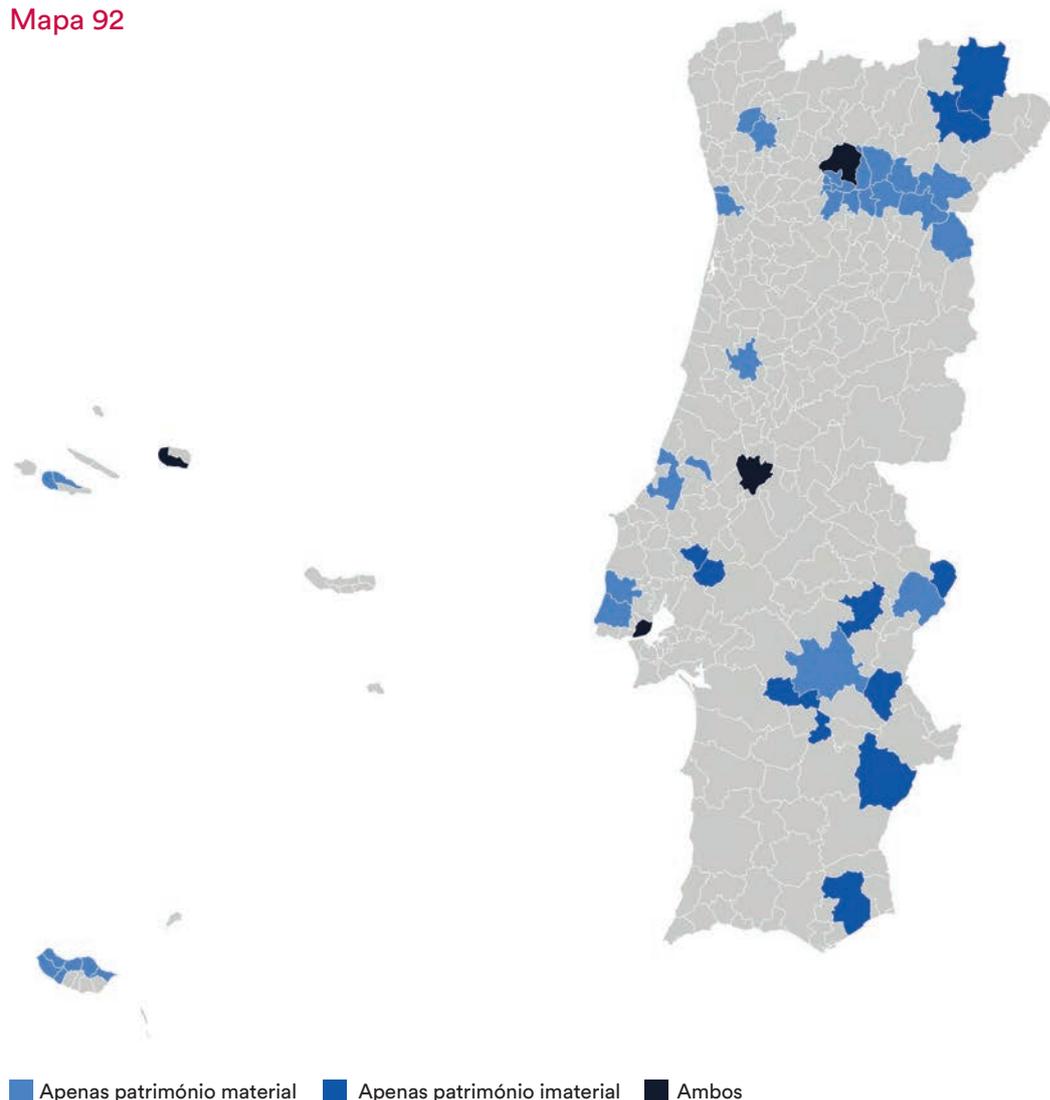
Juntamente com as bibliotecas – Rede de Bibliotecas CNU - o património cultural (quer material ou imaterial) é um dos domínios mais representativos desta presença da UNESCO e talvez o mais mediático uma vez que está associado à marca *Património Mundial*.

A distribuição geográfica em Portugal destes bens mundiais (mapa 92) ajuda a compreender a própria evolução do património mundial, onde conjunto e paisagens culturais extravasam as fronteiras concelhias e dão origem a unidades patrimoniais muito alargadas, como é o caso do Alto Douro Vinhateiro, que inclui na sua área de classificação 13 municípios. O património mundial em Portugal é composto por 17 bens: 16 culturais e um valor natural – Floresta Laurissilva da Madeira, ocorre em 36 municípios em que alguns conjugam com a existência de bens culturais imateriais, o que se verifica em quatro municípios: Angra do Heroísmo, Lisboa, Tomar e Vila Real.

No caso do património imaterial, o processo de integração na lista da UNESCO decorre desde 2011 (o Fado foi o primeiro bem a ser inscrito) e em 2022, 15 municípios apresentam bens imateriais inscritos nas listas da UNESCO (Lista Representativa do Património Cultural Imaterial da Humanidade com sete bens em Portugal e Lista do Património Cultural Imaterial da Humanidade que necessita de Salvaguarda Urgente, com dois bens). As manifestações de património imaterial integradas nas listas da UNESCO podem ocorrer em mais do que um município em simultâneo.

Património Mundial em Portugal (material e imaterial) (2022)

Mapa 92



Fonte: CNU.
N= 26 bens em 47 municípios

9.2. Itinerários Culturais (Conselho da Europa)

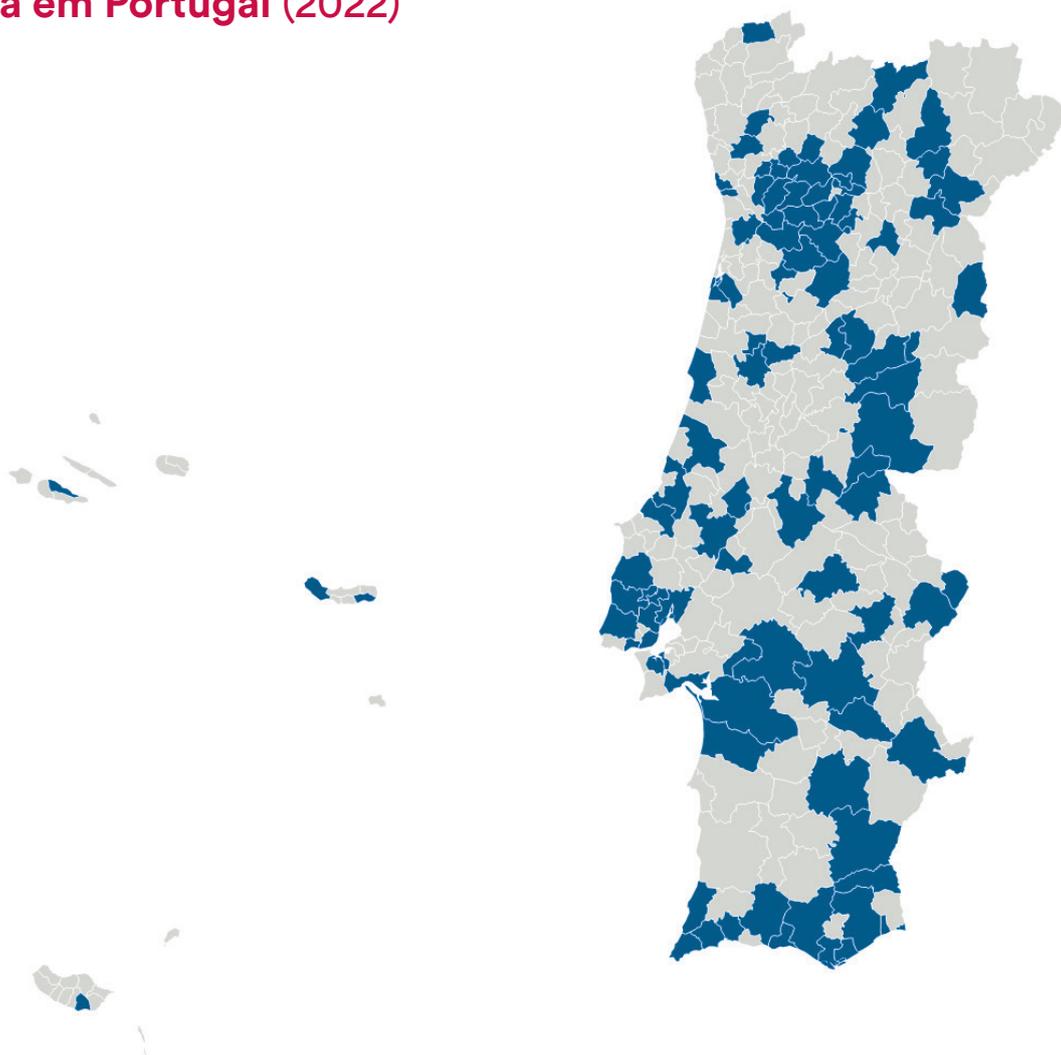
Também o Conselho da Europa (COE) promove programas culturais, sobretudo através dos Itinerários Culturais do Conselho da Europa, iniciado em 1987, e que conta em 2022 com 48 rotas e itinerários que ocorrem em todo o espaço do território europeu, que tem como objetivo a disseminação de valores culturais partilhados. Devido à natureza destes programas - rotas e itinerários culturais com uma forte dimensão turística – a disseminação no território nacional é expressiva, com 101 municípios incluídos em pelo menos uma das 18 propostas de itinerários culturais do COE (mapa 93). A existência de municípios portugueses incluídos nos itinerários

culturais do COE ocorre de norte a sul do território continental, incluindo também os Açores e a Madeira.

Nalguns destes itinerários a dimensão territorial é muito alargada, como o caso da *Iter Vitis – Caminhos do Vinho*, que congrega 91 municípios, ou a *Rota do Património Judaico*, ainda em implementação em Portugal, e que tem um exemplo na Rota das Judiarias /Rotas de Sefarad, um projeto da Rede de Judiarias de Portugal e da Direção Regional de Cultura do Centro, iniciado em 2004. Destaca-se ainda a Rota Europeia do Património Industrial, implementada em 2019, e que conta com 44 elementos integrados em 30 municípios em todo o território nacional. Os municípios de Lisboa e Porto são os que estão integrados em mais rotas do COE.

Itinerários Culturais do Conselho da Europa em Portugal (2022)

Mapa 93



Fonte: COE.
N=18 itinerários em 101 municípios

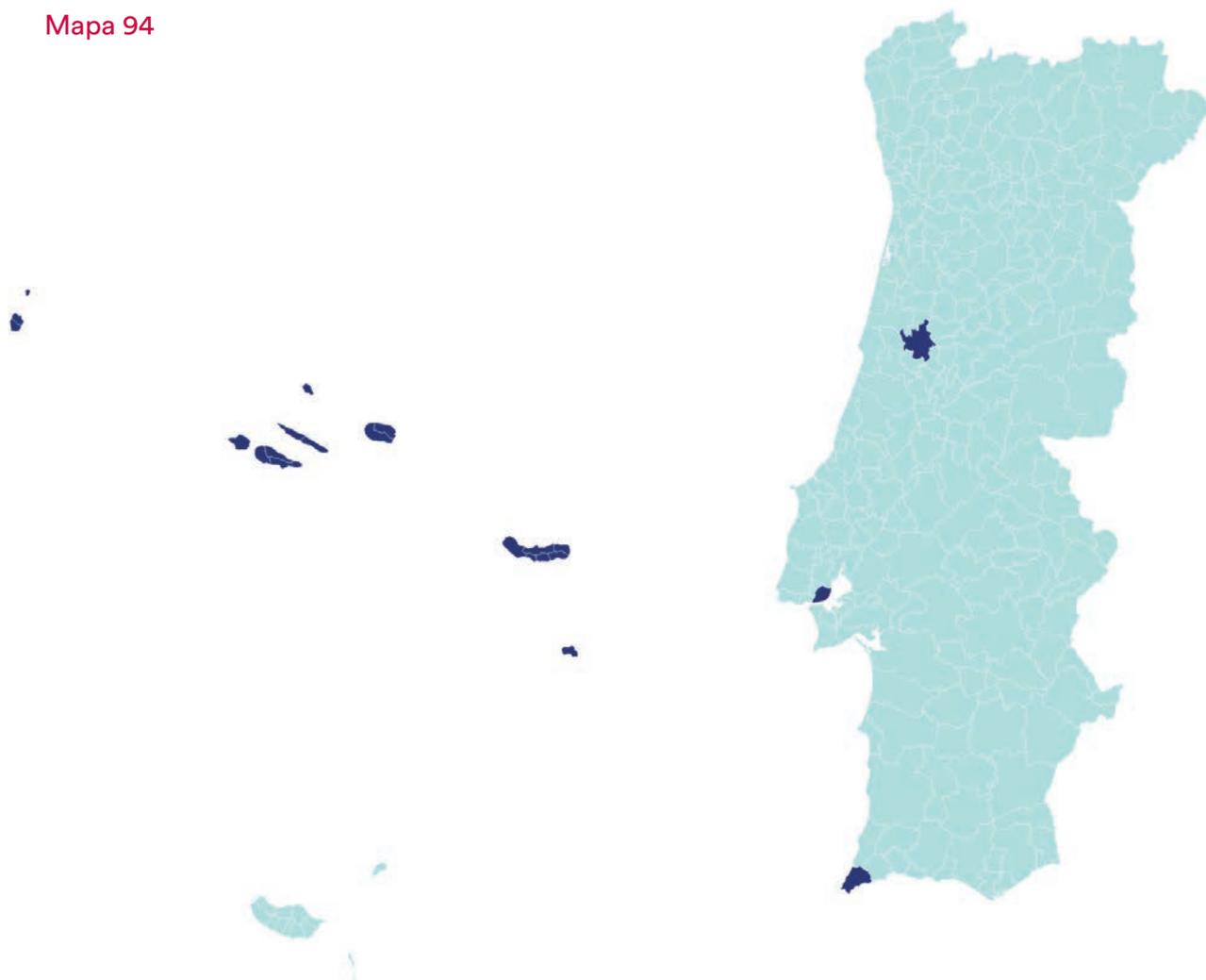
9.3. Marca Património Europeu (Comissão Europeia)

A União Europeia, por via da Comissão Europeia (CE) criou, em 2013, a marca Património Europeu, coordenado em Portugal pelo Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais (GEPAC) do Ministério da Cultura. No cerne deste projeto europeu está a necessidade de identificar os valores, ideais e história que simbolizam a construção da Europa, numa dimensão de relacionamento com os cidadãos. Este programa identifica locais ou acontecimentos específicos que apresentam um valor simbólico e um contributo para a história da Europa. O conjunto de atividades associadas a estes locais ou acontecimentos, sobretudo as de carácter educativo, é ainda tido em conta na atribuição da marca “património europeu”.

Existem na atualidade 60 sítios/acontecimentos aos quais foi atribuída esta classificação. Em Portugal há quatro marcas do património europeu: a Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, a Carta da Lei de abolição da pena de morte, ambas nomeadas em 2014, o promontório de Sagres (2015) e o património cultural subaquático dos Açores (2019). Todas estas marcas representam importantes contributos para a construção dos valores europeus. No caso dos Açores, verifica-se também uma disseminação pela região dos vestígios que levaram a esta atribuição (mapa 94).

Marca do Património Europeu (2022)

Mapa 94



Fonte: CE.

N=4 manifestações em 22 municípios

9.4. Capital Europeia da Cultura (Comissão Europeia)

Para além da marca do património europeu, a Comissão Europeia desenvolve ainda, no âmbito das políticas para a cultura e criatividade, o programa Capital Europeia da Cultura, iniciativa que se iniciou em 1985 tendo, até ao momento presente, mais de 60 cidades acolhido esta iniciativa. Trata-se de um evento cultural de longa duração destinado a promover a riqueza e diversidade cultural na Europa, celebrar as características culturais partilhadas, aumentar a consciência cidadã para uma pertença cultural comum, bem como potenciar a cultura como fator de desenvolvimento urbano.

Em Portugal, três cidades foram capitais europeias da cultura: Lisboa em 1994, Porto em 2001 e Guimarães em 2012. Em 2027, Évora será capital europeia da cultura. Neste programa existe ainda uma grande ênfase na avaliação dos resultados atingidos que permitiu identificar aspetos positivos no que diz respeito à regeneração urbana, à internacionalização das cidades, ao aumento do turismo e ainda a uma melhor perceção da sua cidade por parte dos seus habitantes.

9.5. Prémios do Património Europeu (Comissão Europeia)

Um outro programa cultural, este no âmbito específico do património cultural, é promovido pela União Europeia/Comissão Europeia em colaboração com a organização Europa Nostra, intitulado *European Heritage Awards* (Prémios do Património Europeu). Muito embora estes prémios existam desde 1977, na altura da responsabilidade da Europa Nostra, só em 2002 entraram na esfera de ação da Comissão Europeia, altura em que alteraram a sua denominação. Neste âmbito, Portugal recebeu o seu primeiro prémio em 2004, tendo recebido dois galardões na edição de 2022. Existem 21 prémios europeus do património em Portugal, distribuídos por 17 municípios, sendo Lisboa, Coimbra e Sintra os municípios que albergam mais recetores de prémios.

Ainda no domínio dos museus, há a destacar o reconhecimento internacional aos projetos museológicos em Portugal, com vários prémios. Desde logo o EMYA (*European Museum of the Year Award* – Prémio do Museu Europeu do Ano), em que Portugal conta com oito museus com menções honrosas (Neves, Santos & Lima, 2013). Também o *Council of Europe Museum Prize* (Prémio do Conselho da Europa) foi atribuído a três museus portugueses, o último dos quais em 2011 ao Museu de Portimão. O Prémio Micheletti (*Micheletti Award*), que desde 1996 distingue museus inovadores no mundo da indústria, ciência e técnica, foi atribuído ao Museu da Cortiça da Fábrica do Inglês, Silves (2001), ao Museu da Cerâmica de Sacavém (2002) e ao Museu de Ciência da Universidade de Coimbra (2004) (Neves, Santos & Lima, 2013). No caso do prémio Keneth Hudson (*The Keneth Hudson Award for Institutional Courage and Professional Integrity*), que evidencia as práticas museológicas que mais contribuem para a expansão das perceções sobre o papel dos museus na sociedade, foi atribuído uma vez a museus portugueses (Museu da Comunidade Concelhia da Batalha, Batalha em 2013). O Prémio Stilletto (*Stilletto Prize for community participation and engagement*) distinguiu também um museu português, o Museu de Leiria em 2017.

9.6. Programa Cultura (EEA Grants)

Em maio de 2018, a DGPC foi designada a entidade operadora do Programa Cultura criado no âmbito do Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu - EEA Grants 2014-2021, através do qual a Islândia, o Liechtenstein e a Noruega apoiam financeiramente os Estados Membros da União Europeia com maiores desvios da média europeia do PIB *per capita*, onde se inclui Portugal.

O Programa Cultura tem dois eixos de ação: um relacionado com o património cultural - *Desenvolvimento Local através da Salvaguarda e da Revitalização de Património Cultural Costeiro* e um outro relacionado com as artes - *Connecting Dots - Mobilidade Artística e Desenvolvimento de Públicos*, este último contando com a parceria da DGARTES na operacionalização do programa. Este programa pressupõe a apresentação de projetos a concurso, tendo para isso sido criados dois avisos, um para cada eixo de ação, com um âmbito temporal que decorre entre 2020-2024.

No eixo relativo ao património cultural, foram aprovados seis projetos, envolvendo 48 entidades (entre promotores e parceiros) e decorrendo em sete municípios.

Ainda neste eixo existem dois projetos pré-definidos, não sujeitos a concurso: *Water World - Capacitação e competência para a conservação e gestão do Património Cultural Subaquático*, tendo como promotor o Centro Nacional de Arqueologia Náutica e Subaquática (CNANS) e como parceiro o Museu Marítimo da Noruega, em que o objetivo é documentar sítios arqueológicos em zonas costeiras com métodos fotogramétricos, levantamentos geofísicos, levantamentos GPS e GIS, para desenvolver métodos de conservação *in situ* e monitorização em sítios arqueológicos previamente selecionados. O âmbito é o território nacional costeiro e o projeto recebeu um financiamento de 995.000,00€, tendo sido iniciado em 2020. O outro projeto pré-definido é o projeto *FILMar - Digitalização do Património Cinematográfico*, tendo a Cinemateca Portuguesa – Museu do Cinema como entidade promotora e o Instituto Norueguês de Cinema como entidade parceira. Neste projeto perspetiva-se a digitalização e o acesso ao património cinematográfico relevante e culturalmente valioso, que espelha uma relação com o mar. O financiamento foi de 881.250,00€ e o projeto teve início em 2020.

No eixo das artes foram aprovados nove projetos de programação artística que decorrem em territórios de baixa densidade de Portugal continental e das regiões autónomas. Estes projetos apresentam um carácter multidisciplinar, abrangendo as artes visuais, as artes performativas e de cruzamento disciplinar e, complementarmente, do cinema e da literatura. Estes projetos envolveram 56 entidades: seis associações culturais como promotores, 37 parceiros nacionais e 13 parceiros vindos dos países doadores, decorrem em 21 municípios (quadro 21).

Programa Cultura (2020-2023) Indicadores (números e Euros)

Quadro 21

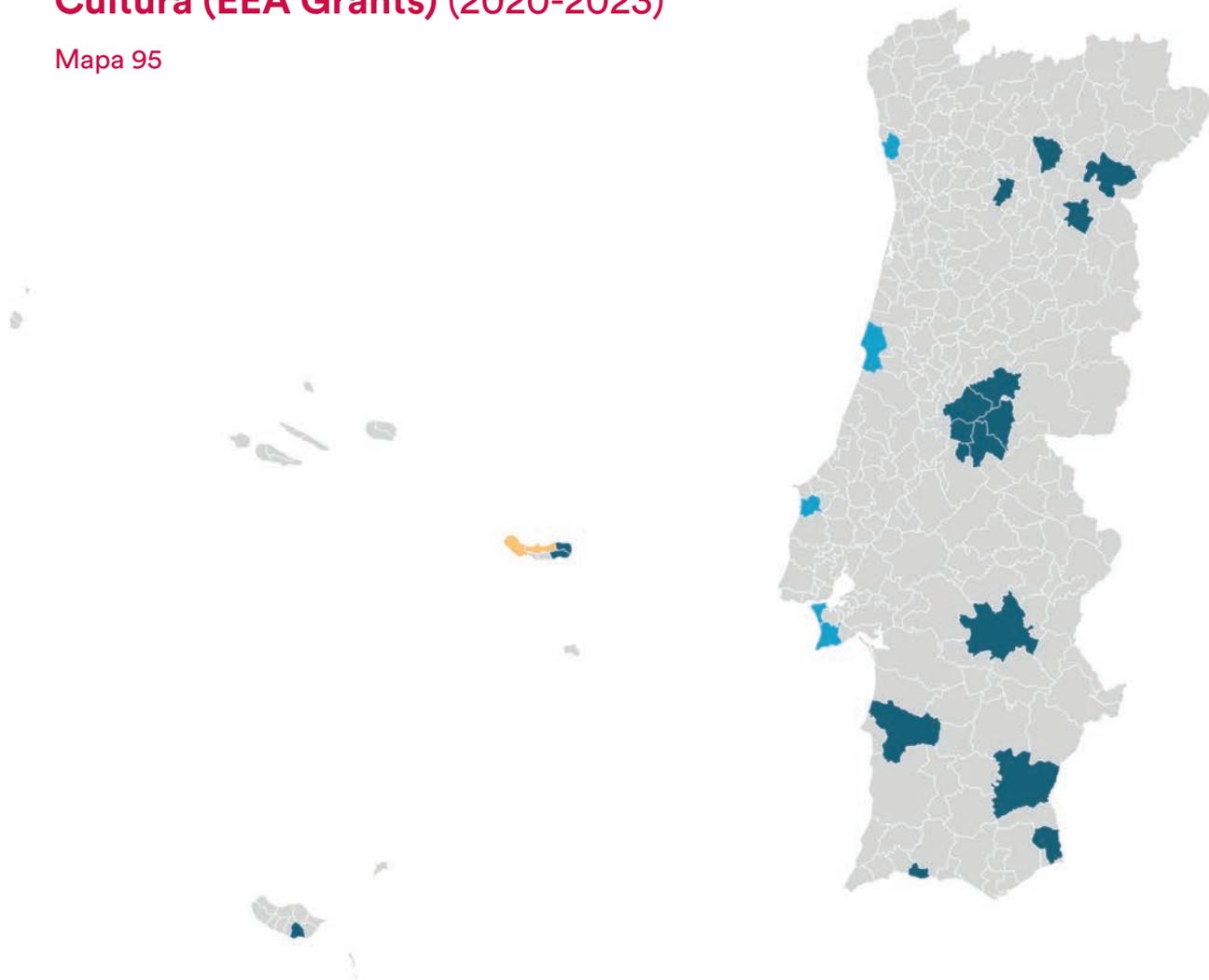
INDICADORES	EIXO DESENVOLVIMENTO LOCAL ATRAVÉS DA SALVAGUARDA E DA REVITALIZAÇÃO DE PATRIMÓNIO CULTURAL COSTEIRO	EIXO CONNECTING DOTS-MOBILIDADE ARTÍSTICA E DESENVOLVIMENTO DE PÚBLICOS
Promotores	6	6
Dos quais... municípios	4	-
museus	1	-
empresas	1	-
associações	-	6
Projetos	6	9
Entidades (promotores + parceiros)	48	56
Municípios abrangidos	7	21
Montante total	7 518 243,12 €	3 945 839,35 €
Montante financiado	4 362 757,33 €	3 343 395,40 €
Parceiros nacionais	31	37
Parceiros dos países doadores	11	13

Fonte: EEA Grants.

No conjunto dos dois eixos com projetos a concurso, este programa abrange 25 municípios. No caso do eixo *Desenvolvimento Local através da Salvaguarda e da Revitalização de Património Cultural Costeiro*, a localização dos projetos tem uma relação direta com o objeto do programa, estando estes presentes nas regiões Norte, Centro, AML e, nas regiões autónomas, nos Açores. No caso do eixo *Connecting Dots - Mobilidade Artística e Desenvolvimento de Públicos*, verifica-se o financiamento a projetos essencialmente no interior, norte, centro e sul e em ambas as regiões autónomas. A R. A. dos Açores é a que apresenta projetos inseridos nos dois eixos (municípios de Ponta Delgada e Ribeira Grande) (mapa 95).

Municípios com projetos do Programa Cultura (EEA Grants) (2020-2023)

Mapa 95



■ Eixo Desenvolvimento Local através da Salvaguarda e da Revitalização de Património Cultural Costeiro
■ Eixo Connecting Dots - Mobilidade Artística e Desenvolvimento de Públicos ■ Ambos

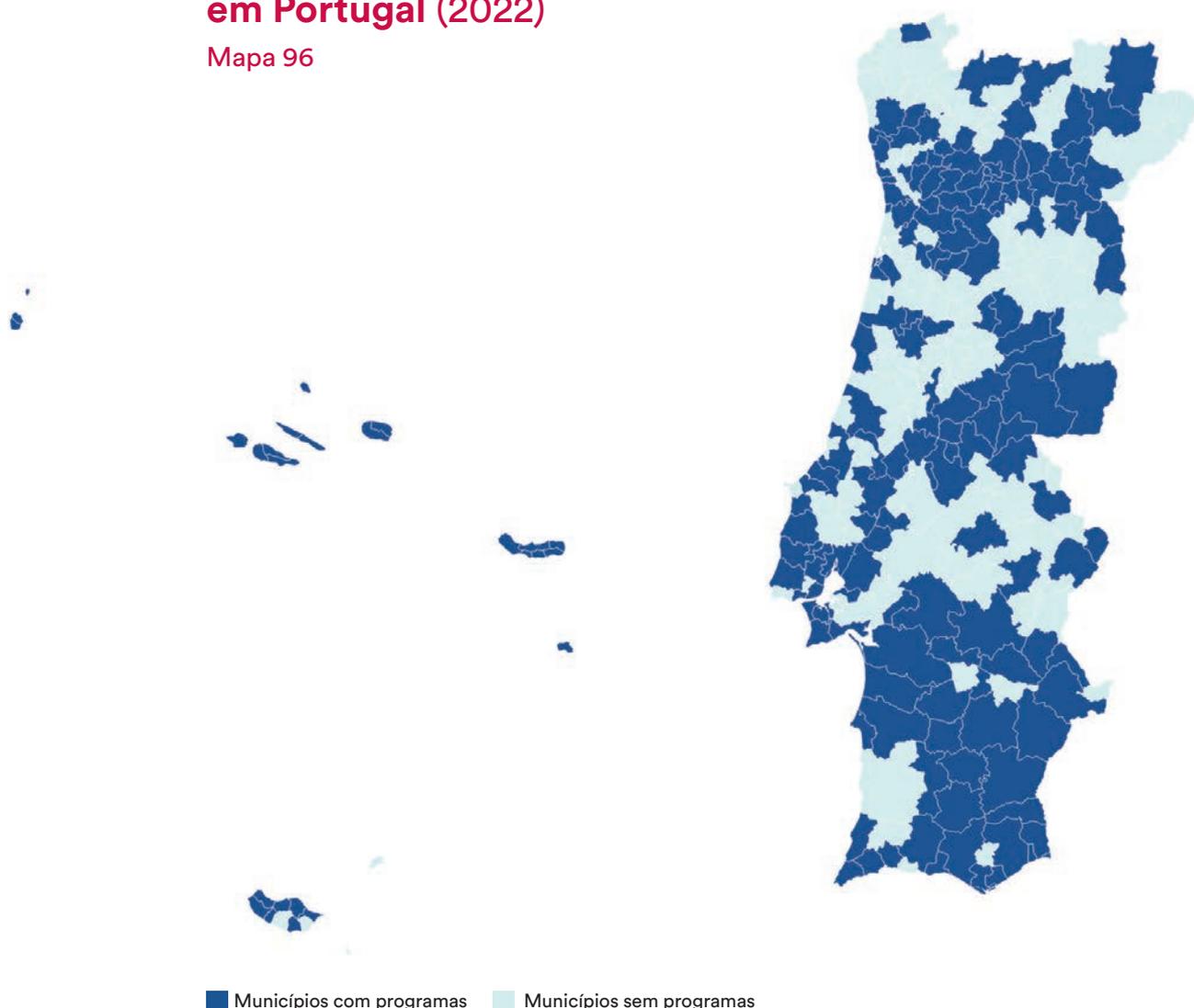
Fonte: EEA Grants <https://www.eeagrants.gov.pt/pt/>.

9.7. Programas culturais de âmbito internacional

No panorama da atuação cultural de âmbito internacional em Portugal, verifica-se que mais de metade do país está integrado em pelo menos uma das ações culturais internacionais analisadas, UNESCO, COE, CE e EEA Grants (mapa 96), com uma distribuição no território nacional relativamente equitativa quer em termos de norte/sul, quer em termos de interior/litoral. A situação mais frequente é a integração dos vários municípios em apenas um programa cultural de nível internacional. Na quase totalidade das ações internacionais encontra-se o município de Lisboa, enquanto os do Porto, Braga, Guimarães, Vila Real, Coimbra, Leiria, Évora e Angra do Heroísmo apresentam também um número elevado de participações em programas internacionais (mapa 97).

Programas de âmbito internacional em Portugal (2022)

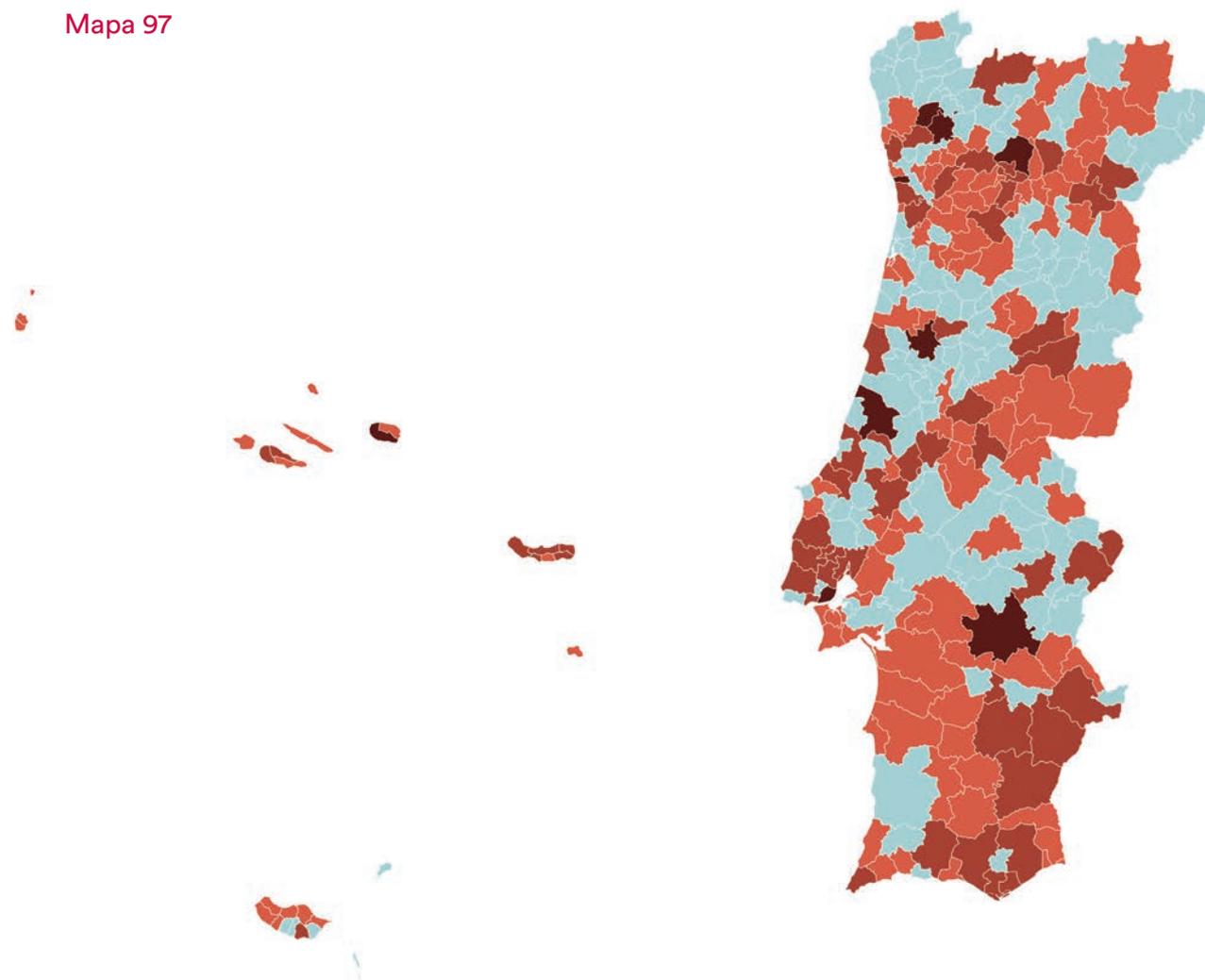
Mapa 96



Fontes: CNU, COE, CE, EEA Grants.
N=158 programas internacionais em 180 municípios.

Programas de âmbito internacional em Portugal (índice) (2022)

Mapa 97



■ Muito alto ■ Alto ■ Baixo ■ Sem programa

Legenda: Muito alto (4 a 7); Alto (2 a 3); Baixo (com 1); Sem programa.

Fontes : CNU, COE, CE, EEA Grants.

N=158 programas internacionais em 180 municípios.

Conclusões

Com a realização do presente Atlas Artístico e Cultural de Portugal (AACP) foi possível reunir pela primeira vez um conjunto muito relevante de informação de base territorial sobre diversos domínios culturais (património cultural, artes performativas, artes visuais, cinema, bibliotecas e arquivos), em várias dimensões suscetíveis de contribuir para a sua caracterização, quer das ofertas (e. g. equipamentos, entidades, eventos) quer das procuras.

É agora possível dispor de um instrumento com uma perspetiva alargada sobre a realidade cultural no País, ao nível do município, cumprindo assim um dos seus principais objetivos, o de informar políticas culturais e o seu planeamento aos vários níveis da atuação do Estado: nacional, regional, sub-regional/intermunicipal, para além de municipal. Cumpre, também, um outro objetivo, não menos relevante, o de contribuir para dotar o conjunto do setor artístico e cultural, e todos os interessados nas matérias ligadas às questões culturais, de informação que permite contextualizar o domínio específico em que se insere relativamente a outros domínios, na perspetiva de que, sem esquecer a especificidade de cada um, se valoriza de igual modo a complexidade que caracteriza o que se vem designando na atualidade por “cultura”, ainda que especificamente do ponto de vista das políticas culturais (Neves, 2020a, pp. 83-84).

De facto, se é visível a enorme dinâmica que a área da cultura vem registando no País, decorrente da ação dos vários agentes culturais e artísticos, das políticas culturais, nacionais e descentralizadas (em boa parte influenciadas e integradas nas recomendações emanadas das políticas culturais da União Europeia e de outros organismos internacionais), por um lado, e das procuras, dos públicos, e dos participantes nas atividades organizadas por entidades, públicas e privadas, por outro – dinâmica facilmente observável no terreno, no contacto com os agentes da área, na relação com os equipamentos ou na frequência de atividades e eventos, pelo menos em parte espelhada nos dados longitudinais disponíveis – essa visibilidade é frequentemente circunscrita ao domínio de atividade em que se atua ou de que, por qualquer motivo, se está mais próximo e portanto mais atento.

Para o desenvolvimento cultural, para além de social e económico, numa perspetiva integrada, equilibrada e sustentável, é indispensável a produção de conhecimento de base territorial. Deste ponto de vista, como se procurou evidenciar, a existência de um instrumento como o Atlas, que inclua várias dimensões das artes e da cultura, é fundamental.

Deste modo, tal como constatado noutros mapeamentos (Duxbury, 2020), ainda que locais, municipais, para os quais o Atlas aliás pode ser também ser um apoio útil, duas grandes conclusões baseadas na evidência empírica recolhida emergem. Por um lado, apesar dos desequilíbrios (sociais, económicos e) territoriais persistentes, em especial litoral/interior, e também norte/sul e urbano/rural, é visível o esforço que vem sendo realizado para a sua correção na área da cultura. Os numerosos mapeamentos que integram o Atlas mostram bem que essas assimetrias devem ser relativizadas em função da efetiva disseminação no território de investimentos, equipamentos, eventos, da presença de entidades públicas, privadas não lucrativas e lucrativas. Esta é uma conclusão que talvez não se esperasse. Por outro lado, aqui talvez como seria já expectável, isso não impede que se identifiquem domínios e territórios com níveis de desenvolvimento diferenciados, mostrando uma realidade territorial consabidamente heterógena, em parte com níveis muito positivos, outros em que as carências continuam a ser mais gritantes e, portanto, devem merecer uma atenção específica e acrescida por parte das políticas públicas visando a coesão territorial, ou seja, a igualdade de condições de acesso à cultura independentemente do local de residência. A informação mobilizada permite também tornar mais visíveis estes territórios. Esta é outra conclusão igualmente relevante que emerge deste estudo e que teve já uma consequência concreta. O Programa de Apoio em Parceria - Arte e Coesão Territorial, lançado pela DGARTES em parceria com o Iscte/OPAC em julho de 2023, é, a esse propósito, muito revelador como outro bom exemplo das potencialidades do Atlas. Nesse programa foram identificados os municípios de baixa densidade cultural (76) que constituem os municípios elegíveis no desenho e implementação do referido programa, em que, de modo inovador, se articulam apoios financeiros às entidades e acompanhamento e avaliação (externa) de impactos.

Em todo o caso, há que salientar que o Atlas é produto de um primeiro exercício, com as potencialidades, mas também limitações que isso acarreta. As muitas potencialidades foram salientadas ao longo do estudo. Quanto às limitações são várias, desde logo a impossibilidade de mapear quer a vasta atividade associativa cultural, amadora, voluntária, consabidamente muito heterogénea, objeto de inquérito nacional (Neves et al., 2023), quer o domínio do artesanato.

Os mapas e indicadores - estes por vezes úteis para melhor situar as representações territoriais objeto de mapeamento num dado momento (em geral o ano), noutros casos para descrever a evolução registada ao longo do tempo até ao presente - apresentados ao longo do Atlas mostram que há um conjunto muito vasto de informação relevante, administrativa, produzida pelas estatísticas oficiais e pelos organismos governamentais da área da cultura, que tem uma dimensão municipal (e como tal é classificada nos registos) e pode ser mobilizada e trabalhada com vantagem no sentido da sua representação territorial. Faltava, contudo, uma metodologia capaz de suportar um modelo de operacionalização que organizasse e desse sentido do ponto de vista analítico a essa vasta informação disseminada por diversas fontes. Importa notar que os exemplos de boas práticas de atlas de outros países decorrem de linhas de pesquisa das tutelas da cultura, enquanto responsáveis pelas estatísticas oficiais (uma vez que aí se conjugam de modo nuclear produção e usos da informação estatística) (Cardona et al., 1998), o que não se verifica em Portugal (as estatísticas oficiais são uma competência, não delegada, do INE). Esse foi um desafio importante e constituiu simultaneamente a principal dificuldade enfrentada: perante a vasta informação que a pesquisa documental, em parte disponível na internet, sugeria, que fontes utilizar, para além do INE?

A superação desse desafio deveu-se em boa medida a duas conclusões, articuladas entre si: a generalizada não comparabilidade e a frequente ausência de controlo dos dados. A informação produzida pelas direções regionais de cultura, comunidades intermunicipais e municípios são disso ilustrativas. Comparabilidade que apenas é possível assegurar, portanto, numa perspetiva *top/down*, ou seja, partindo do nível nacional para os outros níveis, e não o contrário.

Ou seja, face às duas estratégias metodológicas identificadas (inquérito por questionário a diversas entidades, portanto recurso a fontes primárias; e recurso a fontes secundárias, em alguns casos decorrentes de atividade administrativa, como justamente é o caso da DGARTES) qual seguir? A opção pela segunda estratégia revelou-se a mais adequada e profícua, não apenas pelos resultados obtidos – na sequência de duas grandes fases de trabalho, a recolha dos dados junto dos organismos produtores e o seu tratamento crítico sobre as noções utilizadas e de harmonização segundo uma estrutura por dimensões e por município por parte da equipa do estudo – mas também (sobretudo?) pelas potencialidades daí decorrentes de atualização regular das dimensões, indicadores e índices entretanto contruídos. A que há que acrescentar as potencialidades quanto ao seu alargamento, aliás não apenas do ponto de vista analítico dos dados sistematizados, mas também quanto aos domínios, dimensões e mesmo programas de intervenção pública que podem integrar o Atlas: Trata-se então de uma metodologia que contribui para uma perspetiva multidimensional dinâmica, portanto mais próxima da realidade cultural do território. A inclusão, já neste estudo, de programas de políticas públicas nacionais (como o Revive) e internacionais com incidência em Portugal, no quadro da União Europeia (como o PRR), da UNESCO (e.g. património mundial) ou do Conselho da Europa (itinerários culturais) são alguns bons exemplos dessas potencialidades.

Potencialidades que sugerem (recomendam) a importância de promover a atualização regular do Atlas e a sua publicação, beneficiando das vantagens da era digital para a sua disponibilização *online*. Nesse percurso é indispensável, com igual grau de importância, o desenvolvimento do modelo criado e que está na base do Atlas, necessariamente com uma perspetiva global e integradora, e o desenvolvimento do trabalho por parte dos organismos produtores do Ministério da Cultura (DGARTES, DGLAB, entre outros) ou com atribuições quanto à estatística, o GEPAC (Neves, 2020b), e dos governos regionais - em articulação com o INE e os respetivos organismos das regiões autónomas para continuarem e melhorarem a qualidade, a pertinência e a fiabilidade da informação administrativa que produzem no sentido da sua apropriação para fins estatísticos (neste caso em concreto, mapeamento cultural), assim contribuindo para a eficiência e eficácia do modelo e – importa destacar – dando utilidade e viabilidade (e legitimidade) acrescidas ao trabalho permanente que realizam.

Trata-se de um desafio cuja resposta depende do trabalho de investigadores, responsáveis políticos, dirigentes, técnicos e de todos os que contribuem para a produção dos dados. Trata-se de um desafio das políticas públicas da cultura. Espera-se que este Atlas Artístico e Cultural de Portugal seja apenas o primeiro resultado desse desafio.

Legislação

Lei n.º 107/2001, de 08 de setembro <Estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural>.

Lei n.º 47/2004, de 19 de agosto <Aprova a Lei Quadro dos Museus Portugueses>.

Lei n.º 22/2008, de 13 de maio <estabelece os princípios, as normas e a estrutura do Sistema Estatístico Nacional>.

Lei n.º 55/2012, de 6 de setembro <Estabelece os princípios de ação do Estado no quadro do fomento, desenvolvimento e proteção da arte do cinema e das atividades cinematográficas e audiovisuais>.

Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro <Estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico>.

Lei n.º 31/2015, de 23 de abril <Estabelece o regime de acesso e exercício da atividade de artista taumáquico e de auxiliar de espetáculo taumáquico>.

Lei n.º 81/2019, de 02 de setembro <Cria a Rede de Teatros e Cineteatros Portugueses (RTCP) e o programa de apoio à programação dos teatros e cineteatros que a integram, bem como o regime de credenciação dos mesmos>.

Decreto-Lei Regional n.º 13/2009/A, de 29 de julho <Estabelece as competências dos órgãos e serviços da Região Autónoma dos Açores em matéria de espetáculos e divertimentos públicos e direitos de autor e direitos conexos>.

Decreto Legislativo Regional n.º 11/2010/A, de 16 de março <Regulamento Geral dos Espetáculos Taumáquicos de Natureza Artística da Região Autónoma dos Açores>.

Decreto-Lei n.º 79/2012, de 27 de março <Aprova a orgânica do Instituto do Cinema e do Audiovisual I.P.>.

Decreto-Lei n.º 115/2012, de 25 de maio <Aprova a orgânica da Direção-Geral do Património Cultural>.

Decreto-Lei n.º 124/2013, de 30 de agosto <Procede à regulamentação da Lei n.º 55/2012, de 6 de setembro, no que respeita às medidas de apoio ao desenvolvimento e proteção das atividades cinematográficas e audiovisuais, às obrigações de investimento e ao registo de obras e empresas cinematográficas e audiovisuais>.

Decreto-Lei n.º 23/2014, de 14 de fevereiro <Aprova o regime de funcionamento dos espetáculos de natureza artística e de

instalação e fiscalização dos recintos fixos destinados à sua realização. Estabelece, ainda, o regime de classificação de espetáculos de natureza artística e de divertimentos públicos>.

Decreto-Lei n.º 89/2014, de 11 de junho <Aprova o regulamento do espetáculo taumáquico>.

Decreto-Lei n.º 103/2017, de 24 de agosto <Aprova o regime de atribuição de apoios financeiros do Estado, através da DGARTES, a entidades que exerçam atividades profissionais nas áreas das artes visuais (arquitetura, artes plásticas, design, fotografia e novos *media*), das artes performativas (circo contemporâneo e artes de rua, dança, música e teatro) e de cruzamento disciplinar. São excluídas as atividades de natureza exclusivamente lucrativa que não se inserem nos fins e objetivos de interesse público previstos no artigo 3.º deste diploma legal>.

Decreto-Lei n.º 90/2019, de 5 de julho <Altera o regime de funcionamento dos espetáculos de natureza artística e de instalação e fiscalização dos recintos fixos destinados à sua realização, bem como a classificação de espetáculos de natureza artística e de divertimentos públicos>.

Decreto-Lei n.º 47/2021, de 11 de junho <Altera o regime de atribuição de apoios financeiros do Estado às artes visuais e performativas>.

Decreto-Lei n.º 36/2023, de 26 de maio <Procede à conversão das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional em institutos públicos>.

Decreto-Lei n.º 78/2023, de 4 de setembro <Procede à criação do Património Cultural, I. P., e aprova a respetiva orgânica.>.

Decreto-Lei n.º 79/2023, de 4 de setembro. <Procede à criação da Museus e Monumentos de Portugal, E. P. E.>.

Decreto regulamentar n.º 35/2012, de 27 de março <Aprova a orgânica da Direção-Geral das Artes>.

Regulamento n.º 178/2021, de 2 de março, ao abrigo do disposto no artigo 48.º do Decreto-Lei n.º 25/2018, de 24 de abril <Regulamento do registo de entidades cinematográficas e audiovisuais>.

Regulamento Delegado (UE) da Comissão 2023/674, de 26 de dezembro de 2022 <altera os anexos do Regulamento (CE) n.º 1059/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à instituição de uma Nomenclatura Comum das Unidades Territoriais para fins Estatísticas (NUTS)>.

Regulamento (EU) do Parlamento Europeu e do Conselho n.º 2021/241, de 12 de fevereiro de 2021 <Cria o Mecanismo de Recuperação e Resiliência>.

Portaria n.º 106/2021, de 25 de maio <Estabelece os requisitos para a credenciação dos teatros, cineteatros e outros equipamentos culturais na Rede de Teatros e Cineteatros Portugueses e aprova o respetivo formulário para instrução do pedido de credenciação>.

Portaria n.º 146/2021, de 13 de julho <Aprova o Regulamento dos Programas de Apoio às Artes, no âmbito do regime de atribuição de apoios financeiros do Estado às artes>.

Portaria n.º 27/2022, de 10 de janeiro <Altera o Regulamento de Gestão do Fundo de Salvaguarda do Património Cultural e de Funcionamento da Comissão Diretiva>.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 89/2020 de 23 de outubro <Aprova o Programa «Saber-Fazer»>.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 50/2021, de 11 de maio <Cria a Rede Portuguesa de Arte Contemporânea e o Curador da Coleção de Arte Contemporânea do Estado>.

Deliberação n.º 55/2015, de 1 de julho, da Comissão Interministerial de Coordenação Portugal 2020 <Altera a deliberação relativa à classificação de territórios de baixa densidade para a aplicação de medidas de diferenciação positiva dos territórios>.

Despacho Conjunto n.º 616/2000, de 5 de junho <Estabelece a estrutura de projeto da Rede Portuguesa de Museus>

Despacho n.º 8789/2022, de 19 de julho <Estabelece os procedimentos de adesão à Rede Portuguesa de Arte Contemporânea>.

Bibliografia

- André, I. & Vale, M. (2012). *A Criatividade Urbana na Região de Lisboa*. IGOT.
- Banha, R. (Coord.) (2001). *Diagnóstico Sociocultural de Loures—I: Contextualização Sócio-Espacial e Enquadramento Teórico-Metodológico*. Câmara Municipal de Loures.
- Bina, V., Chantepie, P., Deroin, V., Frank, G., Kommel, K., Kotynek, J., & Robin, P. (2012). *ESSnet-Culture Final Report*. ESSnet Culture Eurostat.
- Camacho, C. F., Pignatelli, C. F., & Monteiro, J. S. (2001). *Rede Portuguesa de Museus: linhas programáticas*. Instituto Português de Museus.
- Camacho, C. et al. (2021). *Grupo de Projeto Museus no Futuro, Relatório Final*. DGPC
- Cardona, J., Lacroix, C., & Husson, G. (Eds.). (1998). *Atlas des Activités Culturelles*. La Documentation Française.

- Castillo, R. G. D., Romano, S. Z., Nuere, C. O., & Nebreda, J. D. (2009). *Atlas de Infraestructuras Culturales de España*. Datautor.
- CSE. (2023). *A implementação das NUTS 2024, 35ª Reunião Plenária*. Conselho Superior de Estatística
- Datar. (1999). *Schéma de Services Collectifs. Document de concertation regionale pour la region Bretagne. Avant -Projet Definitif*. MCC.
- Datar. (2000a). *Schéma de Services Collectifs. Document Soumis à la Consultation*. MCC.
- Datar. (2000b). *Schéma de Services Collectifs. Document Soumis à la Consultation. Annexes: documents d'objectifs régionaux*. MCC.
- DGLAB. (2018). *Questionário de Recolha de Dados Estatísticos 2018 – RNBP*. DGLAB.
- Duarte, A. (2020). *The Periphery Is Beautiful: The Rise of the Portuguese Contemporary Art Market in the 21st Century*. *Arts*, 9(4).
- Duxbury, N. (2020). Mapeamento cultural. Enfrentar o desafio de políticas e planeamento culturais mais participativos e pluralistas. *Todas as Artes Revista Luso-Brasileira de Artes e Cultura*, 3(2), 10-24.
- Duxbury, N., Garrett-Petts, W. F. & MacLennan, D. (Eds.). (2015). *Cultural Mapping as Cultural Inquiry*. Routledge.
- Esteireiro, P. (2018). *Artes Performativas no Funchal: Contributo das Associações para o Planeamento Cultural*. Associação Regional de Educação Artística.
- Eurostat. (2018). *Guide to Eurostat culture statistics - 2018 edition*. União Europeia.
- Ferrão, J. (2013). Território. In J. L. Cardoso, P. Magalhães, & J. M. *Portugal Social de A a Z - Temas em aberto* (pp. 244-257). Impresa Publishing, Expresso.
- Ferreira, C., Gomes, C. S. & Casaleiro, P. (2011). *Atlas Cultural da Região Centro. Os recintos de espectáculos*. MC/DRCC.
- Freitas, R. (2016). *Cultural mapping as a development tool. City, Culture and Society*, 7 (1), 9-16.
- Gabriel, L. (2016). A mercadorização das artes. In I. André, A. Estevens & L. Gabriel, L. (Eds.), *Atlas das Utopias Reais: Criatividade, Cultura e Artes* (pp. 36-41). Outro Modo.
- Garcia, J. L., Lopes, J. T., Neves, J. S., Gomes, R. T., Martinho, T. D. & Borges, V. (2014a). *Mapear os Recursos, Levantamento da Legislação, Caracterização dos Atores, Comparação Internacional*. SEC/GEPAC.
- Garcia, J. L., Lopes, J. T., Neves, J. S., Gomes, R. T., Martinho, T. D. & Borges, V. (2014b). *Mapear os Recursos, Levantamento da Legislação, Caracterização dos Atores, Comparação Internacional: Relatório Final*. ICS-UL, FLUP-UP e CIES-IUL.
- Guerra, P. (2016). 'From the night and the light, all festivals are golden': the festivalization of culture in the late modernity. *Redefining art worlds in the late modernity*. In O. Guerra & P. Costa (Eds.), *Redefining art worlds in the late modernity* (pp. 39-68). UP/FL.
- Henriques, E. B. (2003). *Distração, fruição e evasão: as funções cultural e recreativa na AML*. In J. A. Tenedório (Ed.), *Atlas da Área Metropolitana de Lisboa* (pp. 189-208). Área Metropolitana de Lisboa.
- IGAC. (2021). *Relatório da Atividade Tauromáquica 2021*. Inspeção-Geral das Atividades Culturais.
- INE. (1994). *Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio - 1993*. Instituto Nacional de Estatística.
- INE. (1998). *Associações Culturais e Recreativas 1995*. Instituto Nacional de Estatística.
- INE. (2004). *Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio 2003*. Instituto Nacional de Estatística.
- INE. (2015). *NUTS 2013. As novas unidades territoriais para fins estatísticos*. Instituto Nacional de Estatísticas.
- INE. (2019). *Documento metodológico Inquérito aos Espetáculos ao Vivo: versão 3.0*. Instituto Nacional de Estatísticas.
- INE. (2021). *Estatísticas da Cultura 2020*. Instituto Nacional de Estatística.
- INE. (2022). *Estatísticas da Cultura 2021*. Instituto Nacional de Estatística.
- INE. (2022a). *Política de confidencialidade estatística*. Instituto Nacional de Estatística.
- INE. (2023). *Estatísticas da Cultura 2022*. Instituto Nacional de Estatística.
- Lourenço, J. (2021). O Ano em que o Cinema que conhecíamos parou: um retrato em três actos. *Observatório (OBS*)*, 045-055.
- KEA. (2006). *The economy of culture in Europe*. Kea European Affairs.
- Martinho, T. D., & Neves, J. S. (1999). *Festivais de música em Portugal. Folha Obs*, 1.
- Martins, A.M.N. (2011). *A salvaguarda do património cultural no ordenamento territorial. O caso específico do património arqueológico*. Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.
- Mauritti, R. /Ed.), Craveiro, D., Cabrita, L., Botelho, M. C., Nunes, N., & Silva, S. F. (2022). *Territórios de bem-estar. Assimetrias nos municípios portugueses*. Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- MECD. (1995). *Mapa de infraestructuras, operadores y recursos culturales. MIOR*. Secretaría General Técnica. Centro de Publicaciones.
- Ministério do Planeamento. (2021). *PRR - Recuperar Portugal. Construindo o futuro*. Ministério do Planeamento.
- Ministério do Planeamento. (2023). *PRR - Adenda*. Ministério do Planeamento.
- Moura, M. J. (Ed.), Almeida, P. V., Portilheiro, J. M., & Calçada, M. T. (1986). *Leitura pública: Rede de bibliotecas municipais*. Secretaria de Estado da Cultura..
- Neves, J. S. (2000). *Despesas dos Municípios com Cultura*. OAC.
- Neves, J. S. (2010). Políticas culturais locais e financiamento da Cultura: crescimento e planeamento. *Trajectos. Revista de Comunicação, Cultura e Educação*, 16, 125-130.
- Neves, J. S. (2020a). *O setor artístico e cultural, impactos e desafios da crise provocada pela Covid-19*. In R. M. Carmo, I. Tavares, & A. F. Cândido (Eds.), *Um Olhar Sociológico sobre a Crise Covid-19 em Livro* (pp. 83-97). Observatório das Desigualdades, CIES-Iscte.
- Neves, J. S. (2020b). *Políticas culturais e infraestruturas de pesquisa: o caso português*. *Sociologia On Line*, 24, 64-84.
- Neves, J. S. (2021). *Políticas culturais de museus em Portugal: ciclos e processos de reflexão estratégica participada* *Midas*, 13, 1-23.
- Neves, J. S. & Miranda, A. P. (2022). *Exibição de cinema em sala em Portugal*. OPAC-Observatório Português das Atividades Culturais, CIES-Iscte.
- Neves, J. S. & Santos, J. (2012). *Carta Cultural. Diagnóstico, Modelo e Exercício exploratório de mapeamento de recintos de artes do espetáculo, de cinema, de tauromaquia e de museus*, [relatório não publicado]. OAC.
- Neves, J. S., Macedo, S. C., & Santos, J. (2020). *Cultural Heritage Valorisation and the public access to National Monuments*. In R. Amoêda, S. Lira & C. Pinheiro (Eds.), *Heritage 2020 Proceedings of the 7th International Conference on Heritage and Sustainable Development* (pp. 27-37). Green Lines Institute for Sustainable Development.

- Neves, J. S., Macedo, S. C., & Santos, J. (2023). *Da salvaguarda à valorização: Os monumentos nacionais de Portugal e a abertura ao público em 2021*. Observatório Português das Atividades Culturais, CIES-Iscte.
- Neves, J. S., Lima, M. J. & Santos, J. A. (2003). Diagnóstico aos Arquivos Intermédios da Administração Central. *OBS - Publicação Trimestral do Observatório das Atividades Culturais*, 12, 46-52.
- Neves, J. S., Miranda, A. P. & Lopes, M. Â. (2021). *Emprego Cultural em Portugal em 2020*. OPAC-Observatório Português das Atividades Culturais, CIES-Iscte.
- Neves, J. S., Santos, J. & Ferreira, L. (2023). *Os museus da Rede Portuguesa de Museus em 2022*. Observatório Português das Atividades Culturais. CIES-Iscte.
- Neves, J. S., Santos, J. A., & Lima, M. J. (2013). *O Panorama Museológico em Portugal: Os Museus e a Rede Portuguesa de Museus na Primeira Década do Século XXI*. DGPC/SEC.
- Neves, J. S., Gomes, R. T., Lima, M. J. & Azevedo, J. (2021). *Inquérito aos Profissionais das Artes e da Cultura: Report#1 Emprego cultural e perfis social e laboral*. Observatório Português das Atividades Culturais, CIES-Iscte.
- Neves, J. S., Prista, P., Macedo, S. C., & Santos, J. (2022). *A Cultura no pós Alentejo-2020*. Observatório Português das Atividades Culturais, CIES-Iscte..
- Neves, J. S., Lima, M. J., Santos, J., Macedo, S. C., Martins, A., Pratas, S., Pereira, J., & Nunes, N. (2023). *Democracia cultural e políticas públicas: o papel do associativismo popular*. *Análise Associativa*, 10, 14-42.
- Pessoa, M. J., Valente, R. & Teixeira, R. (1999). *Levantamento e Caracterização dos Equipamentos Culturais e Desportivos da AMP*. CCRN.
- Raposo, J. (2016). Sítios Arqueológicos Portugueses Revisitados: 500 arqueossítios ou conjuntos em condições de fruição pública responsável. *Al-Madan*, II série (20), pp. 70-196.
- Redaelli, E. (2015). Cultural Mapping: Analyzing Its Meanings in Policy Documents. Em N. Duxbury, N., W. F. Garrett-Petts & D. MacLennan (Eds.), *Cultural Mapping as Cultural Inquiry* (pp. 86-98). Routledge.
- Reyes, A. F., Lara, I. G. & Hernández, N. (Eds.). (2010). *Atlas de infraestructura y patrimonio cultural de México*. Consejo Nacional para la Cultura y las Artes.
- Ribot, A.C. (Ed.). (2011a). *Atlas de Infraestructura y Patrimonio Cultural de las Américas: Costa Rica*. Fundación Interamericana de Cultura y Desarrollo, Ministerio de Cultura y Juventud, Gobierno de Costa Rica.
- Ribot, A.C. (Ed.). (2011b). *Atlas de Infraestructura y Patrimonio Cultural de las Américas: Ecuador*. Fundación Interamericana de Cultura y Desarrollo, Ministerio de Cultura y Juventud, Gobierno de Costa Rica.
- Ribot, A.C. (Ed.). (2011c). *Atlas de Infraestructura y Patrimonio Cultural de las Américas: Perú*. Fundación Interamericana de Cultura y Desarrollo, Ministerio de Cultura y Juventud, Gobierno de Costa Rica.
- Santos, J. & Neves, J. S. (2017). *Estatísticas oficiais, políticas museológicas e investigação: reflexão a propósito do caso português*. *La Crítica Sociológica*, 203(3), pp. 75-86.
- Santos, M. L. L. (coord). et. al (1998). *As Políticas culturais em Portugal*. Observatório das Atividades Culturais.
- Santos, M. L. L. & Neves, J. S. (2000). *Inquérito aos Museus em Portugal*. MC/IPM.
- Santos, M. L. L., Lima, M. J. & Neves, J. S. (2005). *Cartografia Cultural do Concelho de Cascais*. OAC.
- Santos, M. L. L., Neves, J. S., & Santos, J. A. (2007). *Estatísticas Culturais do Ministério da Cultura. Para Um Novo Sistema de Informação em Rede. Relatório Final*. OAC.
- Santos, M. L. L., Neves, J. S., Santos, J. A. & Nunes, J. S. (2005). *O Panorama Museológico em Portugal [2000-2003]*. OAC - Observatório das Atividades Culturais.
- Santos, M. L. L., Neves, J. S., Santos, J. A., Silva, A. R., & Joana, J. C. (2002). *Base de dados estatísticos do setor cultural do Ministério da Cultura (Bdstat-MC), Volume I, Relatório Final*. OAC/SG-MC.
- Santos, M. L. L., Pereira, M. H., Neves, J. S., Lima, M. J., Santos, J. A., Fidalgo, M. J. & Silva, V (2003). *Diagnóstico aos Arquivos Intermédios da Administração Central*. Observatório das Atividades Culturais, Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo.
- Schmidt, L. (1993). *A procura e oferta culturais e os jovens*. Instituto de Ciências Sociais e Instituto da Juventude.
- Silva, A. M. (2005). A Carta Arqueológica. Instrumento indispensável para uma política de promoção do património cultural. In A. M. Silva (Coord.), *Cartas Arqueológicas: Do Inventário à alvarguarda e Valorização do Património*. *Actas das Jornadas Realizadas em Arouca em 2004*, (pp. 87-94). Câmara Municipal de Arouca.
- Silva, A. S. (2004). As redes culturais: balanço e perspectivas da experiência portuguesa, 1987-2003. In AAVV (Eds.), *Públicos da Cultura* (pp. 241-283). OAC.
- Silva, A. S. (2007). *Como abordar as políticas culturais autárquicas? Uma hipótese de roteiro*. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 54, 11-33.
- Silvano, F. (2003). *Cartografar um passado para uma identidade metropolitana*. In J. A. Tenedório (Ed.), *Atlas da Área Metropolitana de Lisboa* (pp. 211-225). AML,
- Tenedório, J. A. (ed.). *Atlas da Área Metropolitana de Lisboa*. pp. 211-225. Área Metropolitana de Lisboa.
- Vargas, C. (2011). *Construir teatros e cineteatros em Portugal: Novos palcos para os artistas, novos espectáculos para o público*. Working Paper, *Observatório Político*, 2, 7.

Webgrafia

Atlas Culture des Territoires
<https://atlasculture.fr/>

Atlas do Património Classificado e em Vias de Classificação
<https://patrimoniogpc.maps.arcgis.com/apps/webappviewer/index.html?id=7f7d5674280f41849c0a0869ced22d91>

Atlas SIPA de Património
http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/SitePageContents.aspx?id=f3a23714-e8c6-48d4-b5d5-76061aee0b82

Direção-Geral das Artes
<https://www.dgartes.gov.pt/>

Direção-Geral das Artes - Programa de Apoio em Parceria - Arte e Coesão Territorial
<https://www.dgartes.gov.pt/pt/noticia/6745?fbclid=IwAR3sNgYAOBPIA8nMF5DpIYku9ZaivI5slmVlWc65s1klpPS6cHKmDdpjtg>

Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas
<https://dglab.gov.pt/>

Direção-Geral do Património Cultural
<https://www.patrimoniocultural.gov.pt/>

Comissão Nacional da UNESCO
<https://unescoportugal.mne.gov.pt/>

Cultural Routes of the Council of Europe
<https://www.coe.int/en/web/cultural-routes>

Abreviaturas

European Capitals of Culture

<https://culture.ec.europa.eu/policies/culture-in-cities-and-regions/european-capitals-of-culture>

Fundo de Salvaguarda do Património Cultural

<https://www.patrimoniocultural.gov.pt/projetos/fundo-salvaguarda/>

Inspecção-Geral das Atividades Culturais

<https://www.igac.gov.pt>

Instituto do Cinema e do Audiovisual

<https://www.ica-ip.pt/>

Instituto Nacional de Estatística

<https://www.ine.pt/>

Herditas – Atlas da Paisagem Cultural

<https://atlas.cm-guimaraes.pt/pt/projeto/o-projeto>

Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial

<http://www.matrizpci.dgpc.pt/matrizpci.web>

Programa Cultura

<https://www.eeagrants.gov.pt/pt/programas/cultura>

Programa Nacional Saber Fazer

<https://programasaberfazer.gov.pt/>

Recuperar Portugal

<https://recuperarportugal.gov.pt/recuperar-portugal/>

Redes Intermunicipais de Bibliotecas Públicas

<http://bibliotecas.dglab.gov.pt/pt/Bibliotecas/BibliotecasnaWeb/Paginas/default.aspx>

Revive – Reabilitação, Património e Turismo

<https://revive.turismodeportugal.pt>

Sítios com a Marca do Património Europeu

<https://culture.ec.europa.eu/pt-pt/cultural-heritage/initiatives-and-success-stories/european-heritage-label>

Sítios Visitáveis - Portal do Arqueólogo vocacionado para o cidadão

<https://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=visitaveis>

Territorial cohesion

https://ec.europa.eu/regional_policy/policy/what/territorial-cohesion_en

União Europeia

– Regiões Ultraperiféricas (RUP)
<https://www.europarl.europa.eu/factsheets/pt/sheet/100/regioes-ultraperifericas-rup->

AACP

Atlas Artístico e Cultural de Portugal

CAE

Classificação das Atividades Económicas

CIC

Comissão Interministerial de Coordenação do Portugal 2020

CIES-Iscte

Centro de Investigação e Estudos em Sociologia

CIM

Comunidade Intermunicipal

CNU

Comissão Nacional da UNESCO

DGLAB

Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas

DGPC

Direção Geral do Património Cultural

DGARTES

Direção-Geral das Artes

DRC

Direção Regional de Cultura

EEE

Acordo do Espaço Económico Europeu

GEPAC

Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais

ICA

Instituto do Cinema e Audiovisual

IGAC

Inspecção Geral das Atividades Culturais

IMNP

Inquérito aos Monumentos Nacional em Portugal

IMUS

Inquérito aos Museus

INE

Instituto Nacional de Estatística

IRACA

Inspecção Regional de Atividades Culturais dos Açores

MC

Ministério da Cultura

MN

Monumento Nacional

NUTS

Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos

OAC

Observatório das Atividades Culturais

OPAC

Observatório Português das Atividades Culturais

RAA

Região Autónoma dos Açores

RAM

Região Autónoma da Madeira

RBE

Rede de Bibliotecas Escolares

RIBE

Redes Intermunicipais de Bibliotecas Públicas

RPA

Rede Portuguesa de Arquivos

RNBP

Rede Nacional de Bibliotecas Públicas

RPM

Rede Portuguesa de Museus

RTCP

Rede de Teatros e Cineteatros Portugueses

SCC

Setor Cultural e Criativo

SEN

Sistema Estatístico Nacional

SIPA

Sistema de Informação para o Património Arquitetónico

UNESCO

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

José Soares Neves é doutorado em Sociologia da Comunicação, da Cultura e da Educação (2012, Iscte). É investigador integrado, subdiretor e coordenador do Grupo de Investigação Comunicação e Cultura do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-Iscte). Professor Auxiliar Convocado, coordena e leciona as unidades curriculares Receção, Fruição e Públicos da Cultura e Políticas Públicas da Cultura, Departamento de Sociologia/ Escola de Sociologia e Políticas Públicas (Iscte). É coordenador da seção temática Arte, Cultura e Comunicação da APS. Foi investigador permanente e coordenador de projetos do Observatório das Atividades Culturais (OAC) durante a sua existência (1996 a 2013). Foi presidente do Grupo de Trabalho sobre Estatísticas da Cultura (GTEC) do Conselho Superior de Estatística (2006 a 2010). Tem integrado diversos projetos como coordenador ou investigador nos campos da sociologia da arte e da cultura e das políticas culturais, centrais e locais, e nos domínios das indústrias culturais (música e livro), das artes do espetáculo, da leitura, dos museus e do património. Coordenador científico do Estudo Sector Artístico e Cultural, que incluiu o Inquérito aos Profissionais Independentes das Artes e da Cultura e o Atlas Artístico e Cultural de Portugal, no âmbito de uma parceria DGARTES/ Iscte no âmbito do OPAC. É diretor do Observatório Português das Atividades Culturais (OPAC) desde a criação em dezembro de 2018.

Sofia Costa Macedo é doutorada em História Moderna e Contemporânea (2017, Iscte). Tem a Pós-Graduação em Património e Projectos Culturais (2009, Iscte) e é licenciada em História, variante de Arqueologia (1994, ULisboa). O percurso profissional iniciou-se na Arqueologia, com a participação em várias intervenções arqueológicas no âmbito de Estudos de Impacto Ambiental, Prospecções de campo, Escavações Arqueológicas, Projectos de Valorização Patrimonial e Gestão de Património Cultural. Ligada ao movimento associativo de Defesa do Património, com uma participação na Associação Portuguesa dos Amigos dos Castelos (2003-2013), sendo responsável pelo desenvolvimento de

projetos de valorização e salvaguarda patrimonial, nomeadamente no campo da fortificação, e mais recentemente na Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial, sendo membro da sua Direção. É Investigadora Integrada do CIES-Iscte, Investigadora do OPAC - Observatório Português das Atividades Culturais e Investigadora colaboradora do IHC - Instituto de História Contemporânea. É Professora Auxiliar Convivada da Escola de Sociologia e Políticas Públicas (Iscte).

Jorge Santos é doutorando em Sociologia (Iscte). Mestre em Comunicação, Cultura e Tecnologias de Informação (Iscte). Desde 2019 desenvolve atividade na Direção-Geral do Património Cultural/ Museus e Monumentos de Portugal na implementação de Sistemas de Informação em Património Cultural em vários projetos no âmbito da Rede Portuguesa de Museus. É investigador do Observatório Português das Atividades Culturais (OPAC) e assistente de investigação no Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-Iscte). As atuais linhas de investigação são políticas culturais, gestão cultural, monitorização e desempenho de museus e públicos dos museus.

Maria João Lima é doutorada em Sociologia (2023, Iscte). Tem o mestrado em Etnomusicologia (2000, FCSH-UNL) e licenciatura em Ciências Musicais (1994, FCSH-UNL). É atualmente Investigadora Integrada do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-Iscte), Investigadora do OPAC - Observatório Português das Atividades Culturais e Professora Auxiliar Convivada da Escola de Sociologia e Políticas Públicas (Iscte). Foi investigadora do INET-MD - Instituto de Etnomusicologia Música e Dança (1995-2000) e do OAC - Observatório das Atividades Culturais (2001-2013) tendo colaborado em inúmeras pesquisas e publicações sobre a avaliação de políticas culturais locais e nacionais, públicos da cultura, práticas culturais, práticas artísticas expressivas, cobrindo diversos domínios culturais como artes do espetáculo, leitura, bibliotecas, arquivos, museus e património.

Título

Atlas Artístico e Cultural de Portugal

Autoria

José Soares Neves (coord.),
Sofia Costa Macedo, Jorge Santos
e Maria João Lima

Enquadramento Institucional

O Atlas Artístico e Cultural de Portugal é o resultado do “Estudo Sector Artístico e Cultural em Portugal”, que caracteriza os equipamentos culturais existentes e as estruturas e entidades artísticas em atividade em Portugal. O Estudo decorre de um acordo de parceria institucional entre a Direção-Geral das Artes (DGARTES) e o Iscte-Instituto Universitário de Lisboa, através do Observatório Português das Atividades Culturais (OPAC), no sentido de dar sequência ao determinado na Resolução do Conselho de Ministros n.º 41/2020, de 6 de junho, que aprovou o Programa de Estabilização Económica e Social.

Colaboração

Joice Alexandre, doutoranda
em Sociologia no Iscte.

Design Gráfico

Sónia Teixeira Pinto

Produção Gráfica

Conceição Barbosa

Impressão

Grafivedras

Financiamento

República Portuguesa - Cultura /
Direção-Geral das Artes

Versão digital

www.dgartes.gov.pt
e www.opac.cies.iscte-iul.pt

DOI

10.15847/CIESOPACAtlasArtístico
CulturalPortugal

ISBN

978-989-8518-06-4

Depósito Legal

534270/24

Data

Junho de 2024

Tiragem

250 exemplares

Edição

Direção-Geral das Artes

Direção-Geral das Artes

Diretor

Américo Rodrigues

Subdiretor

Pedro Barbosa

